

Elton Rafael Lorena

***LUTA DE CLASSES NA CIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE
SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST)***



MARÍLIA – SP

2012

ELTON RAFAEL LORENA

***LUTA DE CLASSES NA CIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE
SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa – Determinações do mundo do trabalho: sociabilidade, política e cultura.

Orientador – Prof. Dr. Jair Pinheiro

MARÍLIA – SP

2012

Lorena, Elton Rafael.
L868l Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise
 sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) /
 Elton Rafael Lorena. – Marília, 2012
 250 f. : il. color. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012

 Bibliografia: f. 215-227
 Orientador: Jair Pinheiro

 1. Classes sociais. 2. Movimentos sociais.
 3. Neoliberalismo. 4. Habitação. I. Autor. II. Título.

CDD 320.51

ELTON RAFAEL LORENA

***LUTA DE CLASSES NA CIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE
SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
(MTST)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa – Determinações do mundo do trabalho: sociabilidade, política e cultura

Orientador – Prof. Dr. Jair Pinheiro

Data de aprovação: 22/02/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro (UNESP/Marília)

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi (UNESP/Araraquara)

Membro Titular: Profa. Dra. Fátima Aparecida Cabral (UNESP/Marília)

Aos meus pais (*in memoriam*).

Aos trabalhadores que lutam dia após dia por uma nova sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, de várias formas, possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa, principalmente aos coordenadores que me concederam entrevistas, Jota, Ana Paula e Guilherme S. Agradeço imensamente ao professor Jair Pinheiro, que me deu todo o suporte necessário não só como orientador, mas também como grande amigo. A todos os outros professores que contribuíram seja direta ou indiretamente com a pesquisa, principalmente às professoras Maria Orlanda Pinassi, muito importante nos primeiros passos desse trabalho e posteriormente como componente da banca de qualificação e defesa e à professora Fátima Cabral que também contribuiu imensamente com o trabalho compondo as bancas de qualificação e defesa. Agradeço a Capes, pelo financiamento cedido e aos funcionários da Unesp/Marília, sempre prestativos e eficientes.

A todos os meus familiares que de alguma forma contribuíram e me ajudaram na constituição do trabalho, com longas horas de conversas e outros tipos de apoio e ajuda. À Juliana, minha companheira durante boa parte dessa jornada. Aos amigos que me acolheram e me auxiliaram em Marília durante o tempo do mestrado com os quais pude compartilhar muitas histórias e novos conhecimentos, especialmente ao Julio, ao Renato, ao Carlão, ao Mosquito e ao Gustavo. Agradeço, por fim, aos diversos outros amigos e companheiros de luta que me ajudaram antes e durante o desenvolvimento da pesquisa.

Eis aí um exemplo eloquente da maneira como a burguesia resolve, na prática, o problema da habitação. Todos esses focos de epidemia, esses buracos e sótãos imundos, nos quais o modo de produção capitalista encerra nossos operários, noite após noite, não são liquidados, mas somente...transferidos. A mesma necessidade econômica que os fizera nascer em um lugar, os reproduz mais adiante; e enquanto existir o modo de produção capitalista será um absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação ou qualquer outra questão social que afete a sorte do operário. A solução reside unicamente na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação pela própria classe operária de todos os meios de subsistência e de trabalho.

FRIEDRICH ENGELS. Contribuição ao problema da habitação.

RESUMO

A partir da década de 1930, o Brasil avançou em seu processo de urbanização em decorrência da expansão industrial ocorrida no país. Este desenvolvimento urbano intensificou-se nas décadas seguintes culminando com a constituição de grandes regiões metropolitanas. Esses aglomerados urbanos intensificaram as contradições sociais que perpassam a sociedade capitalista e são locais privilegiados do conflito de classes. A questão habitacional integra esse conjunto de contradições e aprofunda-se na conjuntura neoliberal. Nesta, pode-se constatar uma intensificação do conjunto de problemas urbanos que integram a sociabilidade do capital e afetam diretamente a classe trabalhadora. Nesse contexto, nasceu em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), como um importante agente aglutinador de uma parcela significativa da classe trabalhadora submetida a condições habitacionais precárias nas periferias metropolitanas e marginalizada do acesso à infraestrutura urbana. Esse trabalho objetiva analisar a organização e a ação do MTST ante as contradições do urbano capitalista e sua inserção na luta de classes contemporânea, tentando compreender sob qual perspectiva política a coordenação do Movimento tenta articular seu protagonismo sócio-político.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano Capitalista; Classes Sociais; Questão Habitacional; Neoliberalismo; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Since 1930's Brazil has advanced in its urbanization process due to the industrial expansion that happened in the country. Such urban development was intensified in the following decades, promoting the constitution of big metropolitan areas. Such urban agglomerates strengthened the social contradictions that are all over the capitalist society, as they are prominent place for class conflicts. The habitation matter integrates this set and is deepened in the neoliberal conjuncture, where it is possible to see an intensification of the urban problem set that integrates capital's sociability and directly affects the working class. In such context, the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST – *Homeless Workers Movement*) is born, as a important aggregator agent of a significant parcel of the working class undergone to precarious housing conditions at the metropolitan suburbs and marginalized from urban infrastructure access. This work seeks to analyze the organization and action of MTST considering urban capitalist contradictions and its insertion into the contemporary class fight, trying to comprehend under which political perspective the Movement coordination tries to articulate is sociopolitical protagonism.

KEYWORDS: Capitalist urban; Social classes; Housing matter; Neoliberalism; Social Movements.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
 Capítulo 1: A questão habitacional no urbano capitalista e o aprofundamento das contradições no período neoliberal.....	 19
1.1) O capitalismo e o urbano: fundamentos de uma especificidade histórica.....	20
1.2) A questão habitacional no capitalismo.....	31
1.3) O acirramento das contradições na cidade neoliberal: novas determinações do problema habitacional.....	40
 Capítulo 2: A gênese do MTST no Brasil neoliberal.....	 59
2.1) O nascimento do MTST sob diversos ângulos: relatos e versões de fundadores e coordenadores.....	62
2.2) A processualidade social da emergência do MTST: intensificação do problema habitacional no Brasil neoliberal e a organização de uma ferramenta de luta urbana.....	69
 Capítulo 3: A expansão do MTST em meio às contradições urbanas das regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo.....	 99
3.1) O contexto sócio-político da expansão do MTST: contradições urbanas na Região Metropolitana de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas.....	100
3.1.1) O problema habitacional na RMC: metropolização e neoliberalismo.....	102
3.1.2) A constituição do problema habitacional na RMSP: do regime militar ao período neoliberal.....	107
3.2) A expansão das ocupações e o processo de autonomia.....	119
3.2.1) A relação do MTST com o Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”...	132
 Capítulo 4: Constituição social, organização e ação do MTST.....	 137
4.1) A composição social.....	137
4.2) Os objetivos.....	143
4.3) As instâncias organizativas.....	148
4.4) As formas de ação.....	151

4.5) A relação entre a organização e a ação.....	161
4.6) Problemas, dificuldades e desafios da organização e da ação.....	167
4.6.1) Os problemas e desafios dos movimentos sociais urbanos segundo o MTST.....	167
4.6.2) Problemas, dificuldades e desafios do MTST.....	169
 Capítulo 5: A perspectiva política do MTST.....	 179
5.1) Um movimento social classista.....	180
5.2) A perspectiva política do MTST a partir de sua condição classista: a construção do Poder Popular.....	183
 Considerações finais.....	 210
 Referências bibliográficas.....	 215
 Filmografia.....	 226
 Anexos.....	 228

INTRODUÇÃO

A partir da crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, as contradições sociais da realidade urbana sofreram um aprofundamento. Como resposta a essa crise, o capitalismo passou por uma série de transformações que incidiram diretamente sobre a condição de vida da classe trabalhadora mundial. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva destacaram-se como acomodações do capital ante sua crise de acumulação. Ambas trouxeram consequências sociais drásticas, exacerbando a exploração do trabalho e aumentando a concentração de riquezas em mãos de uma minúscula parcela da sociedade. Simultaneamente, a classe trabalhadora global passou por um processo de dilapidação de seus direitos e intensificação de sua exploração. Esse quadro é ainda mais grave nos países da periferia do capitalismo, onde as reformas neoliberais devastaram garantias sociais e alijaram grande parte dos trabalhadores do mercado formal de trabalho, relegando-os à informalidade, ao desemprego estrutural e às mais precárias condições de sobrevivência nas grandes cidades.

Nesse contexto, o problema habitacional imanente à sociedade capitalista agrava-se, alcançando números espantosos principalmente nos países periféricos. As metrópoles do capital aumentam suas extensões a cada dia, concentrando excedentes populacionais gigantescos. Com o aumento da concentração de riquezas em parcelas cada vez mais diminutas da população e a disseminação da pobreza para a maior parte da classe que vive do seu próprio trabalho, as contradições urbanas agudizam-se. Aliado a esse processo, um grande número de revoltas, rebeliões e protestos da classe trabalhadora multiplicam-se por todos os cantos do planeta, revelando uma crise social marcada por uma intensificação dos conflitos entre as classes sociais.

Essas transformações representam tentativas do capital de refrear sua crise estrutural de acumulação e sinalizam um processo característico de seu desenvolvimento histórico, uma vez que “[...] enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si.” (FERNANDES, 1975, p. 277). Afinal, “É obvio que uma tal forma societária, fundada necessariamente na desigualdade material – crescente e substantiva –, só pode ser estruturalmente conflitiva.” (PINASSI, 2009, p. 67). Ou seja, esta é uma característica subjacente ao próprio modo específico de funcionamento do sistema do capital, pois, é fato que: “Sua essência contraditória, de tempos em tempos, torna impotentes, inúteis e vãos todos os mecanismos de controle da latente violência que, desde a gênese, emana de sua

causalidade mais profunda, ou seja, a *subordinação estrutural do trabalho ao capital*.” (PINASSI, 2009, p. 67, grifos no original, notas suprimidas). A partir do momento em que se tem clareza desse aspecto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, pode-se analisar a perversidade da situação contemporânea, na qual estamos frente a um quadro social “[...] composto pela festiva abastança de um reduzidíssimo número de proprietários, imaginadamente ricos, assentados sobre uma fatia cada vez maior e mais explosiva da humanidade submetida a uma rigorosa dieta de miserabilidade.” (PINASSI, 2009, p. 66-67).

Essa realidade desenvolve-se em meio a contestações que se insurgem do âmago das contradições insuperáveis do sistema capitalista. Muitos movimentos sociais emergem atualmente como antagonistas dessa formação social a partir de seu aspecto classista e colocam-se como sujeitos coletivos de uma almejada transformação social. A posição que a base social desses movimentos ocupa é fundamental na formulação dos objetivos e da perspectiva política que sustentam. Na contramão das teses que asseveram o fim dos movimentos sociais classistas, acreditamos que estes não só continuam existindo como compõem fundamentalmente o quadro contemporâneo da luta de classes (Pinheiro, 2002, 2007, 2010a; Lima, 2004, 2005; Pinassi, 2009). Entretanto, esses movimentos apresentam especificidades em sua atuação e organização que lhes possibilitam essa classificação, pois, nem todos os movimentos sociais com propostas e posicionamentos críticos podem ser considerados movimentos de classe. De acordo com Pinheiro (2010a):

O adjetivo classista é atribuído àqueles movimentos que adotam a perspectiva de classe do lugar que sua base social ocupa nas estruturas sociais, ou seja, não se aplica a outros movimentos que não adotam essa perspectiva, embora apresentem elevado senso crítico (incluindo retórica classista, mas não perspectiva) em relação ao status quo e suas demandas e/ou objetivos possam ser identificados como de classe. (PINHEIRO, 2010a, p. 111).

Nessa pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um exemplo de movimento social que se organiza a partir da posição de classe de seus integrantes e que este participa da luta de classes na realidade urbana brasileira desde 1997. Esse movimento nasce de um projeto político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de criar uma ferramenta de atuação no meio urbano, com o objetivo de organizar as crescentes massas de trabalhadores que não almejavam voltar para as áreas rurais. Isso ocorre na conjuntura da década de 1990, quando o MST percebe uma alteração

nos objetivos de sua base social. Parte significativa dos trabalhadores que ingressavam no movimento tinha a intenção de permanecer nas cidades. Em meio a uma série de mudanças no contexto brasileiro com a implantação de reformas neoliberais e o aprofundamento do conflito no campo e nas cidades, o MST articula-se em torno de algumas respostas à crise social instaurada. Uma delas é a constituição de um instrumento político para atuar no contexto urbano, organizando ações nas periferias metropolitanas, lócus de grande concentração de trabalhadores. Percebendo que o problema habitacional era um dos que mais afetava a classe trabalhadora urbana, o projeto resultou na construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que inaugura sua atuação no ano de 1997, em Campinas. O MTST torna-se independente do MST em 2003, por conta de divergências políticas sobre a atuação no meio urbano, e continua a desenvolver ações nas periferias de várias regiões metropolitanas. Após seu nascimento, o Movimento espalhou-se por outros estados. Em São Paulo, foco de nossa análise, suas áreas de atuação são as periferias das duas maiores regiões metropolitanas do estado, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Segundo Lima (2005), o nascimento do MTST representa a origem de um novo sujeito político atuante no contexto urbano metropolitano com potencial de organizar parcelas da classe trabalhadora marginalizadas do emprego formal e, por conseguinte, das formas mais tradicionais de organização dos trabalhadores:

Com efeito, o que a emergência do MTST (ao lado de centenas de outros movimentos de luta por moradia que proliferam nas grandes regiões metropolitanas brasileiras nos dias atuais) indica é que estamos diante da constituição, ainda seminal, de um novo sujeito político, que soma-se, com suas especificidades, à luta contra a distribuição desigual dos recursos sociais no urbano. Trata-se, principalmente, de um sujeito coletivo que, ao contribuir na organização da fração de classe apartada do mundo do trabalho, possibilita modificar o lugar ocupado por este segmento nas formas de organização da classe trabalhadora. (LIMA, 2005, p. 3-4).

Esse movimento busca organizar-se em torno de um problema que afeta boa parte da população trabalhadora do país, a condição habitacional precária. De acordo com Bihr (1998), em decorrência da heterogeneidade da classe trabalhadora hoje, na qual estão inseridos milhões de trabalhadores desempregados e instáveis e que, portanto, não têm acesso à sindicalização, “[...] somente organizações que se encarreguem da defesa do conjunto das condições de existência do proletariado, tanto fora quanto dentro do trabalho, podem esperar

reunir todos os elementos de um proletariado hoje cindido.” (BIHR, 1998, p. 102). Ou seja, é imprescindível hoje, em decorrência do que aponta o autor, que a organização da classe trabalhadora supere a contraposição entre a esfera da produção e a esfera da reprodução. O MTST parte de uma reivindicação básica, a habitação, uma necessidade elementar que integra o conjunto das condições mínimas de reprodução necessárias à classe trabalhadora para agregar em torno de sua organização uma massa de trabalhadores num processo de mobilização e luta social em meio à perversa realidade do capitalismo contemporâneo. Partindo da questão habitacional, problema atinente à grande maioria da população trabalhadora, principalmente das grandes metrópoles, o MTST objetiva organizar aqueles que se encontram fora da esfera do trabalho formal, que integram a enorme e crescente parcela de homens e mulheres trabalhadoras marginalizados no trabalho informal e no desemprego estrutural, a partir da reivindicação de uma melhor condição habitacional e urbana. Partindo disso, o Movimento busca articular-se em torno da luta por uma reforma urbana aliada a uma transformação da realidade social contemporânea.

Portanto, cremos que desvendar os nexos causais que deram substância à emergência desse novo sujeito político no cenário contemporâneo, assim como, a análise do desenvolvimento de sua luta social e da organização que constrói com trabalhadores sem acesso às formas mais tradicionais de reivindicação, seja imprescindível para o entendimento das determinações envolvidas no contexto da luta de classes do urbano capitalista brasileiro das últimas duas décadas.

Um exame apurado das reais articulações concernentes à atuação do MTST e de seu protagonismo sócio-político torna-se ainda mais importante uma vez que, em meio ao extenso rol de problemas atinentes à realidade urbana brasileira sob a égide neoliberal, ocorre uma falsificação manipulatória das reais determinações dessa realidade urbana por parte da mídia dominante. As verdadeiras causas da questão, geralmente são dissimuladas, encobertas. Destarte, o que se tem é que: “A representação da cidade encobre a realidade científica. Uma intensa campanha publicitária leva uma ficção à população: o que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal.” (MARICATO, 2000, p. 164). Isso está atrelado ao fato de, essa representação da cidade feita pela grande mídia, estar aliada a interesses do capital imobiliário. Assim, segundo Maricato (2000): “Para reverter a tendência que empenha mais visibilidade às obras construídas na cidade do capital imobiliário é preciso, [...] destruir essa representação ideológica hegemônica sobre a cidade. É preciso construir a consciência da cidade real com as demandas populares.” (MARICATO, 2000, p. 168).

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo analisar as formas de organização e atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, assim como, delinear suas principais dimensões políticas, sociais e ideológicas, visando entender se esse movimento insere-se na luta de classes na cidade neoliberal brasileira a partir de uma perspectiva política classista. cremos que essa análise também contribuirá para um maior entendimento das reais articulações e contradições que envolvem a cidade brasileira, em sua fase neoliberal.

É preciso explicitar aqui que quando falamos em perspectiva política não estamos nos referindo a nenhum tipo de programa político plenamente estruturado e organizado, mas sim, nos referimos a um horizonte político que fundamente a práxis do Movimento. Ou seja, quando falamos em perspectiva política estamos nos referindo aos princípios políticos que norteiam a prática do MTST.

Outro ponto que tem de ser explicitado é que quando nos referimos ao Movimento e suas perspectivas políticas e de organização, estamos nos referindo ao MTST em sua estrutura coordenativa, ou seja, examinaremos aqui o Movimento a partir, fundamentalmente, das perspectivas de sua coordenação. Obviamente, isso não exclui o imperativo da análise de como esses princípios de organização e ação influenciam no pensamento e na ação da base social que constitui o Movimento.

Para efetivar o desenvolvimento da pesquisa recorreremos ao levantamento de dados e informações sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, através de análises de documentos de divulgação interna e de divulgação externa e entrevistas com coordenadores do Movimento. As entrevistas por nós diretamente realizadas foram com os seguintes coordenadores: Ana Paula (entrevistada pela primeira vez em 2008, enquanto era integrante do Coletivo Regional de Araraquara e do Coletivo Estadual de São Paulo do MTST, e entrevistada em 2010 ocupando a função de coordenadora regional de Campinas e coordenadora estadual do MTST pelo estado de São Paulo); Guilherme S. (coordenador estadual do MTST em São Paulo e coordenador nacional por São Paulo, entrevistado em 2011); e Jota (coordenador estadual do MTST em São Paulo e um dos fundadores do Movimento, entrevistado em 2010). Além desses, nos valem da contribuição de depoimentos de outros coordenadores encontrados em outros estudos sobre o Movimento. Buscamos também fazer a análise da estrutura das ocupações e da organização do MTST através de visita direcionada ao acampamento do MTST “Zumbi dos Palmares”, localizado em Sumaré, na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

O foco da pesquisa recaiu sobre a especificidade do MTST de São Paulo, que atua tanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) quanto na Região Metropolitana de Campinas (RMC), lócus de concentração de riqueza e de pobreza e, logo, de um conflito social intenso. Esse apontamento se faz importante na medida em que a partir da origem do MTST em São Paulo, alguns militantes foram deslocados para organizá-lo também em outros estados. Entretanto, após a saída dos militantes enviados de São Paulo, os movimentos criados nos outros estados ficaram a cargo dos militantes locais, que se depararam com o contexto particular de cada localidade específica. Esse conjunto de fatores criou diferenças muito grandes entre os movimentos que atuam nos outros estados e o MTST constituído e desenvolvido em São Paulo. Apesar de haver certa articulação entre eles, a diversidade de organização e ação são ainda muito concretas. Nos últimos anos busca-se a unificação dos movimentos sob as mesmas linhas políticas e diretivas, porém, esse processo é ainda muito incipiente.

Nosso estudo está estruturado em cinco capítulos. O capítulo inicial objetiva, primeiramente, clarificar as relações históricas de exploração e segregação da classe trabalhadora no urbano capitalista e como isso se reflete na sua condição habitacional. Em segundo lugar, buscaremos compreender a especificidade da relação contemporânea entre a sociabilidade capitalista, marcada pela crise estrutural do capital, pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva, e a atual questão habitacional, que reflete o aprofundamento das desigualdades e a intensificação dos conflitos de classe. A compreensão dessas relações históricas estruturais e conjunturais da forma urbana capitalista permite uma análise mais profunda do MTST, uma vez que este articula sua organização e atuação a partir da problemática habitacional presente nas periferias urbanas brasileiras. Como o problema da habitação reproduz-se de maneira estrutural dentro do modo de produção capitalista, é preciso entender seus condicionantes para compreendermos a atuação de um movimento social que atua a partir desse problema social específico. O exame deste problema no contexto neoliberal torna-se ainda mais fundamental porque o MTST surge, no final da década de 1990, em meio à intensificação do problema habitacional brasileiro sob o período neoliberal que trouxe modificações significativas ao quadro urbano intensificando o conflito de classes existente nessa esfera. Destarte, entender os fundamentos do problema habitacional e do conflito de classes gerado em torno dele, principalmente após a implantação da plataforma neoliberal, torna-se um imperativo para um exame mais acurado do MTST, tanto para se entender o

contexto sobre o qual ele atua como para compreendermos melhor as próprias ações e a perspectiva política do Movimento.

O segundo capítulo objetiva compreender a gênese do MTST no contexto brasileiro da década de 1990. Nessa década o país passou por transformações ditadas pelos imperativos neoliberais e da reestruturação produtiva. Essas modificações incidiram diretamente sobre a condição social da classe trabalhadora brasileira e, logo, sobre sua condição habitacional, uma vez que proporcionaram o desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas aprofundando a desigualdade social em um período de aumento da exploração do trabalho. Dessa maneira, nesse capítulo tentaremos desvendar o nascimento do MTST dentro desse contexto nacional e compreender como esta conjuntura relaciona-se com a origem do Movimento.

No terceiro capítulo trataremos da expansão do MTST pelas regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, após sua emergência em 1997 até o ano de 2010, examinando o contexto em meio ao qual o Movimento desenvolveu a maioria de suas ocupações. Traçaremos um breve panorama das contradições urbanas, com foco no problema habitacional, referentes à constituição dessas duas metrópoles, principalmente no que diz respeito ao período neoliberal, com o escopo de compreender a particularidade do contexto político e social no qual o MTST desenvolveu sua organização ao longo desses anos. Ademais, buscamos realizar a análise de como o Movimento relacionou-se com o plano habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, lançado em 2009, pelo governo Lula (2003-2010).

No quarto capítulo será realizada uma análise articulada da organização e das ações do Movimento, ou seja, tentando compreender as íntimas relações estabelecidas entre a sua ação e sua organização. Nesse sentido, faz-se necessário examinar e compreender nesse tópico a composição da base social do Movimento e qual a relação desta com a coordenação nas ações e na estrutura de organização. Por conseguinte, analisaremos quais são os objetivos colocados pelo MTST em suas ações e em que princípios eles são fundamentados. Por fim, após esses apontamentos, nosso objetivo é tecer algumas críticas com relação aos limites existentes na práxis do Movimento e quais os principais problemas com os quais este tem de lidar, além de apontar alguns dos principais desafios colocados à sua prática.

No capítulo cinco temos como meta realizar uma análise sobre a perspectiva política que direciona a ação e a organização do MTST a partir de sua coordenação, tentando responder se esta perspectiva se fundamenta a partir de um horizonte de superação do capitalismo ou se ela limita-se a uma prática limitada a reivindicação de caráter mais

imediatos. Além disso, tentaremos fazer uma análise do impacto do MTST sobre a consciência de classe dos trabalhadores que compõe sua base social.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO HABITACIONAL NO URBANO CAPITALISTA E O APROFUNDAMENTO DAS CONTRADIÇÕES NO PERÍODO NEOLIBERAL

Para compreender a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no contexto urbano brasileiro é imprescindível realizarmos uma aproximação à problemática da questão habitacional na sociedade capitalista, e mais especificamente como esta se desenvolve no presente, ou seja, como o problema habitacional transforma-se e aprofunda-se no contexto neoliberal, uma vez que essa conjuntura está diretamente ligada à ação do movimento que estamos analisando. A compreensão das contradições estruturais presentes na cidade capitalista possibilita um conhecimento mais profundo da ação e da organização do MTST, pois este Movimento articula-se a partir condição habitacional precária da classe trabalhadora das periferias urbanas brasileiras. Assim, torna-se fundamental compreendermos os nexos fundantes dessa condição habitacional e como ela se relaciona com o funcionamento da dinâmica urbana capitalista.

O urbano na sua configuração capitalista só se torna compreensível quando se apreende as relações fundantes desta sua forma específica. Dessa maneira, para desenvolver a análise, temos que delinear alguns dos fundamentos determinantes da sociabilidade capitalista. Após isso, buscar-se-á compreender as relações entre a forma urbana e o desenvolvimento capitalista.

De posse dessa reflexão, prosseguiremos a investigação com o escopo de deslindar os complexos nexos existentes entre a formação social capitalista e a problemática habitacional contemporânea, realizando uma avaliação do desenvolvimento histórico dessa questão e de como ela está atrelada ao próprio funcionamento dos processos de acumulação e expansão do capital, baseados na exploração da força de trabalho. Esse capítulo, portanto, permitirá compreender mais profundamente os conflitos de classe que se estabelecem em torno da questão habitacional no urbano capitalista e de sua especificidade sob os imperativos da ordem neoliberal, possibilitando-nos uma maior compreensão da inserção e do papel do MTST nesses conflitos, como uma organização de luta social que aglutina milhares de trabalhadores urbanos em torno de sua ação, assunto que trataremos nos capítulos seguintes.

Portanto, nesse primeiro capítulo procuraremos fundamentar teoricamente o contexto histórico-social e as raízes das contradições enfrentadas pelo MTST na esfera urbana, fazendo

uma breve digressão histórica sobre o desenvolvimento urbano e sobre os fundamentos do problema habitacional capitalista e de seu posterior agravamento no período neoliberal, permitindo-nos termos maior clareza na análise da práxis social do Movimento que está diretamente ligada à questão da moradia da classe trabalhadora.

Assim, a compreensão dessas relações é de fundamental importância para examinarmos o caminho trilhado pelo MTST desde seu nascimento, em meio às reformas neoliberais no Brasil que aprofundaram as contradições urbanas existentes, assim como entender a potencialidade da luta social que o Movimento vem travando ao longo de seus anos de existência e os limites encontrados por ele no contexto urbano capitalista.

1.1) O capitalismo e o urbano: fundamentos de uma especificidade histórica.

Inicialmente, para podermos entender o desenvolvimento histórico das contradições urbanas e o desenvolvimento da questão habitacional no capitalismo, é preciso analisar a própria formação social capitalista. O capital é uma relação social que se funda na expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores e na transformação desta em uma forma de propriedade que passa às mãos da classe capitalista. Ou seja, o capital só pode existir enquanto subordina estrutural e hierarquicamente o trabalho: “[...] o antagonismo entre capital/trabalho é um *antagonismo de classes* fundamental, que subjuga a esmagadora maioria da sociedade à dominação estrutural hierárquica do capital. É uma relação não reformável de dominação e subordinação [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p.189, grifos no original).

Na explicação de Iasi (2006):

Afinal, qual é o conceito de capital? Uma relação social, um momento no processo de circulação no qual o dinheiro não é simplesmente meio de troca, é processo de valorização do valor no qual há uma diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que pode gerar, é a unidade do processo de trabalho e o processo de valorização? Capital é dinheiro, mercadoria, força de trabalho, são os meios de produção, são as mercadorias produzidas grávidas de mais-valia ou o dinheiro final acrescido de valor realizado? O capital não é nenhum desses momentos separadamente, mas o movimento pelo qual cada momento deste se articula com a totalidade do processo de valorização. (IASI, 2006, p. 332).

Na passagem ao regime histórico dominado pelo capital, os produtores diretos foram, em um processo que não poupou recursos à violência, expropriados de seus meios de

produção¹. Restou-lhes a venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Nesse processo, e no seu posterior desenvolvimento, o capital subordinou o trabalho², e constituiu uma engrenagem de extração de valor excedente. Isso foi possível porque a força de trabalho possui uma característica singular, única, que é a criação de valor: “[...] *ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa.*” (NETTO; BRAZ, 2006, p.100, grifos no original). Aqui reside o ponto nevrálgico da produção capitalista e da valorização do capital, no fato de que somente o trabalho tem a capacidade de produzir um valor maior do que o necessário à sua reprodução: “[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 100). Em termos simples, o capitalista efetua a compra de um determinado tempo da força de trabalho (a jornada de trabalho), no qual ele pode utilizá-la e, nessa utilização, o capitalista auferir um valor maior do que ele gastou para realizar a compra. Isto ocorre porque, durante a execução de sua atividade, esta força de trabalho, em uma parte do tempo, denominada *tempo de trabalho necessário*, cria o valor correspondente ao que recebeu do capitalista, que equivale ao custo social de sua reprodução, e, durante o restante do tempo da jornada de trabalho, denominada *tempo de trabalho excedente*, ela cria a parte do valor que é apropriada pelo capitalista. Essa relação básica constitutiva do funcionamento da sociedade burguesa que resulta na extração de mais-valia é a relação direta de exploração do trabalho pelo capital. Vejamos como Marx explica esse processo de trabalho que possibilita a extração de valor excedente:

Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. *Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor que ela*

¹ Ver “A assim chamada acumulação primitiva.” Capítulo XXIV de *O capital*. (MARX, 1984, p. 251-284).

² Sobre a passagem histórica da subordinação *formal* à subordinação *real* do trabalho ao capital ver (item 4.5) “O capital comanda o processo de trabalho”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 110).

mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera.
(MARX, 1983, p. 159-160, grifos nossos).

Uma característica intrínseca do capital é a necessidade de acumulação e expansão. A necessidade expansiva decorre do fato de que o capital é valor que busca incessantemente valorizar-se, e, dessa forma, não pode deixar de, perenemente, se reintegrar ao processo de valorização, sob pena de deixar de ser capital. Nessa dinâmica, uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista deve necessariamente voltar ao processo de produção na forma de capital, isso é imprescindível para a continuidade do modo de produção. Essa constante transformação de mais-valia em novo capital é a base da reprodução ampliada do sistema e é a partir dela que surge o processo de acumulação do capital³. A base do processo acumulativo e de reprodução capitalista, como tentamos mostrar, é a exploração da força de trabalho. Disso decorre que quanto maior a exploração e mais altas forem as taxas de mais-valia extraídas dos trabalhadores, maior será o incremento do processo de acumulação.

A sociabilidade capitalista, portanto, constitui um conjunto particular de relações sociais historicamente determinadas que tem por fundamento um modo de produção específico. A grande especificidade do capitalismo reside no fato de que ele é voltado essencialmente à produção de mercadorias⁴: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 1983, p. 45; notas suprimidas). Diante da hegemonia dessa estrutura social regida sob as determinações capitalistas, os valores de uso correspondentes ao atendimento das necessidades humanas somente são produzidos sob a égide das exigências do processo acumulativo expansivo do capital, ou seja, na forma de valores de troca, que permitem atender às necessidades dessa acumulação em expansão. Fundamental reiterar que a própria força de trabalho entra nessa espiral de mercantilização, sendo tratada como uma mercadoria, e, através disso, a própria reprodução do trabalho vivo fica sob o jugo das necessidades do capital.

³ “Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital.” (MARX, 1984, p. 163)

⁴ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 45). “Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. [...] Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca}.” (MARX, 1983, p. 49; notas suprimidas).

Como nessa sociabilidade, os que apenas possuem sua força de trabalho são também transformados em mercadorias, disponíveis no mercado, à disposição das necessidades capitalistas, os seres humanos são colocados em concorrência direta pelas possibilidades de inserção na divisão social do trabalho como meio de garantir sua subsistência. Nesse conjunto específico de relações sociais tem lugar um contraditório processo de produção que gera uma abundância material nunca antes vista na história da humanidade, ao mesmo tempo em que se tem uma produção de escassez através do modo pelo qual se realiza a apropriação dessa riqueza material. Para Iasi (2006): “O reino do capital produz como desumanidade algo que não tem por base a escassez propriamente, mas um certo padrão de apropriação e acumulação em meio a abundância e a riqueza.” (IASI, 2006, p. 215). Na sequência, afirma o autor: “*O capital produz um novo tipo de escassez por meio da acumulação privada da riqueza socialmente produzida.*” (IASI, 2006, p. 215; grifos nossos).

A partir disso, temos uma sociedade que coloca os indivíduos em concorrência pelas oportunidades de sobrevivência, o que está diretamente concatenado com a maneira de funcionar da acumulação na sociabilidade capitalista, que é concentradora de riquezas para uma pequena parcela da sociedade e concentradora de pauperismo para a grande maioria. O problema habitacional e urbano capitalista surge em meio à esse modo estrutural de funcionamento do capitalismo.

Dessa forma, a partir dessa compreensão dos fundamentos primordiais do funcionamento da sociedade capitalista é que podemos tentar compreender o papel do urbano na sociedade contemporânea. Este exame não pode prescindir de uma análise histórica que possibilite desvendar alguns dos nexos fundamentais presentes em seu desenvolvimento.

O primeiro ponto a ser tratado para iniciarmos o desvendamento dos principais determinantes da questão urbana é a subordinação do campo à cidade. Essa subordinação tem uma imprescindível importância histórica para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade (base material e concreta do urbano) submete o campo como necessidade para que a burguesia inicie um processo de concentração da propriedade e dos meios de produção, aspectos fundantes do novo modo de produção que estava alvorecendo. Nas palavras de Marx e Engels (2007): “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos [...]” e, na sequência: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

O início da acumulação segundo o novo modo de produção que estava se instaurando foi marcado por uma expropriação extremamente violenta dos meios de produção com uma grande concentração de capital nas mãos de um grupo reduzido, em oposição a uma grande maioria que foi forçada a vender sua força de trabalho para prover seu sustento, já que essa foi a única forma encontrada por essa massa, agora totalmente despossuída, de garantir sua sobrevivência. Assim, a força de trabalho tornou-se uma mercadoria com livre circulação no mercado. Nesse sentido, também Lefebvre (1999a) revela a importância histórica da cidade no desenvolvimento do capitalismo:

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). [...] Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais [...]. Moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (LEFEBVRE, 1999a, p. 140-141).

Dessas passagens já é possível começarmos a extrair a importância histórica representada pela cidade no processo de concentração de meios de produção e força de trabalho, necessidade imperiosa na origem e no desenvolver capitalista. Outra autora que afirma a intrínseca ligação entre o desenvolvimento da produção capitalista e a cidade é Ferrari (2005). Segundo sua perspectiva não se pode encarar a cidade de forma isolada, como um fenômeno que independe da interação com outras esferas sociais, ou seja, não é possível entender a cidade separada de suas determinações históricas. Em suas palavras:

Cidades não são entes autônomos. As capitalistas, especificamente, são os lugares de formas historicamente determinadas de exploração, onde se materializam complexas unidades de produção. Nelas ocorrem aprofundamentos do caráter cooperativo do trabalho, revelador da sincronia e interdependência entre as partes que compõem a divisão social do trabalho e dela são resultados. (FERRARI, 2005, p. 19)

A cidade capitalista, como forma histórica específica, reuniu condições das quais o capitalismo não poderia prescindir para continuar seu processo de expansão e desenvolvimento. Ela é portadora de grande e importante parcela do trabalho realizado anteriormente, o trabalho morto, isto é, o trabalho já objetivado, que é indispensável à

exploração do trabalho vivo, isto é, a força de trabalho produzindo mais-valia. Ela é fundamental também para a manutenção e o aprimoramento constante da divisão social do trabalho que possibilita o funcionamento do capital, na medida em que realiza uma aproximação dos componentes que realizam o processo produtivo.

Comentando sobre a cidade como aglomeração de população, dos instrumentos de produção e do capital, afirma Lojkine (1997) que ela: “[...] não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista [...]” (LOJKINE, 1997, p. 159). Em seguida o autor ressalta o papel da cidade na socialização das condições de produção: “[...] não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial.” (LOJKINE, 1997, p. 159). Ainda, segundo este autor, duas seriam as características principais da cidade capitalista, a saber: a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e uma específica aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, tanto do capital como da força de trabalho, que será determinante no processo de desenvolvimento da economia (Lojkine, 1997).

Na análise de Pinheiro (2010), a cidade capitalista produz um conjunto específico de novas relações que estão submetidas aos interesses do capital e aos seus ordenamentos: “Esse redemoinho de relações nada mais é que os imperativos do capital. Por outras palavras, o indivíduo nu (expropriado das condições de produção da própria vida) é lançado numa teia de relações sociais que tem como mediação a forma capital [...]” (PINHEIRO, 2010, p. 1). Nesse contexto, onde predomina o urbano sob a determinação primordial dos ditames do capital, é engendrado um conjunto específico de contradições que surgem na estrutura urbana e que expressam uma contradição de caráter universal no modo de produção capitalista: a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais específicas da sociedade capitalista (Gohn, 1982).

A partir dessas considerações podemos desvendar alguns aspectos do problema colocado. Uma primeira constatação remete-nos ao não isolamento da questão e, conseqüentemente, à afirmação de suas interações complexas com outras esferas sociais. Portanto, não é possível dissociarmos o caminho histórico do urbano capitalista do caminho histórico da própria sociedade capitalista como uma totalidade social, ou seja, é de extrema importância entender que o urbano é parte integrante e fundamental dessa totalidade.

O desenvolvimento da produção capitalista está diretamente relacionado ao crescimento urbano. Ao longo da história, algumas cidades foram transformadas em centros de gigantesca aglomeração humana, resultando disso uma facilitação do processo de reprodução do capital. Com uma imensa massa de trabalhadores desempregados vindos do campo, criaram-se exércitos excedentes de trabalhadores à disposição das necessidades do capital. Para Lefebvre (1999a):

A cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e “o exército de reserva” que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma “rotatividade” de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado de trabalho (mão-de-obra). Desde que o regime capitalista se apossou da agricultura, a demanda de trabalho ali diminuiu, à medida que o capital se acumula. [...] A *superpopulação latente*, no campo como na cidade, é um dos fenômenos característicos do capitalismo. No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. (LEFEBVRE, 1999a, p. 144; notas suprimidas).

A cidade apresenta importância fundamental não só no processo de produção de mercadorias, mas também no processo de circulação das mesmas e da realização do valor criado na esfera da produção. Se não houver expansão da circulação, a acumulação estagna. Assim, a necessidade de minimização do custo de circulação de mercadorias, facilitando sua realização, é também um dos fatores que promovem a aglomeração e a concentração de capital, meios de produção e força de trabalho em determinados espaços, gerando um processo de urbanização cada vez mais extenso e intenso.

Como demonstra Pinheiro (2002), o processo de acumulação tem sua base fundamental no espaço da cidade:

Efetivamente, a cidade é o lugar da acumulação na medida em que, por um lado, toda atividade acontece em algum lugar e, por outro lado, a economia capitalista é essencialmente industrial [...]. Isto é válido mesmo para as cidades cuja atividade econômica predominante não seja a indústria, pois, sob o MPC, toda cidade está articulada a uma rede urbana que pode ser metropolitana, regional, nacional ou internacional. (PINHEIRO, 2002, p. 4)

A compreensão, portanto, da produção do urbano capitalista não pode deixar de levar em conta os processos interligados de acumulação e expansão do capital. No desenvolver desses processos ocorre uma concentração dos elementos necessários à constante reprodução

do capital, levando à criação de aglomerações humanas (com a criação de uma superpopulação relativa - para além dos trabalhadores empregados no processo de produção - que é subjacente à acumulação capitalista) e de forças produtivas cada vez maiores. Essa concentração se dá no espaço urbano. Esses são fatores essencialmente entrelaçados na sociedade regida pelo capital.

Chegamos a um ponto decisivo de nossa análise: a explicitação de que o urbano e o processo de acumulação interagem de forma dialética. Na medida em que o urbano tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia capitalista, ou seja, tem um papel de determinação sobre ela, o próprio processo de urbanização é também determinado, uma vez que é moldado a partir das necessidades provindas do processo acumulativo do capital. Assim, desenvolve-se uma relação de interação complexa entre essas partes da totalidade social⁵.

Um fator determinante na configuração urbana capitalista é o Estado. Este constitui uma forma de organização da classe dominante, em determinado tipo de formação social, que permite a essa classe garantir seu direito de propriedade e conservar seus interesses privados dando-lhes um aspecto de interesses comuns (Marx, 2002). Conclui-se, a partir dessa perspectiva, que a ação estatal é permeada por interesses de classe. O Estado deve realizar, visando manter a ordem instituída, a mediação das contraditórias relações de classe presentes de forma estrutural na sociedade do capital: “Tendo em vista que o Estado é uma expressão das relações sociais, são essas relações que permitem compreender as formas políticas e, não, o contrário.” (LIMA, 2004: 68), ou seja, “[...] o Estado, por ser um órgão de uma sociedade estruturada em classes, tem sua ação direcionada no sentido de assegurar e fortalecer os interesses da classe que detém a hegemonia sobre o conjunto da sociedade.” (LIMA, 2004, p. 68). Diz Marx (1995) que o Estado “[...] repousa sobre a contradição entre a vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares.” (MARX,

⁵ Sobre a interação complexa, diz Mészáros: “Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o “determinado” e seus “determinantes”, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes *determinados*”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma.” (MÉSZÁROS, 1993, p. 77, grifos no original)

1995, p. 80). Nessa passagem percebe-se como o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes que compõem a sociedade.

No que diz respeito à constituição do urbano capitalista, ao Estado cabe a incumbência de atender as necessidades e exigências colocadas pelo capital. O Estado é que irá, portanto, ser o principal responsável pela criação das estruturas urbanas necessárias ao processo produtivo capitalista, incluindo a criação de bens e serviços coletivos necessários à reprodução da força de trabalho e a infra-estrutura urbana, necessária ao funcionamento da produção e a circulação das mercadorias, assim como sua realização. Dessa forma, o fornecimento dessas estruturas urbanas será feito de modo a atender prioritariamente aos interesses do capital. A novidade da intervenção estatal capitalista é que ela se dá na forma abstrata de uma representação dos interesses de todo o conjunto da sociedade, quando na verdade, expressa em última instância, os interesses da classe dominante. A intervenção estatal tem também como uma de suas metas criar mecanismos que dêem conta de regular e controlar as contradições que se acumulam no urbano, mantendo os pilares da ordem vigente.

Lojkine (1997) afirma que as políticas urbanas no capitalismo, no processo de desenvolvimento das condições gerais de produção, são de caráter contraditório. Para o autor: “[...] à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital.” (LOJKINE, 1997, p. 193). Em outra passagem: “[...] a estrutura do Estado capitalista não pode deixar de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes [...]” (LOJKINE, 1997, p. 135). Ainda segundo ele, existem contradições fundamentais que estão no cerne das políticas urbanas capitalistas. Acreditamos que a principal delas, apontada pelo autor, seja a contradição entre as necessidades da reprodução do capital, isto é, o processo de acumulação, e as necessidades da reprodução da força de trabalho, ou seja, a confecção dos meios de consumo coletivos, que tem como especificidade o fato de que sua produção, na maioria das vezes, não representa oportunidade lucrativa capitalista.

Para Lojkine (1997) as contradições que o Estado reforça com suas políticas urbanas ainda sofrem um aprofundamento e uma exacerbação no estágio monopolista do capital:

Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de

rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. Contradição reforçada no estágio monopolista pelo fracionamento da classe capitalista e refletida no nível estatal pela constituição do que chamamos uma política “monopolista”, ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço da fração monopolista do capital. Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias. (LOJKINE, 1997, p. 193).

Por conseguinte, podemos evidenciar a importância das classes sociais nas relações que se erigem no urbano. Harvey (2006) explicita como as classes e suas relações são hegemônicas no contexto da urbanização capitalista:

De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas sociais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. [...] Mas, sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos. (HARVEY, 2006, p. 169-170).

Mais uma vez, temos que nos debruçar sobre o processo de acumulação, uma vez que ele está na base do crescimento e da expansão das contradições de classes do capitalismo. Explica Marx (1984) como esse processo age na contradição central, entre os capitalistas e os assalariados:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 1984, p. 188).

Nesse trecho fica explícito como o processo de reprodução ampliada do capital reproduz também, em escala crescente, uma massa de trabalhadores que permanece à disposição das necessidades da acumulação (a multiplicação do proletariado). Em outras palavras, em seu processo de reprodução ampliada, o capitalismo produz espaços nos quais o conflito de classes vai se concentrando de maneira cada vez mais intensa tendo como seu local privilegiado de explicitação o urbano.

Esse conflito fica claro, por exemplo, na disputa que se desenvolve entre trabalhadores buscando redução dos seus custos de vida e capitalistas tentando ampliar suas taxas de lucro. Na medida em que a classe trabalhadora busca uma elevação de sua qualidade de vida através da redução de seus custos com a reprodução básica e de um aumento do montante de valores de uso à sua disposição no contexto urbano, o capital, em contrapartida, busca nesse mesmo processo apropriar-se do esforço da classe trabalhadora, objetivando sempre o rebaixamento do custo da força de trabalho, possibilitado pela redução dos custos da reprodução citada acima. Dessa forma, é possível percebermos que *os conflitos na esfera da reprodução da força de trabalho refletem o conflito entre capital e trabalho*, ou melhor, que as lutas na “esfera do viver” são manifestações mediatizadas dessa contradição, que é fundante do capitalismo, entre capital e trabalho (Harvey, 1982). Para Gohn (1982), as contradições urbanas, que são geradas pela acumulação e reprodução do capital e se definem como aquelas que estão relacionadas com a esfera do consumo de equipamentos, bens e infra-estrutura ligados ao urbano, estão em conexão inextrincável com a esfera produtiva e, por sua vez, às lutas entre as classes sociais. Diz ela sobre as contradições presentes no urbano: “[...] tais contradições transferem para a esfera do consumo problemas básicos que se dão na produção propriamente dita, escamoteando assim a luta de classes [...]” (GOHN, 1982, p. 13).

Atestando as disparidades e as contradições de classe inerentes ao espaço urbano capitalista, Carlos (1999) argumenta: “No plano do espaço, os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios e a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto, sem luta;” (CARLOS, 1999, p. 83). Na sequência, a autora prossegue afirmando que: “este processo de apropriação faz aparecer por todos os lados a disparidade, a desigualdade entre ‘ricos’ e ‘pobres’ e, entre estes, a ‘miséria absoluta’ daqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças.” (CARLOS, 1999, p. 83).

Parece-nos ficar muito clara aqui a dimensão conflituosa e de interesses contraditórios que envolvem o espaço urbano, e, em nosso entendimento, esse fato advém das contradições entre os diferentes interesses das classes sociais que compõem o conjunto da sociedade. Por

consequente, acreditamos que essa dimensão conflituosa apresenta-se como inerente à sociedade capitalista, uma vez que esta se erige a partir de contradições insolúveis e incontornáveis, que fundam sua própria base e lhe dão sustentação.

1.2) A questão habitacional no capitalismo.

Pelo exposto, evidencia-se que o desenvolvimento histórico particular do urbano na sociedade capitalista engendrou um aumento da produção e da acumulação do capital, da divisão social do trabalho e da exploração do trabalho pelo capital, além de produzir um aumento constante de população nos espaços citadinos. Esse processo de crescente concentração de massas populacionais em determinados espaços originou problemas específicos como a dificuldade de acesso ao solo urbano, ao trabalho, problemas com a poluição crescente, entre outros. Nesse desenvolvimento, a cidade concretizou-se como locus privilegiado de confronto entre classes sociais.

Depreende-se desse contexto a expressividade da questão habitacional, inserida no urbano capitalista como sinalizadora de uma contradição social que pertence à estrutura da sociabilidade regida pelo capital, entre os que detêm a propriedade e os que não têm acesso a ela. Nas palavras de Lima:

[...] a existência de setores pauperizados da classe trabalhadora, privados do direito à moradia e ao trabalho, compõe uma dimensão estrutural da realização do capitalismo. Não se trata, portanto, de fenômeno conjuntural ou relativo a alguns contextos espaciais, mas, sim, do efeito da histórica repartição desigual da localização e da qualidade habitacional, entre as diversas frações de classe na cidade capitalista. (LIMA, 2005, p. 1-2).

Tendo como pressuposto esse desenvolvimento da cidade capitalista geradora de contradições agudas, a questão habitacional gestou-se como parte da questão social gerada pelas engrenagens de exploração do trabalho presentes no sistema do capital. No entanto, ela preserva características particulares em sua constituição. Kowarick (1979) nos alerta que uma análise sobre a questão habitacional não pode deixar de levar em conta determinados aspectos que estão entrelaçados nesse processo:

Assim, o chamado “problema habitacional” deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às

condições de *pauperização absoluta* ou *relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação e do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*⁶: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p. 59, grifos no original).

Em outro trecho, o mesmo autor assevera também que a questão habitacional e o modo capitalista de produção estão visceralmente relacionados, não sendo possível compreender o evoluir dos problemas atinentes à provisão habitacional da classe trabalhadora sem levar em consideração o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo em suas especificidades e tendências:

O “problema” habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos sócio-econômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas. Assim, numa primeira instância é preciso verificar as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada. Neste particular, convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos. Passa a produzir o que antes trabalhadores independentes realizavam para prover a sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda da sua força de trabalho. Esta é a marcha histórica geral do processo de acumulação [...]. (KOWARICK, 1979, p. 55).

Um aspecto determinante para a correta compreensão da dinâmica da produção habitacional é a clareza de que no capitalismo a moradia não é simplesmente valor de uso, mas também, e para o capital fundamentalmente, valor de troca. Isso resulta numa segregação no acesso a esse bem, pois, na sociabilidade capitalista vigente ele é tratado essencialmente como uma mercadoria. Engels (1976), quando tratou dessa temática, deixou explícito esse aspecto crucial do problema quando afirmou, comentando sobre as relações entre arrendatário

⁶ Kowarick reavalia seu conceito de espoliação urbana na obra “Escritos Urbanos” (2000). Nesse texto ele diz que: “[...] a noção contém a idéia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus.” (KOWARICK, 2000, p. 107). Concordamos com Pinheiro (2010c), quando este afirma que essa modificação no conceito é problemática na medida em que abre a possibilidade de que os trabalhadores espoliados sejam convencidos de que o que não lhes foi concedido ou lhes foi retirado não são direitos seus, ou ainda, que estes são direitos condicionados pelo próprio processo de espoliação. Este, por sua vez, mantém-se ativo e objetivo, independente da interpretação que os trabalhadores façam dele. Portanto, optamos por utilizar o conceito na sua acepção original.

e arrendador, que: “[...] nos encontramos [...] frente a uma troca absolutamente normal de mercadorias [...] E essa troca se efetua segundo as leis econômicas que regulam a venda das mercadorias em geral e, em particular, a venda da mercadoria ‘propriedade do solo’” (ENGELS, 1976, p. 53). Ele indicou também alguns dos principais elementos e das principais variantes que devem ser considerados quando se analisa a determinação do preço dessa mercadoria específica: “Os gastos de construção e conservação da casa ou de sua parte em questão devem ser levados em conta [...]; depois, o valor do terreno, condicionado pela localização mais ou menos favorável da casa; finalmente, [...] a relação entre a oferta e a procura no momento dado” (ENGELS, 1976, p. 53).

Aqui se faz necessário um apontamento sobre outras especificidades da mercadoria habitação. Seu processo de produção é muito complexo, dependendo do acesso a terras urbanizáveis, além de infra-estrutura e serviços locais e regionais que atendam o espaço onde ela será construída. Outra particularidade é que em seu processo produtivo consome-se um grande intervalo de tempo, o que, por consequência, gera uma imobilização temporária do capital investido⁷. Existe também a questão da realização dessa mercadoria, que pode demandar um tempo extenso. Isso ocorre pelo fato de, na maioria dos casos, ela ser portadora de um valor demasiadamente alto diante das possibilidades econômicas da maioria da população, surgindo, portanto, a questão das possibilidades concretas de sua venda no mercado.

As camadas de menor renda são marginalizadas da possibilidade de consumo desse equipamento básico de reprodução no mercado formal, originando dessa forma uma ocupação desordenada dos espaços urbanos, com aglomerações humanas em condições extremamente precárias ocupando áreas desprovidas de serviços públicos elementares: “Favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários.” (KOWARICK, 1979, p. 41).

Segundo Singer:

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda

⁷ “Tanto o período de produção quanto o de circulação da mercadoria habitação são longos [...] exigindo um processo de trabalho também muito longo [...] O capital se estende, durante muito tempo, sob a forma de produto semi-acabado.” (SOUZA, 1994, p. 194). “O atraso do setor construtivo, frente aos outros setores industriais, significa que ele possui, em termos relativos, uma baixa produtividade do trabalho, ou seja, comparativamente a outras atividades, utiliza mais intensamente mão-de-obra. Isto levaria, entre outros efeitos, à dificuldade do barateamento da habitação. O encarecimento relativo do preço da habitação constituiria uma forma de elevar a rentabilidade do setor, aproximando-a dos demais ramos industriais.” (RIBEIRO, AZEVEDO, 1996, p. 18).

monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios de pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. (SINGER, 1979, p. 33).

Nesse sentido, assevera Lima:

Nesta sociedade, na qual, [...], o desenvolvimento das forças produtivas cria uma massa crescente de trabalhadores excedentes, a pobreza é o resultado necessário das leis do movimento do capital e não algo fortuito ou uma manifestação conjuntural da dinâmica da economia. Esta concepção refuta as noções correntes de que a solução para o problema habitacional reside na implantação de políticas sociais voltadas para as populações de baixa renda. Ainda que tais propostas possam minorar carências de parcela da população trabalhadora, por estarem centradas na ótica da distribuição, descoladas da produção, terminam por não apreender a questão da pobreza como outra face da riqueza, o que tende a acarretar o enfrentamento sempre parcial. (LIMA, 2004, p. 59).

Como bem ressalta a autora nessa passagem, o capitalismo não tem como eliminar a dimensão da produção e reprodução do pauperismo de seu funcionamento. A criação da pobreza é parte estrutural do sistema. Este fato está ligado a vários fatores que são conectados intrinsecamente, como a incessante busca pela intensificação da exploração, visando o aumento máximo da apropriação do excedente por parte do capitalista e a produção de uma população excedente às necessidades do capital, entre outros. Marx (1984) explicita como o funcionamento da reprodução ampliada do capital sempre traz em seu ventre a multiplicação do número de trabalhadores despossuídos que acabam amargando condições materiais brutais, e dessa forma, acabam conformando um exército disponível às possíveis flutuações das necessidades capitalistas:

Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material

humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1984, p. 200).

À frente, prossegue Marx (1984), caracterizando o processo de produção de mais-valia e de acumulação, e demonstrando como a acumulação de riqueza em uma esfera social significa em outra a acumulação intensa e degradante da pobreza:

[...] todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agridoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 1984, p. 210).

Essa característica estrutural do capitalismo deixa suas marcas mais que constatáveis na questão habitacional na medida em que, na reprodução crescente do pauperismo está contida necessariamente a reprodução crescente também da falta de condições habitacionais minimamente necessárias para grande parte da classe trabalhadora inserida nesses mecanismos de exploração. Aqui é bom chamar a atenção para o fato de que a questão habitacional não é redutível ao processo da reprodução e ampliação das camadas populacionais pauperizadas, ainda que este seja de extrema importância em sua conformação, atuando outros fatores na determinação do problema.

O papel do Estado é imprescindível. Engels (1976) adverte que o Estado é incapaz de resolver o problema da habitação devido ao seu caráter de classe, posto que, em última medida, o que prevalece é sempre o interesse da classe dominante. Como o Estado tem de realizar a mediação das contradições estruturais entre as classes, o máximo que ele pode fazer são contribuições paliativas, que deixarão intocadas as reais raízes do problema, afinal, essas repousam nos fundamentos do modo de produção, do qual o Estado é um dos pilares de sustentação e reprodução. Nas palavras do autor:

É claro como a luz do dia que o Estado atual não pode nem quer remediar o mal da habitação. O Estado não é senão o poder organizado conjunto das classes possuidoras, dos latifundiários e dos capitalistas, dirigido contra as classes exploradas, os camponeses e os operários. O que os capitalistas [...] tomados individualmente não querem, seu Estado não quer tampouco. Portanto, se os capitalistas isoladamente deploram a miséria da habitação, mas nada fazem para aliviar mesmo superficialmente suas mais espantosas consequências, os capitalistas *em seu conjunto*, o Estado, não farão muito mais. O Estado se preocupará, no máximo, em conseguir que as medidas usuais, que representam um paliativo superficial, sejam aplicadas em toda a parte de maneira uniforme, e já vimos que efetivamente é o que se verifica. (ENGELS, 1976, p. 90-91, grifos no original).

A relação das políticas urbanas com a especulação imobiliária é um ponto de extrema relevância a ser considerado nessa discussão e exemplifica as contradições geradas no emprego dessas políticas. Pelo fato de o Estado ser o responsável pelo fornecimento de alguns equipamentos e serviços essenciais à vida urbana, isso acaba determinando sua ligação com o processo especulativo, pois quando o Estado promove melhorias em áreas específicas, atrai o interesse de determinadas parcelas da população com maior poder aquisitivo, possibilitando que os proprietários dos terrenos no entorno tenham seus espaços valorizados. Esse processo alimenta uma especulação tão intensa que provoca muitas vezes a expulsão de parcelas da população que não têm como arcar com o aumento dos custos da região beneficiada. Essa atuação estatal também potencializa a manutenção de grandes espaços vazios a serviço puramente da especulação imobiliária, que espreita as possibilidades de benfeitorias nas localidades de seus terrenos aumentando o lucro obtido com a posterior comercialização desses espaços. Dessa lógica resulta um processo intenso de periferização das parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores.

Singer descreve claramente esse processo:

O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais. No que se refere à demanda das empresas, a renda diferencial paga por elas será maior na

medida em que o novo serviço lhes permite reduzir seus custos de produção e/ou de circulação. No que se refere à demanda de moradores, a disponibilidade do novo serviço atrai famílias de renda mais elevada e que se dispõem a pagar um preço maior pelo uso do solo, em comparação com os moradores mais antigos, de renda mais baixa. A elevação dos preços dos imóveis resultante pode deslocar os moradores mais antigos e pobres, que vendem suas casas, quando proprietários, ou simplesmente saem quando inquilinos, de modo que o novo serviço vai servir aos novos moradores e não aos que supostamente deveria beneficiar. (SINGER, 1979, p. 34).

Como podemos notar, a produção do espaço urbano capitalista tem, em seu processo de desenvolvimento, diversos agentes em interação: “O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.” (HARVEY, 2006, p. 171). A conceituação desses diferentes segmentos que se relacionam na construção do espaço é tarefa de enorme dificuldade, já que os estudiosos e analistas do tema divergem em suas caracterizações específicas. Outra dificuldade é que os diversos agentes podem, em cada processo particular, assumir papéis diferenciados ou até mesmo mais de um papel ao mesmo tempo ou, ainda, articulá-los de maneira específica. Ademais, é necessário ressaltar que essa conceituação não pode permanecer fechada, congelada, já que, existe a possibilidade desse conjunto de agentes variar, de acordo com particularidades históricas e geográficas. No entanto, apesar da complexidade da matéria e de suas possíveis mutações, a enumeração de Souza (1994) é bem ilustrativa e aponta os principais elementos relacionados ao processo. Segundo ela, pode-se vislumbrar seis grupos que atuam de forma fundamental na construção do espaço urbano capitalista:

1. os proprietários fundiários urbanos e periurbanos; os proprietários imobiliários urbanos;
2. os produtores de materiais de construção;
3. os produtores (promotores) fundiários e os produtores (promotores) imobiliários ou os incorporadores;
4. os detentores de capital que investem na produção (promoção) imobiliária;
5. os compradores de terrenos e de habitação (demanda final, usuário); os ocupantes de terrenos (invasão) e moradias urbanas (proprietários e locatários);
6. o poder público e as instituições transnacionais.

(SOUZA, 1994, p. 185).

Feita esta diferenciação, é preciso ressaltar o papel do capital incorporador nesse contexto, como sendo um dos determinantes fundamentais na constituição do problema da carência habitacional no urbano capitalista. Souza (1994) explica sua importância: “Que significa incorporar? Significa fabricar o solo – processo que vai desde a compra do terreno até a venda, para o consumidor final, da mercadoria produzida” (SOUZA, 1994, p. 192). Esse

capital detém as possibilidades materiais para tornar possível o empreendimento de novas construções, pois consegue centralizar em seu poder o capital e o acesso aos espaços urbanos necessários ao seu objetivo. “O incorporador compra o terreno, detém o financiamento para a construção e comercialização, decide sobre o processo de produção, define a localização e as características gerais do produto e, ainda, seu preço.” (LIMA, 2004, p. 66).

Esse papel de comando no mercado de moradias resguarda a essa parcela do capital uma posição privilegiada na conformação da produção e reprodução das características específicas que se erguem na questão habitacional no contexto do sistema regido pela ótica do lucro capitalista. Essa configuração específica do problema tem uma de suas bases fundamentais no fato de a habitação ser entendida essencialmente como mercadoria. Para Kowarick (1979), as atividades relacionadas à produção dessa mercadoria vêm sendo crescentemente atreladas à dinâmica econômica do grande capital e, assim:

Do ponto de vista da realização do capital, os interesses daí resultantes tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de habitabilidade para as faixas de renda mais elevadas, vedando o acesso para a grande maioria dos trabalhadores que precisam, por conseguinte, encontrar outras fórmulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital. (KOWARICK, 1979, p. 56-57, notas suprimidas).

As relações contraditórias, que se interpõem entre a necessidade de habitação por parte da classe trabalhadora e o objetivo de lucro dos diversos setores capitalistas envolvidos nesse processo de construção da moradia no capitalismo, são delineados com grande clareza analítica por Pinheiro (2005):

Tomados abstratamente, demanda por habitação popular e critérios de funcionamento do mercado imobiliário não se opõem. [...] Contudo, no processo real de desenvolvimento da cidade capitalista tais elementos têm entrado em contradição, além de apresentar contradições internas a cada um deles. [...] *Tais contradições têm origem na pressão do movimento de valorização do capital ou a ele se articulam, posto que, como mercadoria, o solo urbano é valor (cristalizado) que se valoriza e é demandado por diferentes usos. Esse movimento de valorização é o que estabelece a contradição entre as demandas populares por habitação e o mercado imobiliário, pois para se realizar ele tem que aumentar a taxa de mais-valia de todos os setores econômicos, incluindo-se aqueles ligados à produção do solo urbano.* Na esfera da circulação, essa contradição se manifesta sob a forma de uma tendência de crescimento da distância entre os preços médios de mercado da moradia e a taxa média de salário, o que explica a expansão da periferia, e, na esfera da reprodução, de crescimento do peso da habitação

no valor da força de trabalho; fenômeno cujo efeito se manifesta em maior ou menor escala em toda metrópole capitalista conforme a existência (ou não) e a eficiência de alguma política habitacional. (PINHEIRO, 2005, p 163-164, grifos nossos).

Após a exposição de alguns dos elementos básicos que compõem o desenvolvimento da questão habitacional no urbano capitalista, pode-se afirmar que essa questão não é de natureza simples. Pelo contrário, ela apresenta uma realidade extremamente complexa, ligada a um complexo ainda maior de problemas existentes na essência do funcionamento do próprio modo de produção. Nas palavras de Benoit (2000): “Na verdade, a moradia é um problema estrutural do modo de produção capitalista” (Benoit, 2000, p. 150). E também Engels (1976) já afirmava a crise habitacional como consequência necessária do modo de produção regido pelas leis do capital. Assevera ele que a crise da habitação:

[...] é um produto necessário da ordem social burguesa; [...] não poderia existir sem crise da habitação uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora não pode contar senão com um salário e, portanto, exclusivamente com a soma de meios indispensáveis para sua existência e para a reprodução de sua espécie; uma sociedade onde os aperfeiçoamentos da maquinaria, etc., lançam constantemente massas de operários para fora da produção; onde o retorno regular de violentas flutuações industriais condiciona, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de operários desocupados e, por outro lado, lança à rua periodicamente grandes massas de operários sem trabalho; onde os operários se amontoam nas grandes cidades [...]; por fim, uma sociedade na qual o proprietário de uma casa tem, na sua qualidade de capitalista, não somente o direito, mas também, em certa medida, até o dever de exigir sem consideração os aluguéis mais elevados. Em semelhante sociedade, a crise de moradia não é de modo algum um fenômeno casual; é uma instituição necessária, onde não poderá desaparecer, com suas repercussões sobre a saúde, etc., senão quando toda a ordem social que a fez nascer seja transformada pela raiz. (ENGELS, 1976, p. 71).

Explicita o autor, através do levantamento de várias características inerentes ao funcionamento capitalista, que não é possível pensarmos em uma sociedade capitalista em que não seja perene o problema habitacional. Como buscamos argumentar ao longo do texto, nossa compreensão (condizente com a concepção de Engels) é a de que a questão da carência de moradia não encontra solução no modo de produção capitalista, tendo em vista que os próprios mecanismos essenciais de funcionamento e reprodução desse sistema social levam a perpétua reposição do problema. Nessa outra passagem o autor reafirma que o problema da habitação é insuperável se mantidas as bases da sociabilidade do capital: “[...] não é a solução

do problema da habitação o que resolve ao mesmo tempo a questão social, mas é a solução da questão social – isto é – a abolição do modo de produção capitalista – que tornará possível a solução do problema da habitação.” (ENGELS, 1976, p. 77).

A compreensão dessas relações que reproduzem constantemente a questão aqui analisada é de fundamental importância para descortinarmos alguns nexos que não se apresentam na aparência do fenômeno. Portanto, entendemos que para a clarificação dos laços intrincados que compõem a questão habitacional na realidade urbana do sistema regido pelos interesses do capital é imprescindível uma análise que leve em conta a totalidade da sociedade em que o problema é observado, considerando o capital como mecanismo articulador dessa totalidade. Sem essa perspectiva, não é possível sequer aproximarmo-nos da questão em suas fundamentais relações contraditórias.

1.3) O acirramento das contradições na cidade neoliberal: novas determinações do problema habitacional

A partir da década de 1970, com o princípio da crise estrutural do capital, o problema habitacional sofre um agravamento em todas as partes do planeta. Os impactos sociais gerados pela implantação das reformas neoliberais e da reestruturação produtiva refletiram diretamente sobre a condição habitacional da classe trabalhadora. Esse reflexo foi ainda mais intenso nos países da periferia do capitalismo. No Brasil, não foi diferente e a crise habitacional passa a sofrer um agravamento com a implantação do neoliberalismo e do complexo de reestruturação produtiva nos anos 1990. É no fim dessa década que em meio à agudização das contradições urbanas no país nasce o MTST, como veremos no capítulo seguinte. Dessa forma, é de fundamental importância compreender os nexos fundamentais do problema habitacional sob a égide da cidade neoliberal para compreendermos como esse movimento do capital contemporâneo afetou de forma profunda a luta de classes no urbano capitalista, para, posteriormente, compreendermos como o MTST posiciona-se diante desse conflito no desenvolvimento de sua luta social e política.

Por volta de meados dos anos 1960 começam a ocorrer modificações no sistema capitalista que viriam a provocar uma crise sem precedentes em sua história. Com a intensificação da competição intercapitalista em esfera crescentemente mundializada constitui-se uma mistura que culminaria em uma crise crônica, endêmica, instaurada nas

estruturas do sistema⁸: “Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*.” (MÉSZÁROS, 2000, p. 7, grifos no original).

De acordo com Brenner (1999) as raízes fundamentais da crise estrutural que assola o capitalismo desde a década de 1970 são provenientes de “[...] uma crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional.” (BRENNER, 1999, p. 12). Em sua análise:

A partir da segunda metade da década de 1960, produtores de custos menores que surgiram depois, alemães e especialmente japoneses, expandiram rapidamente sua produção. Ao impor preços menores aos seus concorrentes de custo mais alto, as firmas alemãs e japonesas foram capazes de aumentar imediatamente suas fatias dos mercados internacionais de manufaturas e manter suas taxas de lucro, reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de suas rivais. O resultado foi excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do grupo dos 7 (G-7) como um todo. [...] Em 1973, no entanto, tanto o Japão quanto a Alemanha haviam sido forçados a arcar com parte do ônus da crise de lucratividade. Isso porque foram obrigados a enfrentar custos cada vez maiores, em consequência da severa valorização de suas moedas em relação ao dólar que ocorreu no momento da crise monetária internacional e do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo — e sua incapacidade de recuperação — a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento. (BRENNER, 1999, p. 13).

Quando em fins de 1973 e início de 1974 o preço do petróleo quadruplica, origina-se essa crise de proporções grandiosas, expressa por uma recessão generalizada. Suas características foram “[...] queda da produção, aumento brutal do desemprego, contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação na Bolsa, etc.” (BIHR, 1998, p. 74). A tendência decrescente da taxa de lucratividade exprimia sua profundidade. Em síntese, os principais sinais da gravidade do quadro que começou a reluzir nos anos 1970 foram: uma

⁸ Para uma análise detalhada da crise estrutural e de suas causas, ver: Mézáros (2002), principalmente os capítulos 14, 15 e 16.

taxa de lucro descendente; a exaustão do modelo acumulativo taylorista/fordista; uma exacerbação da importância da esfera financeira; um crescimento da concentração do capital; a crise do Estado de Bem-Estar Social; um aumento das privatizações (Antunes, 1999).

Nesse contexto de crise estrutural, o sistema capitalista assumiu uma forma de produção e acumulação extremamente nefasta, caracterizada essencialmente pela produção geradora e multiplicadora da mais perversa e avassaladora aniquilação ambiental e humana. Essa nova forma foi desenvolvida na tentativa de recuperar-se as taxas de lucro que apresentavam quedas sucessivas. Segundo o exame de Mészáros (2009), o sistema sóciometabólico do capital só é capaz de reproduzir-se na atualidade através desse dinamismo destrutivo, isto é, através de um modo de produzir essencialmente devastador e que vai diretamente contra qualquer perspectiva de preservação tanto natural quanto social.

Essa forma de produção destrutiva tem como características não só a insana e desperdiçadora indústria bélica, como também a própria destruição das condições de vida de bilhões de trabalhadores que não conseguem ter acesso aos bens mais necessários à sua sobrevivência e, ainda, uma relação de intercâmbio devastador com a natureza, ocasionando uma dilapidação sem precedentes dos recursos naturais à medida que a produção de mercadorias obedece ao imperativo capitalista de intensificar a taxa de utilização decrescente do valor de uso. Isto torna as mercadorias cada vez mais descartáveis e supérfluas devido à necessidade capitalista de permanentemente efetuar uma reposição de novos produtos no mercado, com o objetivo de alimentar as engrenagens reprodutivas do capital, às quais não podem ser paralisadas sob pena de perecerem. Em outras palavras, no trágico contexto da crise estrutural contemporânea: “[...] destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza [...]” (ANTUNES, 2002, p. 176). Dessa forma, com o pleno funcionamento de mecanismos de desperdício, não só incontrolláveis como fundamentais dentro do sistema, a realidade torna-se preta de um potencial de autodestruição⁹ jamais imaginado, ao mesmo tempo em que o nível tecnológico produtivo alcançado tem a capacidade de proporcionar uma sociedade de abundância a toda a humanidade. Esse fato explicita uma contradição incontornável do sistema produtor de mercadorias, que é a produção artificial de escassez para a grandiosa maioria da população

⁹ “Sob as condições da crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.” (Mészáros, 2002, p. 100)

planetária; uma contradição que permite a concentração abismal da riqueza socialmente produzida em pouquíssimas mãos ao mesmo tempo em que espalha pauperismo e degradação social para os trabalhadores de todo o mundo. Como veremos mais adiante, essas contradições estruturais do sistema intensificaram os problemas urbanos e agravaram sensivelmente a condição habitacional da classe trabalhadora.

Diante desse severo quadro de crise estrutural, o capitalismo, em sua busca incessante pela recuperação das taxas de acumulação, começou a implantar um novo conjunto de ordenamentos tanto econômicos como políticos e sociais. Sob o imperativo de elevar as margens de lucro, o capitalismo mundial caminhou para um período de devastação social comandada pela implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

O pensamento neoliberal tem sua origem em meados da década de 1940, sendo que, o texto que inaugura os preceitos dessa nova doutrina é “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, datado de 1944. Essencialmente, prega o fim das limitações estatais ao livre desenvolvimento dos mecanismos do mercado capitalista, surgindo como antagonista do Estado de Bem-Estar Social, que houvera sido implantado no pós-Segunda Guerra em algumas nações de capital central. A teoria surge, portanto, na América do Norte e na Europa. No ano de 1947, nos princípios da montagem do Welfare State europeu, ocorre uma reunião convocada por Hayek, em Mont Pèlerin, na Suíça, que congregou vários intelectuais para a discussão de orientações que, posteriormente, viriam a ser denominadas neoliberais. O objetivo principal era fundamentar as bases para se realizar uma crítica e um combate contra as teorias econômicas de raiz keynesiana, buscando dar sustentação a um novo tipo de desenvolvimento capitalista, baseado nas regras do mercado sem restrições impostas pelo Estado (Anderson, 2008).

Esse receituário, entretanto, ganhou espaço nos anos 1970, quando no início da década teve início a longa crise recessiva do capitalismo, que contou com alta inflação e crescimento econômico reduzido, levando à crise do modelo de cariz keynesiano adotado após a Segunda Guerra. Para os teóricos do neoliberalismo, as causas essenciais da crise podiam ser encontradas no crescimento dos sindicatos, que haviam adquirido um poder exacerbado e estariam travando o livre e pleno evoluir do sistema econômico baseado na acumulação capitalista com suas pressões, segundo os autores, parasitárias, objetivando aumentos salariais e as pressões para que o Estado aumentasse seus gastos sociais. Para os doutrinários neoliberais, esses fatores foram responsáveis pelo arrasamento dos patamares necessários de lucros empresariais, provocando os processos de inflação que, por sua vez, culminaram na

crise. A receita para sanar o problema era preservar a força estatal no concernente ao controle dos sindicatos e ao controle sobre o dinheiro, e enfraquecer o Estado na providência dos gastos sociais e na sua demasiada intervenção sobre as regras do mercado, objetivando a estabilidade monetária, através da disciplina orçamentária (Anderson, 2008). Os cortes dos gastos estatais, que visavam alcançar esse “equilíbrio” para a “boa saúde da economia”, recaíram principalmente sobre os dispêndios sociais, trazendo efeitos nefastos para a classe trabalhadora, maior dependente desses investimentos.

Destarte, é possível afirmar que o grande objetivo da alta burguesia que defendia tais mudanças na esfera política “[...] *em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital.*” (NETTO, 1995, p. 81, grifos no original). Portanto, fica explícito que “O que desejam e pretendem não é ‘reduzir a intervenção do Estado’, mas *encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe.*” (NETTO, 1995, p. 81, notas suprimidas, grifos no original). Ou seja, “A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina sua ofensiva [...]” (NETTO, 1995, p. 81), uma vez que, “[...] ela e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *o Estado máximo para o capital.*” (NETTO, 1995, p. 81, grifos no original).

Portanto, as políticas postas em prática e o discurso neoliberal não são coerentes, à medida que as regras do jogo atendem a interesses muito bem determinados, com uma atividade estatal extremamente presente em favor do capital, mascarada pela falácia de um Estado mínimo: “Os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então, selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo, criarão, ainda, novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia [...]” (BOITO JR., 1999, p. 28). Como atestam diversos analistas, cremos que seja possível pensar em um Estado mínimo sim, para os trabalhadores, em um contexto em que esse Estado vem sendo máximo para aumentar o poderio do capital. Obviamente, a atuação governamental não funciona de maneira mecânica. O Estado é uma esfera perpassada pela luta de classes, sendo atravessado pelo conflito e pela disputa de interesses que se desenvolvem em meio a essas lutas. Muitas vezes, pela luta e pela pressão da classe trabalhadora, ele é obrigado a ceder e conceder os benefícios reivindicados, até mesmo como

uma forma de procurar manter a ordem social e arrefecer qualquer possibilidade e potencialidade de uma rebelião ou revolta de trabalhadores em grande escala. Todavia, em última instância, preponderaram os interesses do capital, na medida em que o Estado é classista. Como indica Boito Jr. (1999): “O mecanismo que governa esse processo seletivo de redução/reformulação da intervenção do Estado na economia são [...] os interesses de classe representados pelo neoliberalismo.” (BOITO JR., 1999, p. 29).

A transição ao modelo neoliberal demorou em torno de uma década. A primeira experiência que seguiu suas diretrizes ocorreu em 1973, no Chile, após a ascensão golpista da ditadura de Augusto Pinochet. Em meio a um regime extremamente violento, o país deu início a um conjunto de reformas impactantes: desregulação; repressão aos sindicatos; privatizações e aumento da concentração de renda. Em 1979, a Inglaterra foi o primeiro país de economia central a implantá-lo, sob a coordenação de Margaret Thatcher. Suas principais características foram: a contração da emissão monetária; o aumento da taxa de juros; a redução de impostos incidentes sobre grandes rendimentos; a supressão dos controles sobre os fluxos financeiros; o aprofundamento do desemprego; o sufocamento de greves; a constituição de uma legislação anti-sindical; a redução dos dispêndios sociais; e a instauração de um amplo processo de privatizações. A partir dos anos 1980, o exemplo começou a ser seguido, de maneiras particulares e específicas, por outras nações de economia avançada. Assim, essa década foi marcada pela ascensão e disseminação do receituário neoliberal para a Europa e América do Norte. Podemos ver o mesmo quadro em diversos países espalhados pelo mundo, o que nos mostra a amplitude alcançada por essa ideologia (Anderson, 2008).

Alguns dos objetivos almejados pela teoria neoliberal foram conquistados quando da sua implantação, como por exemplo, a detenção do crescimento da inflação. No entanto, no cômputo geral, a ortodoxia neoliberal não foi capaz de reverter a crise instaurada na década de 1970, sendo incapaz de elevar as taxas de crescimento econômico ao mesmo padrão existente nos chamados “Anos Dourados”¹⁰, ou “Idade de Ouro” do capitalismo, que compreendeu o intervalo histórico de meados da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, até o início da crise na década de 1970 (Anderson, 2008). Ademais, em decorrência das medidas adotadas, houve um abismal aprofundamento da desigualdade com taxas altíssimas de

¹⁰ Cabe mencionar que os melhores frutos gerados pelos “Anos Dourados” do capitalismo ficaram restritos aos poucos países hegemônicos, de capital central, que conseguiram alçar altas taxas de crescimento econômico aliadas a algumas melhorias nas condições sociais da classe trabalhadora através da atuação de um Estado Providência. Importante mencionarmos também que essas benesses estavam condicionadas e eram sustentadas em boa medida pela crescente exploração do trabalho nos países de capital periférico.

empobrecimento de grande parte da população e concentração gigantesca de capital nas mãos de parcelas cada vez menores: “[...] o grau de desigualdade [...] aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente que os salários.” (ANDERSON, 2008, p. 4).

Apesar de tudo, o neoliberalismo ainda apresenta grande fôlego, já que, “O cenário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso.” (ANDERSON, 2008, p. 6). Essa sobrevivência, e atual vitalidade, da hegemonia política neoliberal explicam-se também pela desagregação dos regimes pós-capitalistas, que ocupavam uma posição de alternativa a esse modelo. Com essa desagregação, as reformas neoliberais puderam se espalhar pelo leste europeu de maneira violentamente intensa, trazendo consequências sociais trágicas para os trabalhadores, como níveis de empobrecimento mais brutais do que se havia constatado no Ocidente, em meio ao que se pode chamar de um extremismo neoliberal (Anderson, 2008).

No contexto da crise instaurada nos princípios da década de 1970, também tornou-se imperativo para o capital buscar novas formas de produção para recuperar seus padrões de acumulação. Essa busca desenvolveu-se durante os anos 1970 e 1980 em diversas experiências na esfera produtiva ao redor do planeta. No entanto, um desses experimentos, o toyotismo¹¹, desenvolvido no Japão, se mostrou como o mais eficiente na recuperação dos níveis acumulativos, apresentando um novo modo de produzir que alcançou patamares de valor universal, a chamada “produção enxuta” (*lean production*), que se baseou em uma nova racionalidade de funcionamento (Alves, 2000). A grande projeção do toyotismo ocorreu na década de 1980, quando demonstrou sua alta eficácia competitiva diante da concorrência internacional. Dentro desse novo modelo, destaca-se a importância primordial da necessidade de flexibilizar o mundo do trabalho, ou seja, “É a flexibilidade da força de trabalho que continua sendo estratégica para a acumulação do capital [...]” (ALVES, 2000, p. 24).

Para compreendermos as mudanças trazidas pelo modelo toyotista é preciso, antes, entendermos as características básicas do padrão de produção taylorista/fordista, predominante durante boa parte do século XX. Sua base fundamental de funcionamento era constituída pela:

¹¹ O toyotismo também ficou conhecido como ohnismo, em referência ao engenheiro Taiichi Ohno (1912-1990), considerado o maior responsável pela criação do novo modelo produtivo na fábrica da Toyota.

[...] produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário/massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (ANTUNES, 2002, p. 25, grifos no original).

Esclarecidas as principais características que embasaram o padrão de produção taylorista/fordista, podemos partir para as mudanças operadas pelo modelo toyotista, que teve como objetivo recuperar os níveis da acumulação capitalista, criando um novo padrão de acumulação e produção flexível que trouxe drásticas consequências para o mundo do trabalho. “O toyotismo [...] como *via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.” (ANTUNES, 1999, p. 54, grifos no original). Segundo Antunes (1999), suas diferenças com relação ao modelo anterior são fundamentalmente as seguintes:

1) *é uma produção muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências *mais individualizadas* do mercado consumidor [...] Por isso sua produção *é variada e bastante heterogênea* [...] 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções [...] 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas [...] 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; 5) funciona segundo o sistema *kanban*, placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque. [...] 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada [...] prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa *horizontalização* estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, *acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores*. 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho. 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas [...] (ANTUNES, 1999, p. 54-55, grifos no original, notas suprimidas).

Nessa nova fase do capitalismo, desenvolvem-se então novas formas de produzir que vão marcar o capital contemporâneo em sua incessante luta para aumentar seu potencial de

lucros e acumulação, em meio ao contexto de crise estrutural. Segundo Bihr (1998), podem-se apontar três formas como as mais marcantes dessa nova ordem produtiva, são elas: 1) *a fábrica difusa*; 2) *a fábrica fluída*; e 3) *a fábrica flexível*.

Com a fábrica difusa não se perde a centralidade representada pela grande indústria, mas sim, o que ocorre é uma modificação nessa centralidade, pois “Em vez de concentrar em um mesmo lugar o máximo de funções produtivas e administrativas, o capital tende hoje, ao contrário, a espalhar a produção e o poder através de todo o espaço social.” (BIHR, 1998, p. 88). Essa difusão pressupõe um centro, uma unidade que organiza e coordena a produção das demais unidades, que podem ser um grande número, assim, “A concentração piramidal do poder é substituída pelo poder resultante da gestão fluída e flexível de uma rede.” (BIHR, 1998, p. 88).

No concernente à fluidez busca-se extirpar os intervalos na cadeia produtiva, em uma continuidade sem desperdício de tempo. “Trata-se, então, de obter *novos ganhos de intensidade e de produtividade do trabalho*. É essa uma das maiores razões do movimento atual de automação do processo de trabalho nessas indústrias.” (BIHR, 1998, p. 88, grifos no original). Combinado a isso ocorre também “[...] uma ‘automação de integração’, que consiste em *uma gestão informatizada dos fluxos produtivos* no nível de cada seção.” (BIHR, 1998, p. 89, grifos no original), e, seu objetivo é eliminar interrupções no ciclo produtivo alcançando a otimização dos tempos de produção, articulando os fluxos de matérias-primas, força de trabalho, equipamentos produtivos, etc. Nesse sentido também é necessário operar uma nova organização do trabalho para que este se integre à fluidez demandada nas operações fabris tornando possível a exploração máxima de todas as potencialidades da automação.

A característica da flexibilidade industrial está ligada a uma demanda mais diversificada do mercado consumidor que é incompatível com a rigidez da produção fordista, já que, seus rigores “[...] tornam-se insustentáveis no quadro de uma conjuntura econômica que se tornou cada vez mais incerta devido a uma concorrência exacerbada pela crise, pela internacionalização crescente dos mercados, pela evolução imprevisível das taxas de câmbio, etc.” (BIHR, 1998, p. 91). Nesse contexto, exige-se uma flexibilidade no processo de trabalho que possa dar sustentação a essa nova maneira de produzir, com a introdução nas linhas de montagem de recursos eletrônicos programáveis que permitem alterações rápidas e a execução de uma série de tarefas, o que possibilita uma resposta mais rápida das fábricas às alterações na esfera da circulação. “Disso resulta uma aceleração da rotação do capital (tanto fixo quanto circulante). Mas também ganhos de tempo (de intensidade e de produtividade do

trabalho), comprimindo os tempos mortos entre as diferentes séries produtivas.” (BIHR, 1998, p. 91).

Esses movimentos do capital ante sua crise estrutural trouxeram graves consequências para a classe trabalhadora urbana, pois, aprofundaram as contradições estruturais presentes nas cidades e agravaram os níveis de desigualdade social e concentração da riqueza, intensificando os níveis de exploração dos trabalhadores. As cidades passaram por grandes modificações para atender as novas necessidades do capital contemporâneo e isso precarizou ainda mais a condição urbana dos trabalhadores. Segundo Ferrari (2005):

Cidades capitalistas contemporâneas compõem territórios econômicos baseados em relações de exploração do trabalho pelo capital. São espaços onde seres humanos localmente alienam sua força de trabalho em proveito de um capital cada vez mais cosmopolita. Capital que desmonta obstáculos ao seu livre trânsito, exigindo a implantação de relações mais adequadas à sua revalorização. Relações materializadas pela imposição de uma apologia do lugar, pela seleção de *vocações* regionais, pelas conexões em um presumido *tempo real* aos fluxos globais e pelas políticas – identificadas como públicas – que se propõem a lidar microscopicamente com os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho promovidos pela dinâmica atual da reprodução geral do capital. (FERRARI, 2005, p. 18-19, grifos no original).

De acordo com a autora, as cidades atuais estão passando por um complexo processo de fabrilização, o que indica um dos aspectos fundamentais da conformação urbana contemporânea. A fabrilização se caracteriza por: 1) um movimento de expulsão do trabalho vivo concomitante a um acúmulo cada vez maior de trabalho morto no interior das fábricas, que visa um enxugamento e uma racionalização dessas unidades fabris, em conformidade com o ideário da reestruturação produtiva; 2) um controle logístico cada vez mais rígido dos espaços e do tempo urbano, visando à maior eficiência na circulação das mercadorias, e a menor dissipação possível dos valores engendrados na esfera da produção (Ferrari, 2005). Uma das principais funções da cidade seria, então, a de funcionar como complexo material que diminui, em medida crescente, tanto o tempo de produção como o de circulação de mercadorias. No atual momento, um dos fatores determinantes da cidade está no seu papel de funcionar como esteira estendida entre as fábricas, enquanto essas buscam a maior diminuição possível de estoques parados em seus espaços, realizando a transferência desses para as vias públicas. Isso implica uma remodelação dos espaços urbanos para que ele seja capaz de abrigar um número crescente de estoques que são colocados em trânsito o

quanto antes, fato que busca diminuir os custos produtivos, reduzindo o tempo de manutenção dos estoques nas unidades produtivas. Essa transformação das dimensões do tempo e do espaço na organização atual do processo de produção, circulação e consumo das mercadorias atende aos princípios do *just in time*¹², que é parte integrante do modelo toyotista.

O objetivo que norteia as remodelações é a maior eficácia possível na transformação da mais-valia em lucros, que se efetiva com a realização da mercadoria produzida, tendo como meta o desperdício mínimo do valor excedente criado na esfera da produção. Por isso, as atividades logísticas adquirem importância crescente no processo de rotação do capital, principalmente, tendo em vista um contexto tão agressivo de competição intercapitalista.

Cabe aqui novamente uma diferenciação entre os modelos taylorista/fordista e toyotista, mas agora, no que diz respeito às principais modificações produtivas específicas que repercutem na constituição contemporânea das cidades. O padrão fordista se baseava em:

Grandes lotes (produção em massa); movimentos rápidos, eficiência medida pela rapidez dos movimentos singulares dos homens [...] e máquinas universais; estoques intermediários como recurso para maximizar o rendimento de cada máquina e de cada trabalhador; fábricas organizadas em seções fixas (tornearia, usinagem, etc.) cada uma reunindo máquinas e processos similares (tornos, fresas, pintura). (FERRARI, 2005, p. 28).

Enquanto que o modelo toyotista pressupõe:

Produção em lotes pequenos, médios ou grandes – do tamanho necessário para atender à segmentação do mercado; movimentos sincronizados com todos os elementos da cadeia produtora de mais-valia, na qual a eficiência é medida por esta sincronia, uma vez que rapidez além da necessária em algum elo da cadeia ou uma otimização isolada, representa perdas, criação de gargalos ou aumento de estoques intermediários no elo mais veloz; ausência, idealmente total, de estoques intermediários de matérias-primas ou peças semiprontas; fábricas remodeladas em pequenas células independentes, cada uma reunindo vários tipos de máquinas. (FERRARI, 2005, p. 28-29).

¹² Ferrari (2005) considera: “[...] o *just in time* um conjunto de meios técnicos de racionalização matematizada, sincronização de tempos de trabalho e fluxos de mercadorias entre trabalhadores distribuídos por diversas unidades produtivas e por extensos territórios. Como qualquer meio técnico, é materialização do patrimônio de saber e saber-fazer acumulados, mediada pelas relações sociais de produção. Fruto de mediações sociais contemporâneas, o conjunto de procedimentos objetivados no *just in time* implanta interesses e necessidades particulares das atuais classes hegemônicas. Como tal possui força de organização material da produção e atua como condicionante ideológica, pois interfere nas consciências e no modo de vida cotidiano em geral, participando ativamente da reprodução das relações sociais dominantes.” (FERRARI, 2005, p. 23, grifos no original).

Essas alterações atribuíram uma exacerbada importância ao sincronismo das atividades produtivas com o fluxo dos meios necessários à realização destas. Isso leva a um ritmo que escapa ainda mais do alcance dos indivíduos que trabalham, devido à grande interação entre as atividades que permanecem dentro de cada unidade produtiva singular e as que estão fora dela. Isso aponta para um aspecto de extrema importância do capitalismo contemporâneo, que é a crescente cooperação entre os diferentes trabalhadores, dos diferentes ramos e setores, resultando num aumento do caráter socializado do trabalho. Isso se explica também pela determinação do enxugamento das fábricas previsto no receituário toyotista, pois, atendendo a essa exigência, externaliza-se uma parte do processo produtivo, que se espalha pelo território.

A incessante busca de aumento da quantidade de produtos em circulação e também da intensidade desta, que resulta do processo de externalização supracitado e do sincronismo dos ritmos produtivos, gera impactos profundos sobre as cidades, como o aumento do inchaço, e em muitos casos até o entupimento, das vias de transporte (Ferrari, 2005). Para que o capital consiga atingir seus objetivos com relação aos novos tempos de produção e circulação, ele se apropria do espaço urbano necessário para realizar seu fluxo de mercadorias. Ocorre uma modificação profunda na estrutura e na paisagem urbanas, já que, estas têm de ser modificadas para atender as novas exigências¹³. Nesse processo fica explícita uma contradição basilar do capital, uma vez que, os custos dessas modificações são socializados, enquanto os lucros obtidos com as benfeitorias têm uma apropriação privada. Nas palavras de Ferrari (2005): “Cidades estão sendo reconstruídas de acordo com os fluxos e ritmos impostos pela circulação das mercadorias *just in time*.” (FERRARI, 2005, p. 43, grifos no original). Prossegue a autora: “Fluxos e ritmos que correspondem à quantidade e à periodicidade de circulação de mercadorias estabelecidas por metas da esfera da produção interferem, sobremaneira, na qualidade de vida e no meio ambiente [...]” (FERRARI, 2005, p. 43). Essas novas necessidades do capital relativas ao espaço e ao tempo¹⁴ são, constantemente,

¹³ “No discurso e na prática dos poderes locais orientados pela necessária remodelação dos espaços urbanos, todos os poros sociais, os mecanismos públicos de movimentação da sociedade e os menores movimentos do trabalho passam a ser ocupados integral e absolutamente pela lógica da circulação e realização das mercadorias. Não somente os instrumentos técnicos à disposição ou os artifícios administrativos permitem às grandes empresas safarem-se dos percalços e dos entraves ao trânsito de seus fluxos. O próprio planejamento estratégico do Estado submete-se aos imperativos do capital [...]” (FERRARI, 2005, p. 101).

¹⁴ “Abreviar temporalmente a distância espacial é economia de tempo – que sob a hegemonia das relações estabelecidas pelo capital é dinheiro. Se dinheiro deve transformar-se em capital, todos os poros do tempo (e do espaço) devem ser ocupados por atividades do trabalho produtor de valor. As formas contemporâneas de organização da produção, baseadas nas operações *just in time* em um tempo tido como *real*, em hipótese alguma, suprimiram a esfera da produção, [...] mas impuseram aprofundamento, diversificação e ampliação das

naturalizadas como necessidades de todo o conjunto da sociedade, dessa forma, facilitando o processo que apontamos, de socialização dos custos e apropriação privada dos lucros.

Elas advêm das exigências postas pela reestruturação produtiva, que, por sua vez, é um dos aspectos componentes da nova forma encontrada pelo capitalismo que alça um novo nível de acumulação. A intensificação da luta e da competição entre os capitalistas traz uma importância ainda maior ao planejamento capaz de dar maior eficiência aos fluxos da produção e da circulação. Nessa concorrência logística, as cidades exercem um papel fundamental pelo fato de oferecerem as bases infra-estruturais urbanas capazes de atender de forma mais ou menos eficaz às necessidades dos diferentes capitalistas em competição.

As modificações realizadas na estrutura urbana nos anos recentes são inúmeras e, portanto, seria inviável realizarmos uma completa especificação de todas elas. Contudo, tomando com ponto de partida os apontamentos de Ferrari (2005), e visando alicerçar melhor nossa argumentação, podemos assinalar algumas: 1) o enxugamento das unidades fabris, resultado do advento crescente do emprego de trabalho cristalizado (produzindo um alto nível de automação) e da externalização de muitas das atividades que antes ficavam no interior das fábricas, gerou a produção de áreas urbanas esvaziadas, pois muitas dessas unidades fabris mudaram de localidade e, por conseguinte, ocorre também a ocupação de outras áreas que antes se encontravam esvaziadas, essas modificações interferem diretamente na vida dos moradores de ambas as localidades, no que diz respeito à aquisição ou deterioração de infraestrutura urbana básica, serviços, emprego, etc.; 2) decorrente da primeira alteração ocorrem profundas mudanças no mercado imobiliário, uma vez que a transferência de uma unidade produtiva de um local a outro promove transformações substanciais em ambas as regiões, desnecessário dizer que isso também afeta diretamente os moradores das áreas envolvidas, gerando valorização de terrenos e construções, aumento de aluguéis, entre outras modificações, que podem culminar na expulsão de camadas mais pauperizadas de determinados locais, assim como pode afetar a infraestrutura urbana e os serviços da região que foi abandonada; 3) em função da necessidade de atender as exigências da produção *just in time* ocorre uma constante reconstrução das vias de tráfego de mercadorias; 4) decorrente dessa última alteração, produz-se uma crescente piora nas vias de tráfego, pois elas não atendem só ao transporte de mercadorias mas também ao da própria população, isso leva a

atividades de circulação, distribuição e consumo de mercadorias. Transporte e logística assumem, nesse contexto, uma complexa dimensão, que só aparentemente suplanta a esfera da produção direta. Entre fabricantes e fornecedores estabelecem-se estratégias logísticas para sincronizar a produção, controlando e encurtando *tempos de circulação*.” (FERRARI, 2005, p. 161, grifos no original).

uma miríade de congestionamentos e engarrafamentos quilométricos; 5) como resultado inevitável das mudanças anteriores, tem-se um aumento cada vez mais demasiado da poluição, assim como, dos níveis de barulho, além de uma maior deterioração do solo; 6) surge um número crescente de planejamentos e construções de novos pólos tecnológicos e universidades, que em grande medida, tem sua produção apropriada de forma privada, enquanto que seu financiamento provém dos cofres públicos; 7) ocorre o aumento da isenção de pagamentos de diversas taxas públicas por parte das unidades fabris, fruto da competição entre as regiões em torno do “privilégio” de receber fábricas em seus respectivos espaços; 8) promove-se um incremento do planejamento urbano público que objetiva o desenvolvimento econômico regional e, através desse processo, o capital tem seus interesses fundamentais incluídos nesses planos que alteraram profundamente as estruturas urbanas e são financiados com verbas públicas.

Todas essas alterações são adequações à nova forma organizativa da produção do capitalismo contemporâneo e procuram corrigir o que agora se tornaram as imperfeições das estruturas urbanas, frutos das formas organizativas anteriores do capital. O novo urbano exige as condições para que se tenha uma produção e uma circulação interligadas aos fluxos da economia mundializada e um sincronismo quase exato entre as diversas partes do processo produtivo. Nesse contexto, não é raro se encontrar gritantes contradições entre os novos imperativos da produção interconectada globalmente e a não conformação plena de grandes pólos urbanos a esses imperativos. Isso é visível principalmente em grandes cidades de países da periferia do capitalismo que, apesar muitas vezes de grandes esforços, não atingem um alto nível de adequação¹⁵.

Assim, as modificações no espaço e na estrutura urbanas que estão ocorrendo nesse atual momento histórico trazem mudanças substanciais, muito embora, no período taylorista-fordista, as cidades também terem tido seu valor de uso subordinado ao imperativo capitalista de realização do valor de troca. Isto quer dizer que, com as alterações na organização capitalista *intensificou-se a apropriação desigual do urbano pelas diferentes classes sociais*. Segundo Ferrari (2005), em ambos os períodos, as cidades foram “[...] sabotadas a seus habitantes. As cidades fordistas, porque levantadas, modificadas e loteadas a toque de caixa

¹⁵ Importante ressaltar nesse ponto que: “Os reflexos das remodelações produtivas impostas pela dinâmica do capital sobre os espaços urbanos são diversos e condicionados pelas particularidades históricas de cada país e região.” (FERRARI, 2005, p. 73).

para atender ao mercado padronizado de mercadorias; as de hoje porque modificadas ao sabor da ofensiva ‘liberal-conservadora’”. (FERRARI, 2005, p. 44-45).

Nesse sentido o urbano constitui, em sua configuração contemporânea, *um local privilegiado de explicitação do conflito de classes existente na estrutura do modo de produção capitalista*, sendo palco de extrema importância das disputas e das lutas sociais travadas pelos interesses antagônicos existentes nesse sistema social que exacerba suas contradições a cada dia fazendo emergir confrontos crescentemente explosivos e que ameaçam a dominação da classe capitalista. Lojkine (1997) constata:

Em vez de rejeitar o urbano “para a margem” do confronto direto capital/trabalho, postulamos pois que nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, *o urbano é um dos lugares decisivos da luta de classes*, na medida em que ele “resume” a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo – e sobretudo seu desenvolvimento intelectual – e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas. (LOJKINE, 1997, p. 165, grifos nossos).

Por conseguinte, podemos perceber que, apesar das mudanças, os princípios fundamentais da sociabilidade capitalista permanecem funcionando, já que, ela continua tendo como base a apropriação pelo capitalista do tempo de trabalho alheio, isto é, de trabalhadores que só tem a vender sua própria força de trabalho, o que resulta na extração da mais-valia e na exploração do trabalho pelo capital. Como os princípios fundantes dessa sociabilidade não foram alterados, o urbano capitalista hodierno, ou seja, a cidade neoliberal, também mantém suas funções fundamentais no processo de reprodução e acumulação do capital, obviamente, como tentamos demonstrar, com as modificações necessárias ao atendimento dos ditames do capital em sua fase contemporânea.

Como consequência desse desenvolvimento da reestruturação produtiva e do capitalismo neoliberal a partir da década de 1970, o problema habitacional alcançou patamares ainda mais severos. O que se percebe, é a escalada de um processo de precariedade relativa à moradia em âmbito mundial decorrente das alterações nas condições de vida da classe trabalhadora e das modificações na estrutura urbana exigidas pelo capital. Na medida em que, com a dificuldade crescente ao acesso a outro tipo de provisão habitacional em meio ao avanço da intensificação da exploração da classe trabalhadora, que se torna cada dia mais espoliada e pauperizada, as moradias sem acesso ao mínimo básico de infra-estrutura urbana

vêm se disseminando como a forma mais comum de abrigo dos trabalhadores. Isso quando a população consegue acesso a esta, o que pode não acontecer, num quadro em que milhões de pessoas literalmente não têm um teto ao qual possam se recolher.

Segundo Davis (2006):

Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas. [...] Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse. (DAVIS, 2006, p. 39).

A análise de Benoit (2000) confirma a gravidade atual do problema aprofundado pela economia neoliberal: “Hoje, com a economia mundial globalizada, mais da metade da população mundial mora em sub-moradias. Famílias inteiras de quatro, cinco ou até mais pessoas amontoam-se em casas de um ou dois cômodos, sem higiene e sem privacidade.” (BENOIT, 2000, p. 150). A sociedade burguesa, em seu desenvolvimento histórico e com particular intensidade no atual período, reservou para os trabalhadores as mais variadas formas inadequadas de abrigo, como mostra o autor: “Barracos e casas precárias, favelas e cortiços, quando não as próprias ruas, foi a solução capitalista para a habitação da classe trabalhadora.” (BENOIT, 2000, p. 150). Ele afirma que essa situação é evidente em todo o planeta, apresentando uma maior dramaticidade nos países de economia periférica. Partindo da análise realizada por Marx (1984) sobre a situação de moradia da classe trabalhadora no século XIX, Benoit (2000) estabelece sua análise para o tempo hodierno, contexto em que permanece, e agrava-se paulatinamente, “o pesadelo crônico de não ter onde morar”. Diz Marx (1984) sobre sua época:

A conexão interna entre o tormento da fome das camadas mais laboriosas de trabalhadores e o consumo esbanjador, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. É diferente a situação habitacional. Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a consequente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. “As melhorias” (*improvements*) das cidades, que acompanham o progresso da

riqueza, mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais etc., ampliação das ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de bondes puxados por cavalos etc., *expulsam evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos*. Por outro lado, todos sabem que o preço alto das moradias está em razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com mais lucros e menos custos do que jamais o foram as minas de Potosí. (MARX, 1984, p. 219, grifos nossos).

Considerando essas características de funcionamento do urbano capitalista, Benoit (2000) apresenta a severidade do problema atual:

Mesmo em Paris, Tóquio, Londres e Nova York – metrópoles dos países dominantes da cadeia imperialista mundial –, existem os “sem-teto” que dormem sob os viadutos e nos parques. Sabemos bem, o que ocorre nas regiões periféricas da Terra, América Latina, África e Ásia: planos e sistemas habitacionais se sucedem, governo após governo e, na verdade, sob a promessa da casa própria para todos, desviam-se enormes verbas públicas para outros fins. Enquanto a maioria da população vive o *pesadelo crônico de não ter onde morar*, como no século XIX, continuam a serem construídos palácios para os bancos (vide a Avenida Paulista em São Paulo), casas comerciais de luxo (os shoppings), as ruas continuam a serem ampliadas para o tráfego comercial (as vias expressas e os viadutos) senão para carruagens de luxo, agora para automóveis particulares, senão se introduzem linhas de bondes puxados por cavalos, constroem-se os fantásticos túneis de metrô. (BENOIT, 2000, p. 150, grifos nossos).

A crise habitacional foi altamente intensificada mundialmente nos últimos 25 a 30 anos, como uma das consequências impostas aos trabalhadores pelas reformas neoliberais decorrentes da crise estrutural do capital ocorrida na década de 1970. Instituições internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, disseminando um conjunto de ajustes que visavam tentar recuperar as taxas de acumulação do capital, tiveram papel de demasiada importância na determinação das metas a serem perseguidas pelas políticas públicas dos países periféricos no concernente ao urbano e à habitação, assim também como em outras áreas. “Os empréstimos do Banco Mundial para desenvolvimento urbano aumentaram de meros 10 milhões de dólares em 1972 para mais de 2 bilhões de dólares em 1988.” (DAVIS, 2006, p. 79). Segundo Davis (2006):

Por toda parte o FMI e o Banco Mundial, agindo como delegados dos grandes bancos e apoiados pelos governos de Reagan e George H. W. Bush, ofereceram aos países pobres o mesmo cálice envenenado de desvalorização, privatização, remoção dos controles da importação e dos subsídios

alimentares, obrigação de repor os gastos com saúde e educação e enxugamento impiedoso do setor público. [...] Ao mesmo tempo, os PAEs devastaram os pequenos proprietários rurais ao eliminar subsídios e obrigá-los a entrar no vai-ou-racha do mercado global de *commodities* dominado pelo subsidiadíssimo agronegócio do Primeiro Mundo. A dívida [...] foi o viveiro de uma transferência de poder sem paralelo dos países do Terceiro Mundo para as instituições de Bretton Woods, controladas pelos Estados Unidos e por outros países capitalistas centrais. (DAVIS, 2006, p. 157).

Assim:

As cidades do Terceiro Mundo, principalmente, ficaram presas num círculo vicioso de aumento da imigração, redução do emprego formal, queda dos salários e desmoronamento da renda. O FMI e o Banco Mundial, [...] promoveram a tributação regressiva por meio de tarifas de serviços públicos cobrados dos pobres, mas, em contrapartida, não houve nenhum esforço para reduzir os gastos militares nem tributar a renda ou a propriedade dos ricos. Como resultado, por toda parte a infra-estrutura e a saúde pública perderam a corrida para o aumento populacional. (DAVIS, 2006, p. 158-159).

Obviamente, o aumento dos empréstimos para financiamentos do desenvolvimento urbano não tinha intenção de atacar as bases da carência habitacional, que permaneceram intocadas, sendo que, o problema continuou a se multiplicar e se intensificar pelo espaço urbano dos países periféricos. Nem ao menos tinha como objetivo minorar as trágicas consequências decorrentes do problema. Seu objetivo era possibilitar ao Banco um papel altamente determinante das dimensões e diretrizes das políticas urbanas a serem seguidas pelos governos dos países que receberam os empréstimos. Esses empréstimos também foram uma forma que permitiu ao Banco propagar e “[...] impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana.” (DAVIS, 2006, p. 79). Assim, o que se sucedeu foi que:

Elogiar a práxis dos pobres tornou-se uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional. [...] O mais importante é que as normas de recuperação do custo dos empréstimos do Banco Mundial, parte do endurecimento do dogma neoliberal, deixaram efetivamente os mais pobres dentre os pobres fora do mercado de empréstimos para construção por conta própria. [...] até os projetos mais ambiciosos e mais propagandeados do Banco Mundial tendiam a ser usurpados pela classe média ou por não-necessitados, do mesmo modo que as moradias fornecidas pelo poder público. (DAVIS, 2006, p. 81).

Com esse tipo de política, as moradias precárias passam a ser vistas como eternas, como um problema insuperável com o qual a humanidade terá inevitavelmente de conviver e que deve ser apenas amenizado, minimizado, procedendo-se através da implementação de parques paliativos. Ou seja, o agravamento do problema habitacional tem uma de suas faces na retirada da moradia do âmbito dos direitos, isto é, busca-se retirar do Estado a maior parte de sua responsabilidade com relação ao tema. Isso ligado a uma conjuntura de aprofundamento da exploração do trabalho, proliferação do trabalho precarizado e da ocorrência de números crescentemente abismais relativos ao desemprego, sem falar do avanço sobre outros direitos sociais conquistados por uma trajetória histórica de lutas sociais da classe trabalhadora que vêm sendo gradativamente flexibilizados, dilapidados ou mesmo completamente destruídos, resulta num quadro nefasto, de espraçamento cada vez mais profundo da pobreza, de concentração de renda, de acirramento das desigualdades e, logo, das contradições urbanas, fato que se reflete nas perversas condições habitacionais que atingem um número progressivo de pessoas. Portanto, “Enquanto as ONGs e os financiadores desenvolvimentistas brincam com a ‘boa governança’ e a melhoria incremental das favelas, forças de mercado incomparavelmente mais poderosas empurram ainda mais a maioria dos pobres para a margem da vida urbana” (DAVIS, 2006, p. 90).

CAPÍTULO 2

A GÊNESE DO MTST NO BRASIL NEOLIBERAL

Para analisar a gênese do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é preciso compreender a conjuntura brasileira da década de 1990. As implantações do neoliberalismo e do complexo de reestruturação produtiva no país afetaram diretamente a condição da classe trabalhadora brasileira, tendo efeitos trágicos sobre o problema habitacional. No contexto dessa década, com o início do processo de implantação da plataforma neoliberal e do complexo de reestruturação produtiva, a partir do Governo Collor (1990-1992) e, posteriormente, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil passou por uma série de transformações que intensificaram a concentração de renda e a desigualdade social, com seus efeitos inegáveis sobre o crônico problema da moradia no país.

Nesse capítulo buscaremos fazer a análise do nascimento do MTST articulando-o ao contexto do neoliberalismo no Brasil, que acreditamos ser de suma importância para entendermos a gênese do Movimento, uma vez que, de acordo com Lima (2005), o nascimento de um movimento social está diretamente alicerçado ao conjunto das contradições sociais existentes em uma sociedade baseada na exploração, sendo que ele constitui, segundo a autora: “[...] uma resposta política organizada por um sujeito coletivo, representante de uma fração de classe, cuja ação expressa determinações e condições subjetivas e objetivas presentes numa dada formação social e num determinado contexto histórico.” (LIMA, 2005, p. 1). Para ela: “Nesse sentido, seu surgimento na cena política é concebido como um sintoma de uma ampla processualidade social e histórica que determina as condições de sua afirmação.” (LIMA, 2005, p. 1). Em meio às contradições, esse sujeito coletivo organiza-se em torno de necessidades específicas que transforma em reivindicações buscando intervir na realidade social através de diversas práticas. Ou seja, é preciso examinar a processualidade do período neoliberal brasileiro com suas particulares repercussões sobre a condição habitacional da classe trabalhadora para compreendermos a influência dessa conjuntura na emergência do MTST e no seu posterior desenvolvimento como um novo integrante da luta de classes no urbano brasileiro.

Todavia, o nascimento do MTST não pode ser explicado somente pela existência de uma carência determinada, pois, a formação de um movimento social “[...] resulta do sentido coletivo atribuído a esta carência e da possibilidade de identificação subjetiva e da

subseqüente possibilidade de criação de símbolos de representação em torno dela [...]” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 115). Analisando as trajetórias do MTST e do MST, Scherer-Warren (2009) afirma que ambos os movimentos passaram pelas fases que caracterizam essencialmente essa formação. Essas seriam: “[...] formação de uma identidade coletiva, definição de um campo de conflito e um projeto de transformação social.” (SCHERER-WARREN, 2009, p. 116). No caso do MTST: “A insegurança que ronda estas famílias pelo fato de não terem moradia não é a única impulsionadora de sua união em um movimento, mas a construção de uma identidade subalterna, ser sem-teto, em oposição à de outra classe, dominante, cruel, injusta [...]” (GOULART, 2011, p. 174). Portanto, é preciso que exista um reconhecimento coletivo diante da existência de uma carência para que esta, no desenvolvimento do processo, seja reivindicada através de uma série de lutas sociais onde emergem novos valores coletivos que dão coerência ao grupo e, também, onde se definem os principais inimigos políticos no processo de conscientização sobre os fundamentos dos problemas vividos pelos componentes de um movimento. Afinal:

Podemos afirmar que os sem-teto existem, na realidade empírica, como números de déficit habitacional e como indivíduos e famílias em sua rotina cotidiana, mas apenas se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, metodologia, etc. (GOULART, 2011, p. 64).

Destarte, tentando apreender essa trajetória de formação como um movimento social, analisaremos também relatos e versões de coordenadores e de fundadores sobre a origem do Movimento. Além disso, nos valeremos também da análise de outros autores que se debruçaram sobre o tema. Os relatos foram conseguidos através de entrevistas realizadas pelo autor, através de vídeos e documentos produzidos pelo Movimento e também através de entrevistas publicadas em outros estudos.

Optamos por utilizar esses recursos porque quando se busca desvendar o momento exato do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto percebe-se a existência de versões que diferem entre si, com depoimentos que variam em alguns detalhes e principalmente na definição do momento da gênese do Movimento. Isso não é espantoso, pois, definir o exato momento em que surge um movimento social não é uma tarefa fácil, sendo que, ele surge como fruto de um processo social e não de um ou outro acontecimento isolado. De acordo com Goulart (2011), quando se busca examinar o histórico de um movimento social: “As informações não são precisas; e nem poderiam. Seu processo de

constituição envolve avanços e recuos, histórias que se entrecruzam, expectativas projetadas nas ações, lembranças individuais e coletivas que formam diferentes enfoques.” (GOULART, 2011, p. 13) Como nos afirmou Ana Paula, à época, integrante do Coletivo Regional de Araraquara e do Coletivo Estadual de São Paulo do MTST, em entrevista realizada em 2008, não existe nenhum escrito formal produzido pelo Movimento que sistematize sua História. Segundo ela: “[...] Tudo o que temos são relatos orais de militantes e ex-militantes que fizeram parte do início do movimento, além de alguns depoimentos de acampados e moradores dos acampamentos e dos bairros que o movimento organizou.” (ANA PAULA, 2008).

Apesar da dificuldade em datar-se com exatidão essa gênese, as versões com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa coincidem em suas linhas gerais e, portanto, cremos ser correto entender o nascimento do MTST pelo momento em que este realizou sua *primeira ação concreta* e inseriu-se, *de fato*, na realidade social contemporânea. Esta ação ocorreu em Campinas, no ano de 1997, quando o Movimento participou de uma enorme ocupação urbana que veio a ser chamada de Parque Oziel.

Dessa forma, começaremos a análise sobre a origem do Movimento examinando os relatos e versões encontrados em nossa pesquisa sobre o momento de seu nascimento, através da análise de documentos e vídeos produzidos pelo MTST, de entrevistas concedidas ao autor e outros depoimentos de membros do Movimento encontrados em outros estudos sobre o objeto. Posteriormente, tentando compreender os determinantes sociais e políticos do contexto brasileiro na década do nascimento do MTST, buscaremos apreender a complexa processualidade social e histórica que resultou na organização desse movimento social, analisando os efeitos sociais do período neoliberal sobre a classe trabalhadora, tais como desemprego e aprofundamento da concentração de renda, precarização do trabalho, aumento da exploração, mudanças na atuação do Estado e, principalmente, a incidência desses fatores sociais sobre a condição habitacional e urbana da classe trabalhadora, objetivando compreender em que medida essa conjuntura influenciou no acirramento do conflito de classes urbano e na emergência do MTST.

2.1) O nascimento do MTST sob diversos ângulos: relatos e versões de fundadores e coordenadores

De acordo com Daniel, integrante da coordenação estadual paulista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em depoimento dado em 2000¹⁶, foi na preparação para ocupações de terra em 1993 e 1994 que a coordenação começou a perceber uma alteração no perfil das pessoas que estavam ingressando no MST. Muitas dessas pessoas habitavam a área urbana e não tinham interesse em construir suas vidas numa área rural, tendo como objetivo empreender uma luta que lhes possibilitasse um espaço na cidade. Assim, o MST teria notado uma modificação nos objetivos de parte de sua base por volta dos anos iniciais da década de 1990. Essa teria sido, por conseguinte, a primeira percepção do MST com relação à necessidade de se criar uma ferramenta de luta urbana.

No depoimento de Alex, membro do MTST à época, em entrevista publicada em 2002 pela Revista Crítica Marxista, pode-se relacionar o nascimento do MTST ao processo de mobilização empreendido pelo MST em 1997, a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Em suas palavras:

Vamos dizer que tudo surgiu lá em Campinas, numa atividade que o MST desenvolveu em 97, na marcha popular nacional. A marcha foi muito longa e dentro desse percurso passou por Campinas. A idéia da marcha era discutir a realidade que cada cidade e região estava enfrentando, com isso alguns militantes do MST que passaram por lá conheceram alguns companheiros da cidade. Aí a coisa começou. No percurso da marcha os companheiros avaliavam, em todas as cidades, até a chegada em Brasília, a questão de como funcionava o processo de exploração nas cidades. Uma das perspectivas que o MST tinha antes da marcha era a de estar levando o povo da cidade para o campo, mas, então, no percurso, se começou a ver mais claro, se começou a ver melhor a cidade, como que ela funcionava, qual era o papel dela dentro do modelo que nós temos. Já antes, alguns militantes se deslocavam para a cidade em eventuais trabalhos trazendo gente da cidade para o campo, mas, a partir da marcha, se viu a necessidade de não só estar levando as famílias para o campo, como tentar criar dentro das próprias cidades focos de organização. Um dos objetivos era fazer uma análise mais concreta sobre a realidade urbana, sobre quais os principais problemas que assolam a população das cidades. Foi quando ocorreu a experiência de Campinas. (CRÍTICA MARXISTA, 2002, p. 140).

¹⁶ Depoimento realizado na palestra “Novas Práticas na Luta pela Reforma Urbana” no IPPUR/UFRJ, em 2000, extraído da obra de Lima (2004, p. 139).

Por conseguinte, ele relata como ocorreu essa experiência de Campinas e como ela foi importante para a constituição do Movimento:

Quando no final de 97, na época da marcha, alguns militantes do MST foram deslocados para Campinas, eles contribuíram no trabalho de uma ocupação urbana, que foi batizada depois de Parque Oziel. No início desse movimento, cerca de 800 famílias ocuparam uma área próxima do trevo da Bosch. Mas, a partir daí, o acampamento foi se massificando de maneira impressionante, foi se vendo qual era o nível de degradação humana que se tinha dentro da cidade e a enorme busca por uma melhor condição de vida. Para se ter uma idéia, o acampamento atingiu logo cerca de 5000 famílias. Foi tentada, então, nessa ocasião, pela primeira vez na experiência do MST, a organização do povo no próprio meio que ele vive, no meio urbano. Nessa ocasião, vejam bem, os militantes do MST, que vieram do campo, não foram lá para intervir, mas, para contribuir com as pessoas que já vinham nas cidades tentando se organizar. Mas, a partir daí, os companheiros do MST começaram a ver a dimensão das contradições que existiam dentro da cidade e passaram por uma fase de estudo e reflexão. Muitos militantes tentaram desenvolver lá a organização interna do acampamento, mas, não entendiam ainda bem qual o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano. Essas relações são muito mais complicadas do que se pensa. Passou-se assim por um estado de aprendizado. A experiência de Campinas serviu para isso. Foi um primeiro passo. (CRÍTICA MARXISTA, 2002, p. 141).

Segundo Ana Paula, pode-se descrever a ocupação Parque Oziel em Campinas como a *primeira experiência concreta* da qual o MTST viria a participar, podendo ser considerada sua *primeira ação concreta*. Em sua opinião, a realidade urbana campineira, extremamente desigual e precária para os trabalhadores de baixa renda, foi um fator determinante para que uma ocupação de grandes proporções ocorresse, fato que contribuiu para a organização do Movimento. Em seu relato: “[...] Campinas tem uma formação urbana muito diferenciada, é uma cidade grande em meio a muitas cidades pequenas, e foi se expandindo espontaneamente, na periferia da cidade muitos bairros não têm infra-estrutura alguma, não tem asfalto, esgoto.” (ANA PAULA, 2008).

Ela ressalta que o MST vinha tentando articular-se e organizar uma estratégia de luta urbana. A cidade de Campinas apresentava-se como muito significativa em relação à dinâmica econômica do Estado de São Paulo, portanto, muito importante e com grande visibilidade, e apresentava um grave problema habitacional onde milhares de trabalhadores viviam em condições urbanas e de moradia muito precárias. Para Cassab (2004), outros motivos também justificam a escolha de Campinas para sediar a primeira ação do Movimento.

Segundo ela, os fatores determinantes foram: 1) O município oferecia condições materiais propícias para criar-se um movimento por moradia de massas, uma vez que tinha um grande número de pessoas que não possuíam uma habitação e uma grande quantidade de terras sem ocupação; 2) A falta de experiência com a realidade urbana, já que o Movimento apenas iniciava-se, e, portanto, necessitava de uma “experiência piloto” antes de empreender uma ação na capital, onde teria de disputar espaço com outros movimentos já organizados; 3) A existência de um número reduzido de movimentos sociais que lutassem por moradia na cidade.

A partir de 1997, o MST desloca militantes para ajudar na organização de ocupações na cidade, participando de reuniões, assembléias, colocando em pauta propostas de ações, assim como ajudando na elaboração e execução de manifestações externas como, por exemplo, passeatas. Assim, foi nesse momento que “[...] tanto o Pq. Oziel quanto o MTST tomavam corpo.” (ANA PAULA, 2008). Essa ocupação, segundo relato de alguns coordenadores, foi muito importante para o processo de constituição do Movimento e foi uma experiência que ensinou muito aos organizadores que apenas começavam a ter contato com a realidade urbana e desconheciam uma série de fatores atuantes nesse meio.

Segundo a análise de Goulart (2011):

Pode-se considerar a ocupação do Parque Oziel como a primeira “experiência” de organização e luta em ocupação urbana do MTST, ainda bastante vinculado ao MST e com forte apoio da Pastoral da Terra, o que foi, sem dúvida, uma prova de fogo. Uma área de 1 milhão de m², com 6000 famílias, alto índice de violência urbana, com investidas sucessivas da polícia na área ocupada, inúmeras ações de despejo aprovadas pela Justiça foi o único local onde ocorreram assassinatos de militantes na história do movimento. (GOULART, 2011, p. 25).

Em outra entrevista, concedida em 2010, agora como coordenadora regional de Campinas e coordenadora estadual do MTST pelo estado de São Paulo, Ana Paula avalia ainda que a idéia da organização de um movimento que atuasse na cidade, como uma ferramenta urbana, surgiu de uma conjuntura pela qual o MST passava em meados dos anos 1990, mais especificamente em torno do ano de 1996, quando este movimento enfrentava dificuldades na relação com o governo de Fernando Henrique Cardoso e estava passando por um delicado momento marcado pelo massacre em Eldorado dos Carajás. Foi nesse momento que o MST pensou em organizar uma estratégia diferenciada que permitisse uma discussão com a sociedade de maneira geral. Nesse contexto, segundo ela, os coordenadores do

movimento pensam “[...] na Marcha Nacional, na Consulta Popular e no MTST como uma estratégia política para o meio urbano.” (ANA PAULA, 2010). Em 1997, com os vários processos de ocupação de terrenos em Campinas, o MST encontrou na experiência da organização do Parque Oziel uma oportunidade para iniciar sua atuação no urbano, através do MTST. Importante apontar também que, nessa primeira ação que levou à formação do MTST, existiam outras lideranças populares locais que interagiam com o Movimento na organização da ocupação.

Em “Breve história do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (2006a), documento de divulgação produzido pelo Movimento, pode-se encontrar a seguinte descrição de seu nascimento: “O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) surge em 1997, com o apoio do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Ainda naquele ano, realizou a ocupação de um terreno em Campinas, que ficou conhecido como Parque Oziel [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006a, p. 1). No documento “Quem somos” (2005a), o nascimento do Movimento é ligado à necessidade de empreender-se uma luta na esfera urbana: “O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu, no final da década de 90, com o compromisso de lutar, ao lado dos excluídos urbanos, contra a lógica perversa das metrópoles brasileiras: sobram terras e habitações, falta moradia.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005a, p. 1)

Em outro texto, intitulado “Cartilha do militante n.1” (2005c), o nascimento do MTST é atribuído também ao ano de 1997, através dos processos de ocupação ocorridos em Campinas e da Marcha Nacional realizada pelo MST também nesse ano. Esses dois processos teriam sido os que cimentaram a base para a constituição do Movimento. Mais uma vez é ressaltada a importância do MST liberando militantes para atuar na realidade urbana e construir o MTST: “Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 3). Na sequência, após a realização do diagnóstico de quais seriam as principais carências que afetavam a classe trabalhadora e que poderiam ser grandes motivadores de mobilizações massivas, parte-se para a construção de um movimento que articulasse a luta social no terreno urbano a partir das problemáticas encontradas.

Ainda nesse texto apontam-se diversos problemas encontrados pelo MTST em seus anos iniciais, como, por exemplo, a falta de experiência em lidar com a especificidade de algumas questões diretamente relacionadas ao contexto urbano, a dificuldade de lidar com o

oportunismo de políticos, o empenho da burguesia em acabar com o Movimento e a desistência de muitos militantes ao longo das lutas empreendidas.

De acordo com Jota, coordenador estadual do MTST em São Paulo e um dos fundadores do Movimento, em entrevista concedida a nós em 2010, pode-se apontar a gênese concreta do MTST em 1997, mais precisamente em fevereiro de 1997, sendo que ele: “Surgiu em função de um diálogo com o Movimento Sem Terra, é um Movimento que se distingue um pouco dos outros movimentos porque tem essa diferença genética [...]” (JOTA, 2010). Para Jota, o Movimento especifica-se em decorrência de sua descendência do MST, que tem uma estratégia própria e que foi adaptada à realidade urbana. Ele também relata o momento crítico vivido pelo MST em 1996, o que levou esse movimento a pensar em novas estratégias de luta, como abordamos anteriormente. Ressalta o problema específico vivido no Pontal do Paranapanema que contava com uma grande concentração de terras e muitos camponeses que não migraram para os grandes centros urbanos, gerando, assim, uma realidade explosiva no contexto daqueles anos. Segundo Jota, nessa época, o MST cresceu na região e intensificou sua atuação, o que, por sua vez, levou à exacerbação do conflito na área, com sua militarização e generalização. Isso ocorreu numa conjuntura crítica de implantação das políticas neoliberais e incremento da pobreza. Por conseguinte, ele também relata que as respostas dadas pelo MST naquele ano foram a criação da Consulta Popular, a decisão de realizar uma Marcha Nacional e a criação de um instrumento de luta urbana, que deu origem ao MTST. Em suas palavras:

[...] o MST pensou em dar três respostas, uma que seria a organização de um instrumento político que eles chamam de Consulta Popular até hoje, que não vingou mas que era...tinha o sentido de fazer sair, tirar o foco do enfrentamento direto para fazer o enfrentamento mais político e conseguir acumular forças. Outra que seria a resposta de colocar o povo na rua, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, uma marcha até Brasília que saiu de vários lugares do Brasil até a capital federal...que teve sucesso, e também o estímulo a organização de movimentos urbanos e um dos movimentos urbanos seria o MTST que teve, na verdade, uma ligação direta com essa estratégia aqui no estado de São Paulo onde o MST liberou militantes do movimento sem terra para a atuação no movimento sem teto [...] (JOTA, 2010).

Nesse processo, ele explica como o MTST surge no ano seguinte, em meio a ocupações que ocorriam Campinas:

[...] a idéia era um pouco, a princípio, era tentar organizar grandes ocupações na cidade para fazer o enfrentamento, chamar a atenção do Estado para a cidade e, com isso, avançar tanto na cidade como no campo, em duas frentes...aí nós viemos para Campinas em 1996 e pensamos a organização de uma grande ocupação urbana do MTST e inventamos o nome MTST, MTST porque era um Movimento de moradia, um movimento que é massivo, um movimento que, de fato, é um problema que atinge a massa. Se você for ver, o problema da moradia no Brasil é maior que o problema do desemprego, porque atinge as pessoas que estão empregadas e as que estão desempregadas [...] *É um problema grave, enraizado, que está ligado a situação de desemprego, ao êxodo rural, a densidade demográfica, a ocupação do solo urbano, ao próprio capitalismo em si.* A primeira ação do Movimento em Campinas, ela repercutiu e comprovou isso [...] Todas as ocupações de Campinas foram influenciadas por essa decisão nossa de estar próximos do MST [...] (JOTA, 2010).

Jota afirma que as enormes dimensões que a ocupação Parque Oziel tomou em poucos dias, tendo começado com cerca de 70 famílias e atingindo, em pouco mais de um mês de vida, um número superior a 5000 famílias, denota a gravidade do problema habitacional existente. Em seus termos: “[...] a gente viu que irradia, junta gente pra caramba, a crise habitacional não é um discurso, o pessoal vem mesmo porque precisa.” (JOTA, 2010).

Na sequência, ele afirma que o MTST surge, na verdade, como um apêndice do MST, um instrumento de luta urbana, um braço do MST para atuar na realidade urbana, pois o ponto de vista era de que a luta urbana e a luta no campo deviam ser conjugadas, ou seja, deviam desenvolver-se mutuamente, pois “O campo não está separado da cidade, o mesmo capitalismo que explora o campo, explora a cidade, e é ele que tem de ser atacado [...]” (JOTA, 2010). Cassab (2004) também afirma a importância tanto da ligação genética entre o MST e o MTST quanto da influência do primeiro no desenvolvimento do segundo. Em suas palavras: “Em realidade, a estreita relação entre esses dois movimentos, não apenas em sua origem, como também em outros aspectos, imprimiu profundas marcas na definição de uma cultura política própria ao MTST.” (CASSAB, 2004, p. 113). Só posteriormente, como veremos mais a frente, é que a organização do MTST avalia a necessidade de completa autonomia na sua atuação e desvincula-se do MST em 2003.

Segundo Jota, portanto, eventos intercalados forneceram as substâncias para a geração do MTST. A crise no campo dada em 1996, o enfrentamento no Pontal do Paranapanema resultado dessa crise, a ocupação do Parque Oziel em fevereiro de 1997, quando, factualmente, o MTST passa a existir (embora vinculado diretamente ao MST) e a divulgação do Movimento através da Marcha Nacional, realizada alguns meses depois da ocupação. Ele

também aponta a importância do Parque Oziel no sentido de formar militantes que passaram a atuar em outros locais, organizando outras ocupações na mesma época em Campinas e militantes que migraram para outras regiões do país, ajudando a disseminar a organização do Movimento em outros estados.

Pode-se notar a variação entre as datas apontadas como as que marcaram o nascimento do MTST. Para além dessas discordâncias e pequenas diferenças nos depoimentos, cremos que seja plausível, pelo que pudemos constatar através de todas as fontes pesquisadas, afirmar que *o nascimento prático-concreto* do MTST ocorreu no ano de 1997, quando inicia sua participação na ocupação Parque Oziel, ainda com o caráter de instrumento de luta urbana do MST. Ou seja, é nesse ano que ele se insere na realidade social atuando de forma concreta, factual, em uma ação. Nesse momento, o MTST ainda estava integrado ao MST, conquistando sua autonomia como Movimento independente poucos anos depois. Entretanto, nota-se também que o *projeto* inicial, o *plano*, a *decisão política* de construir o MTST como instrumento de luta urbana tenha surgido da conjuntura enfrentada pelo MST em 1996, principalmente da situação enfrentada no Pontal do Paranapanema. Foi em 1996 que se percebeu mais explicitamente a necessidade de uma ferramenta urbana devido ao fato de que a maioria da população trabalhadora não objetivava mais voltar ao campo, mas sim, pretendia encontrar um local digno onde pudesse viver em condições viáveis na cidade.

No entanto, o caráter processual da emergência do MTST remete-nos à análise do contexto e do movimento da realidade da década de 1990. Alguns depoimentos afirmam que os primeiros sinais de discussão sobre as mudanças no mundo rural e urbano, que traziam consigo a necessidade de pensar novas formas de organização da base do MST, surgiram no início dos anos 1990, mais exatamente, nos anos de 1993 e 1994. Ocorre uma intensificação do debate nos anos seguintes, em 1995, com o Congresso Nacional do MST, e em 1996, durante a conjuntura de intensificação dos conflitos por terra ocorrida no Pontal do Paranapanema. No contexto de 1996, segundo apurado nas entrevistas com alguns coordenadores do Movimento, teria surgido o *projeto*, o *plano* da criação do MTST, que nasce, *de fato, concretamente*, em 1997, quando realiza sua primeira ação como um movimento social urbano, mesmo que ainda, como uma extensão, uma ferramenta do MST.

No próximo tópico, portanto, faremos um exame dessa processualidade social e histórica que envolveu e contextualizou a emergência do MTST ao longo da década de 1990, quando o Brasil passou por enormes transformações com a implantação do neoliberalismo e do complexo de reestruturação produtiva que agravaram a crise social no país, levando

milhões de trabalhadores ao desemprego estrutural, à precarização e à informalidade, trazendo severas consequências para a realidade do campo e da cidade. Essa intensificação nos conflitos de classe nas duas realidades influenciou de maneira decisiva a formação do MTST como uma ferramenta de luta urbana da classe trabalhadora. Dessa forma, faremos uma breve análise teórica desse período histórico brasileiro objetivando compreender sua repercussão sobre a classe trabalhadora nacional e como ele implicou no aprofundamento do conflito de classes, sendo um dos fatores determinantes da origem do MTST.

2.2) A processualidade social da emergência do MTST: intensificação do problema habitacional no Brasil neoliberal e a organização de uma ferramenta de luta urbana.

Passaremos agora, portanto, a realizar uma análise da processualidade da origem do Movimento e dos principais nexos sociais que envolveram sua emergência, examinando o contexto social e político brasileiro com suas repercussões sobre a questão habitacional, porque apreender a formação do Movimento “[...] exige o resgate de sua história para conhecer os sujeitos portadores do projeto do seu nascimento e as *circunstâncias de sua origem*.” (LIMA, 2005, p. 2, grifos nossos). Por conseguinte, é preciso examinar:

[...] as profundas mudanças no mundo urbano e rural brasileiro na direção da adequação da sociedade brasileira à fase do monopólio, as consequências sociais provocadas por estas alterações na estrutura das relações sociais e a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que em resposta à drástica redução da população rural decidem realizar experiências organizativas nas grandes cidades, buscando reunir a população sobrando da cidade – segmento social, em expansão, integrante da fração estagnada do exército de reserva, com perspectivas cada vez mais reduzidas de integração ou reintegração no mercado formal de trabalho. (LIMA, 2005, p. 2).

A processualidade histórica da formação do MTST remete-nos, portanto, à implantação do neoliberalismo e do complexo de reestruturação produtiva no Brasil, com suas consequências sobre a luta de classes no urbano nacional, uma vez que: “[...] as condições de empobrecimento da população indicavam que a luta popular tinha um terreno fértil para ações reivindicativas, sobretudo aquelas dirigidas à melhoria das condições de vida mais emergenciais.” (GOULART, 2011, p. 26). A organização da classe trabalhadora nas cidades focou-se mais na luta por habitação do que propriamente na luta por emprego “[...] visto que a diminuição do mercado formal, pelas medidas neoliberais, empurrou um grande número de

pessoas a trabalhos precarizados e instáveis e atingiu, em cheio, a mobilização sindical. E o MTST procurava ‘a base pobre’ nas cidades.” (GOULART, 2011, p. 26-27). Ainda segundo ela, os anos 1990 representaram um período “[...] delicado para os movimentos sociais, pois, ao mesmo tempo, ganhavam visibilidade na sociedade brasileira, com um projeto de ampliação dos direitos sociais, e chocavam-se com o neoliberalismo regressivo do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).”

Fica claro, assim, que é preciso compreender as transformações sociais e políticas cunhadas pelo período neoliberal para entender como o conflito de classes intensificou-se nas cidades brasileiras com a precarização da condição habitacional e urbana da classe trabalhadora nessas duas últimas décadas. Ou seja, é preciso que deslindemos a conjuntura que contextualizou a construção do MTST como um instrumento de luta social no cenário urbano. Dessa forma, concordamos com Lima (2004), quando esta afirma “[...] a existência de determinações de caráter particular e imediatamente concreto e de determinações de caráter universal e abstrato que, conjugadas, contribuem para a formação de um terreno propício à emergência deste movimento social.” (LIMA, 2004, p. 161). Neste sentido, acrescenta ela:

[...] para além da forma particular de expansão do capitalismo no Brasil e da consequente metamorfose das relações sociais no campo, existe uma determinação essencial no qual emergiram as condições necessárias ao nascimento do MTST: a forma capitalista de organizar a produção em qualquer espaço. Na dominação do capital sobre o trabalho, e sua decorrente necessidade de subjugar o trabalhador e controlar os meios de produção, o capital teve uma luta constante contra os obstáculos à sua reprodução ampliada. Enfrenta a propriedade da terra para fazê-la produzir, em consonância com os seus desígnios; transforma a terra em terra de negócios, em mercadoria e, por conseguinte, em produtora de mais valia, muito embora, sob a forma de renda da terra. Pelo mesmo processo expropriatório, promove a separação entre o trabalhador e os meios que necessita para trabalhar, transformando o anterior dono da terra em trabalhador assalariado. (LIMA, 2004, p. 161).

Em outras palavras, é basilar do modo de produção capitalista que o trabalhador seja expropriado de sua terra e de suas condições fundamentais de trabalho, processo que o torna força de trabalho disponível no mercado para que o capitalista possa, através da exploração de seu trabalho e da extração da mais-valia, desenvolver a acumulação de capital. Trazendo sua perspectiva para os anos recentes, Lima (2004) assevera a trágica condição social contemporânea brasileira mostrando como a questão habitacional e a luta por um espaço surgem como extremamente relevantes na luta social:

Na atualidade [...] na medida em que as empresas, tanto na cidade como no campo, tendem, progressivamente, a incorporar tecnologia poupadora de mão de obra, o destino de grande parte dos assalariados oscila entre o desemprego e a indigência e/ou o trabalho precário. Provavelmente por esta razão, a luta pela terra, no presente, possui um perfil ímpar, capaz de, potencialmente, aglutinar trabalhadores rurais e urbanos. *O desemprego, a carência de habitação e a necessidade de serviços urbanos, fazem com que o acesso à terra surja como uma alternativa para o suprimento das necessidades básicas de reprodução para um segmento da classe trabalhadora que resiste à lumpenização.* (LIMA, 2004, p. 162, grifos nossos).

O desenvolvimento capitalista brasileiro avança, portanto, em meio a um processo de expropriação dos trabalhadores que, muitas vezes, acabam por engrossar os números assombrosos do exército excedente urbano. Esse quadro é ainda mais grave quando se pensa que o capitalismo contemporâneo não tem mais perspectivas de absorver essa massa gigantesca de trabalhadores sobrantes. No Brasil, a fórmula perversa que se acentua é a do aumento da concentração de riqueza e da propriedade territorial e o agravamento da desigualdade social, dando a medida para a intensificação do problema habitacional e urbano que atinge a maior parte da classe trabalhadora.

Destarte, fica explícito que não se pode entender o MTST, seu nascimento, sua constituição, organização e ação, sem que se compreenda o atual período histórico, ou seja, sem levarmos em consideração os principais determinantes econômicos, políticos e sociais do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, pois: “[...] o MTST é parte do campo social característico da atualidade e, portanto, está sob os mesmos efeitos das forças que compõem a ordem global (mesmo que indiretamente).” (CASSAB, 2004, p. 139). A nova ordem social trouxe graves consequências para a classe trabalhadora, uma vez que: “É nesta ordem que se realiza a crise estrutural do emprego, a partir dos novos modelos de organização da produção e do trabalho – notadamente no que concerne à consolidação de um padrão de flexibilização das relações de trabalho.” (CASSAB, 2004, p. 139). Para Goulart (2011): “[...] o surgimento e o rápido crescimento do MTST, expressa a luta de classes no Brasil partindo da configuração de uma nova classe trabalhadora, [...] subproletarizada.” (GOULART, 2011, p. 156).

Fazendo uma comparação da base social integrante do MTST com as bases sociais dos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980, Cassab (2004) evidencia uma drástica piora das condições de vida da classe trabalhadora a partir das reformas neoliberais implantadas na década de 1990. Segundo a autora, nas décadas de 70 e 80: “Embora a

situação fosse de crise, o desemprego ainda não havia atingido patamares tão elevados. Por sua vez, *o aumento do desemprego veio acompanhado pela queda na renda dos trabalhadores empregados.*”, ela aponta ainda que “[...] também *o aumento da violência e a degradação das condições de moradia e acesso aos recursos da metrópole sinalizam a precarização da situação dos trabalhadores após a década de 90*, com os processos encetados pela globalização.” (CASSAB, 2004, p. 141, grifos nossos).

Um dos fatores históricos relacionados a piora da condição urbana da classe trabalhadora foi um processo de intensificação da exploração e da expropriação dos trabalhadores rurais que engrossaram as fileiras do exército de trabalhadores excedentes urbanos que se concentraram principalmente nas regiões economicamente mais desenvolvidas, por conta da suposta maior oferta de emprego e renda. Esse processo de expulsão dos trabalhadores do campo tem de ser compreendido historicamente e nos leva às décadas de 1960 e 1970, quando o governo militar iniciou uma política de favorecimento à modernização capitalista da agricultura nacional, favorecendo os grandes capitais envolvidos no negócio e diminuindo as possibilidades do trabalhador rural ao acesso e à permanência na terra. Isso, aliado ao grande impulso à industrialização que aumentava o número de vagas de emprego oferecidas nas cidades, intensificou muito a migração rural-urbana.

Com relação ao período mais recente da história nacional, Santos (1993) aponta a imbricação entre a urbanização brasileira e o crescimento dos níveis de pauperização durante todo o século passado e enfatiza sua intensificação nos últimos anos: “Ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade.” (SANTOS, 1993, p. 10). Isso ocorre, segundo o autor, em meio a um contexto de expulsão das camadas mais empobrecidas de trabalhadores do campo que se moderniza. Os próprios trabalhadores da atual agricultura tendem a morar no espaço citadino. Enquanto isso: “A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.” (SANTOS, 1993, p. 10).

Na década de 1980 o país já passava por um processo de inchaço do espaço urbano e por uma recessão econômica. Segundo Maricato (2006): “O Brasil, [...] cresceu 7% ao ano de 1940 a 1970. Na década de 1980, cresceu 1,3%, e na década de 1990, 2,1%, segundo o IBGE.” (MARICATO, 2006, p. 212), fato que nos apresenta a gravidade da recessão que o Brasil atravessava nesses anos. Nesse contexto, “[...] o crescimento econômico do país, nas

duas últimas décadas do século XX, não conseguiu incorporar nem mesmo os ingressantes da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho [...]” (MARICATO, 2006, p. 212-213). Essa situação “[...] acarretou consequências dramáticas para a precarização do trabalho e conseqüentemente, também para a crise urbana.” (MARICATO, 2006, p. 213, notas suprimidas). Segundo Alves (2000):

Nos anos 80 ocorreu a deterioração do cenário da economia capitalista no Brasil, caracterizada pela instabilidade macroeconômica – hiperinflação, recessão, crise financeira. A crise da dívida externa (1981-1982), a instauração da crise estrutural do balanço de pagamentos, o estrangulamento das contas externas, debilitaram a reprodução interna de capital. A economia brasileira foi colocada diante da necessidade desesperada de novos saldos na balança comercial, visando adquirir meios de pagamentos internacionais para cumprir o serviço da dívida externa. Pela imposição dos ajustes ortodoxos do FMI, com a tutela dos credores internacionais, o país se concentrou no equilíbrio do balanço de pagamentos adotando, para isso, políticas recessivas que deixam o circuito interno de capital paralisado. Ocorreu a deterioração crescente do setor público, que se debilitou ainda mais, paralelamente à debilitação das condições sociais. (ALVES, 2000, p. 112).

De acordo com Antunes (1999), o desenvolvimento industrial brasileiro caracteriza-se historicamente por um “[...] processo de *superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado.*” (ANTUNES, 1999, p. 236, grifos no original). Esse foi o modelo de acumulação capitalista desenvolvido substancialmente no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970. Na década seguinte, no entanto, começaram a ocorrer modificações nesse quadro:

Durante os anos 80 esse processo começou a sofrer as *primeiras* mudanças. Embora em seus traços básicos o padrão de acumulação e seu “modelo econômico” permanecessem o mesmo, foi possível presenciar algumas mutações *organizacionais e tecnológicas* no interior do processo produtivo e de serviços, *ainda que evidentemente num ritmo muito mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais.* Isso porque, até então, o país ainda estava relativamente *distante* do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais. A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal.* (ANTUNES, 1999, p. 236, grifos no original).

Para Alves (2000), a década de 1980 foi marcada por contradições na esfera da produção. Nesse decênio, os primeiros passos rumo à reestruturação produtiva começaram a ser dados, embora de forma muito incipiente e frágil, constituindo o que ele chama de toyotismo restrito, que estava ligado a uma automação microeletrônica de caráter limitado e restringido. A contradição também estava presente nas “relações industriais” que, apesar de algumas inovações, preservava seu modo “autoritário” na condução da relação entre capital e trabalho. O sindicalismo, ao mesmo tempo em que via nascerem sindicatos combativos e de representação classista, não era capaz, em seu conjunto, de impedir o avanço das reformas produtivas que vinham sendo realizadas.

Dessa forma, pode-se avaliar a conjuntura sob a qual o Brasil caminhava rumo à implantação da plataforma neoliberal, desenvolvida fundamentalmente a partir do Governo Collor (1990-1992). Essa busca pela inserção (periférica) do país aos novos padrões produtivos e acumulativos que estavam trilhando as grandes potências internacionais acentuou drasticamente as péssimas condições sociais da classe trabalhadora brasileira que passou por diversos processos, tais como: a intensificação de sua exploração, a precarização de seu trabalho, o desemprego. O Estado diminuiu sua atuação em relação aos gastos sociais demandados pela classe trabalhadora e inflou-se com relação à defesa dos interesses das diferentes camadas da classe capitalista. Essas são algumas facetas das novas diretrizes neoliberais trilhadas pela nação, obviamente, de maneira subordinada aos imperativos do capitalismo internacional. Como país periférico, as mudanças aqui foram ainda mais impactantes do que nos países centrais, trazendo efeitos sociais nefastos como o aumento exorbitante da exploração, do pauperismo e a falta de acesso aos meios mais elementares à vida humana. Isso repercutiu intensamente na determinação dos novos parâmetros do problema habitacional, principalmente, quando se pensa nas periferias das grandes regiões metropolitanas, locais que abrigaram a maioria dos trabalhadores mais intensamente afetados pelo neoliberalismo. Com o acúmulo das contradições, o conflito intensificou-se ainda mais e isso será um dos fatores que influenciará na decisão do MST em criar uma ferramenta de luta social no cenário urbano no fim da década de 1990.

A adequação da economia brasileira aos imperativos do mercado neoliberal globalizado implicou o empreendimento de uma reestruturação econômica que segue seu curso em acordo com os ditames do capital internacional. Ademais, intensificou-se o ataque aos direitos da classe trabalhadora, através de uma ampla desregulamentação das relações de trabalho, além de uma redução do papel do Estado no concernente aos gastos sociais. Esse

conjunto de fatores afeta diretamente a condição urbana da classe trabalhadora, pois, precariza ainda mais as condições sob as quais essa passa a viver, levando a uma drástica piora de sua situação habitacional.

Para Boito Jr. (1999), a década de 1990 foi marcada pela implantação das reformas de cariz neoliberal que buscaram debilitar ou mesmo aniquilar barreiras impostas pela classe trabalhadora à sua exploração. Essa foi a meta de todos os governos que se sucederam nesses anos, cada qual com suas particularidades. Como ele mesmo afirma “[...] o de Fernando Collor, aventureiro, outro, o de Fernando Henrique Cardoso, consciente e conseqüente na implantação do programa neoliberal.” (BOITO JR., 1999, p. 232). Segundo o autor, nessa década foram implementadas políticas de abertura comercial, de privatizações, de desregulamentações e de redução dos investimentos estatais para a área social. Nesse contexto de transformações importa ressaltar que: “A política neoliberal dos anos 90 pauperizou, de um modo nunca visto desde os anos 50, a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo [...]” (BOITO JR., 1999, p. 232).

Segundo Alves (2000):

O que podemos denominar “política neoliberal” é um processo complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital. Inicia-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prossegue, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). As principais características da política neoliberal no Brasil, cujo estabelecimento é perseguido desde o governo Collor, são a *liberalização comercial* e o *novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público*, etc. São medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova lógica do capitalismo mundial. *O que quer dizer que o neoliberalismo, considerado como ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital, não implica “negar” a centralidade do papel do Estado na economia capitalista, mas reconstituí-lo segundo a lógica das corporações transnacionais.* (ALVES, 2000, p. 114, grifos nossos).

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi eleito com a responsabilidade de colocar o Brasil no patamar da “modernidade capitalista mundial”, leia-se: iniciar no país as amplas reformas necessárias à implantação do modelo neoliberal. A partir das diretrizes propugnadas pelas grandes instituições do capital internacional, como o

FMI e o Banco Mundial, buscou: “[...] o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a ‘modernização’ (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país.” (ANTUNES, 2004, p. 10). Essas características denotam o caráter da política a ser praticada com um claro avanço rumo à privatização. Antunes (2004) argumenta que os planos implantados pelo governo Collor colecionaram fracassos, fato que resultou em um empobrecimento da nação, desestimulando a produção nacional e rebaixando os níveis salariais. Disso decorre uma situação social tragicamente agravada nesses princípios da devastação neoliberal, com o abalo econômico do pequeno e médio capital nacional e uma severa pauperização da classe trabalhadora. Sobre isto, diz o autor:

As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, inicialmente no governo Collor e posteriormente no governo Fernando Henrique Cardoso, forte impulso, uma vez que ambos, cada um a seu modo, se adaptaram e seguiram no essencial uma política de corte neoliberal. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se também o *subproletariado*, os *terceirizados*, os *subempregados*, ou seja, as distintas modalidades do trabalhador precarizado. Coube ao governo FHC intensificar o processo de desmontagem dos parques direitos trabalhistas, construídos durante várias décadas de luta e ação dos trabalhadores. (ANTUNES, 1999, p. 239-240, grifos no original).

Após o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, seu vice, Itamar Franco (1992-1994), assume a presidência da República, herdando um governo caracterizado, entre outras coisas, por “[...] um neoliberalismo econômico subordinado e uma corrupção compulsiva [...] uma recessão intensificada e uma privatização dilapidadora do capital produtivo estatal [...] uma crise aguda, econômica, social, política e ética [...]” (ANTUNES, 2004, p. 20). Apesar dos discursos em prol do social, Franco, no essencial, deu continuidade às diretrizes seguidas no governo anterior. Em outras palavras, seu mandato, foi marcado pela ambiguidade: “[...] quanto mais fala no ‘social’, [...] mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor: critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros; fala em projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações [...]” (ANTUNES, 2004, p. 21). Ou seja, a prática das políticas econômicas beneficiava efetivamente os detentores do grande capital, pois:

[...] propõe crescimento da economia – como se ela fosse o antídoto essencial contra a miséria – mas intensifica a privatização, fala em combate à fome através de um assistencialismo estatal minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta. (ANTUNES, 2004, p. 22).

Encerrado o mandato de Itamar Franco, sucedeu-o na presidência Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Segundo Saes (2001), o governo brasileiro empossado com a ascensão de FHC, foi apoiado por uma ampla frente política de caráter conservador que ambicionava derrotar a representação à esquerda que também se candidatara às eleições. O programa político defendido pelo governo eleito se sustentava pela plataforma neoliberal e, na prática, a nova equipe de governo tratou de implementar um conjunto de medidas em acordo com essa plataforma, como demonstra o autor:

Era visível que o governo federal buscava implementar, por múltiplas vias (medidas do Executivo, iniciativas políticas no Congresso, declarações oficiais, negociações com os governos estrangeiros) uma estratégia neoliberal. Essa orientação era evidenciada por um conjunto de atitudes. Em primeiro lugar, o novo governo fixou um extenso programa de privatizações. Em segundo lugar, ele assumiu, dentro do Parlamento, a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de feição claramente neoliberal: quebra de monopólios estatais (como os do petróleo e das telecomunicações), “saneamento” da Previdência Social e da administração pública (implicando a liquidação de direitos conquistados, respectivamente, pelas classes trabalhadoras e pela massa do funcionalismo público) etc. Em terceiro lugar, o governo federal tomou medidas conducentes à abertura da economia brasileira ao capital internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que na prática abre o sistema financeiro nacional a *novos* bancos estrangeiros. (SAES, 2001, p. 85, grifos no original).

Inserido de forma subordinada na conjuntura capitalista internacional, o Brasil segue implantando um amplo conjunto de reformas. De acordo com Antunes (2004) o governo FHC: “Propugna autonomia e fortalecimento dos países ‘em desenvolvimento’, e implementa um monumental processo de privatização, de desindustrialização, de desmonte nacional e de integração servil e subordinada à ordem mundializada.” (ANTUNES, 2004, p. 42). Para o autor: “[...] sua pragmática é responsável por uma ilimitada degradação da saúde pública, desmesurada quebra dos direitos previdenciários, enorme desmonte do ensino superior, além da brutal penalização salarial dos professores e dos funcionários públicos.” (ANTUNES, 2004, p. 42). Esse governo também é responsável por fomentar “[...] o processo de desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, a *reengenharia*,

receituário que beneficia os capitais e precariza os direitos sociais dos homens e das mulheres que vivem do trabalho [...]” (ANTUNES, 2004, p. 42, grifos no original).

Uma das principais características do período neoliberal foi a política de liberalização comercial. Ela teve início na segunda metade da década de 1980 e se consolidou no governo Collor. Sujeitando-se aos imperativos do capital internacional, que se faz valer através da presença e da pressão de instituições como o Banco Mundial e o FMI, o Brasil teve de adequar-se ao novo ritmo dos fluxos de capitais. Diante dessa situação de liberalização e consequente crescimento da concorrência intercapitalista, as empresas buscaram configurar-se de acordo com suas novas necessidades de produção rápida e “enxuta”. Nesse contexto, impulsionam-se as transformações que resultaram na transição para uma nova forma de produzir, ou seja, caminha-se rumo à adoção do complexo de reestruturação produtiva que, por sua vez, tem por objetivo implantar a chamada acumulação flexível no território nacional. Diz Alves (2000): “O que vai caracterizar a etapa superior da ofensiva do capital na produção em nosso país é o desenvolvimento, nos anos 90, de um novo complexo de reestruturação produtiva.” (ALVES, 2000, p. 201, grifos no original). Ainda segundo ele: “Um dos seus principais aspectos é [...] a busca de um toyotismo sistêmico, com a adoção, em maior intensidade (e amplitude), dos nexos contingentes do toyotismo, tais como *just-in-time/kanban*, Gerenciamento pela Qualidade Total, novos sistemas de pagamento e terceirização.” (ALVES, 2000, p. 201, grifos no original).

Para ele, o complexo de reestruturação produtiva no Brasil representa uma potencial regressão na história brasileira no que diz respeito aos direitos conquistados pela classe trabalhadora e aos limites conquistados por esta à sua exploração, pois, afeta profundamente a capacidade de negociação dos trabalhadores avançando sobre e fragilizando os grandes sindicatos, em um contexto de intensificação do desemprego estrutural e da precarização massiva do trabalho.

Os novos procedimentos implantados na esfera produtiva aumentaram efetivamente a superexploração, com o crescimento da realização de horas extras e a impressionante intensificação dos processos produtivos. Isso ocorre em meio a um contexto de redução do número de trabalhadores nas linhas de produção e inchaço do exército excedente, o que debilitou em muito o poder de negociação da classe trabalhadora. Mesmo os trabalhadores que permaneceram na formalidade sofreram com o crescimento da exploração e, dada a conjuntura, ficaram em uma situação de risco permanente de perda do emprego, o que facilitou o controle do capital.

Nesse contexto, o desemprego estrutural cresce constantemente em decorrência das várias modificações ocorridas na esfera da produção com o avanço da produtividade. As mudanças tecnológicas embasam um processo crescentemente automatizado, em fábricas “enxutas” que operam com o número mínimo indispensável de trabalhadores. As inovações organizacionais também são responsáveis por esse enxugamento da quantia de trabalhadores empregados formalmente nas linhas de produção fabris. Com o aumento da produtividade advindo das alterações provocadas pela reestruturação¹⁷, infla-se o exército excedente de trabalhadores, que permanecem em condição de disponibilidade para as necessidades do capital. Alves (2000), através de dados do IBGE, comprova a realidade desse quadro no Brasil na década que deu início ao neoliberalismo nacional, principalmente com as mudanças ocorridas a partir do governo Collor:

Uma série de análises sociológicas comprova que o crescimento da produtividade industrial, num contexto recessivo da economia brasileira, tal como no período do Plano Collor, de 1990-1992, ou ainda, depois, sob o Plano Real, quando a economia brasileira entra num novo ciclo de crescimento, promoveu, como nunca ocorreu em nosso país, o desemprego aberto. Ele decorre, sobremaneira, de mudanças estruturais no emprego industrial, em conseqüência do novo complexo de reestruturação produtiva. Por exemplo, em 1993, o IBGE registrou um aumento de 18,20% na produtividade da indústria brasileira (de janeiro a julho daquele ano), um índice superior à produtividade acumulada nos últimos sete anos, de 1987-1993 (cerca de 17,4%). A elevação da produtividade industrial se deu à custa do emprego. Segundo o IBGE, “a elasticidade emprego-produto (relação entre o nível de emprego e o total produzido pela indústria) está se reduzindo drasticamente no país”. Entre setembro de 1992 e maio de 1993, a produção industrial cresceu 20,1% e o nível de emprego cresceu apenas 0,2%. Para o IBGE, o aumento da produtividade à custa do desemprego teria duas razões principais: uma, de caráter conjuntural – o período recessivo – observada no governo Collor, que ocasionou redução de pessoal; e outra de caráter *estrutural*, “a reorganização da indústria por conta da abertura da economia”. (ALVES, 2000, p. 260, grifos nossos).

Para o autor, “É a disseminação sistêmica do complexo de reestruturação produtiva nos principais pólos industriais no Brasil [...] que tem conduzido a um notável crescimento da produtividade industrial, resultando, por conseguinte, em índices de desemprego aberto.” (ALVES, 2000, p. 260). Ou seja, a introdução de novas tecnologias que reduzem enormemente a necessidade de braços humanos nas linhas de produção aliada a novos modos

¹⁷ Entre algumas das alterações na esfera produtiva estão: “[...] os sistemas de controle de qualidade total, a introdução do controle estatístico dos processos, a informatização do trabalho em escritório, a incorporação das *transfer-lines* controladas eletronicamente, os sistemas de estocagem automatizada e a busca da flexibilidade [...]” (ALVES, 2000, p. 263).

de organização do trabalho industrial que elevam a capacidade produtiva do pequeno número de operários empregados formalmente, criam um quadro em que o desemprego cresce avassaladoramente e sem freios. Ademais, outros fatores da prática neoliberal também contribuem para o crescimento do desemprego:

A redução dos gastos sociais e dos investimentos governamentais na área social paralisou a criação de empregos no setor público; o processo de privatização suprimiu milhares de postos de trabalho [...]; a tolerância governamental frente à exploração do trabalho infantil exclui *milhões* de trabalhadores adultos do mercado de trabalho, e a política de redução do valor real das pensões de aposentadoria obrigam o trabalhador idoso a prosseguir trabalhando, no lugar de trabalhadores jovens que permanecem desempregados. (BOITO JR., 1999, 89, notas suprimidas).

Segundo o estudo “A jornada de trabalho no Brasil” (2006), realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

A partir da década de 90, com a opção pela maior internacionalização da economia brasileira e dependência do capital financeiro, as políticas macroeconômicas comprometidas com o pleno emprego mantiveram-se em plano secundário. Juntam-se a isso outros fatores com efeitos perversos para o mercado de trabalho, tais como: as privatizações, que, invariavelmente, foram acompanhadas de demissões; o crescimento pífio da economia na década de 90; a taxa de câmbio sobrevalorizada ao longo de quase toda a década, que incentivou as importações; a regulamentação do mercado de trabalho, que, em vez de criar mais postos, apenas precarizou os já existentes; e, também, a reestruturação produtiva, que, inserida nesse contexto, é mais um fator destruidor de postos de trabalho. (BRASIL, 2006, p. 5).

Lima (2004), a partir dos dados do Censo de 2000, afirma que em 1989 o número de desempregados girava em torno de 1,8 milhões de pessoas, pouco mais de uma década depois, esse número subiu para 11,4 milhões de pessoas. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/Dieese (2006), supracitado, na Região Metropolitana de São Paulo (a maior região metropolitana brasileira), a taxa de desemprego total de 1989 a 2005 variou 94,3%, indo de 8,7% para 16,9%. O tempo médio de procura por trabalho subiu de 4 para 12 meses e o rendimento médio dos assalariados sofreu uma queda de 35,1%, como mostra a tabela 1:

Tabela 1: Evolução do mercado de trabalho – Região Metropolitana de São Paulo – 1989 - 2005

Indicadores	1989	2005	Variação Relativa (%)
Taxa de desemprego (em % da PEA)			
Total	8,7	16,9	94,3
Aberto	6,5	10,5	61,5
Oculto	2,2	6,4	190,9
Precário	1,5	4,8	220,0
Desalento	0,7	1,5	114,3
Tempo médio de procura por trabalho (em meses)	4	12	200,0
Proporção de ocupados (em %)			
Setor privado com carteira assinada	53,0	41,6	-21,5
Setor privado sem carteira assinada	9,1	13,8	51,6
Autônomos	15,6	21,0	34,6
Emprego doméstico	6,1	8,6	41,0
Proporção de assalariados do setor privado (em %)			
Em empresas com até 5 trabalhadores	8,9	12,2	37,1
Em empresas com mais de 50 trabalhadores	53,4	49,4	-7,5
Rendimento médio real dos assalariados (em R\$ de novembro de 2005)	1.751	1.136	-35,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego *apud* BRASIL, 2006, p. 7.

Ainda segundo o mesmo documento:

Junto com o crescimento do desemprego estrutural, observa-se a precarização do mercado de trabalho e a mudança no perfil da ocupação, com o aumento do setor informal, dos autônomos e do trabalho doméstico em detrimento dos empregos formais e do assalariamento, mesmo em períodos de crescimento econômico, como os ocorridos nos anos de 1993 e 1994. Ainda na década de 90, o país implementou leis que aumentaram a flexibilidade das relações de trabalho e que induziram à reestruturação produtiva. As consequências foram a intensificação do ritmo de trabalho e o maior controle do tempo do trabalhador por parte do empresário. Isso levou a crescentes aumentos da produtividade do trabalho e uma diversidade de situações quanto à extensão e à distribuição da jornada de trabalho. (BRASIL, 2006, p. 6)

Portanto, a outra face do agravamento da condição da classe é o constante crescimento da parcela de trabalhadores que estão fora da formalidade. Esse grupo gigantesco, constituído pela maioria da população, é composto por trabalhadores que vivem em constante instabilidade, recebem remunerações muito baixas e não têm acesso a uma série de direitos trabalhistas vigentes em um contrato formal. Eles estão submetidos às formas mais precárias

de trabalho com salários reduzidíssimos e sem praticamente nenhuma segurança com relação ao seu futuro. Apesar disso, são fundamentais para a nova e perversa realidade capitalista, pois permitem a consecução de lucros cada vez maiores. Estão absolutamente integrados aos circuitos de valorização do capital nessa etapa de acumulação flexível, em uma condição que possibilita aos capitalistas uma violenta intensificação da exploração de uma força de trabalho que se vê inserida num quadro em que, ou se submete aos tipos de trabalhos mais precarizados ou aos níveis mais profundos de miséria ocasionados pela falta de qualquer tipo de atividade e remuneração.

Pode-se notar que as novas características do mercado de trabalho no Brasil afetam tanto trabalhadores formais quanto informais, em uma nova base de relações que exigem a flexibilidade. Segundo análise de Alves (2000):

A nova flexibilidade do trabalho não é instaurada apenas pela “livre” negociação entre capitalistas e sindicatos. Ela é constituída, no campo institucional, pelas novas leis trabalhistas, capazes de “desconstruir” a Consolidação das Leis do Trabalho, símbolo da Era Vargas. No caso do Brasil dos anos 90, apenas em 1998, promulgou-se, no governo Cardoso, uma legislação trabalhista que permitiu novos tipos de flexibilidade do trabalho, dando legitimidade jurídico-institucional a acordos sindicais voltados para a instauração de contratos temporários e precários. É a Lei do Contrato Temporário que procura adotar uma nova legislação trabalhista capaz de reverter (ou diminuir) uma série de direitos trabalhistas, consolidados na CLT ou na Constituição de 1988, considerados componentes do “custo Brasil” e causas da suposta “rigidez” no mercado de trabalho no país. [...] A Lei do Contrato Temporário, aprovada em 1998, permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. (ALVES, 2000, p. 245-246).

Portanto, fica claro que uma das consequências mais graves do regime de acumulação flexível implantado no neoliberalismo brasileiro foi a deterioração das condições de trabalho: “Os sinais mais evidentes são o aumento do desemprego e da informalidade, a diminuição da média salarial, o aumento do número de “estágios”, a terceirização, dentre outros que são frutos da instabilidade e da falta de melhores perspectivas para a atividade econômica.” (BRASIL, 2006, p. 7).

Com essas drásticas mudanças na situação da classe trabalhadora nacional, que têm como principais características a disseminação do desemprego estrutural e do trabalho precário e informal na conjuntura neoliberal e de reestruturação produtiva, ocorre um enorme crescimento da miséria, do pauperismo, da concentração de renda e, logo, da já gritante

desigualdade social. Baseado em dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Boito Jr. (1999) mostra como a primeira década neoliberal conseguiu aprofundar a já estrondosa concentração de renda brasileira:

De fato, segundo o Ipea, na década de 1960, os 50% mais pobres detiveram, como média anual, 18% da renda nacional; na década de 1970, essa parcela de renda apropriada pelos mais pobres caiu para 15% e na década de 1980 para 14%. Os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. Entre 1990 e 1996, a média foi de 12% da renda apropriada pelos 50% mais pobres. Abstraídas circunstâncias do momento, as médias por década evidenciam que o neoliberalismo agravou a concentração de renda herdada da ditadura militar e da Nova República. (BOITO JR., 1999, p. 100-101).

Isso reverbera em todos os âmbitos da sociedade trazendo diversas e perversas consequências: “A política social neoliberal aprofundou as más condições da saúde, educação e moradia, porque reduziu os gastos do Estado, que já eram pequenos, em todas essas áreas e também porque se orienta por uma *concepção antipopular* de política social.” (BOITO JR., 1999, p. 77, grifos no original). Esse quadro afeta também a questão habitacional, uma vez que reduz os investimentos estatais na área, além de provocar uma pauperização dos trabalhadores e o aumento da desigualdade social, em razão dos processos que descrevemos acima. Isso traz à tona uma realidade em que um número gigantesco de trabalhadores não consegue arcar com os custos de uma moradia em mínimas condições de habitabilidade, tendo, portanto, de se sujeitar aos mais diversos tipos de habitações precárias, como casas de baixa qualidade, muito afastadas das áreas de trabalho e em regiões periféricas que não contam com o acesso à estrutura urbana, favelas, cortiços, residências em condições de extremo risco ambiental ou mesmo as próprias ruas. O problema é ainda mais intenso nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas. Segundo Maricato (2000):

As áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias etc. [...] Essa dinâmica é cada vez mais insustentável devido ao nível de comprometimento ambiental urbano, mas ela é cada vez mais acentuada a partir dos anos 1950, pelo processo de urbanização intenso, acompanhado da falta de alternativas habitacionais. (MARICATO, 2000, p. 163-164).

De acordo com a mesma autora, a urbanização brasileira, intensificada e propagada em âmbito nacional pelo período industrial, tem algumas características históricas marcantes. A primeira delas é a “Industrialização com baixos salários, mercado residencial restrito. O custo da reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria *habitação*, fixado pelo mercado privado.” (MARICATO, 2000, p. 155). Isto é, a realidade para a grande maioria da população trabalhadora é que sua renda mensal, nos diversos períodos históricos do país, não foi capaz de assegurar a compra de uma habitação no mercado formal e esse quadro é ainda mais grave quando se leva em conta que boa parte dos trabalhadores brasileiros não estão integrados ao mercado formal de trabalho, exercendo atividades informais e sem garantias, além do grande contingente de desempregados que sempre esteve presente e cresce exacerbadamente nos últimos 20 anos. Isso levou a uma situação em que a saída encontrada foi a provisão habitacional à margem do mercado formal, como as favelas, as casas autoconstruídas em periferias sem acesso a infra-estrutura urbana e os cortiços. A criação e o desenvolvimento do BNH e do SFH nem de perto chegaram a uma solução para o problema, muito ao contrário, acabaram por aprofundar ainda mais as gritantes e perversas desigualdades, sendo voltados, prioritariamente às camadas de alta e média rendas, excluindo, portanto, quase a totalidade da classe trabalhadora do acesso aos seus financiamentos. Nas duas últimas décadas o quadro não é diferente, sendo que nos anos 1990 o financiamento habitacional foi acessível, em geral, para a população que ganhava acima de 10 salários mínimos (Maricato, 2000).

A segunda característica apontada é que “As gestões urbanas (prefeituras e governos estaduais) têm uma tradição de investimento regressivo.” (MARICATO, 2000, p. 157), assim, “As obras de infra-estrutura urbana alimentam a especulação fundiária [...]. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais.” (MARICATO, 2000, p. 157). Os investimentos estatais no capitalismo obedecem prioritariamente, claro que não sem um contexto de resistência e luta social, aos interesses da classe capitalista. No Brasil a situação não poderia ser diferente, então, a direção do investimento público urbano é primordialmente voltada aos interesses da produção e circulação capitalista, e também aos interesses do capital imobiliário e fundiário.

A terceira característica que a autora coloca é a “Legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei.” (MARICATO, 2000, p. 161). Esse fato é visível quando se analisa, por exemplo, como o problema da habitação tem uma de suas “soluções” em ocupações à margem

da legalidade instituída. Essas ocupações, em muitos momentos foram interessantes para o desenvolvimento do capitalismo no país, pois, permitiram uma redução substancial dos salários pagos à classe trabalhadora, que não continha em seu valor o suficiente para cobrir os custos de uma habitação plenamente legalizada. Nesse contexto, muitas vezes também interagiam os interesses de especuladores que se beneficiavam largamente das ocupações ilegais. Necessário compreender ainda que o Estado tinha de, na maioria dos casos, fechar os olhos a essas ocupações, sob o risco de causar danos maiores como convulsões e rebeliões sociais que poderiam ser proporcionadas pelos milhões que habitam precariamente nesses locais por não terem outras alternativas¹⁸. No entanto, quando as ocupações feitas pela classe trabalhadora vão de encontro a interesses de camadas dominantes, ou afetam possíveis grandes lucros que poderiam ser auferidos por estas, seja por atrapalhar lucros especulativos, seja por impedir melhorias na circulação das mercadorias, etc., não tarda para o Estado usar seu poder armado e logo realizar a desocupação da área¹⁹. Portanto, vê-se claramente como a legislação urbanística é, prioritariamente, manipulada de acordo com os interesses das camadas que compõem a classe dominante, apesar de muitas vezes isso ocorrer de forma conflitante, tanto entre os diferentes grupos de capitalistas como com a classe trabalhadora.

No período neoliberal, essas características históricas que marcam a questão habitacional e urbana no Brasil aprofundam-se, ligadas a precarização da própria condição social da classe trabalhadora submetida a um aumento da exploração e a uma crescente marginalização do trabalho formal. Com o aumento da concentração de renda, da desigualdade, da informalidade e do trabalho precário, e, logo, da pobreza, os trabalhadores tem sua condição de moradia severamente agravada. Segundo Lima (2004):

O acirramento destas contradições sociais também se manifesta [...] na paisagem urbana. O aparente caos urbano e a sua intensificação, sobretudo nos contextos metropolitanos, revelam algumas das consequências do reordenamento contemporâneo do capital e do recuo do Estado na implementação de políticas públicas. Essas mudanças têm gerado consequências profundamente agudas nas condições de vida da população trabalhadora, pois, na grande maioria dos países latino-americanos, as reformas neoliberais têm ocorrido sem que o Estado desenvolvimentista tenha, antes, garantido a universalização dos direitos sociais, inclusive os direitos associados à vida urbana. Nas cidades brasileiras, esse processo se

¹⁸ “[...] se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos.” (MARICATO, 2000, p. 161).

¹⁹ “Não é em qualquer localização, entretanto, que a invasão de terras urbanas é tolerada. Nas áreas valorizadas pelo mercado, a lei se aplica.” (MARICATO, 2000, p. 161).

articula à migração da população expulsa pelo latifúndio improdutivo, pela modificação da agricultura, pelo arrocho salarial mais pesado da América Latina e à existência de multidões que não têm onde trabalhar, não têm o que comer e, finalmente, não têm onde morar. (LIMA, 2004, p. 44).

Segundo o documento “Déficit Habitacional no Brasil 2007” (2009), do Ministério das Cidades, elaborado pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional estimado em 2007 é de 6.272.645 domicílios, sendo 5.179.763 (82,6%) localizados em áreas urbanas. A tabela 2 mostra sua distribuição pelas regiões da Federação:

Tabela 2: Déficit habitacional (1) e percentual em relação aos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL				PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL	
			Total	rural de extensão urbana			Total	rural de extensão urbana
Norte	652.684	487.357	165.327	4.782	16,7	16,2	18,4	14,1
Rondônia	52.472	42.561	9.911	3.072	11,6	13,6	7,1	10,8
Acre	21.063	17.263	3.800	-	12,6	14,1	8,4	-
Amazonas	146.268	117.496	28.772	1.530	18,6	18,9	17,4	45,5
Roraima	16.379	14.458	1.921	-	14,7	15,9	9,3	-
Pará	317.089	223.645	93.444	180	17,1	15,6	22,3	8,3
<i>RM Belém</i>	<i>92.734</i>	<i>90.817</i>	<i>1.917</i>	<i>180</i>	<i>16,5</i>	<i>16,5</i>	<i>14,4</i>	<i>8,3</i>
Amapá	30.449	28.853	1.596	-	20,2	20,3	18,0	-
Tocantins	68.964	43.081	25.883	-	18,2	15,4	26,2	-
Nordeste	2.144.384	1.461.669	682.715	6.216	15,0	13,9	18,2	7,4
Maranhão	461.396	240.415	220.981	1.742	29,5	22,0	46,7	11,1
Piauí	139.318	76.157	63.161	-	16,9	14,7	20,5	-
Ceará	314.949	227.096	87.853	-	13,9	12,8	18,1	-
<i>RM Fortaleza</i>	<i>124.282</i>	<i>119.970</i>	<i>4.312</i>	<i>-</i>	<i>12,9</i>	<i>12,8</i>	<i>17,0</i>	<i>-</i>
Rio Grande do Norte	117.647	85.191	32.456	1.375	14,0	13,7	15,0	5,9
Paraíba	122.166	98.034	24.132	-	12,2	12,2	11,9	-
Pernambuco	281.486	224.956	56.530	2.065	11,7	11,9	11,0	6,6
<i>RM Recife</i>	<i>133.059</i>	<i>129.892</i>	<i>3.167</i>	<i>-</i>	<i>12,2</i>	<i>12,2</i>	<i>13,3</i>	<i>-</i>
Alagoas	123.245	89.128	34.117	1.034	14,8	15,1	14,2	8,0
Sergipe	73.499	60.907	12.592	-	13,0	13,0	12,9	-
Bahia	510.677	359.784	150.893	-	12,9	13,1	12,4	-
<i>RM Salvador</i>	<i>141.025</i>	<i>138.946</i>	<i>2.079</i>	<i>-</i>	<i>13,7</i>	<i>13,7</i>	<i>12,3</i>	<i>-</i>
Sudeste	2.335.415	2.222.957	112.458	9.398	9,3	9,5	6,1	5,9
Minas Gerais	521.085	465.206	55.879	-	8,8	9,1	6,7	-
<i>RM Belo Horizonte</i>	<i>129.404</i>	<i>129.171</i>	<i>233</i>	<i>-</i>	<i>8,5</i>	<i>8,6</i>	<i>1,2</i>	<i>-</i>
Espírito Santo	101.124	90.079	11.045	-	9,4	10,1	6,1	-
Rio de Janeiro	478.901	471.872	7.029	889	9,1	9,3	4,4	5,0
<i>RM Rio de Janeiro</i>	<i>378.797</i>	<i>376.139</i>	<i>2.658</i>	<i>-</i>	<i>9,5</i>	<i>9,5</i>	<i>10,6</i>	<i>-</i>
São Paulo	1.234.306	1.195.800	38.506	8.509	9,6	9,8	5,8	6,0
<i>RM São Paulo</i>	<i>628.624</i>	<i>611.936</i>	<i>16.688</i>	<i>7.394</i>	<i>10,3</i>	<i>10,4</i>	<i>7,8</i>	<i>5,9</i>
Sul	703.167	617.333	85.834	-	7,9	8,3	6,0	-
Paraná	272.542	240.825	31.717	-	8,3	8,6	6,7	-
<i>RM Curitiba</i>	<i>91.444</i>	<i>85.007</i>	<i>6.437</i>	<i>-</i>	<i>8,9</i>	<i>9,1</i>	<i>7,2</i>	<i>-</i>
Santa Catarina	145.363	125.297	20.066	-	7,6	7,9	6,3	-
Rio Grande do Sul	285.261	251.211	34.050	-	7,8	8,3	5,3	-
<i>RM Porto Alegre</i>	<i>136.030</i>	<i>128.784</i>	<i>7.246</i>	<i>-</i>	<i>9,7</i>	<i>9,7</i>	<i>10,0</i>	<i>-</i>
Centro-Oeste	436.995	390.447	46.548	217	10,5	10,8	8,3	3,1
Mato Grosso do Sul	76.027	63.762	12.265	-	10,5	10,1	12,7	-
Mato Grosso	86.679	66.363	20.316	-	9,8	10,0	9,1	-
Goiás	167.042	155.119	11.923	-	9,2	9,6	5,8	-
Distrito Federal	107.248	105.202	2.046	217	14,6	15,1	5,3	5,1
Brasil	6.272.645	5.179.763	1.092.882	20.613	11,1	10,8	12,9	7,1
<i>Total das RMs</i>	<i>1.855.399</i>	<i>1.810.662</i>	<i>44.737</i>	<i>7.774</i>	<i>10,5</i>	<i>10,5</i>	<i>8,9</i>	<i>5,7</i>
<i>Demais áreas</i>	<i>4.417.246</i>	<i>3.369.101</i>	<i>1.048.145</i>	<i>12.839</i>	<i>11,4</i>	<i>11,0</i>	<i>13,1</i>	<i>8,4</i>

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007 *apud* BRASIL, 2009, p. 27.

Nota: No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Quando se analisa o problema habitacional através de sua distribuição por faixas de renda, o documento aponta que 89,4% desse déficit está concentrado em famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, como mostram a tabela 3 e a figura 1, a seguir:

Tabela 3: Distribuição percentual do déficit habitacional urbano (1), por faixas de renda média familiar mensal, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil - 2007

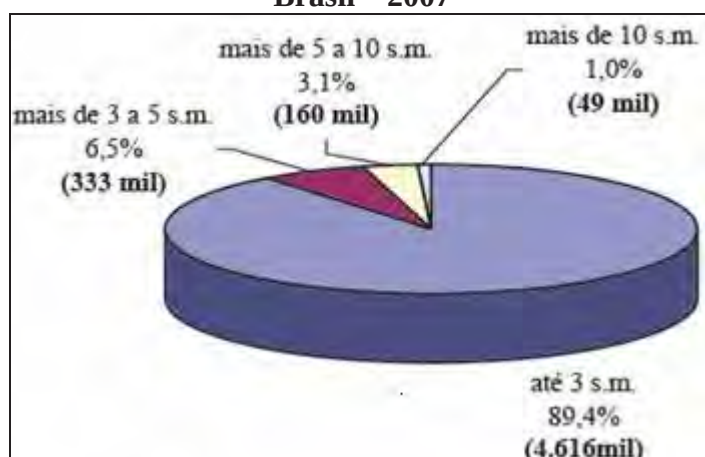
ESPECIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10	Total (2)
Norte	89,7	6,1	3,2	1,0	100,0
Rondônia	91,1	4,4	3,7	0,8	100,0
Acre	87,5	6,3	4,1	2,1	100,0
Amazonas	86,7	8,3	3,6	1,4	100,0
Roraima	88,3	8,1	3,0	0,6	100,0
Pará	91,8	4,5	2,7	1,0	100,0
RM Belém	88,1	6,7	3,8	1,4	100,0
Amapá	84,8	10,4	4,7	0,1	100,0
Tocantins	91,2	6,3	2,2	0,3	100,0
Nordeste	95,9	2,7	1,0	0,4	100,0
Maranhão	96,0	2,4	1,5	0,1	100,0
Piauí	98,3	1,5	0,1	0,1	100,0
Ceará	95,8	3,1	0,7	0,4	100,0
RM Fortaleza	95,1	3,1	1,2	0,6	100,0
Rio Grande do Norte	93,6	5,1	1,3	-	100,0
Paraíba	95,3	2,6	1,1	1,0	100,0
Pernambuco	96,3	2,0	1,6	0,1	100,0
RM Recife	95,6	2,3	1,8	0,1	100,0
Alagoas	96,4	2,7	0,2	0,7	100,0
Sergipe	95,7	3,5	0,8	-	100,0
Bahia	95,7	2,7	1,0	0,6	100,0
RM Salvador	94,8	3,3	1,3	0,6	100,0
Sudeste	86,7	7,9	4,3	1,1	100,0
Minas Gerais	92,4	4,6	1,9	1,1	100,0
RM Belo Horizonte	89,2	6,4	3,3	1,1	100,0
Espírito Santo	89,9	7,8	2,2	0,1	100,0
Rio de Janeiro	89,9	6,9	2,0	1,2	100,0
RM Rio de Janeiro	89,9	6,9	1,9	1,3	100,0
São Paulo	83,0	9,6	6,2	1,2	100,0
RM São Paulo	81,2	9,1	7,9	1,8	100,0
Sul	84,8	10,0	4,1	1,1	100,0
Paraná	86,8	8,9	2,9	1,4	100,0
RM Curitiba	80,3	12,0	6,0	1,7	100,0
Santa Catarina	77,1	13,9	7,1	1,9	100,0
Rio Grande do Sul	86,5	9,2	3,8	0,5	100,0
RM Porto Alegre	87,8	8,3	3,4	0,3	100,0
Centro-Oeste	88,4	7,0	2,7	1,9	100,0
Mato Grosso do Sul	88,4	8,0	2,3	1,3	100,0
Mato Grosso	89,2	6,0	3,5	1,3	100,0
Goiás	90,8	6,4	1,4	1,4	100,0
Distrito Federal	84,5	8,0	4,3	3,2	100,0
Brasil	89,4	6,5	3,1	1,0	100,0
Total das RMs	87,3	7,1	4,4	1,2	100,0

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (Pnad), 2007 *apud* BRASIL, 2009, p. 29.

Nota: No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

(1) Inclusive rural de extensão urbana. (2) Exclusive sem declaração de renda.

Figura 1: Déficit habitacional urbano (1), por faixas de renda média familiar mensal (2), Brasil – 2007



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007 *apud* BRASIL, 2009, p. 30.

Nota: s. m.: salário mínimo.

(1) Inclusive rural de extensão urbana. (2) Exclusive sem declaração de renda.

A tabela seguinte mostra como o déficit apresentado em 2007 é significativamente maior que o existente no início da década de 1990, evidenciando o aprofundamento do problema habitacional sob a política neoliberal e a reestruturação produtiva. Pode-se notar claramente a intensificação do problema, sendo que, o déficit habitacional passa de 5.374.380 em 1991 para 7.287.551 (para efeitos comparativos, esse número foi calculado com base na metodologia utilizada no documento “Déficit Habitacional no Brasil 2006”)²⁰ de unidades em 2007, um aumento de quase 2.000.000 de unidades, considerando-se as áreas urbana e rural. Quando se leva em conta somente a área urbana o déficit sobe de 3.743.594 para 5.989.236 unidades, um aumento muito substantivo de mais de 2.000.000 de unidades. Vejamos:

²⁰ A diferença desse número para o da tabela acima, relativo ao déficit habitacional total em 2007, é devido à mudanças na metodologia utilizada na pesquisa para o ano de 2007. Para efeito de comparação com os anos anteriores, o número de 7.287.551 unidades em 2007 foi obtido com base na utilização da metodologia antes da sua modificação, ou seja, ele foi compatibilizado a partir da metodologia utilizada no documento “Déficit Habitacional no Brasil 2006”, visando manter a coerência comparativa com os números das pesquisas realizadas antes. (Ver: “Déficit Habitacional no Brasil 2007” - Subcapítulo: 5.1) Compatibilização dos cálculos do déficit habitacional, 2009).

Tabela 4: Evolução do déficit habitacional calculado pela metodologia que considerava o total das famílias conviventes, por situação do domicílio, segundo regiões metropolitanas (RMs) (1) e demais áreas – Brasil – 1991/2000/2004-2007

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL COMPATIBILIZADO			PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural
Brasil						
1991 (2)	5.374.380	3.743.594	1.630.786	15,4	13,8	21,5
2000 (3)	7.222.645	5.469.851	1.752.794	16,1	14,6	23,7
2004	7.804.619	6.340.292	1.464.327	15,1	14,5	18,4
2005	7.902.699	6.414.143	1.488.556	14,9	14,3	18,2
2006	7.934.719	6.543.469	1.391.250	14,5	14,1	16,8
2007 (4)	7.287.551	5.989.236	1.298.315	12,9	12,5	15,3
Regiões Metropolitanas						
1991 (2)	1.404.615	...	...	13,6	...	...
2000 (3)	1.836.282	1.785.167	51.115	13,0	13,0	12,5
2004	2.243.847	2.199.030	44.817	13,8	13,9	9,9
2005	2.285.462	2.226.730	58.732	13,7	13,7	12,5
2006	2.262.698	2.213.859	48.839	13,1	13,2	9,6
2007 (4)	2.076.112	2.025.922	50.190	11,7	11,8	10,0
Demais áreas						
1991 (2)	3.969.765	...	...	16,1	...	...
2000 (3)	5.386.363	3.684.684	1.701.679	17,6	15,6	24,3
2004	5.560.772	4.141.262	1.419.510	15,7	14,8	18,9
2005	5.617.237	4.187.413	1.429.824	15,4	14,6	18,5
2006	5.672.021	4.329.610	1.342.411	15,2	14,6	17,3
2007 (4)	5.211.439	3.963.314	1.248.125	13,5	12,9	15,6

Fontes: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), 2007 – Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2006 *apud* BRASIL, 2009, p. 54.

Nota: para comparação com anos anteriores é utilizada metodologia que considerava todas as famílias conviventes como déficit habitacional e exclui os domicílios alugados com adensamento excessivo. Essa metodologia foi válida para os anos anteriores a 2007, uma vez que as Pnads não disponibilizavam informações específicas sobre coabitação familiar.

(1) A composição das regiões metropolitanas difere em cada ano, em função das alterações administrativas ocorridas no período.

(2) Não inclui as estimativas para as áreas rurais da região Norte, que não foram pesquisadas pela Pnad. (3) Inclui as estimativas da componente depreciação, não calculado nos demais anos. (4) Déficit habitacional para 2007: inclui o total das famílias conviventes e exclui os domicílios alugados com adensamento excessivo.

Essa crise habitacional instala-se “[...] simultaneamente, à oferta de imóveis para populações de maior poder aquisitivo e à instalação de bens de consumo coletivo em áreas onde a renda efetiva e a capacidade de pressão dos segmentos sociais são mais elevadas.” (LIMA, 2004, p. 42). Dessa forma, “Para a imensa maioria da população, resta morar em áreas desvalorizadas ou desinteressantes para o capital imobiliário [...]” e, por conseguinte, “Ao lado dos aglomerados de exclusão, [...] ampliam-se as construções de condomínios fechados de alto luxo, que vendem segurança contra o restante dos habitantes da cidade, sobretudo os mais pobres [...]” (LIMA, 2004, p. 52).

Nesse contexto, as revitalizações de determinados locais das cidades, primordialmente de regiões centrais, é um dos processos que exemplificam o primado do capital sobre o urbano e o aumento da marginalização da classe trabalhadora à infra-estrutura urbana e a uma habitação em local adequado. Financiadas, em geral, pelo Estado, essas grandiosas reformas atendem aos interesses do capital imobiliário, que se beneficia com a valorização da área, posteriormente à sua reestruturação. Diz Souza (2008): “Somas imensas, públicas, são destinadas na realidade para a reprodução do grande capital imobiliário, provocada pelo aumento do preço do terreno após o ‘saneamento’ representado pelo projeto de renovação.” (SOUZA, 2008, p. 44). Este processo está articulado também aos interesses de outros setores do capital que necessitam dessas reformas quando tem de expandir a área urbana que precisam utilizar, interagindo nesse processo, o imperativo posto pela concorrência intercapitalista, de aumento constante dos fluxos de produção e de circulação das mercadorias.

Simultaneamente, em decorrência dessas alterações, ocorre a *expulsão das camadas empobrecidas* que ainda, de alguma maneira, conseguiam estabelecer-se em locais privilegiados pela infra-estrutura urbana, *intensificando cada vez mais o processo de periferização e de produção habitacional em locais inadequados*, como por exemplo, o povoamento de áreas de alto risco, altamente suscetíveis a enchentes e desabamentos, e áreas de proteção ambiental. Segundo a autora supracitada, sob o neoliberalismo “[...] *a cidade como um todo vai mudando de função, definindo espaços de segregação e procedendo à ampliação das periferias para territórios cada vez mais distantes do centro das cidades e das metrópoles e, empobrecendo-se.*” (SOUZA, 2008, p. 44, grifos nossos).

Fica claro, portanto, que a partir da década de 1990, o neoliberalismo provocou um alastramento ainda maior da pobreza e concentrou a renda mais profundamente. Com isso, desenhou-se um nefasto quadro social para a classe trabalhadora, principal prejudicada com as mudanças, onde desregulamentação e precarização tornaram-se realidades quase que inescapáveis para a maioria das pessoas. Nessa conjuntura, intensificou-se a atuação dos movimentos sociais reivindicando a satisfação de diversos tipos de necessidades sociais não contempladas, mas garantidas constitucionalmente. Muitos desses movimentos sociais protagonizaram diversos confrontos diante de uma situação de aguçamento das contradições de classe e degradação abismal da condição de vida dos que vivem do seu próprio trabalho. Entre eles, emergiram alguns novos movimentos urbanos que, nessa década, surgiram como protagonistas de centenas de embates reivindicativos. Partindo da disposição em exigir

através da luta social uma série de necessidades básicas, esses trabalhadores organizados coletivamente explicitaram a sórdida realidade daqueles anos, caracterizada tanto pela produção como pelo consumo destrutivo e supérfluo, e por uma desigualdade aberrante, aprofundada ano após ano em meio à devastação social provocada pela implantação e consolidação do neoliberalismo em solo nacional, uma sociedade brutalizada que enquanto “[...] cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado, de fato impossibilita que amplos contingentes de trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, dela participem sequer como apêndice, nem mesmo como membros das sobras do consumo.” (ANTUNES, 2004, p. 68).

O neoliberalismo, portanto, agregou, ao processo de intensificação crescente da exploração no campo que se dava com a consolidação e o desenvolvimento do agronegócio, o aumento das taxas de exploração e a degradação das condições de vida dos trabalhadores urbanos, num contexto de aumento da pobreza, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, de diminuição dos benefícios sociais, etc. Nesse contexto dos anos 1990 é que nasce o MTST, organizado inicialmente pelo MST como uma ferramenta de luta urbana. Lima (2004) analisa esta conjuntura social e política com a qual o MST deparava-se na época em que percebe a necessidade de um novo instrumento para realizar a luta social também na cidade, fato que possibilitou a idéia da construção do MTST:

Passados, aproximadamente, vinte anos do seu início o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, acumulou uma larga experiência política [...] Diante da implantação de medidas neoliberais, nos anos 90 e da inserção do país na globalização através da ampliação da abertura da economia do país, o Movimento se depara com o terrível agravamento da questão social, cujas repercussões tornam ainda mais difíceis as condições de vida da classe trabalhadora, no campo e na cidade. O privilegiamento dos oligopólios financeiros e agroalimentares internacionais; a produção voltada para a exportação e pagamento da dívida externa e a redução dos investimentos públicos, cerne do modelo neoliberal, combinados com a abertura econômica, têm trazido perversas consequências sociais, entre as quais destacamos: Aumento do desemprego no campo, devido não só à introdução de novas técnicas de produção, mas também, ao declínio de algumas empresas mais dependentes de recursos públicos, frente à competição com as empresas multinacionais; crescimento da capacidade das empresas multinacionais de imposição dos preços das matérias-primas, e do montante dos salários; progressiva vulnerabilidade do país, em relação ao abastecimento alimentar, especialmente dos setores de baixa renda, além da crescente sangria de recursos, dada a remessa de lucros, royalties e outros pagamentos ao exterior; aumento da pauperização, da superexploração, e até mesmo, no campo; manutenção da alta concentração de terra em poder de uma minoria. Intensificação dos conflitos, da violência no campo e da exclusão social, do acesso à terra e aos benefícios da modernização técnica;

urbanização do meio rural, em parte como resultado da homogeneização dos mercados de trabalho agrícola e industrial, mas também, devido à intensidade da expansão urbana, em áreas antes dedicadas à produção agropecuária; expulsão de trabalhadores do campo, por impossibilidade de acesso à terra e a condições de sobrevivência, com o consequente aumento do desemprego e da violência urbana. (LIMA, 2004, p. 157-159).

Esses apontamentos demonstram a gravidade do quadro social que contextualizava o nascimento do MTST. Com a implantação das reformas neoliberais e da reestruturação produtiva no Brasil, aprofundou-se o fosso entre ricos e pobres, com a concentração ainda maior da riqueza, fato que, inevitavelmente refletiu-se na piora da condição habitacional da classe trabalhadora. Essa sofreu o ônus resultante das reformas que avançaram sobre seus direitos trabalhistas e garantias sociais, em um contexto de degradação do conjunto social com o aumento da exploração e da pobreza.

Diante dessa situação ocorreram diversas mudanças na luta no campo, já que este também era diretamente atingido pelas modificações em curso. Isso levou o MST a perceber uma forte mudança em suas bases e os problemas pelos quais passavam. Surge então, a percepção, por parte de algumas lideranças, da necessidade de criar uma ferramenta de ação na realidade urbana, fazendo emergir a idéia da construção de um novo movimento. O problema habitacional foi constatado como um dos que mais gravemente assolava a classe trabalhadora, posto que, atingia grande parte da população. Assim, partiu-se desse problema central para se criar um movimento que tivesse condições de mobilizar grandes massas de trabalhadores em ações no contexto urbano.

Segundo Lima (2004), no estado de São Paulo, já em 1995 o MST começa a debater os efeitos visíveis provocados pelas mudanças sociais e políticas:

Estas alterações, expressivas da atualização do processo de expropriação da terra e aumento da exploração da classe trabalhadora, ocorridas no Estado, acarretaram a necessidade de mudanças estratégicas na atuação do MST. No Congresso de 1995 estas novas circunstâncias foram, amplamente, debatidas. Com base nos resultados desse debate, o Movimento deliberou ampliar suas bases sociais em área urbana. O slogan “*Reforma Agrária é uma luta de todos*” indica o redimensionamento projetado pelo MST para esta fase de sua ação. Esta palavra de ordem corresponde à compreensão de que a luta pela reforma agrária não deveria ser assumida, apenas, pelos trabalhadores sem-terra. (LIMA, 2004, p. 160, grifos no original)

Ainda segundo ela, para o MST essas considerações analíticas da conjuntura levaram a conclusão de que a luta de classes na cidade era também decisiva relativamente à luta no

campo. Por conseguinte “[...] é iniciada a busca de uma maior articulação com os movimentos sociais urbanos e a própria constituição das bases de organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.” (LIMA, 2004, p. 160). Em outras palavras, é partir da percepção da problemática realidade urbana e na percepção do objetivo de muitas pessoas em permanecerem nas cidades que “[...] surge a idéia de organizar uma forma de atuação capaz de enfrentar os desafios da questão urbana. A criação do MTST, em 1997, tem por objetivo a luta por moradia, pela reforma urbana e pela transformação social.” (LIMA, 2004, p. 140). Ainda segundo a análise de Lima (2004): “Seus organizadores compreendem que as lutas por reforma agrária e por reforma urbana devem ser travadas de modo articulado, pois na sua concepção, o alcance de metas da reforma urbana depende de uma luta simultânea pela reforma agrária.” (LIMA, 2004, p. 140)

Analisando o MTST, diz Lima (2005):

Neste contexto, em que parece anunciar-se o fim do pacto civilizador sob o qual se ergueu o ideário da cidade moderna, este Movimento projeta uma contratendência à miséria opressora e opressiva que empurra os trabalhadores para a luta imediata pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por seus direitos ao usufruto dos equipamentos e serviços sociais. Ainda que em circunstâncias extremamente adversas, o MTST pode vir a oferecer alguma possibilidade de que os indivíduos que o compõem – antes separados de si mesmos – resistam e, assim, reconheçam sua identidade de trabalhador. (LIMA, 2005, p. 4).

A mesma autora afirma ainda que o MTST já nasce associando o processo de reivindicações imediatas a uma luta de maior amplitude, por uma transformação estrutural da sociedade:

Sua emergência como movimento social vincula-se à vontade política de um sujeito coletivo, já configurado, cujo projeto não se circunscreve à luta por terra e por reforma agrária, uma vez que as concebe como intimamente relacionadas à necessidade de *transformações mais amplas na estrutura social*. A formação desta vontade política foi, a nosso ver, determinada por circunstâncias sociais e históricas em que se acentuam os mecanismos de expropriação e de exploração e se intensificam as suas consequências sociais, dentre elas a drástica redução da população moradora no campo. A principal marca desta conjuntura é a ofensiva do capital diante de sua crise em escala mundial. As alternativas encontradas, por governos e pelo empresariado, no contexto dos países periféricos, foram a inserção subalterna na economia mundial, a financeirização da economia e a desresponsabilização do Estado com políticas públicas sociais, com suas terríveis repercussões nas condições de vida dos trabalhadores: aumento do

desemprego e da pauperização; crescimento da violência no campo e na cidade; intensificação da urbanização; aumento do preço do solo urbano; periferização do crescimento metropolitano e agudização da questão habitacional, especialmente nas grandes cidades. (LIMA, 2004, p. 166-167, grifos nossos).

Goulart (2011) também afirma que o projeto de transformação social está presente desde a origem do MTST: “O MTST surgiu, então, inserido em um projeto social de ação política das classes trabalhadoras, que articulou movimentos sociais em torno de uma perspectiva de transformação social e, portanto, de enfrentamento à ordem vigente.” (GOULART, 2011, p. 26).

O depoimento de Helena, ex-integrante da coordenação estadual do Movimento, extraído do texto de Pinheiro (2008), aponta que o MTST emerge na trágica realidade social brasileira articulando a luta por reivindicações imediatas a uma luta social de maior amplitude, isto é, a uma perspectiva que coloca em contestação o próprio modo capitalista de produzir a cidade. Essa condenação do modo de reprodução da estrutura urbana capitalista vem conjugada a uma *perspectiva política* de transformação da realidade urbana através da transformação do próprio meio social:

Pois bem, então o MTST nasce dessa maneira e com algumas perspectivas, no sentido de não fazer uma luta que esgote na reivindicação que ele realiza e por isso elege uma consigna que conta com três fatores fundamentais: moradia, que é o primeiro passo que aglutina as pessoas, que explora a contradição [...]; depois a reforma urbana, que é um projeto muito mais amplo, que põe em discussão não só a questão da moradia mas todos os problemas do meio urbano, do uso da cidade e que também consegue interagir com outros setores, com o setor municipal, com o setor de outras reivindicações pontuais num único projeto, que é esse de reforma urbana; e por último a proposta de *transformação da sociedade*, porque o MTST tem uma orientação política que não se pretende corporativista nem reformista, a gente compreende que só através de uma transformação radical, de uma reconfiguração das coisas, da construção de uma nova forma de organização social e de reprodução social é que essas duas outras conquistas podem se sustentar. (HELENA apud PINHEIRO, 2008, p. 43, grifos nossos).

Ana Paula, também mostra como a origem do MTST está diretamente ligada ao projeto de construção de uma ferramenta que se paute pela negação da sociedade capitalista e de sua estrutura urbana iníqua:

No MTST a luta pela moradia já nasce ligada à luta por transformação social, pois não se pode fazer reforma urbana a ponto de dignificar minimamente a vida de milhões de trabalhadores através de meios que o sistema capitalista oferece. É um princípio bastante próximo ao do MST quanto à reforma agrária. Mas para isso sabemos que a mobilização, a conscientização, a formação são fundamentais e devem abarcar cada vez mais pessoas. Ainda assim, a luta por uma reivindicação que é um direito fundamental, negado pela sociedade da concorrência, torna-se essencial para a construção de uma ferramenta de classe. No parque Oziel tentamos fazer a luta a partir da mobilização por tal demanda e não pudemos priorizar a formação de militantes, o que de fato nos prejudicou a ponto de não darmos seguimento no trabalho. Porém, temos mais de cinco mil famílias que, embora ainda não tenham "direito à cidade", como de fato não poderão ter nesta sociedade, servem até hoje em toda a cidade como um exemplo de luta, conquista e resistência. (ANA PAULA, 2008).

Essa primeira ação do Movimento, portanto, segundo os militantes entrevistados, possibilitou uma valiosa iniciação no meio urbano. Os equívocos cometidos no Parque Oziel permitiram grandes aprendizados. Os maiores problemas ocorreram em função das dificuldades em compreender e lidar com a correlação de forças na cidade, muita distinta da do campo, com a qual o MST estava familiarizado. Em sua primeira ação, o MTST teve de enfrentar um novo cenário que contava com outras variantes, com forças desconhecidas pelos militantes que faziam parte do MST e foram destacados para empreender essa luta na cidade.

Na declaração de Camila (Alves, 2003 *apud* Goulart, 2011), coordenadora do Movimento, pode-se notar a forte influência do MST, por exemplo, na tentativa de implantar um acampamento com características da vida rural em um grande centro urbano, o chamado acampamento rururbano:

Temos um projeto que gostaríamos que fosse modelo para outras ocupações: uma área grande que resolvesse não só a questão da moradia, mas que permitisse às pessoas uma horta de subsistência. E também que, dentro dessas habitações urbanas, houvesse uma área social, escola, projeto de farmácia viva, secretaria, galpão de formação de cultura e tudo o mais que a comunidade achar necessário e que o espaço permita fazer. [...] Isso é o que chamamos de assentamento rururbano. (ALVES, 2003 *apud* GOULART, 2011, p. 23).

De acordo com Goulart (2011), houve um processo de reflexão por parte do MTST após a ocupação do Parque Oziel:

Após essa investida, houve um processo de recuo dos militantes, que se voltaram para um processo de estudo das condições materiais e conjunturais

nas cidades, revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população e, sobretudo, a necessidade de uma reflexão sobre a dinâmica dos acampamentos urbanos. (GOULART, 2011, p. 25).

O choque de realidades distintas permitiu ao MTST desenvolver-se como movimento social em seu meio específico de ação, pois possibilitou uma melhor apreensão das diferenças de atuação entre um movimento urbano e um movimento rural, fato que levou a uma maior capacitação do Movimento para organizar-se no contexto da cidade e desenvolver novas táticas e estratégias mais apropriadas para atuar no contexto da luta de classes no urbano, já que: “[...] a hegemonia no centro urbano é uma hegemonia contestada, muito relativa [...]” (JOTA, 2010). Nos anos seguintes, portanto, o MTST organizou ações de forma mais preparada e consciente do conjunto de questões que deveria enfrentar com a classe trabalhadora dentro da realidade urbana.

Esse aprendizado foi fundamental na definição das diretrizes que o Movimento veio a adotar posteriormente no enfrentamento das contradições urbanas capitalistas, tendo grande importância na definição do futuro da organização e das ações do MTST: “Esse processo de ‘revisão’ das condições e avaliação das ações realizadas até então significou um processo de construção dos pilares fundamentais do MTST [...]” (GOULART, 2011, p. 25).

Entretanto, a importância do Parque Oziel não se resume aos aprendizados que ele legou ao Movimento. Esse acampamento, que depois viria a se tornar um bairro, acabou por abrigar milhares de famílias e representou um resultado importante da luta dos trabalhadores no meio urbano. Segundo Goulart (2011):

O Parque Oziel, em 2001, já não era somente sua grande extensão de área que abrigava 6000 famílias. A ele, estavam integradas mais 3500 famílias do Jardim Monte Cristo e da chamada Gleba B, reunindo, no total, mais de 10.000 famílias. Sua história acumulava, além de uma vasta disputa judicial, envolvendo os proprietários, moradores e prefeitura, também uma intensa luta pela sobrevivência cotidiana, em uma área sem quaisquer benfeitorias públicas, com alto índice de violência e sem qualquer garantia de posse da moradia. (GOULART, 2011, p. 24).

Segundo a autora, no ano de 2006 a prefeitura, em negociação com os proprietários, havia conseguido desapropriar mais de 90% da área e os ocupantes conseguiram uma permissão de uso dessa área em 2007. Segundo apurado nas entrevistas que realizamos com coordenadores, o MTST já não atuava mais no Parque Oziel quando essas conquistas foram alcançadas. Entretanto, esse fato não invalida a contribuição do Movimento ao processo de

construção inicial do Parque Oziel e da importância dos ensinamentos que essa ocupação deixou ao MTST.

CAPÍTULO 3

A EXPANSÃO DO MTST EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES URBANAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CAMPINAS E SÃO PAULO

Após iniciar sua atuação em Campinas, no ano de 1997, o MTST passa por um processo de expansão de sua estrutura organizativa e de sua ação. Além de atuar na Região Metropolitana de Campinas (RMC), começa a organizar-se também na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), local que abriga o maior déficit habitacional do Estado. Essas duas regiões metropolitanas irão constituir os focos de atuação do Movimento por diversos fatores, como por exemplo, concentrarem um grande número de trabalhadores em condição urbana extremamente precária, fato que proporciona uma grande potencialidade para a aglutinação de pessoas em torno de uma luta reivindicativa de melhores condições de moradia e de acesso à estrutura urbana. Esses locais também são focos de grande concentração de terras com muitos terrenos desocupados e sem função social ativa, que podem se tornar objetos da ação do Movimento. Ambas as regiões metropolitanas constituem os principais lócus de concentração da desigualdade no Estado, e essa desigualdade é ainda mais profunda quando se analisa as cidades periféricas do entorno metropolitano em contraposição aos municípios núcleos.

Sobre as cidades periféricas da RMSP, local privilegiado da atuação do MTST, Lima (2004) afirma: “A divisão social e territorial do trabalho na metrópole e seu entorno, baseia-se em uma relação de apoio recíproco, porém hierárquica e desigual, dada à operação dos mecanismos de extração do excedente.” (LIMA, 2004, p. 137). Por conseguinte: “Esta forma particular de produção da desigualdade acarreta a tendência à reprodução permanente, e crescentemente pronunciada, da distância social decorrente da concentração de investimentos públicos e privados no município núcleo da metrópole.” (LIMA, 2004, p. 137-138). Segundo a autora, nos anos 1980 e 1990, os fluxos de migração de trabalhadores têm se dirigido com mais intensidade para as regiões que compõem o entorno da cidade sede da região metropolitana, fato que provoca um distanciamento e uma precarização ainda maiores do acesso desses trabalhadores aos serviços e às estruturas urbanas, uma vez que: “Os segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras passam a residir em áreas ainda mais longínquas do núcleo metropolitano, praticamente desprovidas das mínimas condições de habitabilidade.” (LIMA, 2004, p. 138).

Segundo Jota, a escolha do Movimento por atuar nesses locais ocorre também porque: “É nas regiões metropolitanas que você trava a circulação [...]” (JOTA, 2010). Pode-se notar, portanto, outro fator decisivo para a escolha da atuação nessas localidades, já que elas constituem áreas imprescindíveis à circulação de mercadorias. Assim, como aponta o coordenador, nelas o MTST pode utilizar-se de ações pontuais que causam grande impacto e repercussão, como o trancamento de vias de circulação, com o objetivo de pressionar o Estado com relação às demandas do Movimento.

A partir disso, nosso objetivo nesse capítulo é examinar a expansão da ação do MTST articulando-a com a realidade urbana dessas duas regiões metropolitanas, principalmente no período neoliberal, relacionando estas realidades ao contexto nacional. Por conseguinte, para entendermos melhor o desenvolvimento das contradições urbanas nas duas regiões, faremos uma breve análise das especificidades históricas dessas duas localidades, com enfoque no período de constituição das duas metrópoles e no período neoliberal, uma vez que neste último, ocorreu uma severa intensificação das crônicas contradições presentes nessas cidades, aprofundando o fosso entre ricos e pobres.

Realizaremos, portanto, uma breve exposição do desenvolvimento histórico dos problemas urbanos, especialmente do habitacional, atinentes a essas duas metrópoles, para compreendermos mais profundamente o contexto com o qual o MTST se deparou em sua expansão. Com isso, visamos obter maior clareza da conjuntura particular sob a qual o Movimento desenvolveu sua luta por diversas cidades da periferia metropolitana de São Paulo e de Campinas. Na continuidade da análise, investigaremos o histórico das ocupações, examinando seus principais determinantes sociais e políticos, seus êxitos e dificuldades e as contradições enfrentadas pelo MTST no movimento de sua ação.

Ademais, analisaremos também a perspectiva histórica do desenvolvimento nacional do neoliberalismo durante esse processo de expansão do MTST. Nesse contexto, é imperativo pormos em discussão a relação do Movimento com o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, lançado em 2009, pelo governo Lula (2003-2010).

3.1) O contexto sócio-político da expansão do MTST: contradições urbanas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e na Região Metropolitana de Campinas (RMC)

Com a aquisição de certa experiência no ano de 1997 com a ocupação Parque Oziel, o MTST segue em 1998 um processo de expansão para outras localidades tanto no estado de

São Paulo quanto para outras regiões do Brasil. Segundo o texto “Breve história do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” (2006a), nesse ano: “Além de Campinas, o movimento passa a realizar trabalhos em favelas de Guarulhos e Diadema (Grande São Paulo), realiza uma ocupação em Itapevi (SP) e inicia atividades no Rio de Janeiro e no Nordeste.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006a, p. 2). Podemos notar a importância, como já havia referenciado Jota, da participação na ocupação Parque Oziel para a formação de novos militantes que puderam não só dar continuidade ao trabalho em Campinas, mas também, expandir a atuação do Movimento para outras partes do estado de São Paulo assim como para outros estados.

Nos anos seguintes, o foco de atuação do Movimento se deu na Região Metropolitana de São Paulo, onde realizou grandes e efetivas ocupações que mobilizaram milhares de pessoas. De acordo com o texto supracitado (2006a): “Isso teve início com a ocupação Anita Garibaldi em Guarulhos, [...] que chegou a contar com 10 mil pessoas. Em 2002 foi a vez de Osasco, com a ocupação Carlos Lamarca e em 2003 ocorreu a ocupação Santo Dias, em São Bernardo do Campo.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006a, p. 2). Pelo número de ocupantes que chegou a angariar o acampamento Anita Garibaldi em Guarulhos podemos ter uma noção das dimensões que alcançaram as ações do Movimento durante esses anos e, a partir disso, podemos concluir que o poder de congregar trabalhadores necessitados e colocá-los em luta por suas reivindicações que o MTST conseguiu almejar foi muito significativo.

O MTST caracterizou-se por centrar sua atuação nos terrenos periféricos das regiões metropolitanas. Essa escolha se deu por diversos fatores, entre eles, podemos citar: 1) o grande número de organizações e movimentos que atuam na capital do estado, fator que leva a uma disputa muito mais intensa pelos recursos existentes; 2) a maior facilidade em reunir um grande número de pessoas em torno dos terrenos; 3) a maior disponibilidade de terras; 4) a maior facilidade de estabelecer negociações com as prefeituras das cidades vizinhas da capital; e 5) a proximidade com grandes vias de circulação de mercadorias, o que favorece as ações que visam travar temporariamente essa circulação. Esses fatores facilitam a realização dos processos de ocupação e aumenta as chances destas não serem despejadas, além de favorecer outras ações do Movimento. Apesar disso, esses fatores não vedam a atuação do MTST na própria capital paulista por meio de núcleos que mantêm diálogos contínuos com diversas comunidades paulistanas.

Dessa forma, é necessário compreendermos, mesmo que de maneira sucinta, como se desenvolvem as contradições urbanas nessas duas regiões para entendermos o contexto social e político dessa expansão do Movimento. Segundo Lima (2004): “O processo de formação da cidade de São Paulo e do seu entorno metropolitano atesta, de forma singular, as perversas consequências sociais do padrão de desenvolvimento urbano-industrial implantado no Brasil, inclusive no que se refere à questão habitacional”, (LIMA, 2004, p. 82). Na sequência, ela afirma que: “Por tratar-se da região que exerce o comando da rede urbana brasileira, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) evidencia, de forma contundente, a histórica tendência concentracionista do modelo de acumulação capitalista no Brasil.” (LIMA, 2004, p. 82). Para a autora, a constituição do urbano em São Paulo reflete, de uma forma específica, a situação social gerada no Brasil pelo seu particular desenvolvimento econômico. Este se baseou em um modelo fortemente desigual e com concentrações de renda abismais, gestando um contexto social trágico para a classe trabalhadora, principalmente no que concerne às suas camadas mais empobrecidas, que ficam com a menor parte das riquezas produzidas socialmente. Esse fato repercute, sem sombra de dúvida, nas formas de se reproduzir desses trabalhadores, que se realizam através de maneiras extremamente precárias.

A constituição urbana de Campinas também seguiu as principais tendências da urbanização brasileira, baseada na desigualdade social e na segregação das camadas de menor renda do acesso à infra-estrutura urbana. Os trabalhadores foram submetidos a péssimas condições habitacionais através das décadas de constituição da cidade, que se desenvolveu, claro que com suas especificidades, baseada fundamentalmente no atendimento das necessidades e dos interesses do capital, relegando à classe trabalhadora uma condição habitacional e urbana precária ao longo da história.

Dessa forma, a seguir, analisaremos sucintamente o desenvolvimento histórico do problema habitacional e urbano nessas duas metrópoles e o aprofundamento desses problemas sob a égide neoliberal, visando entender mais profundamente a realidade particular das duas regiões nas quais o MTST desenvolveu seu processo de expansão.

3.1.1) O problema habitacional na RMC: metropolização e neoliberalismo

A região que abriga a cidade de Campinas representou um papel histórico fundamental no desenvolvimento da economia paulista. No século XIX, com o desenvolvimento da produção de café, a cidade já havia tornado-se um das referências econômicas no Estado:

Desde a economia cafeeira do século XIX Campinas se tornara o maior pólo do interior paulista. Desde o último quartel do século XIX Campinas possuía o maior entroncamento ferroviário do estado de São Paulo, excetuada a capital, permitindo nuclear uma ampla rede de cidades, inclusive atingindo cidades mineiras como Poços de Caldas, por exemplo. Com o declínio do transporte ferroviário e a ascensão do transporte rodoviário, Campinas passa a contar com importante sistema de rodovias; novamente tem-se ali, desde os anos 1980, o segundo mais importante entroncamento de rodovias expressas de São Paulo, atrás apenas da capital. Criava-se no território campineiro e em seu envoltório as condições infra-estruturais, econômicas e demográficas para o estabelecimento de uma rede urbana que assumiria paulatino caráter metropolitano. (QUEIROGA, 2008, p. 122-123).

Na década de 1970, ocorre uma substancial expansão do setor industrial paulista que avança sobre as fronteiras da Região Metropolitana de São Paulo e começa a abrigar-se também em outros locais do Estado (Queiroga, 2008). Um dos locais privilegiados nesse processo foi Campinas, que passou a desenvolver de forma extremamente pujante sua economia industrial: “Dada a situação urbana e territorial previamente mais desenvolvida da Região Administrativa de Campinas, foi ali que se apresentou o maior crescimento absoluto, transformando-se, em 1980, no segundo centro industrial do país em valor de produção (IBGE, 1984).” (QUEIROGA, 2008, p. 122). Nos anos 1970, Campinas e seu entorno, cidades como Paulínia, Valinhos, Sumaré, Indaiatuba e Americana, tiveram um crescimento industrial e urbano consideráveis e, assim: “A região foi um espaço privilegiado do processo de interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, que se desdobra, além da industrialização, para a modernização das atividades agropecuárias articuladas com as atividades industriais e terciárias.” (CAIADO; PIRES, 2006, p. 285).

Dessa maneira, em torno das décadas de 1970 e 1980, Campinas começa a reunir as condições para se tornar uma metrópole, condição à qual foi elevada oficialmente somente no ano de 2000, através da promulgação da Lei Complementar n. 870, contando com 19 municípios e cerca de 2,3 milhões de habitantes (Caiado; Pires, 2006). Com a multiplicação da presença industrial na RMC começa a haver elevações constantes do número de trabalhadores²¹ migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego, aumentando, por sua vez, os problemas referentes ao desenvolvimento urbano capitalista, sendo um dos mais latentes, o aprofundamento do problema habitacional. Do fim de década de 1980 até o ano 2000, a RMC

²¹ “A expansão das áreas industrializadas impulsionou o crescimento urbano, migrantes de outros estados que se fixavam na metrópole paulistana foram atraídos, também, para outras cidades, sobretudo Campinas [...]” (QUEIROGA, 2008, p. 123).

teve um aumento de 30% de sua área urbanizada, o que denota um aumento da periferização, quando se leva em conta que municípios que ainda não eram atingidos pela metropolização na década de 1970, passam a ser a partir dos anos 1990, como, por exemplo, Artur Nogueira, Indaiatuba e Vinhedo (Caiado; Pires, 2006).

No entanto, o padrão periférico de expansão urbana já estava presente na década de 1970, com a presença da ocupação irregular e de condições habitacionais precárias para as parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, paulatinamente segregada dos locais com melhor infra-estrutura urbana: “O acelerado processo de urbanização observado em Campinas, nos anos 70, caracterizou-se pelo surgimento de favelas e pela proliferação de loteamentos irregulares e clandestinos, estendendo a periferia pobre para além dos limites municipais.” (CAIADO; PIRES, 2006, p. 285).

Isso denota um fato importante a se ressaltar, que a Região Metropolitana de Campinas, ao mesmo tempo em que passa a gerar uma riqueza extraordinária, monopolizada por parcelas da classe dominante, gera também um crescimento constante da pobreza²² e da periferização da população trabalhadora de baixa renda: “A RMC crescentemente rica, rápida, super-estruturada, possui também uma periferia crescente.” (TOZI, 2008, p. 108). De acordo com Neto (2008): “Em síntese, o processo de metropolização campineira pode ser caracterizado pela hiperperiferização amplamente facilitada pelos deslocamentos intermunicipais de caráter metropolitano.” e, segundo o autor, “Nesse quadro, além dos problemas sociais decorrentes do processo, a tendência provável seria o aumento dos problemas ambientais e urbanos que são intercorrentes.” (NETO, 2008, p. 75-76).

Nesse contexto de intercâmbios entre os diferentes municípios que compõem a região, Tozi (2008) comenta sobre a relação centro/periferia que se estabelece entre as cidades em seus papéis diferenciados:

Municípios inteiros se tornam periferia dessa região, como Hortolândia, sem reduzi-la a esse dado, mas um município de 200 mil habitantes que todo o ano recebe 10 mil novos moradores, migrantes que usam a situação geográfica desse município (moradia, proximidade, transporte...) para se aproveitar dos interstícios das redes que compõem a RMC, das migalhas das estruturas que compõem o miolo da metrópole. A periferia é fundamental ao “centro” e o “centro” não existiria sem essa periferia. (TOZI, 2008, p. 108-109).

²² “Nessa RMC, os pobres abundam mais que investimentos, que as obras, que as modernizações. Os pobres persistem.” (TOZI, 2008, p. 113-114).

Nesse sentido é perceptível um processo crescente de inchaço da periferia metropolitana em relação ao centro da metrópole, que conta com maior estrutura urbana e, logo, com preços de terrenos e residências mais elevados, o que impossibilita a permanência de grandes camadas da classe trabalhadora. Segundo Caiado e Pires (2006), se levado em conta composição legal da RMC: “[...] o entorno metropolitano vem registrando taxas de crescimento mais elevadas do que a sede, no período 1970-2000, resultando em uma desconcentração da população da sede, que passa de 55%, em 1970, para cerca de 40% da população metropolitana. (CAIADO; PIRES, 2006, p. 285). Podemos verificar esse dado na tabela 5:

Tabela 5: População total, segundo sede e entorno Região Metropolitana de Campinas, 1970-2000

Anos censitários	População total		Participação relativa (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)	
	Sede	Entorno	Na sede	Sede	Entorno
1970	375.864	304.962	55,20	5,86	7,22
1980	664.559	612.196	52,05	2,22	4,73
1991	846.434	1.018.311	45,39	1,52	3,34
2000	969.396	1.368.752	41,46		

Fonte: Fundação IBGE, Censos demográficos de 1970 a 2000 *apud* CAIADO; PIRES, 2006, p. 286.

A partir da década de 1990, percebe-se a construção de grandes condomínios fechados distantes do centro destinados à população de alta e média rendas. Aliado a isso, ocorre o inchaço das favelas, denotando a precarização da condição habitacional da classe trabalhadora campineira e o aumento da segregação urbana das camadas de menor renda da população: “Destaca-se também o crescimento das favelas e ocupações, especialmente na sede metropolitana, que abrigam cerca de 17% da população, sinalizando a ampliação da exclusão social e o aprofundamento da nossa histórica desigualdade.” (CAIADO; PIRES, 2006, 286).

Segundo Queiroga (2008): “A Região Metropolitana de Campinas, [...] com dezenove municípios, tornou-se o principal centro do país nos setores industriais de informática e telecomunicações.”, e, de acordo com a análise desse autor, isso se deve entre outros fatores a: “[...] sua ótima rede de estradas de rodagem; aeroporto internacional com o maior movimento,

em valor, de cargas do país; capacitação técnica e científica vinculada a vários centros de pesquisa estabelecidos em Campinas.” (QUEIROGA, 2008, p. 124, notas suprimidas).

Esse grande desenvolvimento econômico da RMC vem atrelado a uma piora das condições de vida dos trabalhadores, submetidos aos ditames da reestruturação produtiva no contexto neoliberal. Em meio a uma perda substancial de seus direitos e ao aumento de sua exploração, a classe trabalhadora passa por um processo de pauperização, em um contexto de concentração da riqueza produzida. Esse fato reflete-se no urbano que, sob os ditames do capital mundializado, torna-se cada vez mais segregado e de difícil acesso aos trabalhadores que habitam os mais diversos tipos de moradias inadequadas e precárias. Dessa forma, vê-se que a Campinas “[...] da população mais abastada não apenas é muito distinta daquela reservada para população de mais baixa renda, em termos das disponibilidades de infraestrutura e serviços, como também o é em termos dos espaços ocupados por ambas as camadas sociais.” (CUNHA *et al*, 2006, p. 337-338). Ou seja, o desenvolvimento econômico pujante de Campinas engendra-se indissociavelmente da acumulação de pobreza, fruto do aumento da exploração do trabalho e da aniquilação de muitas garantias trabalhistas:

A Região Metropolitana de Campinas, [...] é, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes regiões do país, não apenas por sua força econômica, mas também por se tratar de um dos mais importantes pólos tecnológicos brasileiros. No entanto, ao mesmo tempo em que se expandiu e assumiu essa posição proeminente no cenário paulista e nacional também acumulou – e continua acumulando – alguns passivos indesejados, muitos deles observados na maioria das metrópoles brasileiras: alta concentração de pobreza, desemprego, violência, crescimento e desenvolvimento socioeconômico desigual; sobretudo, um forte grau de segregação social no interior de seu território. (CUNHA *et al*, 2006, p. 337).

O período neoliberal marcou, portanto, a piora da condição habitacional da classe trabalhadora de Campinas e aumentou os níveis de segregação. Enquanto as camadas mais abastadas da população encastelam-se progressivamente em condomínios fechados e locais exclusivos, com grandes recursos de infra-estrutura urbana, os trabalhadores de menor renda são cada vez mais marginalizados do acesso a essa infra-estrutura, ocupando habitações cada vez mais precárias e em locais crescentemente distantes. O aumento do número de favelas indica essa degradação habitacional pela qual os trabalhadores vêm passando. Ao tempo em que produzem a riqueza social, estes são marginalizados de sua maior fatia, sendo relegados a uma constante piora das suas condições de vida com o aumento da exploração de sua força de trabalho pelo capital sob a égide do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, essa região metropolitana tornou-se um local de explicitação dos conflitos de classe relacionados ao solo urbano e à questão habitacional, apresentando-se como um solo propício à atuação do MTST em São Paulo, sendo a segunda região mais desenvolvida economicamente do Estado e concentradora de iniquidades profundas.

3.1.2) A constituição do problema habitacional na RMSP: do regime militar ao período neoliberal

O regime militar instaurado em 1964 promoveu certa modernização do capitalismo no Brasil, o que levou a uma intensificação da concentração de renda e um acirramento da desigualdade na sociedade brasileira. A realidade urbana de São Paulo é severamente atingida por esses processos, sendo que, os governos militares investiram pesadamente na cidade para torná-la o local privilegiado de intensificação da acumulação de capital, beneficiando as camadas mais abastadas da população e promovendo um incremento da desigualdade, ou seja, “[...] mais do que nunca, São Paulo tornou-se uma cidade segregada, pois as políticas públicas foram canalizadas para uma transformação urbana que beneficiou as camadas de médio e alto poder aquisitivo [...]” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 148) e, durante esse processo, é possível constatar uma drástica piora das condições urbanas e habitacionais da classe trabalhadora, na medida em que: “[...] continuavam a se reproduzir as múltiplas periferias desprovidas de serviços básicos e em que as favelas, até então quantitativamente insignificantes em São Paulo, passaram a crescer aceleradamente.” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 148). Esse novo padrão de acumulação promoveu um aprofundamento da segregação já existente, deteriorando o padrão de vida urbano dos trabalhadores. É possível constatar esse posicionamento do Estado na conduta adotada pelo governo militar na gestão dos recursos públicos voltados ao atendimento das demandas urbanas, sendo o caso exemplar, a ação do BNH:

[...] a política habitacional do regime militar baseou-se na lógica da maximização do lucro, pois, ao mesmo tempo que servia de vigoroso dinamizador da acumulação de capital, propiciava também a especulação imobiliária que se tornou a fonte de fabulosos negócios. Sem sombra de dúvida, o BNH produziu mudanças radicais no sistema financeiro público e privado, bem como propiciou a modernização e concentração de empresas do ramo da construção civil. Financiando 4,5 milhões de unidades habitacionais que conjuntamente com outras obras iriam alterar o perfil das cidades brasileiras, o BNH foi um fator decisivo para aprofundar as

iniquidades sociais: dos enormes recursos mobilizados pelo Banco que provêm da arrecadação sobre os salários, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), apenas 16% do investimento total dirigiram-se para as famílias cujos rendimentos atingiam até 5 salários mínimos. Esta segregação torna-se ainda mais patente quando se tem em conta que do conjunto do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cujos recursos advêm do FGTS e das Cadernetas de Poupança, foram canalizados tão-somente 4% de suas vultosas fontes para estes estratos mais pauperizados da população. O contraste entre zonas bem equipadas, onde moram os grupos de rendimentos médio e alto e as vastas regiões periféricas, onde habita a população pauperizada, espelha ao nível urbano o mesmo fenômeno que ocorreu nos locais de emprego, onde aviltaram-se as condições de trabalho e remuneração. (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 164).

A degradação da condição habitacional e urbana da classe trabalhadora é visível quando se leva em consideração o aumento do número de pessoas morando em favelas e cortiços a partir da segunda metade da década de 1970. Esta não foi uma situação passageira, pelo contrário, mostrou-se como um quadro que começava a se perpetuar na realidade de São Paulo: “Não obstante seus moradores serem majoritariamente migrantes, grande parte já está na favela há vários anos, o que indica que ela não é um estágio provisório [...]” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 162). O que ocorre é uma piora das condições dos trabalhadores, já que, a maioria da população favelada provém de uma situação habitacional superior a esta e, as causas desse processo são, fundamentalmente, a redução salarial concomitante ao crescimento do desemprego, problemas para se realizar a autoconstrução e um aumento dos aluguéis (Kowarick; Bonduki, 1994). O processo de favelização está também intimamente ligado à intensificação da exploração do trabalho:

Na realidade, a crescente favelização que se operou no município de São Paulo nada mais é do que um dos resultados do acirramento da exploração do trabalho que só pode levar a um crescente grau de espoliação nos níveis de consumo do habitante urbano. Num quadro em que os salários tornam-se cada vez mais espremidos para cobrir os gastos básicos – entre os quais os referentes à moradia – a favela pode aparecer como única alternativa para aqueles que querem permanecer na cidade. Quer porque os aluguéis tornam-se incompatíveis em face do minguado orçamento de consumo de muitos trabalhadores, quer porque a compra de um terreno e a construção da casa própria sejam onerosos e impliquem também regularidade nos ganhos da família que ingressou neste e tortuoso processo de aquisição, qualquer “crise” que ocorra pode significar a perda da possibilidade de canalizar recursos nos gastos com habitação. Esta “crise” – doença, acidente no trabalho ou desemprego –, frequente no cotidiano da mão-de-obra que se desgasta no processo produtivo, constitui uma das fontes de favelização, pois muitas vezes representa, para as famílias de poucos salários mínimos, a

impossibilidade de continuar pagando as dívidas ou aluguéis imperantes no mercado imobiliário. (KOWARICK, 1979, p. 95).

As péssimas condições de habitabilidade das favelas são, por conseguinte, uma indicação da piora dos níveis sócio-econômicos da população trabalhadora: “[...] as favelas estão situadas, frequentemente, à margem de córregos, em terrenos com grande declive, onde é acentuada a erosão, muitos núcleos sujeitos a inundações ou mesmo desabamentos [...]” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 162). Além disso, deve-se ressaltar que as moradias geralmente são minúsculas e abrigam uma grande quantidade de pessoas, resultando num amontoamento de seres humanos residindo em condições que não garantem o mínimo necessário para um desenvolvimento saudável.

Nesse contexto, marcado pelo grande crescimento da economia brasileira e, principalmente, da economia paulista, ao custo do aprofundamento dos níveis de concentração de renda e exacerbação da iniquidade social, é que foi instituída oficialmente a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através de Lei Federal em junho 1973. A RMSP teve seu processo de desenvolvimento acelerado principalmente a partir da década de 1970²³, quando se intensificou uma expansão rumo a loteamentos nas áreas periféricas de cidades contíguas ao município de São Paulo, que passaram a ser ocupadas por parcelas de baixos rendimentos da classe trabalhadora (Bógus, 1992). Temos, com isso, um crescimento do processo de periferização, em um contexto de mercado imobiliário formal inacessível à população trabalhadora mais empobrecida, que teve de buscar alojamento em locais que, além de distantes de seus locais de trabalho, contavam com pouquíssimos ou nenhum recurso de estrutura urbana.

Grande parte da população que ocupou o espaço da RMSP é constituída por migrantes, principalmente do Nordeste, que chegavam a São Paulo em busca de empregos e de melhora no nível de vida. Um grande contingente desses migrantes passou a povoar as cidades que abrigavam indústrias e cidades que serviam de dormitório²⁴ aos trabalhadores. O aumento do número das cidades-dormitório “[...] significa o deslocamento diário de milhares de trabalhadores numa migração pendular casa-trabalho-casa, que constitui a rotina

²³ Deve-se mencionar, a título de ressalva, que Guarulhos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André, devem ser distinguidas, pois, antes desse período, já na década de 1940, constituíam cidades importantes que abrigavam centros industriais e populações consideráveis (Bógus, 1992).

²⁴ “Entende-se por municípios-dormitório aqueles que tiveram o crescimento de sua população diretamente ligado à expansão de áreas de moradia para alojar, principalmente, a população de baixa-renda. Nesses municípios proliferaram os loteamentos irregulares durante os anos 70, viabilizando o acesso à terra de milhares de famílias, muitas delas recém-chegadas de outras áreas do estado ou do país.” (BÓGUS, 1992, p. 38).

desgastante de grande parte da força de trabalho inserida nos diferentes setores de atividade da metrópole.” (BÓGUS, 1992, p. 38). Importante ressaltar que “Essa modalidade de deslocamento assume importância crescente num contexto onde a pauperização se acentua.” (BÓGUS, 1992, p. 38).

Segundo Bógus (1992) é possível traçar um “gradiente” de pauperismo quando se analisa a condição habitacional da população migrante, o que revela o caráter extremamente perverso da situação social a que estão submetidos esses trabalhadores. O nível de pobreza está diretamente relacionado à precariedade da habitação, sendo que, os migrantes mais antigos, que residem em cortiços e favelas mais próximos dos equipamentos urbanos são, segundo a autora, privilegiados em relação aos migrantes que chegaram recentemente e que são obrigados a se instalar em locais muito distantes dos postos de trabalho, onde impera a carência de equipamentos urbanos.

Esse padrão periférico de expansão da urbanização ultrapassa as fronteiras da cidade de São Paulo, sendo constatável em toda a região metropolitana: “Do ponto de vista da estruturação urbana, a confirmação do ‘padrão de expansão periférico’ leva-nos para além dos limites municipais, incorporando periferias de municípios vizinhos.” (BÓGUS, 1992, p. 46). Nessas periferias é explicitada a precária condição habitacional e urbana de um enorme contingente de trabalhadores: “[...] quanto mais nos afastamos do centro, mais evidentes se tornam os sinais da pobreza, expressas nos tipos de construção, na falta de arborização das ruas, na ocupação desordenada do espaço [...]” (BÓGUS, 1992, p. 46). Além das péssimas condições das residências em si, é também evidente o caráter extremamente deficiente de estruturas urbanas básicas: “Os equipamentos públicos são geralmente escassos e os transportes coletivos mal conservados. Nas áreas de loteamentos recentes, as ruas sem pavimentação, molhadas pelas águas servidas de residências inacabadas, têm na maioria das vezes, um aspecto desolador [...]” (BÓGUS, 1992, p. 46).

Durante a década de 1970, ante essa perversa realidade social a que estava submetida a classe trabalhadora, surgem diversos movimentos reivindicativos que se organizam a partir dos bairros periféricos e de seu rol de demandas, isso porque, na esfera da fábrica, a forte repressão no início da década impedia ações de maior envergadura, diante do alto controle sobre os sindicatos. “Neste contexto a periferia, como *locus* de moradia por excelência dos trabalhadores, tornou-se o espaço de articulação de núcleos de organização popular.” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 168), assim, “Em bairros onde não faltavam problemas concretos em termos de carências urbanas que mobilizassem, passaram a surgir iniciativas

que visavam retomar a luta nas fábricas: a resistência popular nasce, portanto, fora dos locais de trabalho.” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 168). Diversos foram os conflitos protagonizados e um conjunto variado de reivindicações em torno de questões urbanas se fez presente, sendo que os principais problemas foram: o aumento do custo de vida; a falta de acesso à habitação e à saúde pública; as péssimas condições do transporte coletivo urbano e o desemprego (Doimo, 1995). As lutas derivadas de problemas pertencentes à esfera urbana tiveram um papel aglutinador da população mobilizada. Vale ressaltar que essas lutas reuniram em torno de si uma grande variedade de setores da população trabalhadora que estava sendo marginalizada dos benefícios da modernização e de um desenvolvimento econômico que alcançava altas taxas de acumulação, pondo a nu a excruciante desigualdade social que imperava naqueles anos.

Esses movimentos, a partir de suas reivindicações específicas, constituíram parte importante da luta contra a ditadura militar e sua maior popularidade foi alcançada no contexto da década de 1970, “[...] influenciando e sendo influenciadas por processos mais amplos, como as eleições de 1974 ou 1978 ou o diversificado e vigoroso movimento que iria redundar na anistia política obtida em 1979.” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 169). Nessa conjuntura: “Os moradores pobres de São Paulo, que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, aprenderam rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros.” (CALDEIRA, 2003, p. 230) e, por conseguinte, “A mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e organização espacial da cidade.” (CALDEIRA, 2003, p. 230). Pode-se destacar a atuação fundamental das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dos Clubes de Mães, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, da Oposição Metalúrgica de São Paulo, a participação política de grupos de jovens, entre outros, evidenciando a pluralidade de manifestações sociais insurgentes. Dessa forma:

É difícil, pois, pensar-se num padrão homogêneo ou num modelo, que os representaria e que servisse de paradigma do imaginário das classes populares. As identidades constituídas nos clubes de mães, nos grupos de fábrica, no “sindicalismo autêntico”, nas comissões de saúde, embora mutáveis e mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram “momentos de fusão”, produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores. Assim se deu basicamente nas greves de 1979-1980. Mas elas não dissolveram a

singularidade das múltiplas formas de movimentos. (SADER, 1988, p. 312, notas suprimidas).

Segundo Sader (1988), o diferencial desses movimentos que compuseram a realidade da década de 1970 é que, além de surgirem fragmentadamente, eles constituíam formas de expressão singulares, “Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades [...]” (SADER, 1988, p. 198). Ainda segundo o autor: “Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos.”, e, esse foi o motivo pelo qual “[...] o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.” (SADER, 1988, p. 199). Destarte, inicia-se a formação dos embriões de uma resistência social organizada em diferentes núcleos contra os desmandos e os imperativos do regime militar:

Estes processos, baseados numa lenta identificação de problemas que afetam o cotidiano das pessoas, foram gerando agrupamentos e, sobretudo, despertando uma *consciência de insubordinação* que se colocava contra o autoritarismo vigente: alastrava-se um sentimento de oposição e revolta, experimentavam-se formas variadas de resistência e de reivindicações, fragmentadas e parciais, mas que em muito iriam contribuir para as ações de *desobediência civil*: greves, passeatas, ocupação de terras, depredações e inúmeros tipos de manifestações, organizadas ou espontâneas que, a partir dos anos finais da década de 70, passaram a desafiar abertamente a repressão instituída. (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 169, grifos no original).

Na análise de Sader (1988): “Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído.” (SADER, 1988, p. 313). Entretanto, ainda segundo o autor, os movimentos surgidos na década de 1970 representaram mais do que isso, sendo que, eles: “[...] foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.” (SADER, 1988, p. 313).

Para Doimo (1995), em fins da década de 1970 as mobilizações sociais privilegiaram o que ela chama de sua face expressivo-disruptiva²⁵, com o processo maciço de greves e o auge dos procedimentos reivindicativos; já no decorrer dos anos 1980, com o processo de abertura política, os movimentos arrefeceram e passaram à ênfase de sua face integrativo-corporativa, buscando o papel provedor do Estado com relação a suas demandas.

Na década de 1980, operam-se mudanças substanciais na realidade política e social brasileira. Com o avanço das manifestações de oposição e crítica à ditadura, como as greves dos metalúrgicos no fim da década de 1970 e os movimentos nascidos a partir das periferias, “[...] o regime militar é obrigado, sob risco de perder o controle da situação política, a adotar uma estratégia de abertura democrática que palidamente vinha se esboçando desde 1974 – lenta, gradual e controlada – mas que absorve algumas das propostas da oposição.” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 170). Entre essas propostas, podemos citar: a restauração da pluralidade partidária, a anulação dos atos institucionais, a anistia, as eleições diretas para governador (Kowarick; Bonduki, 1994).

Entretanto, apesar dos movimentos reivindicativos e da gradual abertura política, o decorrer da década de 1980 não trouxe melhorias à situação de abismal desigualdade social e manteve o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores:

[...] torna-se necessário enfatizar também que estes avanços na conquista de espaços democráticos não impediram que, na primeira metade dos anos 80, *as condições de vida na região metropolitana de São Paulo se agravassem significativamente em função da crise econômica, da recessão e do desemprego* que atingiu todo o país e particularmente os pólos industriais mais desenvolvidos do Centro-Sul. Acuada por uma política de reajustes salariais defasados do aumento do custo de vida e, em especial, do custo da alimentação, pelo desemprego ou por ameaça e ainda pela repressão e pela intervenção que atingiu os setores mais organizados do novo sindicalismo, os trabalhadores sentiram na pele e no estômago as consequências da política econômica posta em prática pelo regime em transição da ditadura para a “abertura”. (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 171, grifos nossos).

Podemos ver a continuidade desse processo também na segunda metade da década. A análise de Kowarick (2000) expressa a gravidade da situação em números reais, explicitando

²⁵ Segundo Doimo (1995), os movimentos surgidos na década de 1970 são portadores de uma dupla face: “[...] a expressivo-disruptiva e a integrativo-corporativa. Pela primeira, contesta-se o caráter excludente do Estado capitalista e elaboram-se perspectivas de transformação social – no que se catalisam os anseios da esquerda; pela segunda, porém, interpela-se o lado provedor do Estado e arquitetam-se possibilidades de maior integração social e de estabilidade dos grupos primários – no que se encontram os interesses institucionais da Igreja.” (DOIMO, 1995, p. 94).

que, malgrado a intensa movimentação grevista nos anos 1980, não foi possível impedir o rebaixamento salarial e a precarização das condições da classe trabalhadora, fruto da inevitável pauperização decorrida durante esses anos. Nesse processo de empobrecimento, além de estar presente o ataque aos salários e ao seu poder de compra, também o desemprego assombrou de forma crescente, sendo ele um dos principais responsáveis pela degradação dos patamares sociais e econômicos dos trabalhadores. Nas palavras do autor:

Importa ressaltar que, fruto da liberalização política, incrementaram-se durante os anos 80 os conflitos do trabalho: entre 1982 e 1984 ocorreram 920 greves, montante que sobe para quase três mil no triênio seguinte, alcançando 4.597 paralisações nos últimos três anos da década. Contudo, cabe assinalar que esse revigoramento das lutas sindicais, que se traduzem quase 10 milhões de grevistas no início da década e culmina em mais de 30 milhões no final do período, não conseguiu reverter a tendência à deterioração salarial. Sintomática, nesse sentido, é a queda da remuneração real dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde se concentra a indústria automobilística, sede do sindicato de maior tradição de luta do País, que equivalia em 1991 a 30% da imperante em 1983, ao mesmo tempo em que a categoria perdia um terço dos postos de trabalho. Exemplos como este poderiam ser multiplicados e constituem a regra do que ocorre com os trabalhadores brasileiros, mesmo os pertencentes a sindicatos mais organizados e combativos [...]. (KOWARICK, 2000, p. 111-112).

No que diz respeito à realidade urbana, a situação dos trabalhadores era composta por: diminuição das remunerações combinadas com extensas jornadas de trabalho; subemprego; desemprego; precárias condições habitacionais; falta de acesso à infra-estrutura urbana e à serviços de saúde; queda da capacidade de consumo (Kowarick, 2000). No referente à questão da moradia, o quadro é agravado pela justaposição de fatores como a queda da renda e o desemprego com um processo de melhorias urbanas realizadas em algumas localizações periféricas. O processo de melhorias foi levado a cabo pelo Estado como fruto das pressões exercidas pelas mobilizações sociais dos anos 1970 e 1980. Elas, no entanto, resultaram na elevação dos custos dessas localidades, tornando, por sua vez, o acesso ainda mais dificultado para as parcelas que perderam poder aquisitivo. Isso culminou na expulsão das parcelas mais pauperizadas que habitavam os lugares beneficiados. Ocorre, portanto, uma expulsão crescente dessas pessoas para as regiões fronteiriças da cidade e para os municípios circundantes que compõem a RMSP.

Com o aumento da dificuldade de se ocupar e empreender a autoconstrução nos terrenos que recebiam melhorias urbanas e se valorizavam, o número de pessoas em favelas e

cortiços começa a crescer exponencialmente. Segundo dados extraídos de Caldeira (2003), os moradores de favelas da cidade de São Paulo em 1973 representavam 1,1% da população; já em 1980 esse número sobe 4,4%, aumentando ainda mais em 1987 quando atinge 8,9%; culminando, em 1993, na cifra de 19,1%, o que, à época, significava quase dois milhões de pessoas. Cabe ressaltar que, mesmo com um número elevadíssimo de pessoas migrando para favelas, essa “solução” habitacional não foi suficiente para atender a demanda, o que levou a outros tipos de resolução do problema da carência de moradia.

Um conjunto de novos acontecimentos marcou a insatisfação de muitos setores da população com a baixa qualidade de vida. Entre esses acontecimentos, Kowarick e Bonduki (1994) apontam como principais: as manifestações de setores desempregados, como os saques; a quebra de ônibus; ações contra os atropelamentos; movimentos de moradores de favelas; greves; e a organização de ocupações de terras. Este último fato é sobremaneira interessante para se analisar o desenvolvimento da questão habitacional nos anos 1980 em São Paulo. Sobre ela dizem os autores:

As invasões/ocupações organizadas de terra surgem a partir de 1981, marcando um novo quadro da situação habitacional em São Paulo, no qual para os trabalhadores de baixa remuneração é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no longo e desgastante processo da autoconstrução. Ao mesmo tempo que a “opção periférica” fica mais distante, o desemprego e a queda do salário real impossibilitam o dispêndio mensal com o aluguel, levando milhares de pessoas a terem que encontrar uma solução habitacional que não implicasse qualquer custo monetário. As favelas, ocupações espontâneas de terra, que já vinham crescendo significativamente em São Paulo desde meados da década de 70, tornaram-se insuficientes para abrigar uma grande massa de trabalhadores sem outra opção de moradia. É neste quadro que as invasões/ocupações organizadas de terra ganham grande impulso revelando um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo e que somente pode surgir em função da existência de núcleos de aglutinação popular nos bairros periféricos formados no período anterior em boa parte impulsionados pela ação das CEBs. (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 171-172, notas suprimidas).

No decorrer dos anos 1990, ocorre um agravamento da situação social da classe trabalhadora na Região Metropolitana de São Paulo, o que inclui a piora de sua condição habitacional e urbana²⁶. O neoliberalismo começa a ser implantado levando a deterioração do

²⁶ “São Paulo, verão dos anos 90: entulho, lixo, lama, as águas transbordam. Cerca de dois milhões de favelados, inúmeros aglomerados em áreas de risco. Alguns de seus moradores catam verduras nas ruas. Os bueiros reverterem água contaminada de leptospirose.” (KOWARICK, 2000, p. 120).

emprego refletida no emprego precarizado, informal, e na própria vedação do acesso ao trabalho, além do papel de um Estado que, submetido ao novo modelo, investe cada vez menos no concernente aos gastos sociais e é cada vez mais atuante ao beneficiar o interesse privado de grandes capitalistas: “Os salários despencam, o desemprego explode: a sensação é de que o mundo desmorona, de que o futuro desapareceu.” (KOWARICK, 2000, p. 120).

Nessa década, Torres e Marques (2001), sugerem a constituição do que se poderia chamar de uma hiperperiferia, que agregaria os problemas típicos da habitação periférica precária, tais como a falta de acesso à infra-estrutura urbana, casas em péssimas condições de habitabilidade, grande distância dos locais de trabalho gerando um dispêndio enorme de tempo de deslocamento, etc., aliados a um conjunto de condições de risco, como o ambiental. Para eles: “[...] o estudo das áreas de risco ambiental podem ter um sentido estratégico: evidencia de modo dramático, em alguns casos, a *sobreposição cumulativa dos riscos ambientais a diversas formas de desigualdades sociais e residenciais*.” (TORRES, MARQUES, 2001, p. 52, grifos nossos).

Os autores formulam uma distinção a ser feita entre as periferias da RMSP características da década de 1970, com as periferias características dos anos mais recentes, fundamentalmente a partir da década de 1990, onde se verifica um aprofundamento das desigualdades e das contradições, em meio a uma piora das condições sócio-econômicas da população trabalhadora. Na análise realizada por eles, constata-se que na atualidade ocorre a emergência de um “grande degrau urbano (e social)” (TORRES; MARQUES, 2001, p. 65), dentro da própria periferia. Segundo os autores:

Em termos concretos, existiam na Região Metropolitana de São Paulo, em 1998, aproximadamente 1,7 milhão de pessoas (10% da população) com rendimento familiar inferior a dois salários mínimos – R\$ 302,00 –, de acordo com a PNAD-IBGE. Isso corresponde a uma renda *per capita* inferior a R\$ 2,50 por dia, para uma família com quatro pessoas. Em tal contexto, é evidente que as áreas de periferia mais tradicional, e mesmo as favelas mais consolidadas, constituem locais cujos custos de moradia são proibitivos para esse grupo. Essa grande população miserável é obrigada a habitar as franjas e interstícios urbanos mais precários. Nesse sentido, a existência de áreas de risco ambiental com péssimos indicadores sociais e sanitários [...] mostra que há, claramente, uma periferia da periferia. (TORRES; MARQUES, 2001, p. 65-66).

Na sequência, eles concluem associando o surgimento dessas modificações às consequências sociais decorrentes dos ajustes impostos pelo neoliberalismo:

Assim, os riscos ambientais e sociais são desigualmente distribuídos (ou os primeiros são distribuídos sobre os segundos), criando um círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos (mas nem por isso numericamente desprezíveis). A isso se somam condições praticamente nulas de mobilidade social ascendente. Essas condições, talvez ainda mais graves que as descritas nas “periferias da espoliação urbana”, são cercadas por condições médias relativamente elevadas para os padrões periféricos tradicionais, indicando um padrão de segregação mais complexo, mais difícil de conceituar e medir, mas nem por isso menos injusto. São inúmeros os mecanismos que elevam a tal situação, desde o mercado de terras que as torna áreas de risco ambiental (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos etc.) as únicas acessíveis a grupos de baixíssima renda, até as ações do poder público e de produtores privados do urbano, passando pelos padrões mais gerais de transformação dos mercados de trabalho. De um ponto de vista estritamente sociológico, a emergência da hiperperiferia parece ter a ver com o aumento da heterogeneidade social paulistana, num contexto de queda sistemática da participação do emprego industrial, aumento do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada, bem como de aumento dos trabalhadores do sexo feminino e de ocupados no setor de serviços. Neste contexto, a desigualdade de rendimentos aumenta, mesmo naqueles momentos em que a renda média apresenta algum crescimento, como na segunda metade dos anos 1990. (TORRES; MARQUES, 2001, p. 66).

Outro fenômeno social relativo à realidade urbana que se desenvolve com força nos anos 1990, tendo se originado em meados da década de 1980, é a produção de enclaves fortificados para a moradia das camadas de alta renda. Este fato dá sustentação a um novo tipo de segregação que, sem desalojar o padrão centro-periferia, acrescenta-se a ele, passando a ser mais um dos perversos integrantes do contexto urbano da RMSP. As transformações ocorridas nos últimos anos e que fazem nascer esse novo fenômeno “[...] estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.” (CALDEIRA, 2003, p. 211). Os enclaves fortificados são: “[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento.” (CALDEIRA, 2003, p. 211).

Essa nova modalidade de segregação impõe um projeto de cidade que acentua a residência e a convivência entre setores sociais cada vez mais homogêneos em termos de poder econômico e situação social na parte interna aos enclaves, separando-os dos demais,

que se encontram logo ao se atravessar os muros ou as enormes e tecnológicas barreiras de segurança desses locais²⁷.

Assim, uma das tendências da expansão na cidade de São Paulo e na RMSP é a realização de empreendimentos imobiliários destinados aos grupos de alta renda, de altos ou altíssimos custos, em regiões que antes eram habitadas por população pobre ou regiões de pouca ocupação humana. Seguindo nesse mesmo sentido, também se pode vislumbrar a construção de prédios de apartamentos luxuosos dividindo espaço com imensas favelas. Salienta-se com isso, não obstante a proximidade física entre camadas de alta e de baixa renda, uma separação social, de rigidez crescente, entre as classes presentes no urbano.

De acordo com o estudo de Caldeira (2003), as mudanças pelas quais passou São Paulo, a partir da década de 1980, impactaram e agravaram profundamente a desigualdade social do município e de seu entorno metropolitano. Hoje ela é flagrante em alguns locais por conta dessa convivência física, apesar do gigantesco distanciamento social, entre as classes na paisagem citadina. Nas palavras da autora: “[...] não só aumentou a desigualdade em São Paulo [...] como ela se tornou mais visível e explícita na medida em que moradores ricos e pobres vivem mais próximos uns dos outros nas novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana.” (CALDEIRA, 2003, p. 255). Diante da realidade das áreas que abrigam essas disparidades gritantes, expostas aos olhos mais incautos, o que se constata é uma severa e permanente vigilância, por parte das camadas de alta renda, com relação ao distanciamento social supracitado, “Assim, os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo.”, num perverso quadro em que “Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle.” (CALDEIRA, 2003, p. 255).

Destarte, ao findar da década de 1990, São Paulo assiste, em meio a um contexto de proliferação de favelas e aumento de pessoas morando em cortiços e habitações precárias, a um concomitante crescimento da construção de condomínios que visam abrigar pessoas de alto poder aquisitivo e mantê-las separadas da parte da população que possui rendas mais baixas constituindo, com isso, “[...] uma região metropolitana na qual as distâncias físicas que

²⁷ “Para pessoas interessadas em viver exclusivamente entre seus pares, os muros têm mesmo de ser altos, e as residências para as classes altas não disfarçam suas cercas eletrificadas acima dos muros, assim como câmaras de vídeo e guardas particulares.” (CALDEIRA, 2003, p. 247).

costumavam separar diferentes grupos sociais podem ter encolhido, mas cujos muros cercando propriedades são mais altos e os sistemas de vigilância, mais ostensivos.” (CALDEIRA, 2003, p. 255).

Portanto, percebe-se que as contradições de classe no urbano da RMSP estão se aguçando crescentemente, erigindo conflitos cada vez mais candentes entre as classes sociais. Isso se reflete na constituição da própria estrutura urbana e no desenho do problema habitacional que perversamente atinge a metrópole. Esse agrega fenômenos como o enclausuramento da burguesia em locais fechados e monitorados que visam criar um mundo à parte da trágica realidade social configurada pelos imperativos do capital em sua fase neoliberal com uma constante periferação da classe trabalhadora. O modelo econômico e político ditado pelo neoliberalismo que se originou na década de 1990 e perpetuou-se pelos anos 2000, acentuou profundamente a desigualdade social e a concentração de renda, o que se refletiu na piora crescente, durante os últimos 20 anos, da condição habitacional e urbana da classe que vive do seu próprio trabalho.

3.2) A expansão das ocupações e o processo de autonomia

Como visto, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a maior e mais rica região metropolitana do Brasil, e a Região Metropolitana de Campinas (RMC), também uma das mais importantes do território nacional, são marcadas por uma excruciante desigualdade entre suas classes sociais. Como ambas são fundamentais à produção, à circulação e ao consumo, elas abrigam, em seus respectivos espaços, a maior parte da economia do Estado de São Paulo, como nos mostra a tabela 6, referente ao número de unidades industriais, pessoal ocupado e valor adicionado segundo as regiões administrativas do Estado de São Paulo:

Tabela 6: Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Região Administrativa, Estado de São Paulo

Região Administrativa	Número de Unidades (%)	Pessoal Ocupado (%)	Valor adicionado (%)
RMSP	56,9	56,8	60,4
<i>Município de São Paulo</i>	40,3	33,0	33,1
<i>Municípios do ABC</i>	6,6	11,3	13,8
<i>Demais municípios da RM</i>	9,9	12,5	13,5
Campinas	14,8	16,9	16,1
S. F. dos Campos	3,2	4,4	6,5
Sorocaba	5,8	6,0	5,2
Ribeirão Preto	2,1	2,3	2,2
Santo	1,3	1,1	2,1
Central	2,4	2,4	1,9
Bauru	2,1	2,6	1,4
S. F. do Rio Preto	3,2	2,0	1,0
Barretos	0,6	0,5	0,8
Franca	2,1	1,5	0,6
Araçatuba	1,6	1,4	0,6
Marília	2,0	1,2	0,6
Presidente Prudente	1,4	0,8	0,4
Registro	0,4	0,2	0,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Atividade Econômica Paulista – PAEP *apud* CASSAB, 2004, p. 79.

Em meio a uma concentração humana de proporções imensas, nessas duas regiões metropolitanas habita grande parcela da população trabalhadora paulista. Neste sentido, como as maiores regiões urbanas do Estado e maiores concentradoras de riqueza e desigualdade, é justamente nessas duas áreas que o problema habitacional é mais intenso. A RMSP e a RMC concentram em seus territórios boa parte do problema habitacional do Estado de São Paulo, o que explicita uma contradição, típica do modo de produção capitalista, pois são as duas regiões de maior importância econômica do Estado e as maiores produtoras de riqueza, sendo, ao mesmo tempo, os maiores abrigos da pobreza urbana e do problema habitacional a ela associado.

Dessa forma, ambas constituíram os *lôcus* privilegiados para a atuação do MTST, uma vez que contêm um número imenso de trabalhadores em péssimas condições habitacionais e urbanas, ou seja, oferecem uma potencial base social para as ações do Movimento e, sendo os pólos econômicos mais importantes do Estado, oferecem as melhores condições para que o Movimento possa chamar a atenção sobre suas reivindicações, seja através das ocupações de

terrenos realizadas ou através do trancamento de rodovias, fundamentais para a circulação de mercadorias, ou ainda, em outros tipos de ação.

Nesse contexto, com a exacerbação dos conflitos de classe refletidos na segregação espacial e na piora das condições urbanas da classe trabalhadora, em meio ao aumento da pobreza e da desigualdade sob o jugo neoliberal, o MTST encontrou um terreno fértil para começar a atuar nas cidades da RMSP, reunindo milhares de trabalhadores precarizados, informais e desempregados na luta por habitação e por reformas urbanas.

Segundo Goulart (2011):

Os primeiros cinco anos do século XXI foram importantes para o amadurecimento das formas de luta urbanas e para a configuração do movimento com características próprias de organização de acampamentos, desenvolvidas a partir de suas experiências em área urbana, bastante diversas das táticas já consolidadas no campo pelo MST [...]. (GOULART, 2011, p. 29).

Esse processo inicia-se em 2001, quando o MTST realizou a sua segunda grande ocupação no Estado de São Paulo, na cidade de Guarulhos, em uma área de 250.000 m². Ela foi denominada Anita Garibaldi e contou inicialmente com cerca de 2 mil famílias, segundo Guilherme S., coordenador estadual do MTST em São Paulo e coordenador nacional por São Paulo. Ela inicia a série de ocupações realizadas pelo Movimento na RMSP que se localizavam próximas a grandes vias de circulação. Segundo Guilherme S., o Movimento perdeu o controle da ocupação por volta de 2003, voltando a atuar no local em 2009. De acordo com o apurado nas entrevistas, o MTST perdeu o controle da área em meio a uma disputa com forças ligadas ao tráfico de drogas pelo domínio local. Goulart (2011) aponta que outro fator que levou à perda da direção do acampamento foi a demora na implantação do projeto habitacional. A mesma autora afirma que a volta do MTST ocorreu já no final de 2008 e, em 2009, o Movimento realiza, no local, um Encontro Estadual definindo as bases para sua organização nacional:

Anos depois, houve a “retomada do Anita”, em fins de 2008, mas com uma nova configuração. A área sob coordenação do MTST deixou de ser a totalidade da área ocupada anteriormente, e hoje pode ser considerada um bairro, com casas de alvenaria, equipamentos públicos, como creche, escolas e posto de saúde, mas ainda numa situação jurídica indefinida para os moradores. Em 2009, o Encontro Estadual do MTST realizou-se em uma creche, no interior do Anita Garibaldi, como forma de ressignificar a atuação do movimento naquele local. Foi exatamente onde o movimento fincou suas

raízes, que nove anos depois, militantes e coordenadores, ao avaliarem o processo de estadualização das lutas, aprovaram a nacionalização do MTST, que já vinha sendo preparada desde 2007. (GOULART, 2011, p. 33).

Foi nos primeiros anos dessa ocupação também que, segundo Jota, ocorre o início de um processo de autonomia do MTST em relação ao MST. Para alcançar essa independência, o Movimento passou por uma série de experiências que levaram a reflexões internas e à conclusão de que era necessário desfazer a relação de dependência existente com o MST por conta das grandes diferenças táticas e estratégicas entre a luta social no contexto urbano e no contexto rural. Diz ele que:

[...] o Anita Garibaldi resultou desse processo de reflexão, de reconhecimento de que o Movimento tinha de ser autônomo, ter uma direção própria, de que os militantes não iam mais usar a ajuda de custo do MST, e a ajuda de custo é um vínculo, é um vínculo econômico, e isto para nós era muito importante romper, porque, senão, mantinha relação e a nossa relação tinha que ser, sobretudo, política, discussão de estratégia, isso todo mundo concorda até hoje, manter o MST como um movimento aliado. Nós não precisamos ser um cordão umbilical do MST para sermos aliados do MST. (JOTA, 2010).

Segundo Goulart (2011), o papel do Anita Garibaldi foi altamente significativo para o MTST, pois foi “[...] a primeira grande ocupação (seja pelo tamanho do terreno, seja pelo número de pessoas agregadas) e por ter se mantido sem ação de despejo, o que favoreceu o movimento a prosseguir em seus objetivos de crescimento na RMSP.” (GOULART, 2011, p. 32).

Em 2002, o MTST continua sua atuação em terrenos estratégicos dentro da RMSP, realizando uma ocupação na cidade de Osasco, denominada Carlos Lamarca. Segundo Guilherme S., Osasco têm importância estratégica, pois localiza-se próxima a grandes rodovias, como a Castelo Branco e a Raposo Tavares. A ocupação teve início com cerca de 5 mil famílias, tendo ocorrido três despejos no período de 1 ano. O conflito dos ocupantes contra o Estado arrastou-se durante toda a década e, atualmente, cerca de 120 famílias estão aguardando a finalização do processo e a construção de apartamentos até o final de 2011. É no processo de luta dessa ocupação que o MTST inicia, portanto, a realidade da vivência dos despejos²⁸, fato que iria se repetir por diversas vezes ao longo de sua história.

²⁸ “O despejo é uma ação esperada pelos movimentos de moradia. Em uma ação de reintegração de posse há uma enormidade de fatores que podem desenhar um deslocamento pacífico das famílias ou um episódio de violência generalizada.” (GOULART, 2011, p. 34)

O ano seguinte, 2003, tem grande importância histórica, pois ele marca o fim do período FHC (1995-2002) e a ascensão ao poder do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que preservou as principais diretrizes do programa neoliberal. Quando Lula venceu o pleito presidencial, existia certa expectativa de diversos setores de que o novo presidente, de origem operária, pudesse promover grandes mudanças na política nacional:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva despertou muitas esperanças: com um operário no poder, o Brasil passaria pelas reformas que tanta carece. Na América Latina, uma análoga onda de esperança: com a base industrial, com o poder de arrecadação fiscal, com as reservas naturais, mercado e população do Brasil, o governo Lula mudaria a relação de subordinação da região para com os países centrais. E no mundo, a vitória de Lula foi saudada como importante na luta por justiça social. (LESSA, 2003, p. 1)

Eleito através de uma ampla gama de alianças e de um grande rol de concessões políticas, fato que comprometeu seu alcance de ação, o governo Lula não rompeu com a situação econômica neoliberal vicejante no país e que acabou por atravessar toda a década de 2000. Examinando o princípio da gestão Lula, Antunes (2004) afirmou categoricamente a continuidade do modelo econômico neoliberal, perpetrado na realidade nacional desde os primórdios da década de 1990: “Em vez de iniciarmos uma nova era, de desmontagem do neoliberalismo, *atolamos e chafurdamos na continuidade do nefasto projeto de desertificação social e política do país*, iniciado por Collor, desenvolvido por FHC e agora mantido pelo governo do PT.” (ANTUNES, 2004, p. 155, grifos no original). Segundo ele: “O desemprego ampliou-se, a perda salarial vem corroendo ainda mais as condições de vida já degradadas dos trabalhadores.” (ANTUNES, 2004, p. 155). Dessa forma: “É constrangedor presenciar, num governo recrutado no mundo do trabalho, tanto desemprego, tanta precarização, tanto destroçamento social.” (ANTUNES, 2004, p. 153). Lessa (2003), também analisando os anos iniciais de Lula no poder, corrobora a afirmação da continuidade neoliberal: “Ao assumir a Presidência, Lula [...] *intensificou* a política neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.” (LESSA, 2003, p. 1, grifos nossos). Seguindo o receituário imposto pelo FMI e Banco Mundial, Lula manteve em prática a política necessária para se alcançar os imperativos exigidos pelo mercado capitalista internacional na sua sórdida fase neoliberal, com todas as consequências sociais que isso podia acarretar e com todas as benesses correspondentes ao grande capital: “Não apenas reafirmou todos os compromissos internacionais, como ainda ampliou o superávit primário dos 3,75% acordado com o FMI para 5,2%.” (LESSA, 2003, p.

1). Ademais: “Investiu em infra-estrutura, educação, saúde e custeio dos órgãos públicos (como universidades, centros de pesquisa, órgãos de defesa do consumidor, hospitais, etc.) menos de 5% do previsto [...]” (LESSA, 2003, p. 1).

De acordo com Antunes (2004):

A política econômica, por exemplo, é de destruição do mundo produtivo, em benefício dos capitais financeiros, reiterando vergonhosamente a dependência aos ditames do FMI. A desumana concentração de terra mantém-se intacta e aumentam os assassinatos no campo. O sentido público e social do Estado está sendo, passo a passo, desmantelado. A maior virulência praticada pelo governo PT foi o desmonte da política de previdência pública e sua privatização boçal. A política dos transgênicos curvou-se e cedeu às transnacionais, como a Monsanto [...]. Se isso já não bastasse, Lula acaba de defender a flexibilização das leis do trabalho, como os capitais transnacionais estão exigindo. A política salarial está ao sabor do que poderia ser chamado de *governo contingente*: corte brutal na educação, saúde e previdência públicas, no salário mínimo, paralelamente ao pagamento desmedido e servil dos juros da dívida. Ou seja, o melhor dos mundos da especulação [...] (ANTUNES, 2004, p. 156, grifos no original).

Dessa forma, a principal característica do governo de Lula foi a manutenção do receituário neoliberal em suas linhas fundamentais. Seus mandatos também foram marcados pela implantação de uma política social que, muito limitada, tentou alentar um pouco a condição degradada da população de renda mais baixa através da promoção de alguns programas de assistencialismo estatal, que ficaram (como era de se esperar) muito aquém de um intervencionismo eficiente no combate à miséria. No âmbito da política externa, buscou-se uma relação mais amigável no trato com governos considerados à esquerda. Entretanto, essas alterações não levaram a qualquer transformação essencial do que vinha sendo exercido em acordo com os ditames econômicos neoliberais na década anterior:

Com o enorme processo de desertificação social do país, resultado das transformações ocorridas ao longo dos anos 1990 (neoliberalismo, financeirização da economia, reestruturação produtiva do capital, desregulamentação, informalidade e precarização do trabalho, privatização da *res publica* etc.), o PT também acabou por converter-se num partido da ordem. Exauriu-se como partido de esquerda, capaz de transformar a ordem societal, para se qualificar como gestor dos interesses dominantes no país. Como já pude mencionar anteriormente, o PT se converteu num partido que sonha em humanizar o nosso capitalismo [...]. (ANTUNES, 2005, p. 126).

Assim, apesar do governo de Lula levar a cabo uma prática assistencialista emergencial, mesclada a uma propaganda de modernização econômica e da promessa (falsa

ou ilusória) de elevar o Brasil ao nível de poder financeiro, político e decisório das nações imperialistas de capital central, ele preservou o funcionamento das engrenagens da economia neoliberal que agravou os níveis de concentração de renda e continuou a disseminar a pauperização por todo o solo nacional, assim como, todas as mazelas decorrentes dessa condição, com o agravamento da situação social da classe trabalhadora.

Esse foi o cenário nacional enfrentado pelo MTST a partir do ano de 2003, no decorrer de seu processo de expansão e autonomia. Nesse ano, marcado pela ascensão de Lula ao poder presidencial, o Movimento realizou uma ocupação na cidade de São Bernardo do Campo, chamada de Santo Dias, numa área de 170.000 m² em frente a uma fábrica da Volkswagen. Segundo Guilherme S., essa ocupação teve um caráter altamente simbólico por ter ocorrido na cidade de atuação de Lula e no ano de sua posse. “O trabalho de base do movimento já tinha cadastrado algumas famílias para a ocupação, mas a maioria delas chegou ao acampamento espontaneamente em busca da moradia digna, tentando fugir da ‘crise do emprego’ do início do governo Lula.” (GOULART, 2011, p. 37). Ela perdurou 21 dias, o suficiente para angariar grande visibilidade para o Movimento e influenciar sua criação em outros estados.

Essa ocupação sofreu forte repressão tanto do governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB), quanto do municipal de Willian Dib (PSB): “Os governos estadual e municipal deram o tom, mostrando que não haveria qualquer negociação. Alckmin insistia na tese de que respeitar a ordem democrática era não perturbar a ordem vigente.” (GOULART, 2011, p. 38). No entanto, para Goulart (2011), essa foi uma ocupação marcante na história do Movimento por trazer uma grande carga simbólica:

Não por acaso, esse acampamento, que fora batizado como Santo Dias, não é lembrado entre os militantes com esse nome, mas, sim, como o “acampamento da Volks”. Talvez porque os fatos vivenciados nas “terras de Lula”, no início dos anos 2000, ressignifiquem as personagens e as lutas. (GOULART, 2011, p. 42).

Foi também no processo dessa ocupação e de seu despejo que, segundo Guilherme S., desenvolveu-se a cisão definitiva entre o MST e o MTST, sendo que este último passou a se constituir como um movimento totalmente autônomo, não sendo mais diretamente ligado ao MST: “Após essa ocupação praticamente é definida a ‘separação’ entre MST e MTST, já que um grupo no interior do Movimento se dispôs a prosseguir construindo o MTST diante do

recuo da direção do MST de construir uma alternativa urbana naquele momento.” (GUILHERME S., texto concedido ao autor²⁹, 2011).

Em 2004, o Movimento realizou uma ocupação em São Paulo, chamada de Rosa Luxemburgo. Essa ação perdurou em torno de 10 dias e alguns militantes chegaram a ser detidos durante o despejo:

Em 25 de maio, veio o despejo e pelo menos 300 famílias fizeram uma passeata, que partiu do terreno desocupado até a subprefeitura do Butantã, na tentativa de um acordo para a instalação dos removidos em uma área provisória. No entanto o movimento não teve sucesso. A prefeita Marta Suplicy (2001-2004) não tomou qualquer iniciativa para negociar com o movimento e sequer se pronunciou sobre a ocupação. (GOULART, 2011, p. 43)

Segundo Guilherme S., essa ocupação acabou fragilizando a estrutura organizativa do Movimento que, após ela, contava com poucos militantes e alguns chegaram a cogitar a possibilidade de desarticulação do MTST. A análise de Goulart (2011) corrobora o depoimento do coordenador sobre esse período de crise de organização do Movimento: “[...] as três últimas ocupações em São Paulo foram desmanteladas e o movimento estava desarticulado. A militância fora desgastada pelas derrotas recentes e o trabalho de base se perdera com o desmonte dos acampamentos. Era preciso repensar, rearticular.” (GOULART, 2011, p. 44).

Apesar das dificuldades enfrentadas, o MTST não pereceu e continuou a atuar no ano de 2005, quando realizou uma ocupação em Taboão da Serra, em um terreno com cerca de 120.000 m². Entretanto, “A derrota no terreno da Volkswagen e, em seguida, um despejo rápido em São Paulo não deixou incólume o movimento e, do mesmo jeito que aproximou novos ativistas, afastou antigos.” (GOULART, 2011, p. 44). Essa ocupação em Taboão, que recebeu o nome de Chico Mendes: “Abre outro momento na história do movimento, por várias razões. Uma delas é que aproxima uma série de militantes vindos de fora da base e, por outro lado, é o processo que começa a formar muitos militantes da própria base.” (GUILHERME S., texto, 2011). Segundo Goulart (2011):

Nas primeiras semanas, o acampamento atingiu 1300 famílias e já demonstrava sua força organizativa com a realização de um filme sobre os

²⁹ O texto referido é de autoria do coordenador e não foi escrito para publicação. Nele o autor nos relatou um breve histórico das ocupações do Movimento.

primeiros dias de acampamento. *Chico Mendes: a dignidade não se rende* é uma realização da Brigada de Guerrilha Cultural do MTST, que se formou em 2004 e já estava em plena produção durante o acampamento. Essa Brigada foi responsável por uma parte importante das atividades culturais desenvolvidas e pela formação política nas duas próximas ocupações. Nos primeiros dias, ergueram-se os barracos, as cozinhas coletivas, a ciranda (espaço para atividades educacionais e com as crianças e jovens), o barracão coletivo (espaço para reuniões). (GOULART, 2011, p. 44-45).

Durante quase um ano o Movimento permanece desenvolvendo lutas e ganha visibilidade novamente. Foi nessa ocupação, segundo Guilherme S., que o MTST aprendeu a lidar melhor com a realização dos despejos, desenvolvendo em meados de 2006 a criação dos núcleos de base ou núcleos comunitários. Nesse momento, com a criação dos núcleos, começa a se desenvolver também a Associação de Comunidades Periferia Ativa, um instrumento de luta que visava congregar pessoas de diversas comunidades periféricas para a realização de discussões e reivindicações referentes às necessidades de melhorias urbanas dessas comunidades. Essa foi uma das formas encontradas pelo Movimento, além da formação dos núcleos de base, de manter a organização e evitar a dispersão das pessoas despejadas. Nesse processo de resistência foi realizada uma greve de fome por cinco militantes do Movimento em frente à casa do presidente Lula, ação que pressionou o governo e deu início a negociações em âmbito federal. Posteriormente, através do governo do Estado, foram empreendidas duas desocupações de terrenos para que fosse realizada a construção de casas para os ocupantes.

No ano de 2007, o Movimento atuou em Itapeverica da Serra, construindo a ocupação João Cândido. Essa ocupação é descrita por Guilherme S. como uma das mais representativas na história do Movimento, pois seu processo contou com ações marcantes, como uma marcha de 5 mil pessoas até o Palácio dos Bandeirantes, que foi impedida de chegar ao seu destino pela Polícia Militar. Nas palavras do militante:

Em 2 meses de ocupação esse processo tornou-se uma das mais importantes de nossa história. Mais de 5 mil famílias chegaram a estar acampadas no imenso terreno de mais de 1,5 mil km². Durante esses dois meses, foram feitas lutas bastante intensas como a marcha com 5 mil pessoas até o Palácio dos Bandeirantes (na verdade a PM barrou a marcha no estádio do Morumbi) e o acorrentamento de 12 militantes na frente do Palácio para tentar impedir o despejo. Destaca-se também a aproximação de vários militantes e organizações (inclusive internacionais), assim como a realização efetiva de um programa de formação política com os coordenadores da ocupação. Após o despejo também formaram-se núcleos comunitários, no entanto, 300 famílias foram realocadas para uma área provisória, já que as negociações

com o governo estadual caminharam. Hoje, essa área também foi desapropriada para construção das casas. (GUILHERME S., texto, 2011)³⁰.

Segundo o estudo de Goulart (2011), nesse período o MTST utilizou a experiência adquirida nas ações anteriores para aprimorar a construção dessa ocupação, interagindo com associações populares e com a comunidade em torno da área, através de atividades culturais e de seminários de discussão sobre a questão da moradia. Ainda segundo ela, o Movimento tornou-se mais radical em suas ações, promovendo paralisações de rodovias: “Em abril de 2007, o MTST parou as Rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt. Em maio, junto com o MST, foi a vez da Rodovia Anchieta-Imigrantes.”, e, em âmbito nacional: “[...] aumentou sua participação em ações conjuntas com outros movimentos e entidades que já vinham ocorrendo desde 2005, como, [...] o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre e, em 2007, o Ato contra a Reforma da Previdência, em Brasília junto com sindicatos e partidos.” (GOULART, 2011, p. 50).

Depois de um longo processo de negociação, somente possível através de uma intensa luta social do MTST com ocupações de locais públicos, marchas e manifestações, algumas das famílias que compunham o João Cândido, organizadas em núcleos, aguardam as casas prometidas e contam com auxílios emergenciais de aluguel (Goulart, 2011).

As ocupações Chico Mendes e João Cândido representaram certo avanço na prática de luta social do Movimento. Para Goulart (2011) elas “[...] fizeram parte de um momento de crescimento do MTST, tanto em termos quantitativos de famílias mobilizadas, em acampamentos ou em núcleos, quanto em termos de organização e reflexão sobre o método de ação do movimento.”, e isso está refletido “[...] nas várias frentes que foram fortalecidas nesse período, como a formação política e cultural, alianças políticas com entidades de trabalhadores, radicalização das manifestações.” (GOULART, 2011, p. 52). Dessa forma:

As ocupações Chico Mendes e João Cândido representaram um novo patamar de organização e elaboração interna de suas ações e prioridades. Mudou o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram. De outro lado, o Estado aprimorou o tipo de relação que estabeleceria com o movimento, passando da não aceitação das ações e da determinação do despejo para a negociação, o que, contudo, não significou conquistas. Essa estratégia do Estado trouxe, muitas vezes, uma dinâmica intermitente de avanço e recuo, o que acarretou consequências profundas aos movimentos populares desde os anos 80. (GOULART, 2011, p. 44).

³⁰ As informações entre parênteses fazem parte do texto original.

Destarte, o MTST chega a um período do seu desenvolvimento em que consegue espalhar sua luta social por diversos locais periféricos da RMSP com base tanto nas ocupações que realizou quanto na organização posterior de ocupantes despejados por meio de núcleos em diversas comunidades.

No ano seguinte, em 2008, o Movimento realizou quatro ocupações e volta a atuar na RMC, ocupando um terreno em Campinas e outro em Sumaré. A ocupação ocorrida em Campinas recebeu o nome de Frei Tito e foi parte de uma jornada de ocupações iniciada em âmbito estadual em março daquele ano. A Frei Tito contou, inicialmente, com cerca de mil famílias e recebeu apoio de vários setores da esquerda de Campinas. Contudo, a prefeitura municipal: “[...] articulou rapidamente o despejo que aconteceu em 14 dias. Não adiantou de nada o acorrentamento de 5 dias realizado por 5 militantes na porta da prefeitura da cidade. Sequer os núcleos funcionaram diante dessa derrota política.” (GUILHERME S., texto, 2011).

A ocupação realizada em Sumaré ocorreu no fim de 2008, como resultado de uma avaliação que o Movimento deveria realizar ocupações em cidades que tivessem um poder municipal menos preparado para a realização do enfrentamento com o MTST. Nessa ocupação, denominada Zumbi dos Palmares, ocorre um processo intenso de entrada de pessoas, com o número de ocupantes chegando a 2 mil famílias. Após um mês, é realizado um despejo. Entretanto, através de um procedimento jurídico, o MTST consegue reverter a reintegração de posse e reocupa a área quatro dias depois. Guilherme S. descreve o intenso processo de lutas e a consistente organização dessa ação do Movimento:

A organização interna é um destaque importante. Após alguns anos, permanecemos por muito tempo em uma área sem que outras forças sociais ameacem a hegemonia organizativa do movimento. Cria-se um bairro de mais de 600 km² com cerca de 1400 famílias. Prefeitura, proprietário da área e ministério público se articulam e acusam o movimento de crime ambiental (o que não ocorreu). Com novo despejo a vista, realizamos um acampamento na casa do Lula em S. Bernardo, dessa vez com 150 pessoas. Cinco dias depois as negociações são abertas. A ocupação permanece numa parte da área, como área provisória até que se construam as casas (cerca de 750). (GUILHERME S., 2011).

Em 2008, o MTST realizou ainda duas ocupações na RMSP, uma em Embu das Artes, a Silvério de Jesus, e outra em Mauá, a Terra e Liberdade. A ocupação realizada em Embu recebeu esse nome em homenagem a um militante do Movimento morto antes do início da jornada estadual de lutas feita naquele ano. Inicialmente ela foi despejada e os ocupantes

permaneceram instalados em uma praça da cidade, posteriormente reocupando a área. Essa ação do Movimento teve grande importância, pois: “[...] consolida a presença do MTST na região sudoeste da grande São Paulo, além de reafirmar nossa territorialização próxima a importantes rodovias (nesse caso Rodoanel, Raposo Tavares e Régis Bittencourt).” (GUILHERME S., texto, 2011). Depois da realização de diversas lutas na região, o Movimento conquistou bolsas-aluguel para as famílias despejadas em 2010, e permanece organizado através dos núcleos de base.

A ocupação de Mauá, a Terra e Liberdade, foi uma tentativa do Movimento em retomar suas lutas na região do ABC paulista. Segundo Guilherme S., na verdade, foram realizadas duas ocupações, a primeira em março, fruto da jornada estadual de lutas, que foi despejada em torno de 15 dias depois do seu início e a segunda, realizada algumas semanas depois, em outro terreno. Para ele, essas ocupações não alcançaram um grande potencial de acúmulo de famílias devido ao contexto local: “A forte articulação dos setores ligados ao PT [...] e a pouca força militante de que dispúnhamos foi decisiva para que o despejo acontecesse, sem que conseguíssemos grande acúmulo.” (GUILHERME S., texto, 2011). A segunda ocupação foi despejada em meados de 2009.

No ano de 2010, o MTST realizou mais duas ocupações. Uma na cidade de Santo André, chamada de Nova Palestina, que foi uma nova tentativa de voltar a atuar no ABC paulista. A prefeitura realizou o despejo 30 dias após a ocupação. Nesse processo, o Movimento conseguiu conquistar cerca de 40 bolsas-aluguel e a constituição de dois núcleos de base que atuam na região. A outra ocupação realizada no mesmo ano foi a Che Guevara, construída em Taboão da Serra, no mesmo terreno onde havia sido realizada a ocupação Chico Mendes. Essa ação do Movimento, de acordo com a avaliação de Guilherme S., foi muito importante no sentido de realizar uma maior coletivização das decisões políticas, processo no qual se busca uma maior participação política da base social com relação à organização.

Nota-se, portanto, um espraiamento das lutas sociais do MTST por várias partes da RMSP e da RMC, principalmente após o ano de 2008, quando o Movimento passa a realizar várias ocupações em um mesmo ano, em diferentes locais. Esse avanço por diversas áreas contou com o ganho da experiência de ocupações e ações passadas, o que permitiu ao Movimento aprender a lidar melhor com as situações a serem enfrentadas e, assim, possibilitou um aprimoramento de sua organização:

A ampliação da atuação do movimento buscou consolidar um “cinturão” de lutas no estado de São Paulo, as quais se apoiavam nos acampamentos e núcleos, e, ao mesmo tempo, buscou divulgar suas ações, pressionando os governos municipal, estadual e nacional com marchas, caminhadas, acampamentos em áreas públicas, nos centros dos municípios – como praças e avenidas –, acorrentamentos de militantes em locais públicos – como prefeituras e secretarias –, greves de fome em locais de grande circulação e interrupções de transportes de mercadorias nas rodovias do estado, conhecidas como “trancaço”. (GOULART, 2011, p. 54, notas suprimidas).

Dessa maneira, o MTST aprimora também seu rol de ações, diversificando-as. O trancamento de rodovias com grande circulação de mercadorias demonstra o caráter de contestação do atual sistema de produção feita pelo Movimento. Além disso, visa chamar a atenção da população sobre o conjunto de reivindicações pleiteadas, pressionando o Estado com a paralisação do livre trânsito das mercadorias, fato que, inevitavelmente, traz prejuízos ao capital, em um tempo histórico em que a dinâmica da produção capitalista é determinada, em grande medida, pelo sistema *just in time*, característico da cidade neoliberal, como demonstramos no primeiro capítulo.

No decorrer da década de 2000, portanto, algumas formas de ação foram aprimoradas pelo Movimento, assim como outras foram descartadas por não trazerem grandes ganhos, ou seja, demonstrarem-se ineficientes em meio ao contexto das lutas sociais. A organização passou por avanços significativos na forma de lidar com os despejos, preservando a organização e a mobilização de parte da base social através dos núcleos nos bairros.

A processualidade dessas lutas desenvolveu-se, como visto, na conjuntura nacional dos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 2003 e governou até 2010. O governo de Lula foi carregado de contradições e, de forma geral, deu continuidade às diretrizes neoliberais no Brasil. Na esfera da habitação, foi lançado o plano “Minha Casa, Minha Vida”, que visava a construção de milhares de residências para diversas faixas de renda da população, mas que, em seu discurso, objetivava atingir as camadas mais pobres da população. Esse programa habitacional acabou revelando-se muito problemático e não atendeu prioritariamente as camadas de renda mais baixa.

Dessa forma, na sequência, faremos uma sucinta análise da relação desenvolvida pelo Movimento com o governo federal, no condizente à sua postura de crítica ao pacote habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, mas também da necessidade de dialogar com este governo aceitando algumas de suas concessões referentes ao seu programa de moradias.

3.2.1) A relação do MTST com o Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”

No contexto das alterações provocadas pela onda neoliberal e pelo aprofundamento do já crítico problema habitacional historicamente perpetrado no Brasil, no ano de 2009, o governo Lula lança um novo plano de construção de moradias denominado “Minha Casa, Minha Vida”, prometendo a construção de milhões de residências e o apaziguamento do problema habitacional brasileiro. Esse pacote surgiu também como uma medida anti-crise que prometia fomentar a indústria da construção civil, gerando empregos e renda, ao mesmo tempo em que realizaria uma política distributivista.

Como este é um programa ainda em andamento, qualquer análise sobre ele só pode ser temporária. No entanto, quando se examina suas linhas diretoras, pode-se identificar que ele não tem condições de solucionar a crise habitacional nacional. O programa está fundamentalmente estruturado pela lógica do mercado imobiliário, apesar de receber subsídios governamentais:

As empresas do setor imobiliário tem se beneficiado do programa por seu caráter privatista do tratamento da questão habitacional, e da captura privada de investimentos públicos, com a facilitação na implementação dos projetos pela retirada dos “entraves burocráticos”, para criar agilidade na execução dos “produtos” imobiliários. (GOULART, 2011, p. 201-202).

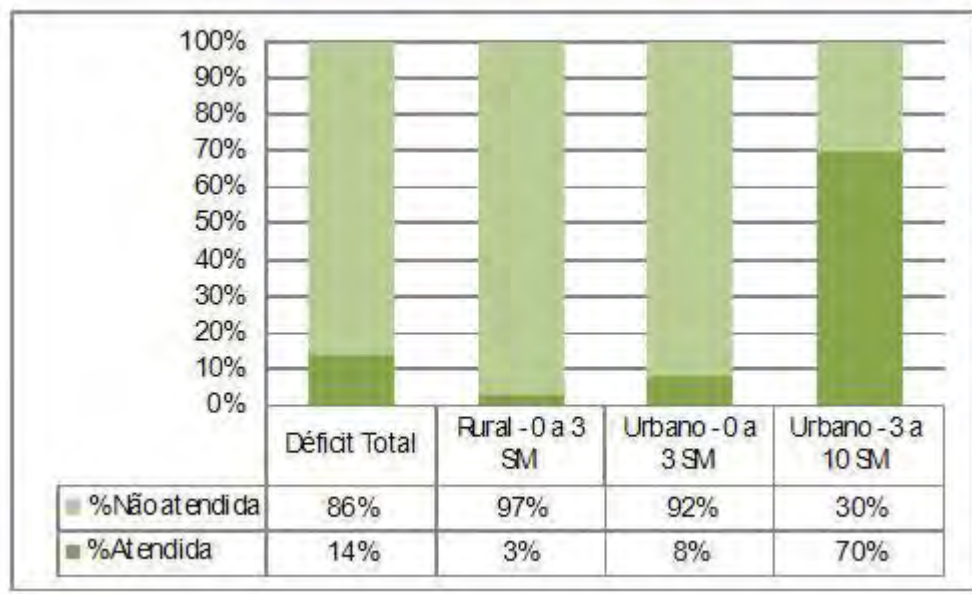
Dados apontam que 97% do subsídio público, provindo de recursos da União e do FGTS, estará disponibilizado para a construção de moradias pela iniciativa privada (Arantes; Fix, 2009). Isso repercute diretamente no modelo de provisão habitacional implementado, uma vez que os interesses do capital imobiliário estão em jogo. A análise de Arantes e Fix (2009) demonstra que o pacote é voltado principalmente às camadas de renda que mais interessam ao setor imobiliário, ou seja, pessoas que ganham de 3 a 10 salários mínimos, enquanto que para as camadas de menor renda, que ganham de 0 a 3 salários mínimos, onde está concentrado o déficit habitacional, pouco será realizado. Vejamos:

O perfil de atendimento previsto pelo pacote revela, por sua vez, o enorme poder do setor imobiliário, pois favorece claramente uma faixa estreita da demanda que mais lhe interessa, [...]. O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total (dados da Fundação João Pinheiro para o ano 2000), mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. [...] essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera

mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. No caso do déficit rural [...] a porcentagem de atendimento é pífia, 3% do total necessário. (ARANTES; FIX, 2009, tópico 2).

O quadro 1, elaborado pelos autores, ilustra a tendência seguida pelo programa habitacional:

Quadro 1 – A faixa de 3 a 10 SM é a maior beneficiada, graças ao interesse do mercado



Fonte: ARANTES E FIX, 2009; elaboração dos autores a partir de dados da Fundação João Pinheiro para o déficit calculado com base no IBGE para o ano 2000.

Os autores ainda demonstram que, por se tratar de um programa viabilizado através dos mecanismos do mercado e, portanto, da realização de lucro pelas construtoras, até essa pequena parcela destinada às camadas de menores rendas corre o risco de não ser realizada, pois, ela está subordinada aos imperativos lucrativos do capital imobiliário:

Tais dados evidenciam que o atendimento aos que mais necessitam se restringirá, sobretudo, ao *marketing* e à mobilização do imaginário popular. Mesmo para alcançar os 8% do déficit de 0 a 3 salários a empreitada será difícil, pois as construtoras irão privilegiar a faixa acima de 3 salários, que irá capturar atenções e as iniciativas do setor. A entrada na faixa inferior só ocorrerá de forma maciça se as empresas conseguirem torná-la igualmente lucrativa – por uma simples regra de mercado. Para tanto, estão fazendo pleitos junto ao governo para que amplie os valores da produção "por oferta", até alcançar o ponto ótimo da viabilização do negócio, pois é disso que estamos falando. (ARANTES; FIX, 2009, tópico 2, s.p.).

Na concepção de Rolnik e Nakano (2009) parece haver uma confusão no pacote “Minha Casa, Minha Vida” entre geração de empregos na indústria da construção civil com uma política habitacional adequada ao atendimento da demanda habitacional dos setores mais pauperizados da população, onde o problema habitacional é mais grave:

Há algumas armadilhas e falácias nesse pacote habitacional que, pelo menos no que foi aventado publicamente até agora, tem sido alicerçado sobre uma política de ampliação do acesso ao crédito associada a distintas formas de desoneração da indústria da construção, sem conexão com qualquer estratégia urbanística ou fundiária, confundindo política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção. (ROLNIK; NAKANO, 2009, p. 4).

Dessa forma, pode-se afirmar que os indícios apontam para certa ineficiência deste pacote habitacional na solução da precária condição habitacional da classe trabalhadora brasileira de baixa renda. Pelos dados analisados, o programa parece estar muito mais determinado pelo imperativo lucrativo do mercado imobiliário e da construção civil do que a uma efetiva solução do problema da moradia popular. Mais uma vez, o Estado não conseguiu solucionar através de seus meios institucionais, o problema habitacional, ficando submetido aos interesses do capital, como confirma Maricato (2009), em análise que faz do programa: “O gigantesco problema habitacional (e urbano portanto) não tem solução no âmbito do governo federal e nem mesmo no âmbito da federação.” (MARICATO, 2009, s.p.)

Diante dos dados analisados, que evidenciam o agravamento e a precarização da condição habitacional da classe trabalhadora brasileira, juntamente, a um processo de aumento da exploração de sua força de trabalho e de aumento da concentração de riquezas e, conseqüentemente, da desigualdade social no país, pode-se afirmar que os problemas surgidos nessas últimas duas décadas, de reinado neoliberal e constituição do complexo de reestruturação produtiva no Brasil, incidiram diretamente sobre o problema habitacional brasileiro, intensificando-o. Nesse contexto, a segregação urbana desenvolveu-se ao sabor da especulação imobiliária e dos interesses do capital mundializado, que vem determinando fundamentalmente os rumos a serem seguidos pelas cidades brasileiras.

As declarações de documentos do MTST que tratam do “Minha Casa, Minha Vida” deixam claro que o Movimento tem uma posição duramente crítica ao programa, sem iludir-se com suas propostas. Num documento de 2009, intitulado “Relatório da Reunião Nacional do MTST”, o Movimento deixa clara sua visão do pacote habitacional:

O Programa MCMV foi desenvolvido para atender aos interesses do capital imobiliário [...] (O governo) aquece a especulação imobiliária e não toca no problema da distribuição de terras urbanas ociosas. Dá às construtoras, incorporadoras e à indústria da construção civil o papel de grandes agentes da política habitacional brasileira (RELATÓRIO, 2009 *apud* GOULART, 2011, p. 204).

Essa crítica também aparece no depoimento de coordenadores que entrevistamos ao longo da pesquisa, denotando uma perspectiva de descrença com relação à atuação do Estado na resolução do problema habitacional. Segundo a coordenadora Ana Paula: “O ‘Minha casa, minha vida’ a gente vê como um projeto relacionado ao PAC³¹ que tem essa função de sustentar as empreiteiras, as grandes corporações, os bancos, mas que não tem finalidade como uma política pública de habitação e de direito à cidade, de reforma urbana [...]” (ANA PAULA, 2010). A partir da percepção de que esse programa não atenderá a demanda habitacional da classe trabalhadora de baixa renda, o Movimento opta por sua estratégia de ação direta como forma de pressionar o Estado e conseguir conquistas para as camadas mais pauperizadas da população. No exame de Jota:

Você tem grandes projetos, mas esses projetos são inacessíveis. Por exemplo, o projeto “Minha Casa, Minha Vida”, na conjuntura atual o que mais se fala é o “Minha Casa, Minha Vida”, e não só por causa da Dilma, é porque, de fato, é um repasse de recursos em massa para o setor privado e para salvar o setor da construção civil ou, pelo menos, para alavancar, porque já era um setor que estava sobrevivendo à crise e o governo depositou grana. Com este projeto ele pretende construir até o final do ano que vem (2011), 1 milhão de moradias e a Dilma agora jogou para 2 milhões de moradias [...] Mas só o cadastramento que eles fizeram pela internet e nas prefeituras deu 18 milhões de pessoas. [...] E a promessa de moradia, o fato de falar de moradia e não resolver abre o precedente para lutas, para as ações, enfim, para a conscientização de que não vai resolver, não vai resolver porque não pode, não vai resolver porque o Estado para isso é falido, então, a gente tem que ir para cima e tal, por isso a gente vai depositar a nossa estratégia nacional nas ações diretas, porque, enfim, esse motivo conjuntural favorece as ações diretas e a questão da moradia também é muito importante, hoje vai mobilizar muito mais ainda porque existe uma vontade da massa, vontade de ter moradia não só pela questão econômica, mas porque foi propagandeado que ia ser resolvido [...]. (JOTA, 2010).

O MTST tem, portanto, uma posição muito crítica em relação ao pacote habitacional iniciado pelo governo Lula. O Movimento afirma que o programa atende principalmente aos

³¹ Programa de Aceleração do Crescimento.

interesses dos setores capitalistas da construção civil, uma vez que cria centenas de oportunidades de novos lucros para esse ramo do capital. No entanto, o coordenador Guilherme S. afirma que, apesar de seu conjunto de críticas, o MTST não pode negar-se a participar do programa uma vez que este oferece algumas oportunidades de conquista habitacional para os trabalhadores que compõem a base do Movimento. Explicita-se nessa relação, o caráter de crítica, mas também de negociação que o Movimento mantém com o Estado. Segundo a análise Goulart (2011):

Se o movimento demonstra ceder ao programa ao se incorporar, [...], ele não abre mão de seus objetivos estratégicos e quanto às demandas de curto prazo, busca uma superação dos limites qualitativos dos projetos implementados para a faixa de renda de sua base social. Podemos perceber, que o MTST compreende a importância simbólica que o programa tem para sua base social e como o governo tem articulado isso para angariar votos entre a classe trabalhadora. A tentativa de abarcar o significado do programa para os sem-teto e trabalhar suas “brechas”, buscando implementar espaços onde o poder popular possa ser exercitado, nos parece uma articulação que pode trazer saldos positivos, tanto em conquistas, quanto em organização. (GOULART, 2011, p. 204)

Dessa forma, cremos ser possível afirmar que, apesar de muitas vezes aceitar inserir-se no programa com vistas a alcançar conquistas econômicas para sua base social, o MTST não perde sua perspectiva de que o Estado é classista e, portanto, incapaz de resolver o problema da moradia das camadas populares, pois, como assevera Guilherme S., em entrevista concedida a nós em 2011, o MTST tem muito claro que: “O direito à cidade é uma realização impossível dentro do sistema capitalista [...]” (GUILHERME S., entrevista, 2011).

CAPÍTULO 4

CONSTITUIÇÃO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO E AÇÃO DO MTST

Nesse capítulo analisaremos articuladamente a organização e a ação do MTST, pois, cremos que uma compreensão mais profunda dessas dimensões necessita de um exame que as relacione. Portanto, temos como objetivo fazer um exame geral de como o Movimento busca organizar-se e de como, e em que medida, essa organização influencia/determina suas ações.

Por conseguinte, para uma correta compreensão da organização e da ação do Movimento é necessário colocarmos em discussão a composição de sua base social e os objetivos propugnados pela coordenação. Portanto, inicialmente, procuraremos delimitar a constituição da base social que participa das ações do MTST. Para isso, tentamos realizar uma reflexão, mesmo que muito sucinta, sobre as modificações pelas quais passou a classe trabalhadora nos últimos anos, buscando identificar sua morfologia contemporânea. A partir dessa identificação examinaremos as instâncias organizativas e os princípios gerais de organização do Movimento e como isso se relaciona com o modo como ele procede em suas ações. Isso nos permitirá analisar, no capítulo seguinte, a perspectiva política que direciona o Movimento e se esta realmente pauta a concretude de sua mobilização.

Ademais, analisaremos aqui os problemas, as limitações e os desafios enfrentados tanto na organização do Movimento quanto em suas ações, a partir da análise de textos produzidos pela coordenação do MTST, de outros estudos teóricos que apontam limitações e desafios e com base no que pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa. Sublinhamos aqui que a análise dos textos produzidos pelo próprio Movimento referente a esse conjunto de questões mostra-se como fundamental no sentido de nos ajudar a compreender a autocrítica realizada pelo MTST, processo de suma importância no desenvolvimento de uma organização política.

4.1) A composição social

A base social do MTST é formada fundamentalmente por trabalhadores precarizados, informais ou desempregados, ou seja, parcelas da classe trabalhadora que sofreram os piores efeitos das modificações na configuração contemporânea da classe trabalhadora. Esses trabalhadores, em geral, não conseguem acesso aos meios de organização via sindicatos

devido à instabilidade e informalidade do emprego ou à própria marginalização do acesso a este. Assim, para compreendermos a composição dessa base social, é imprescindível uma análise sobre a atual morfologia da classe trabalhadora, uma vez que esta sofreu grandes alterações em decorrência das metamorfoses do capitalismo contemporâneo com a adoção do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. A classe trabalhadora brasileira também passou por esse processo de ressonância mundial e teve sua condição social e urbana afetada diretamente por ele, sendo que:

Vemos que a precarização do trabalho se expressa espacialmente na cidade capitalista, pois o local de trabalho, agora se mistura, cada vez mais, ao lugar da vida, reafirmando que não há separação entre o local da reprodução das condições de existência da força de trabalho e da reprodução das relações sociais de produção. (GOULART, 2011, p. 155-156).

Dessa forma, compreender os nexos que explicam a conformação atual da classe trabalhadora em seus diversos aspectos, sob o marco do aumento da exploração do trabalho (e de sua precarização) e os efeitos dessas transformações sobre a condição social desses trabalhadores é tarefa indispensável para se entender a composição da base social do Movimento.

As transformações pelas quais passou a classe trabalhadora, decorrentes das novas determinações do capitalismo em seu período de crise estrutural, começam a ocorrer principalmente a partir do fim dos anos 1970, quando a classe torna-se mais heterogênea (Bihr, 1998). Antunes (1999) realiza uma análise detalhada dessa nova configuração e utiliza a expressão classe-que-vive-do-trabalho para explicar a atual configuração complexificada da classe trabalhadora: “A expressão ‘classe-que-vive-do-trabalho’ [...] tem como primeiro objetivo conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*.” (ANTUNES, 1999, p. 101, grifos no original). Para o autor, é necessário apreender a complexificação e a maior amplitude e diversificação da classe que vive da venda da sua força de trabalho na atual forma da sociabilidade: “[...] a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade* sua *processualidade* e *concretude*.” (ANTUNES, 1999, p. 101, grifos no original, notas suprimidas). Assim, é preciso compreender “[...] a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do *trabalho social*, que é mais *complexificado*, *socialmente combinado* e ainda mais *intensificado* nos seus ritmos e processos [...]” (ANTUNES, 2002, p. 10, grifos no original).

Para o autor:

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*. Sendo o *trabalhador produtivo* aquele que produz diretamente mais-valia e participa *diretamente do processo de valorização do capital*, ele *detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora*, encontrando no *proletariado industrial* o seu núcleo principal. Portanto, o *trabalho produtivo*, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, *não se restringe ao trabalho manual direto* (ainda que nele encontre seu núcleo central), *incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais*. (ANTUNES, 1999, p. 102, grifos no original)

Em sua concepção, na classe trabalhadora também se inserem os trabalhadores improdutivos, que executam suas atividades na forma de serviços para uso público ou privado, pois “[...] o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, maior *interpenetração*, entre as atividades produtivas e as improdutivas [...]” (ANTUNES, 2002, p. 14, grifos no original). Esses trabalhadores da área de serviços não entram como componentes diretamente produtivos e, assim, tem seu trabalho utilizado como valor de uso e não como produtor direto de valor de troca. Ele cita vários exemplos, como bancários, trabalhadores do setor comercial, turismo, servidores públicos, etc., além de trabalhadores fabris que não são responsáveis diretos pela produção de valor de troca.

Portanto, o autor assim define sua noção ampliada de classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo:

Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo é assalariado* e nem todo *trabalhador assalariado é produtivo*, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Isso não elide, repetimos, o *papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo*, criador de valores de troca, do *proletariado industrial moderno* no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, [...]. Mas como há uma crescente *imbricação* entre o *trabalho produtivo e improdutivo* no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa *noção ampliada* nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (ANTUNES, 1999, p. 102-103, grifos no original).

Em sequência, o autor reafirma a importante distinção presente na matriz teórica marxiana entre os conceitos de proletariado e classe trabalhadora. O primeiro seria a parte da classe trabalhadora que é produtora direta de mais-valia e participante direta do processo de valorização do capital, o que ele trata por proletariado industrial. O segundo seria a noção ampliada, que engloba além do proletariado já citado, o conjunto dos outros trabalhadores assalariados, e que sobrevivem através da venda de sua força de trabalho, incluindo também os desempregados. Por conseguinte, esclarece os limites do que chama de classe-que-vive-do-trabalho e mostra os agentes que devem ser excluídos dessa noção ampliada, elencando os componentes atuais da conformação da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista atual:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, *os trabalhadores hifenizados* [...] os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* [...] os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. A classe trabalhadora hoje *exclui*, naturalmente, *os gestores do capital*, *seus altos funcionários*, que detêm o papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados [...] ou ainda aqueles, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*. (ANTUNES, 1999, p. 103-104, grifos no original, notas suprimidas).

Vemos, portanto, que a classe trabalhadora sofreu modificações em sua composição a partir das transformações do capitalismo nas últimas décadas. A conceituação de Antunes (1999) é importante na medida em que aponta como os trabalhadores marginalizados das relações formais de trabalho integram a classe trabalhadora contemporânea como membros indispensáveis no processo de produção e reprodução do capital. Nos capítulos anteriores tentamos demonstrar como a maior parte dessa classe trabalhadora atual é formada justamente pelos trabalhadores precarizados, informais e desempregados. Esses trabalhadores nas condições mais precárias de trabalho, sob a égide da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, são os principais componentes da base social do MTST. Como afirma Goulart

(2011): “[...] a base social do movimento é formada por trabalhadores em condições precárias de trabalho, moradia e acesso aos equipamentos sociais da cidade, tais como saúde, transporte, educação, etc. [...]” (GOULART, 2011, p. 70). Ainda segundo a autora, essa identificação da composição da base social permite que o MTST direcione esforços no sentido de tentar construir uma identidade coletiva entre os integrantes dessa base:

A partir dessa diferenciação de sua base social, o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, [...]. (GOULART, 2011, p. 65).

O número de trabalhadores brasileiros submetidos às condições degradadas de trabalho cresce diariamente no contexto neoliberal e de reestruturação produtiva. Nas duas maiores periferias metropolitanas do estado de São Paulo, a quantidade de trabalhadores nessas condições de instabilidade de emprego e vivendo em condições habitacionais extremamente precárias é enorme, sendo que, estes locais constituem os principais territórios onde o MTST paulista busca articular-se para conseguir reunir e mobilizar o maior número desses trabalhadores em torno de sua organização e ação.

Analizando a precária condição social dos trabalhadores na RMSP após a implementação do conjunto de reformas neoliberais, Cassab (2004) examina essa base social e também afirma que o MTST é um movimento “[...] composto na sua maioria, por trabalhadores desempregados ou empregados no trabalho informal.” (CASSAB, 2004, p. 140). Partindo principalmente do estudo da ocupação Anita Garibaldi, em Guarulhos, ela define a camada social que compõe o Movimento na RMSP da seguinte forma:

Moradores da metrópole paulistana, muitos provenientes de outros estados do país, desempregados que procuram no trabalho informal precário alguma renda para manter a famílias. Além disso, é expressiva a presença de famílias que tem como principal componente de renda a pensão de um membro aposentado ou a bolsa proveniente de algum programa de assistência. É grande também a existência de crianças e jovens na composição do Movimento. Muitos desses jovens são chefes de família com nenhuma experiência anterior no trabalho formal e em grande parte desempregados. São jovens com pouca ou nenhuma prática anterior de luta popular. As mulheres também são importantes no segmento social do Movimento. Tanto como chefes de família, como assumindo posições de coordenação. (CASSAB, 2004, p. 141, notas suprimidas).

Nesse sentido, como a própria autora ressalta, o MTST cumpre um papel de extrema importância no cenário atual, que é o de organizar parte da enorme massa de trabalhadores que está marginalizada do mercado formal de trabalho, constituindo uma ferramenta político-organizativa fundamental que se desenvolve a partir das periferias e reivindicando uma necessidade básica que atinge a maior parte desses trabalhadores precarizados. Entendendo o MTST, portanto, como um movimento social que tem a capacidade de levar à organização coletiva milhares de pessoas que se encontram nas condições de trabalhadores informais, precarizados e desempregados, tem-se uma base sólida para criticar a interpretação dicotômica que separa a luta social pautada pela esfera da produção e a luta social baseada em reivindicações da esfera da reprodução da força de trabalho: “Hoje e nas condições resultantes da globalização, nos marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, essa dicotomia não faz sentido e nem ajuda a entender os conflitos urbanos contemporâneos.” (CASSAB, 2004, p. 142). Ou seja, “A qualidade de trabalhador – seja desempregado, informal ou precarizado – é inseparável da condição de sem teto. Adotar essa perspectiva atribui ao *trabalho*, ainda que sob a forma de uma negativa, *a centralidade no entendimento do sentido e fundamento do conflito e do movimento.*” (CASSAB, 2004, p. 142, notas suprimidas, grifos nossos).

A condição de trabalhador da base social do MTST como fundamento que embasa a crítica da análise teórica que dissocia as lutas da esfera da produção e da reprodução está diretamente atrelada ao entendimento da complexidade da reprodução das relações sociais capitalistas compreendidas como totalidade social. O conjunto de relações que funda esse modo de produção determinado historicamente não se define somente a partir da esfera da produção. Segundo Lima (2004):

A reprodução das relações de produção, segundo a perspectiva teórica marxista, não se limita à reprodução da força viva de trabalho e dos meios de produção. Ao contrário, esta perspectiva teórica compreende a relação entre produção e reprodução, como *unidade*, o que faz com que a *dominação do trabalho pelo capital não se restrinja ao locus da produção, mas se estenda à totalidade social*. Com base nesta visão, é possível perceber que as concepções teórico-práticas que fragmentam as lutas sociais se baseiam em uma *mistificação ideológica*, difusora da noção de que a luta por trabalho se desenvolve no espaço da produção e se restringe à economia, enquanto que a luta por moradia se encerra no espaço da reprodução. (LIMA, 2004, p. 223, grifos nossos).

Nesse sentido, é preciso fundamentar a análise num aprofundamento da compreensão do conjunto articulado de processos que possibilitam a reprodução das relações sociais capitalistas. Esse aprofundamento tem de estar embasado, segundo Lima (2004), pelo entendimento de que “[...] a dominação do trabalho pelo capital, não se restringe ao *lócus* da produção mas se estende à totalidade do social, entendida não como soma das partes, mas como um complexo conjunto de relações diferenciadas, hierarquizadas [...]” (LIMA, 2004, p. 223). Ainda segundo a análise da autora: “Esta angulação teórica permite, ademais, conceber a realidade social, não como algo acabado, mas como um todo estruturado, em curso de desenvolvimento e de autocriação permanente.” (LIMA, 2004, p. 223, notas suprimidas).

Dessa forma, a condição habitacional dos integrantes do MTST só pode ser compreendida e analisada quando se leva em conta a condição de trabalhador desses integrantes na atual realidade de precarização do trabalho sob o neoliberalismo e sob os processos de reestruturação produtiva que, como vimos, incidem diretamente sob a condição social desses trabalhadores.

4.2) Os objetivos

Organizando-se, portanto, a partir da aglutinação de trabalhadores desempregados, precarizados ou informais, sem acesso a uma condição habitacional minimamente adequada, o MTST busca articular-se em torno de três reivindicações básicas: a luta pela conquista de uma *habitação* articulada à *reforma urbana* e à *transformação social*. Uma das tarefas apontadas como fundamentais para a consecução desses objetivos é a constante formação de novos militantes capacitados para atuar nas lutas realizadas pelo Movimento. Em “Cartilha do militante n.1” (2005c) podemos encontrar a seguinte descrição:

[...] alguns objetivos já foram falados na apresentação do movimento, são eles *moradia*, *reforma urbana* e *transformação social*. Para a realização destes objetivos, o movimento tem duas tarefas básicas, sendo que uma delas é a própria intenção implícita desta cartilha: Formar militantes capacitados. Hoje, as forças de qualquer movimento sério e honesto residem, não em outra coisa, que não nos seus militantes. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 5, grifos nossos).

Outro objetivo citado como fundamental pela “Cartilha” (2005c) é a criação de uma *identidade coletiva* entre os trabalhadores. Segundo o texto, a situação atual conta com um

aprofundamento do individualismo decorrente das mudanças ocorridas no cenário econômico e social, como a piora nas condições de trabalho e o desemprego estrutural crescente, fatos que levam a uma disputa mais acirrada entre os postos de emprego formal e até pelos informais, e a um contexto de extrema individualização dos interesses. Ou seja, vem ocorrendo um aumento profundo da desarticulação dos trabalhadores no sentido da organização coletiva reivindicativa em uma conjuntura que favorece e fomenta a concorrência mais brutal pelas formas de sobrevivência. Neste sentido, a solução para este rol de novos problemas a serem enfrentados estaria na criação de uma nova articulação entre os trabalhadores e esta só seria possível com a criação da identidade coletiva entre eles. No texto:

A competição cresce e os trabalhadores, que deviam se unir para tentar soluções, estão brigando entre si. Isso acontece porque eles não perceberam que a razão do desemprego é a mesma do salário baixo, do direito perdido e das condições ruins, não perceberam que eles são o time dos oprimidos e que o único time como que eles devem brigar e competir é time dos opressores. Fazer com que o povo explorado perceba este fato é construir uma identidade coletiva e a construção dela é a única saída para nós [...]. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 6).

Segundo o texto “Quem Somos” (2005a), o objetivo geral seria, portanto, através da luta por reivindicações imediatas concernentes à esfera urbana e por meio da criação de uma identidade coletiva em torno da organização dos trabalhadores, confrontar a própria realidade urbana dominada pelo capital, produtora e reprodutora de desigualdades e concentradora de riqueza e miséria:

A especulação imobiliária transforma terra urbana em promessa de lucro e alimenta o processo de degradação humana, o caos urbano. Em que cidade não se encontram apartamentos vazios, prédios abandonados, terrenos na periferia à espera da valorização? Em qual centro urbano não há mendicância, morador de rua, submoradias? As famílias sem-teto não têm direitos, são o avesso da cidadania. Não têm emprego, moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura. Vivem como sombras nos semáforos, nas esquinas, nos bancos das praças, atrás de um prato de comida, um trocado. Enfrentam a indiferença, o preconceito, a violência policial. Estão excluídas das decisões políticas que determinam os rumos da vida social. *O MTST tem como um dos seus objetivos combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos.* (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005a, p. 1, grifos nossos).

Na perspectiva do MTST, as modificações no quadro social contemporâneo levaram a uma substancial transformação dos modos de organização da classe trabalhadora, sendo que, o território assume uma importância essencial nas mobilizações dos trabalhadores. Isso ocorre, em parte, porque “As transformações no mundo do trabalho têm uma consequência direta na vida de parte expressiva do povo pobre: o tempo, antes vivido centralmente no espaço de trabalho, passa a ser vivido em comunidades periféricas.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 39). Esse fato provoca grandes alterações no espaço cotidiano do trabalhador que passa a ficar mais tempo em contato com seu local de residência, com o espaço onde mora, “[...] fazendo com que o território se transforme num espaço decisivo das relações sociais.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 39).

A partir dessa nova configuração da realidade social, o Movimento configura seu modo de atuação partindo da articulação entre uma estratégia territorial e uma estratégia política:

No caso do MTST, a questão da moradia tem um papel especial na construção dessa estratégia, como ponto de partida motivador para a organização e a mobilização. Nossa luta direta e imediata direciona-se contra as condições de moradia miseráveis que caracterizam o espaço urbano. A situação de sem-teto é a de uma enorme quantidade de brasileiros, muito além das estatísticas oficiais, que são forçados a passarem a vida em barracos precários, sujeito a todo tipo de adversidades; nas ruas, sofrendo humilhações e violências, sob a ditadura da especulação, tendo de gastar grande parte de seus poucos ganhos no pagamento do aluguel. E, obviamente, a carência de moradia não é a única carência do sem-teto. Falta acesso aos mais básicos serviços sociais e de infra-estrutura urbana, além do desemprego, que impede o alcance das condições mais básicas de subsistência. Portanto, a moradia é apenas uma parte da solução dos nossos problemas, devendo também ser uma parte de nossa luta. Por isso, *o MTST não é um movimento de moradia*, mas um movimento que, a partir da luta pela moradia, se organiza para o enfrentamento das dificuldades que afetam as massas excluídas. Assim, nossos objetivos não são corporativos, ainda que saibamos da importância do interesse corporativo das massas nas transformações sociais. A luta passa por esse interesse, mas não esgota-se nele. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 39, grifos no original).

Essa passagem demonstra que o Movimento realiza uma distinção entre objetivos imediatos, necessários para uma primeira melhoria na perversa situação de milhões de trabalhadores que sofrem as consequências mais drásticas da crise social contemporânea, e objetivos de longo prazo, necessários para se realizar uma transformação efetiva na situação

da classe trabalhadora. Segundo o MTST, essa transformação efetiva só é possível com uma mudança social radical que permita a constituição de uma *nova sociabilidade sob o comando dos trabalhadores*, pois, o *Estado capitalista seria incapaz de trazer uma solução concreta aos problemas sociais*.

Segundo Lima (2004):

Com efeito, o que pretendemos destacar é a importância, no processo de constituição do MTST, da existência de um projeto que busca articular as demandas imediatas e concretas de um determinado segmento de classe trabalhadora à demanda mediata por transformação social. No aprofundamento desta articulação, residem as condições da materialização deste projeto, bem como as chances de que esta experiência venha a semear e legitimar novas possibilidades de ação. Entre estas possibilidades, destacamos: o reconhecimento da luta por direitos e a legitimidade da ação direta. (LIMA, 2004, p. 204).

O que deve ser sublinhado, segundo a autora, é que o Movimento “[...] possui como potencialidade, a capacidade de dar visibilidade e legitimidade às reivindicações de um segmento social, sem voz na sociedade e sem lugar na cidade.” (LIMA, 2004, p. 226). Em outras palavras, o MTST consegue articular em torno de sua organização uma parcela da classe trabalhadora extremamente pauperizada e que, na maioria dos casos, não conta com o acesso a nenhum outro tipo de estrutura organizada que lute por seus direitos. O MTST surge, então, como um protagonista político-social de extrema relevância no contexto urbano neoliberal que conta cada vez mais com trabalhadores marginalizados da formalidade e sem oportunidade de organizarem-se em torno de uma estrutura sindical. Esses trabalhadores informais ou desempregados são os que mais engrossam as fileiras de marginalizados também do acesso à estrutura urbana e à uma condição habitacional adequada. Partindo dessa conjuntura histórico-social, o potencial aglutinador do Movimento emerge como importante ferramenta na organização de parcela significativa da classe trabalhadora brasileira em meio à devastação social causada pelas políticas neoliberais a partir da década de 1990.

O Movimento procede, por conseguinte, de forma a buscar uma organização coletiva concreta e permanente das periferias urbanas e uma mobilização dos trabalhadores nela residentes em torno, a princípio, de suas reivindicações imediatas, e, posteriormente, mobilizá-los para uma luta social de maior envergadura, demonstrando a necessidade da transformação social mais profunda como única forma de solucionar os problemas que os afligem. Nesse sentido, o MTST busca desenvolver seus eixos estratégicos centrais: a

territorialização em focos especiais e a apropriação coletiva do espaço urbano. Com relação ao primeiro eixo, o texto “Caminhos para uma estratégia territorial urbana” (2006b), produzido pelo Movimento, diz:

Territorialização em focos especiais – A fixação em territórios definidos é condição para garantir uma relação contínua com a base social que participa de nossas lutas. Se realizarmos uma série de intervenções descontínuas e pontuais numa certa região podemos construir uma extensa referência social, mas não uma base social organizada. Neste caso, é impossível um trabalho com resultados de longo prazo, o que nos limita à produção de estalos conjunturais sem nenhuma ressonância estratégica. As ocupações de terrenos urbanos, se sub-aproveitadas, tendem a cair nessa lógica limitante. Por isso é necessária a territorialização, isto é, planejar e realizar a disputa pela hegemonia de territórios. Sem as ilusões do controle total de um território e do controle de todos os territórios. Nesse sentido, o MTST tem focado sua ação em regiões urbanas periféricas, com alta concentração de pobreza (carência de infra-estrutura e serviços) e que tenham importância geopolítica na reprodução do sistema. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 39, grifos no original).

No referente ao segundo eixo estratégico o texto diz o seguinte:

Apropriação coletiva do espaço urbano – a apropriação privada do espaço está em contradição com as necessidades coletivas de amplas massas. Um terreno vazio não significa na lógica capitalista um espaço disponível à construção de moradias, de uma escola ou área de convivência, mas uma fonte de ganhos financeiros para uns poucos magnatas. É essencial estimular e reconstruir a dimensão comunitária do espaço – vazio ou construído – contra sua situação de objeto da especulação financeira. A especulação imobiliária, protegida pelo Estado, é um dos mais importantes negócios do capitalismo contemporâneo. Reapropriar os espaços vazios de acordo com as demandas e interesses coletivos, por meio da ocupação de latifúndios e equipamentos urbanos desocupados, é um importante objetivo do MTST. Além disso, através do trabalho comunitário é possível produzir e estimular novas relações de convivência que, por sua vez, expressam-se numa nova apropriação do espaço, como espaço coletivo. O espaço-mercadoria, estranho e opressivo, transforma-se em local de vivência comunitária através de ações autônomas e coletivas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 39, grifos no original).

Para realizar com eficiência esses objetivos estratégicos, o MTST utiliza, principalmente, as ocupações de terrenos urbanos e o trabalho comunitário, expresso na organização coletiva das ocupações realizadas e na busca de uma organização permanente em bairros periféricos. Segundo o mesmo documento, as ações de ocupação realizadas pelo Movimento não têm como horizonte somente a reivindicação habitacional, mas, estão

articuladas com sua *estratégia geral*, com seu *projeto político mais amplo*: “As ocupações que realizamos nas periferias urbanas não são apenas um instrumento de luta pela conquista da moradia. Representam parte importante de uma estratégia territorial e de acúmulo de forças das lutas populares.”, e, na continuidade do texto: “[...] o MTST enxerga um enorme potencial nas ocupações urbanas como ferramenta de organização, formação e mobilização do povo pobre.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 41). Além dessas, outras formas de ação são utilizadas pelo Movimento, como veremos mais à frente.

4.3) As instâncias organizativas

Após a ocupação realizada em 1997, o MTST expandiu-se pela Região Metropolitana de São Paulo e, posteriormente, voltou a atuar na Região Metropolitana de Campinas, espalhando-se pelas periferias metropolitanas do estado. A partir disso o Movimento constituiu sua organização através de instâncias regionais e desenvolveu uma instância estadual. Essas instâncias organizativas foram denominadas Coletivos. As regiões que abrigam os Coletivos Regionais são as seguintes: região sudoeste da RMSP; região do ABC paulista, que também pertence à RMSP; e a RMC. Essas instâncias regionais são articuladas ao Coletivo Estadual de São Paulo.

A formação dos Coletivos Regionais é realizada através do destacamento de pessoas que habitam as ocupações do Movimento e que realizam atividades de coordenação dentro dos acampamentos. Guilherme S., explica que a cada cinco coordenadores de acampamento, ou seja, que a cada cinco integrantes do Movimento que compõem um Coletivo de Acampamento, um é indicado para o Coletivo Regional. Os Coletivos de Acampamento e os Coletivos Regionais são chamados de coletivos territoriais.

Além da organização por coletivos territoriais, o Movimento organiza-se também por instâncias setoriais. Segundo Guilherme S., os principais coletivos setoriais são os de formação, de comunicação, de articulação, de auto-sustentação, de finanças e de segurança. Cada divisão setorial é formada por um conjunto de militantes e é responsável por um conjunto de tarefas relativas à sua especificidade.

Por fim, existem ainda os coletivos políticos que são os Coletivos Estaduais, articulados à Coordenação Nacional, formada em 2011³². O Coletivo Estadual é formado por

³² Segundo os entrevistados, a Coordenação Nacional, apesar de constituída formalmente, ainda passa por um processo de construção mais sólida, assim como, a própria unificação nacional do Movimento.

componentes dos coletivos territoriais e setoriais. A recém-formada Coordenação Nacional é composta, por sua vez, por militantes indicados dos Coletivos Estaduais. Guilherme S., ressalta ainda que não existem níveis hierárquicos dentro da estrutura organizativa do Movimento, mas sim, uma divisão de tarefas que dizem respeito ao grau de especificidade e de amplitude de cada instância de organização.

Jota também ressalta o aspecto coletivo das instâncias decisórias e organizativas do MTST em contraposição a uma estrutura rígida e hierárquica. Segundo o coordenador, pode-se falar apenas em uma hierarquia entre as instâncias coletivas por questões práticas de organização e ação. Isso demonstra a existência de níveis hierárquicos dentro da estrutura do Movimento, embora esses níveis não tenham um caráter de uma hierarquia rígida, burocratizada, mas sim organizativa.

Nesse sentido, é importante apontar ainda que, atualmente, a maioria dos componentes dos coletivos do MTST são trabalhadores formados nos processos e nas atividades políticas das ocupações realizadas pelo Movimento. Nos termos de Jota:

[...] as instâncias são coletivas, foi intenção do Movimento dar o nome de coletivos justamente para que contrariasse inclusive a forma tradicional [...] essa estrutura hierárquica [...] Tem hierarquia, mas tem entre coletivos, coletivos de setores e coletivos de núcleos, enfim, e o coletivo estadual é hoje no estado de São Paulo a principal instância de decisão no estado, todas as ocupações, todas as lutas, todos os enfrentamentos, são discutidos com o coletivo estadual, só com algumas exceções, quando é muito imediato aí, mesmo assim, o coletivo estadual fica a par por outros tipos de contato. (JOTA, 2010)

Dessa forma, segundo os entrevistados, a estrutura organizacional do Movimento busca basear-se em princípios que valorizem decisões coletivas. O MTST objetiva formar as instâncias de sua organização através de processos de formação política nas próprias ações do Movimento, ou seja, na vivência da luta política por trabalhadores oriundos das periferias urbanas.

Outra questão importante relativa à organização do Movimento é que este sustenta financeiramente sua estrutura organizativa e seu processo de ações fundamentalmente através da contribuição de alguns sindicatos, não realizando nenhuma cobrança econômica de sua base social. Devido aos escassos recursos recolhidos, o Movimento ainda não detém condições de dar autonomia financeira aos militantes para que eles possam dedicar-se

integralmente à militância. Toda a verba recolhida, segundo pudemos constatar através dos depoimentos, é dedicado à realização das ações do Movimento.

O processo de unificação do MTST com outros movimentos em outros estados que atuam sob a mesma bandeira ainda é recente. Os estados onde o MTST está presente, segundo Guilherme S., são: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tocantins, Roraima, Amazonas, Pará e Pernambuco. Em todos eles, as especificidades locais estão presentes tanto na ação como na organização dos movimentos. Por isso, é preciso destacar que os movimentos nos diferentes estados, apesar de articulados, não estão sob todas as mesmas orientações diretivas. Como corrobora o depoimento de Jota: “Os MTST’s de outros estados estão articulados ao de São Paulo, mas nem sempre seguem as mesmas linhas políticas e de atuação.” (JOTA, 2010). Sobre a unificação nacional e sobre as especificidades de cada estado, diz o coordenador que o MTST em outros estados nasceu da atuação de alguns militantes do MST que fizeram parte da criação do MTST em São Paulo, no entanto, após a saída destes, os movimentos ficaram a cargo dos militantes das diferentes regiões que, por sua vez, tiveram de lidar com o contexto das localidades específicas e suas correlações de forças políticas, fato que também influenciou nas marcantes diferenças entre a atuação nos diferentes estados.

Apesar das limitações do MTST no que diz respeito à sua presença em âmbito nacional, a perspectiva dos militantes gira em torno de uma organização que consiga aglutinar os trabalhadores de todo o país, independente de sua condição. Na fala de Jota, percebe-se essa preocupação política da direção: “Na verdade, um dos objetivos do MTST é organizar *nacionalmente* os trabalhadores, desempregados ou não, com a bandeira da moradia e as principais reivindicações urbanas que afetam o povo mais pobre [...]” (JOTA, 2010, grifos nossos). Segundo o coordenador, o objetivo ligado a essa perspectiva organizacional é: “[...] transformar a realidade urbana e de contestar também a presença do Estado no espaço urbano como elemento solucionador dos problemas urbanos.” (JOTA, 2010).

A partir da afirmação do papel de classe do Estado capitalista e, portanto, de sua incapacidade de resolver os problemas urbanos atinentes aos trabalhadores, o MTST coloca-se em uma posição de autonomia ante os partidos políticos e também diante de outras organizações políticas no que diz respeito às linhas diretivas de sua ação e organização. Entretanto, o movimento vem realizando algumas alianças de apoio nos últimos anos, através da participação em organizações que aglutinam lutas de caráter popular e com perspectivas de

autonomia em relação ao Estado. Segundo Goulart (2011), o MTST ajudou a construir a Central Sindical (CSP Conlutas):

Partindo de uma caracterização de crise da esquerda, identificada com a ruptura do PT e da CUT com os interesses da classe trabalhadora, e da dificuldade dos sindicatos de organizarem a parcela de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, o MTST se vê como a organização que pode realizar esse trabalho de formação política junto a uma parcela da classe trabalhadora. Para isso ressalta a necessidade da unidade entre as organizações que não abandonaram a perspectiva anticapitalista. Sendo assim, envolveu-se com a formação de uma nova central, em meados de 2004, conjuntamente com setores do sindicalismo e do movimento popular que buscavam reconfigurar as lutas dos trabalhadores no Brasil. Desse esforço nasceu a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que, em 2010, passou a ser Central Sindical, intitulada Central Sindical e Popular (CSP Conlutas). (GOULART, 2011, p. 79, notas suprimidas).

O MTST também ajudou a constituir e está articulado atualmente a uma frente de lutas populares urbanas, denominada “Frente de Resistência Urbana”. Essa frente, segundo Jota, reúne movimentos sociais que partilham de concepções políticas e metodologias similares, como os princípios da ação direta e de autonomia frente ao Estado. Ainda segundo o coordenador, essa ainda é uma organização que se encontra em estágio de construção.

4.4) As formas de ação

Segundo a “Cartilha do Militante n.1” (2005c), texto de formação política produzido pelo MTST, as principais formas de ação definidas pelo Movimento, a partir de 2004, são a prática de ocupações de latifúndios urbanos que não têm funcionalidade produtiva ou função social e o trabalho comunitário. O mesmo texto aponta como esses procedimentos são desenvolvidos e a importância dos mesmos:

As ocupações ocorrem conforme a demanda das comunidades e de acordo com a possibilidade política do momento em cada região. Elas são ferramentas muito importantes para o MTST atingir seus objetivos e, portanto deve e é preparada com cuidado, depois de várias reuniões com aqueles que ocuparão e da articulação daqueles que ajudarão a manter a ocupação viva e vitoriosa. O Trabalho Comunitário é também importante porque há muitas comunidades que já estão há muito tempo assentadas, ou seja, não necessitam de ocupação, mas têm um monte de problemas de estrutura e organização que precisam ser solucionados e que, nós bem sabemos, não o serão pelo Estado. É um trabalho longo e que não tem fim, mas que gera frutos e fortalece a luta unindo aqueles que não tem casa

àqueles que já a tem mais que aprenderam que só ela não basta. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 9).

O texto “Quem somos” (2005a), também descreve a importância fundamental das ações de ocupação de terrenos urbanos ociosos:

A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupam um latifúndio urbano ocioso, os sem-teto resistem contra a lógica difundida como natural de que pobre nasce, vive e morre oprimido. Não aceitam a espoliação que muitos chamam de sina. Ao montar seus barracos de lona preta num terreno vazio, essas famílias cortam a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos. E num terreno de onde uma só pessoa esperava o lucro, os sem-teto plantam a transformação, uma semente de cidadania. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005a, p. 1).

De acordo com Jota, o trabalho comunitário e a realização de uma ocupação são atividades indissociáveis, uma vez que a ocupação tem início antes da entrada concreta em algum terreno. O trabalho de aglutinação e organização das famílias em localidades periféricas que, geralmente compõem o entorno do lote a ser ocupado, é imprescindível para concretização de uma ocupação:

O processo de organização do MTST não começa quando você entra na área, ele começa com o trabalho de base antes, quando você vai lá falar com as pessoas nas favelas, “vamos fazer a ocupação, porque é possível através da ocupação você ter a conquista concreta da moradia” e, no início, é natural que seja assim. [...] Aqui (RMSP) o que tem sido mais feito é o trabalho de base anterior a qualquer problema de despejo, onde as pessoas estão em casa de parentes, em aluguel, aí o pessoal vai lá se reúne e vamos fazer a ocupação porque ficar esperando a CDHU não dá certo, a ocupação por si é um fato de pressão sobre o Estado, é aquilo que eu estava te contando, sem discutir metodologia, o grupo que comanda, as linhas políticas da ocupação, só o fato de ocupou já está funcionando e mais, *não questiona só a prefeitura, questiona a propriedade da terra, questiona a terra como capital especulativo, como elemento do capital, se estabelece um conflito entre aqueles que não tem nada e os valores do capital sobre a terra, sobre o chão, então você tem ali uma disputa que está dada, é óbvio que na maioria das vezes quem perde é o lado mais fraco, mas que tem a disputa tem [...]*. (JOTA, 2010, grifos nossos).

Percebe-se que a realização de uma ocupação é um processo complexo, que exige diversas atividades anteriores e posteriores à entrada em determinado local. Segundo apurado nas entrevistas, o primeiro passo para se construir uma ocupação é a definição da região onde

ela será realizada e, caso o Movimento não tenha nenhum trabalho organizado na área, é preciso realizar uma primeira aproximação com as lideranças locais para que estas possam ajudar a produzir reuniões com a base social que integrará a ocupação. É realizado um primeiro encontro com as pessoas que têm interesse na ação e, a partir disso, é feito um pedido para que estas tragam mais pessoas que também têm interesse em realizar a ocupação, numa próxima reunião a ser realizada. Essas reuniões visam ser claras e objetivas, com a explicação do que é o MTST e de quais são seus principais objetivos. A partir desses encontros é que o Movimento vai aglutinando pessoas para participar do processo de ocupação. Nesse contexto, o terreno já deve estar escolhido e inicia-se uma fase de construção de articulações com sindicatos, partidos e organizações, para que a ocupação receba apoio e tenha maiores chances de sucesso. Por fim, é preciso ter acesso aos principais materiais necessários para a constituição dos abrigos para as famílias que realizarão essa ação, como madeira e lona. Também é necessário que se mantenha um contato prévio com um advogado.

Sobre o primeiro contato com a base social e o desenvolvimento de sua organização para que seja executada a ocupação, diz Jota:

Primeiro tem o trabalho de base que é feito nas periferias da cidade, em torno de movimentos que tem contato, com pessoas, com lideranças, e, nessas reuniões de base, convencemos as pessoas de que a ocupação é a melhor forma de ter acesso a moradia, porque não dá para esperar o Estado, nunca vai resolver se as pessoas permanecerem desorganizadas. A partir do momento que elas se organizam, que ela ocupa um terreno, ela acaba pautando a solução do problema no Estado, para o poder público e tal, e partindo daí ela pode ter acesso. Esse é o primeiro convencimento, e para aí que se mira todo o esforço de formação também da consciência [...] pegando a questão da moradia e [...] que o Estado é incapaz e que as pessoas têm que ir à luta [...]. (JOTA, 2010).

Os terrenos são escolhidos com base em alguns critérios como: localização, tamanho e cumprimento das obrigações legais. O último quesito é de extrema importância, pois, a partir dele é que o Movimento pode iniciar sua luta com relação à desapropriação da área recorrendo ao princípio do não-cumprimento dos dispositivos exigidos pela legislação urbanística. A função social da propriedade também é um argumento constantemente utilizado no processo de reivindicação da área, já que, muitos dos terrenos ocupados pelo Movimento estão a serviço da especulação imobiliária, sendo usados, muitas vezes, para fins ilícitos e/ou fins que degradam o ambiente do entorno, como o de depósito de lixo, por exemplo.

Nas palavras da coordenadora Ana Paula, se localizado um terreno onde é possível questionar “[...] sua função através do imposto que não paga, da situação do lugar que é de desova de cadáver, de desova de carro, que está ali abandonado, que não tem serventia para nada, você consegue questionar e ali ter elementos jurídicos mais fortes.”, e na sequência, ela afirma: “Então, a gente dá prioridade, dependendo da situação; e também se for próximo a rodovias que a gente possa ter aí alguma influência na questão da produção e da circulação da mercadoria também é importante.” (ANA PAULA, 2010). De acordo com ela, a ocupação dos terrenos urbanos pode ser considerada a principal forma de luta do Movimento porque põe em discussão a propriedade privada, questiona a função da terra e traz também um debate sobre o direito à moradia.

Segundo o texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d), as ocupações destacam-se no conjunto das ações do Movimento por sua enorme capacidade de reunir trabalhadores em prol de uma determinada ação. Como tem grande potencial de atração, por conta da necessidade habitacional existente nas periferias metropolitanas, as ocupações alcançam números massivos que permitem um maior poder de confronto e de negociação com o Estado:

A forma de luta de ocupação de terrenos urbanos, apesar de suas limitações, é um instrumento importante na continuidade do trabalho nas periferias por sua demonstrada capacidade aglutinadora. Reunir centenas ou milhares de famílias num território em que o Movimento pode desenvolver suas formas de organização, produção de consciência de classe e de militantes e realizar grandes mobilizações é um trunfo valioso, que não pode ser abandonado. Pelo contrário, deve ser aprimorado no sentido de superar alguns dos limites impostos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.).

No texto “Caminhos para uma estratégia territorial urbana” (2006b), a ocupação também é apontada como portadora de um papel didático. Ela é fundamental na formação política por meio da expressividade que carrega em sua forma de apropriação de terrenos privados sem utilização social, realizando um claro enfrentamento à propriedade privada. Além disso, elas estabelecem relações que têm como eixo central o trabalho comunitário, a organização e a colaboração coletiva. No texto:

A ocupação pode e deve cumprir o importante papel pedagógico de formar, especialmente por seu modo particular de apropriação do espaço e de organização das relações comunitárias. *Um acampamento proporciona certa ruptura no cotidiano dos indivíduos, ao introduzir uma dinâmica nova marcada pela valorização da organização e ação coletivas.* O isolamento e a impotência dos indivíduos são abalados pelo sentimento comunitário da

ocupação, calcado em fortes identidades. A maneira como usufruímos do território diz mais sobre o que somos e queremos do que pode parecer. Este contexto cria condições extremamente favoráveis para o trabalho formativo. Há maior abertura para o novo. Isso abre possibilidades de questionamento de certas imagens do mundo e construção de novas imagens e valores, pautados numa vivência concreta. A percepção dos conceitos torna-se viável a partir da experiência própria e não como saber externo e acadêmico. Esta formação tem grande potencial gerador de identidades coletivas, bem mais do que se descolada do processo de vivência e luta da ocupação. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 41, grifos nossos).

Ademais, outro ponto de extrema importância apontado pelo texto do Movimento com relação às ocupações é o fato de que elas criam a possibilidade de ampliação da referência política para além do território que ocupa, assim “A proximidade com grandes complexos de favelas, com os quais a base social da ocupação geralmente mantém relações diretas, possibilita a extensão da proposta organizativa, com diferentes formas e objetivos.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 41). Isso abre espaço para que o Movimento possa aumentar muito o seu campo de influência, possibilitando sua divulgação e a expansão de sua base social. Esse processo não se realiza sem o confronto direto com outros poderes territoriais urbanos, o que constitui um dos principais problemas que atingem o MTST, mas, de qualquer forma, a ocupação, como espaço de uma ação e realização social concreta, permite ao Movimento inserir-se nesse conjunto de relações e na disputa de forças que interagem no cenário da cidade. Um exemplo levantado no texto para demonstrar o potencial de expansão que uma ocupação possui é o caso do acampamento Chico Mendes, criado no ano de 2005, em Taboão da Serra, que após ter sido despejado, multiplicou-se em nove núcleos comunitários, congregando pessoas de diversas comunidades da região.

Na análise de Cassab (2004), os processos de ocupação realizados pelo MTST apresentam um duplo objetivo, isto é, visam atender a uma necessidade imediata dos componentes do Movimento e também pôr em debate a questão da propriedade e de sua função: “Se, de um lado procura responder a necessidade imediata por teto, e com isso abrir o processo de negociação com o Estado, por outro se configura enquanto denúncia e questionamento quanto à aplicação da função social da propriedade, prevista na Constituição Federal.”, e, “A partir dessa lógica procuram colocar em debate na sociedade a questão urbana.” (CASSAB, 2004, p. 135). Ainda segundo a autora, essa ferramenta permite visualizar melhor as forças em choque na disputa pelo espaço urbano: “A ocupação possibilita

a construção de um cenário de conflito de diferentes forças políticas, como o poder público, o proprietário privado da terra (quando no caso de um terreno particular) e o MTST.” (CASSAB, 2004, p. 135).

Segundo a avaliação de Goulart (2011), as ocupações, além de serem importantes referências territoriais de luta, cumprem também um papel de fomentar relações que valorizem a coletividade, ou seja, a organização dos ocupantes em direção à construção de um poder decisório socializado entre eles próprios:

As ocupações, portanto, cumprem um duplo papel na estrutura organizativa e na proposta política do movimento: construção não só de resistência territorializada, mas também de espaços de exercício de coletivização e poder popular, por isso têm papel central na organização do MTST, embora haja uma intensa rede de relações fora dele, como é o caso dos núcleos. Mas é nas áreas ocupadas que há formação política mais intensa, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional. A ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia. (GOULART, 2011, p. 75).

A ocupação pode servir, portanto, como espaço de conscientização de muitos trabalhadores que ao se envolver no trabalho coletivo e nas discussões sobre as questões habitacional e urbana no capitalismo têm a oportunidade de começar a contestar a condição atual da cidade. Elas trazem a possibilidade de um aprendizado na própria prática social, pois, através da ação, as pessoas envolvidas no conflito podem se informar e conhecer melhor a situação social em que estão inseridos. Quando é realizada uma ocupação, a população que participa dela se faz ouvir, surge na realidade social como um sujeito coletivo que não só reivindica, mas também, põem em prática ações concretas que desafiam o cerne do capitalismo, isto é, a propriedade privada. Ou seja, a ocupação de terras ociosas no espaço da cidade, visando sua apropriação por trabalhadores despossuídos com o objetivo de dar uma destinação social a essa terra, traz dentro de si uma potencialidade contestadora enorme e explicita o conflito de classes existente na realidade urbana.

Afirma Cassab (2004): “[...] a ocupação também significa o próprio sentido da luta para o MTST, sendo a forma como seus membros marcam sua presença no espaço da cidade. Ou seja, montar o acampamento é uma forma de colocar-se na luta e em luta.” (CASSAB, 2004, p. 137). Essa ação direta, que intervém no modo como a sociedade urbana está organizada, expressando clara e violentamente os conflitos de interesses que ela carrega, é

portadora, por conseguinte, de uma explosiva potencialidade aglutinadora de uma parte da população trabalhadora que não tem acesso aos bens mais básicos de sobrevivência. Através de todo o processo da ocupação e de sua organização coletiva, criam-se diversas possibilidades de discutir as questões referentes à desigualdade existente na estrutura urbana e refletir sobre como ela se desenvolve em meio a uma sociedade concentradora de riquezas, onde grande parcela da classe que realmente produz os bens materiais em circulação não tem acesso aos itens mais fundamentais à sua própria reprodução. A partir desse processo de ação direta que consiste em ocupar um terreno que não está tendo uma destinação social, os sujeitos dessa ação podem vir a enxergar a sua própria potencialidade como um sujeito coletivo capaz de transformar sua realidade, capaz de, a partir da prática de luta social, transformar o contexto social em que vive, ou seja, esses trabalhadores podem criar a consciência de que, de fato, podem intervir nos rumos da sociedade de acordo com seus interesses. Em outras palavras, esse mecanismo de ação direta permite a formação de um conjunto de pessoas que, coletivamente, conseguem fazer-se ouvir dentro de um quadro social profunda e crescentemente perverso que desemprega e desabriga cada vez mais trabalhadores.

De acordo com Cassab (2004), as ocupações do MTST não objetivam somente o suprimento da necessidade mais imediata dos ocupantes que é a moradia, mas elas são também “[...] uma forma de garantir a realização de suas experiências de vida e a sua afirmação como sujeitos da e na cidade.”, ainda segundo ela, “A ocupação é, dessa forma, sua marca no espaço urbano. Por essa razão é que se afirma a existência do Movimento enquanto um ator que tem na cidade seu espaço e seu objeto de luta [...]” (CASSAB, 2004, p. 136-137). Para Lima (2004), na experiência de uma ocupação, diante da insegurança e do temor existentes frente a um possível despejo e violências físicas e morais relacionadas ao processo, nascem possibilidades de defesa e de desenvolvimento de práticas e valores que fortalecem o sentimento coletivo e de solidariedade entre os integrantes. Através desse sentimento coletivo e do compartilhamento das mesmas aflições e necessidades a luta é valorizada e legitimada pelos ocupantes. Na sequência, a autora apresenta o depoimento de um militante do Movimento, identificado como João, membro da coordenação do MTST, que, falando sobre o Anita Garibaldi, demonstra a importância das ocupações. Em depoimento concedido à autora em 2003, ele relata que depois da ocupação feita, o passo seguinte é a construção da resistência, tanto jurídica quanto humana, visando a permanência no terreno e a continuidade do processo de luta:

A primeira etapa é a ocupação. Depois dela constituída vem a etapa da resistência, que é exatamente a época que a gente ficou debaixo das lonas pretas e abrimos ruas, e partilhamos os lotes. Isso é um processo de resistência. Não só do ponto de vista jurídico, porque temos que resistir juridicamente na área, sob pressão constante de despejo. E também a resistência humana, física, da chuva, do sol, da fome, das estruturas mínimas que deveriam ter e não têm. Isso tudo é um conjunto de resistência. E essa fase é interessante, porque nessa fase pessoas brilhantes se destacam. Destacaram-se muitas pessoas. A coordenação mostra que hoje, de uma certa forma, uns estão com o nível de consciência mais elevado, outros menos, mas todos fazem parte de uma coordenação, onde os problemas são discutidos coletivamente com essas pessoas, uns com mais outros com menos entendimento. Essas pessoas surgiram desse trabalho. E outras pessoas, que já conseguiram extrapolar o conceito de coordenação. Já saíram do âmbito local e já passaram para o âmbito estadual. São aquelas pessoas que se disponibilizaram a sair daqui e contribuir em outro lugar. (JOÃO apud LIMA, 2004, p. 199).

Portanto, pode-se perceber, como as ocupações geram oportunidades de fortalecer os laços coletivos de solidariedade entre trabalhadores que se encontram diante da mesma situação. Elas nutrem também possibilidades inúmeras de formação de novos quadros de militância e de um processo de formação política que busca atingir a todos os integrantes da ação, mesmo não atingindo a todos da mesma forma. De qualquer maneira, é indiscutível a potencialidade dessa forma de ação tanto na constituição de novas lideranças, que podem vir a agir em outros locais posteriormente, expandindo o raio de atuação do Movimento e fortalecendo-o, quanto na conscientização de uma parcela dos trabalhadores envolvidos, obviamente não de forma homogênea³³, sobre os problemas referentes à realidade urbana da classe trabalhadora e como estes estão relacionados à formação social capitalista, possibilitando o desenvolvimento do sentimento coletivista e de solidariedade.

Ressalvamos que esse processo de conscientização não ocorre uniformemente e atinge os diversos integrantes de uma ocupação de maneiras diferentes. Claramente é um processo complexo, carregado de avanços e retrocessos e que tem dentro de si uma *potencialidade de conscientização*, mas que, por diversos motivos, pode não se concretizar, ou então, ocorrer de maneira parcial e/ou pontual. De fato, muitos trabalhadores que participaram de ações do MTST passaram por processos de formação política que representaram saltos em sua conscientização. Muitos vieram, como afirmamos acima, a assumir posteriormente posições de coordenação dentro do Movimento. Entretanto, também é fato que um processo de

³³ “[...] o processo de formação da vontade política não é homogêneo e, assim, não envolve a todos na mesma intensidade.” (LIMA, 2004, p. 199).

desmobilização, que pode ocorrer por diversas maneiras como a falta de conquistas econômicas concretas ou até mesmo o despejo, pode levar muitos dos integrantes de uma ação a abandonarem a luta social.

Analisando o posicionamento dos coordenadores do Movimento, Lima (2004) aponta o quão fundamental é o processo de ocupação na estratégia empreendida pelo MTST e mostra também toda a potencialidade contestadora desse processo que confronta a propriedade privada e o Estado contestando a condição urbana da classe trabalhadora que é marginalizada do acesso à habitação e infra-estrutura:

*As lideranças do movimento consideram que só com uma mudança na correlação de forças, pela via da **apropriação do que é, por direito, da classe trabalhadora**, pode ser conquistada a abertura de negociações com o poder instituído. Neste sentido, **a ocupação é um ato político de demonstração da rebeldia de um segmento de trabalhadores, historicamente alijado do direito à cidade**. Com esta ação **confrontam-se com a “sacrossanta propriedade privada” – um dos pilares de sustentação do modo de produção regido pela lógica do capital**. Ao fazê-lo, **colocam em cheque a ordem vigente e o poder de polícia do Estado**. Ao mesmo tempo, trazem à tona a aliança entre este, os proprietários fundiários e os especuladores imobiliários, na defesa da propriedade privada e do lucro. Em contrapartida, tais ações têm sido confrontadas, não só com forte violência física, mas também, com o uso de terrível violência simbólica. (LIMA, 2004, p. 200, grifos nossos).*

Portanto, pode-se concluir que as ocupações são processos de luta fundamentais na atuação do MTST. Entretanto, apesar de sua enorme importância e de sua validade estratégica indispensável aos objetivos de organização e expansão do Movimento, assim como, de sua centralidade na formação de novos militantes no trabalho comunitário desenvolvido e na ampliação do poder de influência e da base social, as ocupações não são suficientes para levar à prática o conjunto programático do MTST. A partir da percepção dessa insuficiência, o Movimento passou a elaborar também outras ferramentas de luta. Como mencionado anteriormente, uma delas foi a criação, nas periferias urbanas, da Associação de Comunidades Periferia Ativa, que busca agregar diferentes grupos comunitários e associações de muitas favelas da RMSP. De acordo com o texto “Caminhos para uma estratégia territorial urbana” (2006b):

Seus objetivos e campos de ação são amplos: luta por serviços e infra-estrutura urbana, contra despejos, desenvolvimento de cursos de formação, iniciativas culturais e atividades de trabalho cooperativo, entre outras. Este é um trabalho silencioso, quase sempre restrito a um território local, sem

abalos conjunturais. Mas sua potência a longo prazo é significativa, pois constrói lenta e solidamente uma referência de método e organização. É uma tentativa que, pelas indagações que provoca, já seria para nós algo importante. Trabalhamos para que seja, além disso, um instrumento de organização das periferias que complemente a ação do MTST e de outros movimentos combativos e socialistas. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 42).

Segundo Ana Paula, pode-se listar outras ferramentas utilizadas pelo Movimento: 1) a organização de assembléias que difundem tanto a forma de pensar como os princípios organizativos do MTST; 2) a realização de marchas organizadas como forma de manifestação e divulgação dos problemas urbanos existentes e da organização do Movimento; 3) as ocupações em órgãos administrativos do Estado visando pressionar o poder público; 4) trancamento de rodovia como forma tanto de pressão como de criar uma simbologia em torno do impedimento do fluxo da produção capitalista visando colocar esse assunto em discussão com a sociedade através da repercussão atingida. Os acorrentamentos e as greves de fome foram outros recursos apontados pelos coordenadores como ferramentas que eram utilizadas pelo Movimento, mas que, no atual momento, estão em desuso, por sua baixa eficiência.

As diferentes formas de luta são utilizadas, como exposto, visando objetivos diferenciados e, uma mesma ferramenta, dependendo da forma como é executada, pode objetivar metas diferentes. O procedimento utilizado nesses mecanismos é definido muito em relação à conjuntura específica na qual ele será realizado e qual o objetivo ele visa alcançar. Segundo Ana Paula, o primordial para o Movimento é ressaltar a ação direta, ou seja, a participação ativa da base social nas ações concretas, o chamado “povo na rua” lutando de forma direta por suas reivindicações.

Segundo Goulart (2011):

A adoção da luta direta, negando as ações institucionais de negociação pelas vias estatais formais (fóruns, conselhos, etc.), com o privilegiamento das ocupações de terrenos, bloqueios de rodovias [...] e ocupações de prédios ocupados por órgãos estatais, evidencia para a sociedade a luta contra a propriedade fundiária e a especulação imobiliária (no caso das ocupações); a luta contra a valorização do capital na esfera da circulação (com os bloqueios) e a interpelação do Estado, com a denúncia de sua parcialidade na luta de classes (com ocupação dos prédios). Todas as ações tem ao mesmo tempo um elemento de reivindicação imediata (negociação contra despejo, cobrança do bolsa-aluguel, etc.) e uma denúncia da exploração e dominação das classes trabalhadoras na sociedade capitalista. Este segundo elemento é incorporado na luta ideológica constantemente e se realiza das mais variadas formas [...] (GOULART, 2011, p. 206-207).

O MTST, portanto, privilegia a atividade prática com vistas a pressionar e confrontar o Estado e a própria sociabilidade capitalista, pondo em discussão questões como a propriedade privada e sua função social e a apropriação da estrutura urbana pelas camadas de maior renda da população, explicitando as contradições de classe do urbano e evidenciando a segregação urbana à qual a classe trabalhadora está submetida. O recurso à ação direta visa conquistar mudanças factuais, através de ações concretas. Para Lima (2004), os movimentos que atuam pela via da ação direta colocam-se como sujeitos sociais nas disputas no meio urbano porque: “[...] tais movimentos demonstram, com suas práticas, uma postura de negação das concepções políticas privilegiadoras da via da institucionalização das lutas sociais, afirmando, assim, o dissenso como estratégia da ação política.” (LIMA, 2004, p. 15-16).

4.5) A relação entre a organização e a ação

A organização e a ação do MTST são processos intimamente articulados. A atuação empreendida pelo Movimento tem como fundamento a maior organização possível entre todos os envolvidos. O princípio da organização é, portanto, um fundamento central que caracteriza os procedimentos mais diversos da prática sócio-política do MTST. De acordo com Goulart (2011), os princípios que fundamentam a organização do Movimento, expressos em seus documentos, são os seguintes:

[...] a. *unidade da ação e liberdade na discussão* – ressalta a importância dos militantes agirem em uma única direção aprovada coletivamente, sendo garantida a liberdade de posicionamento e expressão nos coletivos; b. *disciplina* – exigência de rigor no cumprimento das tarefas e respeito às posições definidas internamente; c. *trabalho e decisão coletivos* – estímulo à reflexão e trabalho coletivos como forma de minimizar o voluntarismo e o personalismo como expressão de uma lógica individual; d. *correspondência entre compromisso e poder de decisão* – pauta-se pela máxima “só ajuda a decidir, quem ajuda a construir” como forma justa de distribuir responsabilidades entre os que se comprometem com a construção do movimento em suas ações; e. *construção do poder popular* – formação de coletivos autônomos que formem militantes qualificados para a luta popular [...] f. *estímulo aos valores socialistas* – entendidos como companheirismo, solidariedade e coletivismo, que auxiliam na extinção de interesses oportunistas e no impedimento de práticas de discriminação e opressão sexual, étnico-racial, ou quaisquer outras; g. *transparência nas relações*. (GOULART, 2011, p. 78-79)

As ocupações realizadas são um exemplo do nível organizativo que o Movimento busca construir em suas ações. Benoit (2002), relatando sua visita ao acampamento Anita Garibaldi, constituído em Guarulhos no ano de 2001, chama a atenção para a cuidadosa organização do Movimento, refletida na própria ordem de disposição das barracas no terreno que contava com a presença de milhares de pessoas:

A visão externa é impressionante: milhares de tendas bem ordenadas, erguidas no meio de um terreno de 113 hectares. A primeira impressão é de que estamos chegando num acampamento militar. Neste assentamento – próximo ao aeroporto internacional de Cumbica – vivem em tendas e moradias improvisadas, sobre chão de terra, cerca de 3200 famílias, mais de dez mil pessoas, portanto, o equivalente a muitas cidades do interior do Brasil. O acampamento, apesar da precariedade das condições de vida, é extremamente bem organizado: as moradias conservam um certo espaço umas das outras, são bastante limpas, apesar do chão de terra, e são distribuídas racionalmente, constituindo ruas geometricamente dispostas. Aqui e ali, tremulam bandeiras do movimento, simbolizando que estamos numa cidade, mas, numa cidade em luta. (BENOIT, 2002, p. 139).

A análise de alguns textos que tratam da organização e do cotidiano de ocupações leva a mesma constatação. Os textos “Painel de ocupação” (2007a) e “Painel de ocupação n.2” (2007b), que tratam do momento em que foi estabelecida a ocupação João Cândido, em Itapeperica da Serra, e do início de sua organização, denotam claramente a preocupação com o aspecto comunitário e coletivo do desenvolvimento das atividades. Trechos do texto evidenciam uma constante atenção do Movimento em manter o maior nível de organização possível, dividindo os ocupantes em núcleos responsáveis por determinadas tarefas: “O acampamento completou seu processo de nucleação. Foram formados 34 grupos e todos já possuem coordenadores e responsáveis pelos setores de higiene e limpeza, infra-estrutura e disciplina.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2007b). Nesse sentido, nota-se a preocupação do Movimento em fazer com que a base social que integra a ocupação participe das atividades e da organização. Ademais, o Movimento mantém um esforço permanente no sentido de articular um processo de formação política e de coletivização das decisões, levando a cabo debates sobre o próprio MTST e sua atuação, sobre questões referentes à ocupação, sobre a realidade na qual ela está inserida e, em um espectro mais amplo, sobre a luta por habitação: “O movimento está realizando reuniões diárias com os coordenadores dos grupos, com formação política e discussões sobre o MTST, a luta por moradia e o cotidiano do acampamento.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM

TETO, 2007b). Em outro trecho: “As questões setoriais são abordadas num âmbito político, com a inserção dos acampados na solução dos problemas.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2007a).

A preocupação com o desenvolvimento cultural dentro das ocupações é outra preocupação da coordenação apontada nos documentos. Os saraus aparecem como uma forma de permitir a manifestação cultural da comunidade, assim como consolidar seus laços de integração. Além disso, eles são utilizados como ferramenta de conscientização e formação política, colocando em evidência a própria atuação do Movimento com vídeos sobre as ações realizadas. Após a realização de uma grande marcha até a sede do governo estadual, foi organizada uma sessão de vídeo em meio a um sarau no dia seguinte para que os integrantes que participaram da ação pudessem se ver como sujeitos e reconhecer-se coletivamente.

A questão organizativa, portanto, destaca-se como um dos referenciais da ação do MTST. Isso ocorre também no concernente à escolha das áreas a serem ocupadas. As ocupações realizadas são planejadas, como visto anteriormente, antes de seu início, sendo que, as áreas são escolhidas previamente através de uma análise cuidadosa tanto de sua importância simbólica quanto de sua importância funcional. Ou seja, os terrenos ocupados não são decididos aleatoriamente, mas passam por um exame que fundamenta sua escolha respeitando alguns critérios como, por exemplo, se ele cumpre ou não sua função social, se o proprietário cumpre suas obrigações fiscais, se o terreno está servindo unicamente à especulação, etc. Dessa forma, muitas das áreas ocupadas pelo Movimento, e isso aparece constantemente nas falas dos coordenadores, antes de serem ocupadas tinham sua funcionalidade voltada a atividades ilegais. Alguns exemplos muito citados são que os locais, por serem muito grandes e não receberem a manutenção, vigilância e controle adequados, são palcos de desova de cadáveres, estupros e de desmanche de veículos roubados.

Em outro depoimento, recolhido por Cassab (2004), uma coordenadora do Movimento explica como as ocupações passam por um processo muito cuidadoso de organização antes mesmo de serem realizadas, porque, caso esse planejamento prévio não fosse feito, tornar-se-ia impossível a organização posterior do acampamento. Esse aspecto organizativo seria para ela uma das diferenças do MTST diante da maioria dos outros movimentos de moradia. Em suas palavras:

O que diferencia é o projeto que a gente tem quando entra na área. Porque a gente já entra na área com o projeto para aquela área. Porque se aqui a gente

não tivesse um projeto hoje isso aqui seria um emaranhado de barracos que não tinha controle. E a gente tinha um projeto de moradia, um projeto urbanístico, a gente tem um projeto. Não foi que depois que a gente entrou que a gente pensou que tal se a gente fizesse assim? Não. Quando a gente entrou já tem aquele projeto e a gente já fala isso para as famílias. Porque é complicado as famílias já estarem num lugar e a gente dizer: olha, você não vai ficar aqui. Nós vamos dividir os lotes e você vai para outro lugar, se não tiver já um trabalho para isso. Senão eles não aceitam. Então, já tinha um trabalho. Quando a pessoa chegava e fazia o barraco dela a gente já falava nas reuniões que os barracos que estavam sendo feito eram provisórios, os locais eram provisórios. Provavelmente nenhum de nós vai ficar no mesmo lugar que nós estamos, porque depois vai ter o remanejamento das famílias. Tem toda uma política de formação porque senão fica difícil depois. (Depoimento de I. apud Cassab, 2004, p. 130-131).

Cassab (2004), que recolheu o depoimento da coordenadora do Movimento exposto acima, na sequência de sua obra, apresenta um exemplo prático dessa organização do Movimento quando fala sobre o acampamento Anita Garibaldi:

Foi o que ocorreu, por exemplo, no acampamento Anita Garibaldi. Após alguns meses realizou-se uma reorganização das famílias. O terreno foi dividido em 23 quadras com um total de cerca de 1786 lotes com 100m² cada. Ruas foram abertas tendo 9 metros de largura, permitindo a passagem de carros e caminhões. Além disso, existe uma área coletiva com cerca de 74 mil metros onde se localizam uma farmácia comunitária, uma biblioteca, a secretaria do Movimento, um Galpão para reuniões e eventos culturais, duas salas de aula (onde ocorre a ciranda infantil e educação de jovens e adultos) e um campo de futebol. Há também uma área reservada para a realização de uma horta comunitária. (CASSAB, 2004, p. 131).

Nesse sentido, quando é realizada a ocupação e feita a transformação de uma área outrora “[...] destinada à especulação imobiliária, cuja visão lembrava abandono e sujeira, em espaço de abrigo e, mais do que isto, em espaço modificado com a intenção de ordenar e orientar uma nova experiência social e política, o Movimento dá visibilidade ao seu *telos*, ao sentido de sua ação.”, e, por conseguinte: “A sua forma de expressão manifesta, claramente, não só uma radical contraposição ao projeto dominante de cidade, como também, sua diferença frente a outras lutas por moradia.” (LIMA, 2004, p. 202). Ocorre nas ocupações uma planificação na distribuição espacial que reserva determinadas áreas para a convivência comunitária, para a construção de alguns postos que atendem às necessidades coletivas e espaços planejados também para a circulação de veículos dentro do acampamento.

O alto nível de organização do MTST pode ser visto também em outros tipos de ações, além das ocupações. Segundo Jota, uma das conquistas estratégicas que ajudou o

fortalecimento e a expansão do Movimento pelas periferias das regiões metropolitanas foi a criação de núcleos de base após os despejos de ocupações. Isso esteve aliado à superação de uma grande dificuldade para o MTST que era sua desorganização quando era obrigado a desocupar uma área. Nessa situação, os militantes não tinham um local para articularem sua reorganização, ficando dispersos pela cidade: “[...] quando você era despejado acabava, porque a ocupação era a principal forma de luta, era ali que se articulava o militante, era, vamos dizer assim, a célula do Movimento, era a menor forma organizativa [...]”, e, na sequência: “[...] ali onde se organizava, distribuía tarefas, construía os setores, a direção do Movimento, a coordenação interna, tudo isso dentro de uma ocupação, aí vinha o Estado e cortava, quando ele cortava isso, acabava nossa organização [...]” (JOTA, 2010). Nesse contexto, a aceitação da solução provisória da bolsa aluguel, oferecida pelo Estado, começou a permitir, nos últimos anos, que o MTST iniciasse uma articulação e uma organização mais espalhada pelas periferias urbanas, podendo preservar uma atuação permanente junto à sua base social. De acordo com o militante:

Com o Bolsa Aluguel você se distribui na periferia da cidade com a militância para fazer novas ocupações e para fazer trabalho comunitário, então pensar o território urbano, não é só pensar a ocupação, a gente era despejado não tinha para onde ir e o que a gente ia fazer? Juntava novas pessoas para fazer nova ocupação. Hoje não, é despejado, vai para o bolsa aluguel, vai um para cada canto da cidade escolher casas na periferia e organizar os bairros, por asfaltamento, por políticas públicas no bairro, [...] A primeira vez que a gente pegou o bolsa aluguel foi em Taboão, nós íamos ser despejados e nós fizemos um acordo, conseguimos bolsas aluguéis, distribuimos pela periferia de Taboão e começamos a organizar as pessoas em núcleos, núcleos no bairro, núcleo 1, 2, 3, 4, e o problema para o prefeito que era só uma ocupação passou a ser uma cidade, o MTST na periferia da cidade, e aí a ocupação era uma consequência, você fazia outra ocupação [...] Hoje o MTST tem uma força muito grande nas cidades, especialmente aqui na região sudoeste através da formação de núcleos pós-despejo, essa foi uma solução muito interessante [...]. (JOTA, 2010).

Dessa forma, embora as ocupações sejam das mais fundamentais e eficientes formas de luta do Movimento, ela não é suficiente, pois apresenta em sua realidade concreta diversos limites e obstáculos, como, por exemplo, os possíveis despejos, exigindo da organização do Movimento um rol de variações nas formas de ação. Destarte, de forma a estabelecer-se como referência política, o MTST busca realizar uma atividade permanente de atuação junto às comunidades estabelecidas, colocando sua população em movimento a partir de reivindicações básicas, dando continuidade ao processo de luta e organização. Com base

nesse pressuposto, o desenvolvimento de espaços onde a comunidade possa interagir, conviver e atuar nos rumos da luta social é um elemento de suma importância para a manutenção dessa organização dos trabalhadores. A relevância de outros aspectos como a criação e preservação de uma relação orgânica com lideranças locais também é enfatizada. Essa diversificação nas maneiras pelas quais o Movimento busca organizar-se e preservar o processo de mobilização constante dos trabalhadores age, simultaneamente, no sentido de fundamentar as bases (mesmo que a longo prazo) para o desenvolvimento de uma consciência política baseada na coletividade.

Colocando em discussão as dificuldades enfrentadas pelo Movimento, o texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d.) aponta que os desafios primordiais a serem enfrentados giram em torno de: 1) potencializar os procedimentos de formação política no contexto urbano valorizando a idéia de uma identidade coletiva: “A construção do reconhecimento requer um conjunto simbólico próprio, que produza uma identificação com o Movimento, primeiramente no âmbito afetivo, só então entra o estudo com o esforço de racionalizar a relação criada.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.); 2) fortalecer os processos organizativos baseados na coletividade, expandindo os espaços decisórios, solidificando os processos de decisão coletiva como as assembléias e as coordenações de base: “A ampliação da discussão política na base, elevando seu nível de consciência e responsabilidade política, tem grande potencial de produzir militantes, além disso, permite superar o problema da centralização das decisões e informações em poucos militantes.”, na sequência, ressalta-se a necessidade de se avançar no sentido de melhorar organização dessa coletividade: “Faz-se necessário definir claramente o papel e caráter de cada nível de organização coletiva e a relação entre eles: coletivos internos, setoriais, regionais, estaduais e, talvez futuramente, um coletivo nacional.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.); 3) por fim, outro desafio organizativo de suma importância para o Movimento seria a criação de uma estrutura que pudesse sustentar materialmente a militância, para que esta tenha a possibilidade de desenvolver seu trabalho sem ter de abandoná-lo ou interrompê-lo e, para que isto se torne viável, de acordo com o documento, é imprescindível a realização de medidas básicas como o desenvolvimento de “[...] canais regulares de subsistência básica de militantes; desenvolvimento de espaços coletivos que proporcionem a construção de valores éticos socialistas entre os militantes; e desenvolvimento de uma política de segurança para militância no interior do movimento.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.), e, nesse processo, é ressaltado

o imperativo de um controle coletivo sobre essas finanças, com a total clareza dos gastos e dos valores utilizados.

Os princípios que direcionam as reformulações organizativas do MTST e que visam aprimorá-lo para a realidade da luta social urbana são profundamente baseados na valorização da coletividade e da formação política, da conscientização dos trabalhadores que integram essa coletividade. Uma meta fundamental a ser atingida e que está diretamente relacionada aos princípios norteadores gerais da atividade do Movimento é a formação constante de novos militantes para que seja realizada uma renovação periódica dos quadros, também como medida que visa combater um poder centralizado e decisões tomadas em cúpulas fechadas.

Outro aspecto importante a ser analisado no documento citado é a clareza da interação dos fatores sociais estruturais e conjunturais tanto na limitação quanto na potencialização da atuação do Movimento e na mobilização das massas: “Há fatores estruturais, relacionados às crises do capitalismo, que condicionam um ascenso mobilizatório consistente; [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.). Nesse sentido, o texto atenta para o fato de que o Movimento tem de estar pronto para os diferentes contextos sócio-econômicos e políticos e para as possibilidades de mobilização da classe trabalhadora lançadas por eles. Para que o Movimento esteja pronto para esta tarefa que tem de levar em conta as especificidades da conjuntura histórica, assim como, a particularidade da formação social vigente, surge como imperativo a “[...] construção paciente de um movimento com base social massiva e capacidade de intervenção, que tenha força para sobreviver aos períodos de refluxo e superá-los coletivamente.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.).

4.6) Problemas, dificuldades e desafios da organização e da ação

4.6.1) Os problemas e desafios dos movimentos sociais urbanos segundo o MTST

No texto “Caminhos para uma estratégia territorial urbana” (2006b), o MTST aponta que, em decorrência da crise estrutural do capitalismo e suas respectivas transformações sociais, emerge uma nova realidade social composta por um contingente gigantesco de trabalhadores à margem das relações formais de trabalho e, assim, sem acesso a qualquer organização via sindicatos. Nesse contexto, o cenário urbano apresenta-se como palco privilegiado do conflito social e as reivindicações dele decorrentes surgem como demandas

que possibilitam a organização desses trabalhadores. O Movimento afirma também que a construção de um novo sujeito ainda conta com enormes dificuldades e obstáculos, e aponta três como os principais problemas do movimento popular urbano na atualidade, a saber: 1) a fragmentação; 2) a irregularidade; e 3) a institucionalização.

Em relação ao primeiro problema o texto afirma que as lutas urbanas comunitárias desenvolvem-se de maneira desarticulada, ou seja, “Lutas por moradia, infra-estrutura urbana, serviços públicos, trabalho, etc., que poderiam compor uma única plataforma, apresentam-se como manifestações corporativas de problemas aparentemente isolados.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 37). Os movimentos que trabalham essas questões específicas, em geral, não buscam articular-se para a formação de uma unidade. Aliado a isso, surge o problema do regionalismo, sendo esta, a fragmentação de caráter local entre os movimentos, onde municípios próximos, bairros e até mesmo comunidades vizinhas “[...] não compõem uma ação conjunta, embora os problemas e reivindicações sejam os mesmos. Desta forma, um potencial de mobilização extremamente poderoso é dissolvido em pequenas negociações locais por motivos específicos.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 37).

No que diz respeito ao segundo problema apontado, a irregularidade aparece como fruto de uma luta imediatista que perde de vista um trabalho de organização a longo prazo em decorrência das conquistas pontuais, assim, “É hoje comum o entendimento de que se uma mobilização alcançou *status* midiático e resposta institucional nada mais precisaria ser feito e tudo estaria encerrado.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 37), abandonando-se, por sua vez, uma atuação que tenha uma perspectiva organizacional de maior fôlego, de um trabalho coletivo que vise manter os trabalhadores organizados e mobilizados. A busca da construção de uma base social mais sólida e o objetivo da constituição de uma consciência coletiva estaria, portanto, afastada da perspectiva da maioria dos movimentos populares urbanos.

Em relação ao terceiro problema, ele se apresenta como a redução da luta social urbana ao objetivo da integração institucional, ou seja, uma luta voltada à negociação com o Estado para o alcance de objetivos muito delimitados, ficando ausente uma perspectiva de transformação social mais ampla. “As necessidades mais fundamentais são com isso tiradas do foco de lutas, já que o Estado é cada vez menos capaz de dar a eles uma resposta satisfatória.”, e, dessa forma, “[...] enquanto se negocia pequenos reparos, a moradia digna, o

trabalho e a reforma urbana tornam-se palavras-de-ordem vazias.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 37).

De acordo com o Movimento, a partir da percepção desses problemas, o grande desafio a ser enfrentado é a criação de uma articulação de todos os movimentos sociais combativos em torno de um plano comum a todos eles, um dos objetivos estratégicos a ser seguido seria, por exemplo, “Estabelecer pautas multi-setoriais e inter-regionais, unificar distintas posições e organizações, sem cair na institucionalização [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006b, p. 37).

4.6.2) Problemas, dificuldades e desafios do MTST

No texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d.), a nova realidade do capitalismo, que tem no desemprego estrutural um de seus componentes mais nefastos, também é claramente afirmada como sendo promotora de um contexto extremamente perverso no qual os movimentos sociais que se propõem combativos têm de atuar, lutando contra as dezenas de dificuldades apresentadas por esse quadro social. Aponta-se no texto, características sociais como a fragmentação, a violência e a alienação como sendo algumas das mais problemáticas com as quais o MTST tem de aprender a lidar dentro das periferias urbanas, que compõem, portanto, um cenário repleto de grandes dificuldades a serem enfrentadas. A descrição da complexa realidade existente dentro dessas periferias na conjuntura contemporânea é descrita da seguinte forma:

A exclusão crescente de trabalhadores das relações assalariadas (desemprego estrutural) produziu uma grande massa que não tem mais possibilidade de garantir sua sobrevivência a partir dos canais regulares do sistema. Por isso são forçados a recorrer a modos informais e precários de atividade ou então são atirados à mendicância e à criminalidade. Opera-se uma fragmentação das classes dominadas, flexibilizando sua identidade de modo de vida e seu campo de interesses comuns, o que é acompanhado pela carência de espaços de organização próprios. Isto cria um terreno fértil para o fortalecimento de poderes territoriais de dominação, em especial o tráfico de drogas, que se impõem no contexto de generalização da violência social. Os agentes violentados pelo sistema passam a violentar-se a si mesmos; os problemas comuns são individualizados, e cada um deve buscar sua solução particular, seja nas tentativas (muitas vezes impossíveis) de reintegração às relações de trabalho regulares do capitalismo, seja nas formas de sub-trabalho ou na criminalidade. O resultado é uma forte experiência de descoletivização da vida, de passividade associada a um sentimento geral de impotência, que encontra refúgio no aprofundamento da consciência dominante e dos valores

anti-sociais do capital. É este quadro caótico de fragmentação, violência e alienação, regra nas periferias urbanas, que está dado à intervenção dos movimentos sociais. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.).

A partir da percepção dessa fragmentação contemporânea da classe trabalhadora, o objetivo do MTST é tentar, portanto, reconstruir uma *identidade coletiva*. Para isso, ele utiliza-se das ações de organização do território e da realização das mobilizações massivas de trabalhadores, com o escopo de alcançar uma alteração qualitativa no quadro social. A meta seria, portanto, “[...] *transformar dispersão em unidade, massas descoletivizadas em novo agente social protagonista*.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d., grifos nossos). O Movimento reconhece que não seria capaz de empreender essa tarefa isoladamente, mas afirma que tem potencialidade para ser um dos agentes promotores dessa mudança, e demonstra a necessidade urgente de sua atuação no sentido dessas modificações: “Sem esta transformação na situação da classe, é impossível pensar numa transformação radical da realidade; toda revolução precisa de agentes sociais organizados.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d., grifos nossos).

Como colocamos acima, a tentativa de criar uma conscientização em torno de uma identidade coletiva e de classe sofre algumas limitações dentro do quadro da luta social urbana. Processos de derrotas políticas, como o despejo e falta de conquistas econômicas mais concretas, o enfrentamento com outras forças sociais como o tráfico de drogas e a própria repressão do Estado criam uma série de dificuldades à continuidade da luta, levando muitos trabalhadores ao abandono da mesma. Na história do Movimento podemos constatar momentos de forte refluxo, passando por períodos em que este quase se desestruturou por completo.

Com relação aos processos de ocupação realizados, o documento supracitado aponta alguns dos principais limites enfrentados por essa forma de luta. Devido à sua descendência do MST, as primeiras ações de ocupação do MTST eram ainda muito influenciadas pela forma como seu congênere rural realizava essas ações, ignorando, portanto, que a realidade urbana é muito distinta e trazia um novo e complexo quadro de interação de forças sociais ainda desconhecidas. O reconhecimento dessa dificuldade é apresentado com clareza no texto: “Pouco se considerou as complexidades do ambiente urbano e os diversos agentes sociais que nele estão presentes [...]”, e, na sequência: “[...] pretendeu-se um nível de domínio territorial que é incompatível com a dinâmica das periferias metropolitanas (poderes existentes,

mobilidade do ser social, cultura da violência). Isso produziu consequências negativas na experiência.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.).

Outro sério problema apontado é a constância com que os despejos ocorriam, sendo que, o Movimento tinha enormes dificuldades em quebrar o ciclo que consistia na realização da ocupação, que era seguida por uma considerável projeção política e do desfecho negativo com o despejo. Alguns ganhos conseguidos durante o período em que a ocupação permanece ativa são capazes de influenciar diretamente uma conjuntura específica influenciando em seus desdobramentos e modificando algumas de suas direções em favor dos interesses dos trabalhadores envolvidos no processo de luta. Entretanto, evidencia-se durante o processo de despejamento uma dispersão dos integrantes, da base social que estava organizada, restando desta uma pequena minoria que fica submetida a um período muito desgastante em abrigos provisórios. Durante essa fase, a militância também passa por um severo desgaste. Os despejos tem sido frequentes nas ocupações realizadas pelo MTST e o período em que conseguem permanecer nos locais torna-se cada vez menor. O texto exemplifica essa situação elencando três ocupações que apresentaram períodos iniciais de duração decrescentes: a ocupação Carlos Lamarca sofreu quatro despejos entre os anos de 2002 e 2003; a ocupação Santo Dias que conseguiu permanecer em um período menor tendo sido feita a desocupação em menos de um mês; e a ocupação Rosa Luxemburgo que foi despejada rapidamente, passados onze dias de seu início.

Como apontado anteriormente por Jota, após a realização dos despejos, é fundamental que o Movimento permaneça articulado nas periferias dando continuidade no trabalho de organização e formação política dos trabalhadores. Os núcleos de base, localizados em bairros da periferia metropolitana cumprem um papel de buscar a superação das dificuldades decorrentes dos despejos, como a desorganização e dispersão. Neste sentido, o mesmo coordenador afirma a importância da bolsa-aluguel como ferramenta a ser utilizada na manutenção da organização espalhada pelos bairros.

Entretanto, o próprio benefício da bolsa-aluguel vem carregado de antagonismos pois ao mesmo tempo que representa uma conquista econômica imediata importante para os trabalhadores sem teto, ela pode surgir também como um agente de desmobilização de uma parcela desses trabalhadores envolvidos na luta. Esse ganho pode gerar uma sensação de conquista que muitas vezes leva ao abandono ou ao arrefecimento da participação nos processos de discussão e propriamente de ação no Movimento.

Outros fatores podem também levar a esse arrefecimento como, por exemplo, a inclusão das famílias em programas habitacionais do governo. Por isso, a coordenação do Movimento aponta como de extrema importância a criação desses núcleos dentro dos bairros para que seja tentada a preservação da discussão e da organização das famílias.

Para Ana Paula a construção desses núcleos, com a realização de assembléias mensais, é uma ferramenta muito importante para o MTST manter sua atuação em determinadas áreas e preservar nos participantes de ocupações que foram despejadas o sentimento de pertencimento ao Movimento. Segundo ela, nesse aspecto, também é muito relevante a criação de uma simbologia em torno da organização e dos objetivos do Movimento buscando reforçar os laços entre os integrantes e nutrir a idéia de uma identidade coletiva.

O texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d.) mostra também que são grandes as dificuldades enfrentadas quando a ocupação é mantida. A principal limitação apontada é com relação à preservação da referência política, da organização do acampamento e da manutenção do potencial de mobilização junto à comunidade. Os problemas referentes à disputa entre as forças sociais existentes dentro dos espaços urbanos periféricos é novamente colocado em pauta como sendo um dos obstáculos mais difíceis com o qual o Movimento tem de lidar quando busca dar sequência ao trabalho no território ocupado.

O poderio armado do tráfico de drogas, a influência negativa do oportunismo político, além de outros líderes locais que têm poder de influir nas decisões dos habitantes da região são alguns dos componentes formadores do contexto urbano no qual o Movimento tenta desenvolver sua ação. Essa candente disputa de forças pode levar muitas vezes à perda de controle de uma ocupação por parte do Movimento, como já vimos acima, no caso da ocupação Anita Garibaldi. Pudemos constatar pela análise dos documentos e das entrevistas com os coordenadores que essa é uma das dificuldades mais presentes na atuação do Movimento, até porque nela estão envolvidos componentes de alto risco, que põem em xeque a preservação da integridade física das pessoas envolvidas nesse confronto.

No texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d.) podemos notar a preocupação da coordenação com a perda do controle das ocupações, levando a uma possível perda da referência política:

O objetivo do MTST, na medida em que não se limita à conquista da moradia, é incompatível com a simples construção de um bairro periférico, reproduzindo a lógica de expansão urbana capitalista. Por isso a continuidade do trabalho territorial é essencial, sendo exatamente neste

ponto que surge o maior obstáculo. O loteamento das periferias urbanas por poderes não-estatais como o tráfico de drogas, juntamente com políticos oportunistas locais e outros agentes comunitários produz uma grande barreira à organização das massas pelo Movimento. Em alguns casos, o grau de conflito atinge um limite em que se torna necessário dar um passo atrás, retirando-se da comunidade, para não perder a vida de militantes e o que resta de referência política territorial. Enfim, a situação que está colocada à forma de luta de ocupação de grandes terrenos urbanos é a de dois pesados cortes: o *despejo* e a *perda do espaço conquistado*. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d., grifos no original).

A criminalização é outra séria dificuldade enfrentada pelo Movimento. O recurso à criminalização de movimentos sociais não é uma novidade histórica e, atualmente, o MTST sofre fortemente com os procedimentos que visam deslocá-lo do âmbito da questão social para o âmbito das questões jurídicas, seja via a atuação repressora e polícialasca do Estado³⁴, seja via a difamação construída pelos órgãos da imprensa hegemônica, uma vez que o Movimento coloca-se como um contraponto ao pensamento e à ideologia dominantes, exacerbando o confronto de classe entre grandes proprietários e trabalhadores, marginalizados do acesso à habitação e à infra-estrutura urbana. Com isso, o MTST põe em evidência as contradições insuperáveis do sistema capitalista, fato que, claramente, desagrade à classe burguesa. Dessa combinação, resultam muitos casos de criminalização de ações do Movimento, muitas vezes taxado como inimigo da ordem pública e potencial agressor da civilidade da cidade neoliberal que deve funcionar de acordo com os interesses do capital contemporâneo. Nesse sentido, o MTST, assim como outros movimentos que contestam a atual conformação urbana voltada aos interesses capitalistas mundializados, entra na espiral de criminalização, sofrendo variados tipos de repressão, tanto ideológica como material. Segundo Efrem Filho (2008):

A criminalização forma um movimento de transferência bastante importante naquilo que a hegemonia chama de “pacificação de conflitos”. Ela tira algo do diálogo social, do debate público, e o remete à competência do poder coercitivo do Estado, do Poder Judiciário, da polícia. Na instância da coerção, não existe dissenso, possibilidade de discordância. Não adianta discordar do Poder Judiciário, afinal sua estrutura existe em razão “da” (única, absoluta) decisão verdadeira. Por mais que em tese existam aparatos recursais, os princípios do contraditório e da ampla defesa, há uma hierarquia que, mais cedo ou mais tarde, decidirá fatalmente pela verdade.

³⁴ Sobre o assunto, vários textos do Movimento podem ser consultados relatando casos de violência policial contra seus integrantes. Destacamos o “Relatório da violência sofrida por integrantes do MTST, moradores da comunidade Carlos Lamarca, agredidos por policiais militares da polícia militar do Estado de São Paulo.” Disponível no site do MTST.

Se só existe de fato “a” verdade a ser decidida pelo juiz, o outro, o discordante é negado. Isso gera segurança à ordem. *No caso da criminalização dos movimentos sociais, chamar esses sujeitos de “criminosos” significa negá-los, transferi-los do campo da política, da ação social, para o campo do direito, visto que é no direito e na coerção que crimes devem ser contidos.* O que não é dito é que não existe uma separação óbvia entre a política e o direito. O campo jurídico possui íntimas relações com o campo do poder, ou seja, suas estruturas são muito próximas. [...] O direito é eminentemente ideológico, sua aplicação também o é. O mito da neutralidade, entretanto, nega a ideologia e as relações do campo jurídico com as estruturas sociais, inclusive com a política. A neutralidade vem justificar uma autonomia absoluta do campo, de fato inexistente, mas na qual seus membros acreditam piamente. *A criminalização, por isso, é uma política de deslegitimação dos sujeitos efetuada através do instrumento coercitivo estatal.* (EFREM FILHO, 2008, p. 11, grifos nossos).

Outro problema enfrentado pelo MTST é o fato de a maior parte dos integrantes de sua base social não estarem inseridos em relações formais de trabalho e não contarem com rendas mensais fixas, o que aumenta as chances da inserção de alguns indivíduos em atividades que acabam por prejudicar a ação do Movimento. Sendo privadas das condições de obtenção de recursos para sua própria reprodução, esses indivíduos tornam-se mais suscetíveis a diversas formas de consecução dos meios essenciais à sobrevivência e isso acaba, por diversas formas, obstaculizando a organização do Movimento. Diante desse quadro algumas situações podem ocorrer, como a inserção no tráfico de drogas, a vulnerabilidade diante do clientelismo eleitoral e a venda ou aluguel da moradia conquistada no processo de luta (Lima, 2004).

Nesse sentido, concordamos com Lima (2004) quando esta afirma que o MTST não pode fugir ao desafio de enfrentar a centralidade do problema do acesso ao trabalho e da consecução de formas de renda para os integrantes da base social do Movimento. Isso se torna ainda mais imprescindível e urgente quando se tem a clareza de que a maior parte dos trabalhadores que compõem o Movimento encontra-se na condição de desempregados, o que os tornam mais suscetíveis às situações expostas acima. A autora, por conseguinte, assevera que o Movimento tem de inserir-se também na luta por emprego e renda, combinando esta com a luta pela moradia:

Como a autonomia do movimento não pode ser concebida, de forma descolada, da construção da autonomia de cada um de seus participantes, o enfrentamento da luta pelo direito ao trabalho, tanto pela via da formação de cooperativas de trabalho, como pela via da pressão coletiva, pela abertura de postos de trabalho e qualificação profissional, é imprescindível à própria

sobrevivência do projeto do Movimento e da experiência do acampamento em particular. Enfim, por se tratar de um Movimento formado por um segmento da classe trabalhadora, exilado do mundo do trabalho, que reivindica pela ação direta um chão para morar numa sociedade assentada na defesa da propriedade privada e na exploração do trabalho, o não enfrentamento da questão do trabalho, no contexto urbano-metropolitano, torna este e outros movimentos similares extremamente vulneráveis, sobretudo frente ao crescimento do desemprego. Estes fatos demonstram a importância de que seja assumida, pelo Movimento, a luta por alternativas de sobrevivência, reivindicada por integrantes de sua base e coordenação intermediária, mas especialmente, torna urgente a luta pelo emprego. (LIMA, 2004, p. 220).

No texto “Dificuldades e desafios do MTST” (s.d.), o Movimento apresenta uma concepção de que a intervenção junto aos trabalhadores desempregados, que constituem no cenário neoliberal e de desemprego estrutural, parte significativa da classe, surge como forma organizativa com possibilidade mobilizatória de grande potencial. Esse tipo de organização teria o sentido de acabar com a contraposição, constantemente realizada, entre as lutas desenvolvidas na esfera do trabalho e as lutas desenvolvidas na esfera da reprodução, dessa forma, constituindo um sério desafio a ser enfrentado pelo MTST:

É importante considerar que grande parte da base social que participa das ocupações urbanas está desempregada ou subsiste por meio do trabalho informal, ou seja, mantém uma relação irregular ou de exclusão com o mundo do trabalho. Neste sentido o MTST já realiza um trabalho com desempregados, mas somente a partir de reivindicação da moradia; isto é, o desempregado concebido enquanto sem-teto. É necessário organizar os desempregados a partir de reivindicações e formas de luta próprias, visando uma resignificação do trabalho, seja a partir do MTST, ou com a criação de outro espaço organizativo. O fundamental é dar conta desta tarefa. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d., grifos no original).

Pode-se relacionar ainda, um conjunto de dificuldades enfrentadas pelo Movimento no concernente à efetivação da democratização mais massiva e concreta da sua organização. Segundo a pesquisa de Cassab (2004), apesar das constantes tentativas do Movimento de democratizar os processos decisórios e desse fator fazer parte de seus objetivos políticos e organizativos, ocorrem problemas quando isto é posto em prática. A autora recolheu alguns depoimentos que abordam a questão, com reclamações de alguns integrantes da base social do Movimento sobre nem sempre saberem dos processos e das decisões políticas que estão em desenvolvimento.

Entretanto, pelo que pudemos recolher e analisar tanto em nossa pesquisa teórica quanto empírica, a coordenação do MTST busca, claro que com muitas dificuldades e problemas como demonstramos acima, constituir uma nova forma de mobilização e atuação política, com o escopo de efetivamente democratizar as principais decisões a serem tomadas, respeitando a vontade da maior parcela de sua base social. Todavia, é preciso ressaltar que este é um processo carregado de dificuldades que podem muitas vezes levar a que os coordenadores tenham de assumir a responsabilidade de algumas decisões estratégicas por diversos motivos. Em outras palavras, em algumas ocasiões, por questões de segurança, de estratégia ou necessidade de tomar decisões em tempos curtos, entre outros problemas, os procedimentos a serem seguidos não são repassados imediatamente a todos os integrantes da base social do Movimento. Esse tipo de problema não é exclusividade do MTST, mas nem por isso, deixa de ser uma grande dificuldade que tem de ser enfrentada, sob pena de comprometer em alguns aspectos os processos de socialização e coletivização das decisões sobre os rumos do Movimento. No entanto, cremos ser possível afirmar que existe um esforço do MTST, nos planos organizativo, político e ideológico, no sentido de, se não sanar o problema como um todo de imediato, ao menos reduzi-lo constante e continuamente, objetivando uma crescente democratização tanto de suas decisões como de sua própria estrutura.

Segundo depoimento de Ana Paula, logo que é iniciada uma ocupação, os militantes que estão à frente da ação organizam assembléias abertas à base social para que sejam escolhidos coordenadores de grupos. Esses grupos são delimitados de acordo com um determinado número de barracas e acampados. Os coordenadores são, então, escolhidos nessas assembléias abertas ao público e ficam responsáveis por um conjunto de funções. Ocorre, portanto, uma divisão setorial de tarefas. As assembléias são, pois, uma ferramenta imprescindível de articulação dos coordenadores e da base social, objetivando a maior democratização possível das decisões.

Nesse sentido, afirma Lima (2004) “[...] tanto no MST como no MTST, a separação entre dirigentes e dirigidos, incluindo a distância entre modos de vida, tem sido duramente criticada [...]”, e, segundo a autora, o que esses movimentos buscam colocar no lugar dessa separação é “[...] o princípio de que o dirigente deve, não só viver sob as mesmas condições sócio-econômicas de todos os participantes, incluindo moradia, como também assumir tarefas manuais, e não somente as relacionadas à concepção política do Movimento.” (LIMA, 2004, p. 208). Dessa forma, evidencia-se um comprometimento dos coordenadores do MTST, de

uma forma geral, em tentar efetuar uma real socialização e democratização das decisões e das demais tarefas pertinentes ao Movimento, mesmo que isso acabe não ocorrendo em determinados momentos em decorrência de problemas específicos.

Portanto, essa constante autocrítica com relação à divisão de tarefas e obrigações dentro da estrutura organizativa do Movimento, buscando transpor uma possível separação entre lideranças e base social, é de extrema importância, pois nela “[...] reside a busca de superação da reprodução da divisão social e técnica de trabalho, no âmago do Movimento [...]” (LIMA, 2004, p. 208). Nesse aspecto, pode-se dizer que o MTST desenvolve um trabalho intenso em tentar, de fato, eliminar ou diminuir crescentemente o distanciamento entre seus coordenadores e os integrantes de sua base: “As observações e os depoimentos dos participantes indicam que este esforço tem resultado em enorme confiança na seriedade e no compromisso da direção do MTST com a causa comum, a conquista da moradia.” (LIMA, 2004, p. 208-209). O MTST atrela a meta de supressão das distâncias entre base e militância ao fortalecimento da disciplina e à necessidade de controle da militância.

A partir de alguns textos produzidos pelo próprio MTST, pode-se notar a realização de uma autocrítica do Movimento, procedimento de extrema validade para qualquer organização que se proponha evoluir em seus aspectos organizativos e em sua ação. Os textos apontam também que, muito embora existam diversos tipos de problema e obstáculos à atuação do Movimento, este vem galgando algumas importantes conquistas ao longo de seus anos de existência. Algumas delas tornaram-no uma referência política no que diz respeito ao espaço urbano periférico de algumas grandes cidades:

As dificuldades vividas pelo MTST não podem impedir-nos de enxergar importantes avanços que o Movimento produziu em sua trajetória. Antes de tudo, há o caso de lutas organizadas e dirigidas pelo MTST que obtiveram conquistas econômicas, gerando uma referência de massa que não deve ser desconsiderada. Assim, por exemplo, em Campinas, no Rio de Janeiro e em Guarulhos, com o ganho de milhares de casas pela ocupação de terra; [...] Lutas comunitárias a partir de reivindicações imediatas foram também realizadas em São Bernardo do Campo. Uma expressão importante da referência do MTST nas periferias foi a Marcha ao Palácio do governo de São Paulo realizada no fim de 2003, com várias comunidades de Guarulhos, contra o despejo e pela regularização das moradias. [...] Além disso, algumas das ações desenvolvidas tiveram uma significação política que projetou o MTST como uma referência de combatividade e luta direta, tanto para o conjunto da sociedade (por via de mídia) como, em particular, para setores de esquerda do sindicalismo, no parlamento e no movimento estudantil, entre outros. A participação ativa do Movimento em lutas específicas desses setores, [...] contribuiu para consolidar esta referência. Isso produziu um

fluxo de militantes que não se originam da base sem-teto, mas de uma atuação política prévia em partidos, sindicatos, organizações estudantis e outros movimentos sociais. [...] Por fim, o conjunto das experiências acumuladas pelo MTST permitiu uma visão mais clara de suas próprias limitações e a possibilidade de melhor definição dos problemas e vias de solução para uma ação massiva e transformadora no espaço urbano. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, s.d.).

Assim, apesar das enormes dificuldades e obstáculos enfrentados pelo Movimento no desenvolvimento de suas ações e em sua estrutura organizativa, o MTST mantém-se como um elemento persistentemente atuante no contexto da luta de classes que permeia o contraditório tecido urbano capitalista. Na especificidade sócio-política brasileira ele surge como uma ferramenta de grande importância na organização massiva de milhares de trabalhadores submetidos às agruras da periferia das grandes metrópoles, exercendo um papel imprescindível na conquista de diversas reivindicações que, embora pontuais na maioria dos casos, não deixam de ser extremamente significativas para as pessoas que recebem seus benefícios. Tomando como base essa atuação a partir de reivindicações básicas da população trabalhadora urbana de baixa renda, o Movimento busca dar prosseguimento à formação política tanto de sua base social quanto de seus coordenadores, com certa percepção de que os graves problemas que atingem essas periferias estão diretamente relacionados à formação social capitalista e ao seu modo de produzir e, portanto, direciona sua luta também no sentido de tentar evidenciar essas contradições que perpassam a realidade urbana.

CAPÍTULO 5

A PERSPECTIVA POLÍTICA DO MTST

Nesse capítulo nosso objetivo é analisar a perspectiva política do MTST a partir de sua estrutura de coordenação e de sua práxis política e social. Em outras palavras, buscaremos compreender a perspectiva política da coordenação do MTST e como essa coordenação busca organizar as ações do Movimento de acordo com essa perspectiva, horizonte político. A partir da delimitação dessa perspectiva, analisaremos como ela é trabalhada nas ações e na organização do Movimento. Ou seja, buscaremos examinar como e em que medida essa perspectiva política é adotada na organização do Movimento e como ela influencia essa organização. Também tentaremos mostrar como essa perspectiva é trabalhada junto à base social, isto é, como a perspectiva política adotada pela coordenação do Movimento é trabalhada junto à base social.

Para isso, realizaremos as seguintes análises: 1) de documentos divulgados pela coordenação do Movimento, que discutem sua perspectiva política e sua organização a partir desse posicionamento; 2) de depoimentos de integrantes da coordenação do Movimento entrevistados por nós, listados na introdução; 3) de depoimentos de coordenadores retirados de outras referências bibliográficas; 4) de outros estudos sobre o objeto e as conclusões a que chegaram sobre a perspectiva política do MTST, em suas divergências e concordâncias; 5) da filmografia disponível encontrada ao longo da pesquisa; 6) da organização da práxis sócio-política e a que conclusões ela nos leva.

Com isso, tentaremos delimitar sob qual perspectiva/horizonte político atua o Movimento, a partir de sua coordenação. Ademais, tentaremos compreender como essa perspectiva é vivida pela base social, em suas potencialidades e limites, e fazer um breve exame sobre como o Movimento afeta e como objetiva afetar a consciência de classe dos trabalhadores que compõem sua base.

As análises teóricas existentes sobre a perspectiva política adotada pelo MTST variam de acordo com os autores consultados. Nesse capítulo colocaremos em discussão essas diferentes análises, objetivando uma compreensão mais ampla do objeto de estudo, principalmente no que concerne à especificidade da perspectiva política adotada pelo Movimento.

5.1) Um movimento social classista

O MTST faz parte de um grupo de movimentos sociais que adotam uma posição classista, pois, trabalha com a perspectiva da condição de classe de seus integrantes dentro da sociabilidade capitalista, ou seja, a de trabalhadores, estruturando-se como uma organização política que tem seus objetivos determinados pelos interesses dessa classe (Pinheiro, 2010a). Na realidade social brasileira contemporânea, os movimentos sociais classistas assumem grande relevância no contexto da luta social, uma vez que, eles: “[...] surgem muitas vezes como *única* alternativa possível para as necessidades imediatas dos indivíduos que congrega.” (PINASSI, 2009, p. 78-79, grifos no original). Por conseguinte, segundo Pinassi (2009): “A história parece ser reaberta pelos movimentos sociais de massa pautados na centralidade do trabalho [...]”, isso porque estes movimentos são constituídos, fundamentalmente, por trabalhadores relegados ao desemprego estrutural e, segundo a autora, eles “[...] *podem* – digo *podem* e *não* devem – materializar a potencialidade revolucionária até aqui embotada da classe trabalhadora vivendo, enquanto classe constituída por e para o capital, o momento mais problemático de sua história.” (PINASSI, 2009, p. 60, grifos no original).

A maior potencialidade desses movimentos consiste, como afirma Antunes (2004), na centralidade que eles conferem às lutas sociais, não se restringindo ao âmbito parlamentar burguês. Dessa forma: “O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe.” (ANTUNES, 2004, p. 118). Também de acordo com Netto (1995), um posicionamento progressista diante da crise social instaurada nos marcos do capitalismo neoliberal pode ser representado por: “[...] amplos movimentos de massa que apontem para a *superação desta ordem*.” (NETTO, 1995, p. 85, grifos no original). Ainda segundo o autor: “[...] mesmo que não estejam “maduras” as condições para a transição socialista, é o conjunto de lutas que a tenham como escopo que pode bloquear e reverter a dinâmica que hoje compele o movimento do capital a rumar para a barbárie.” (NETTO, 1995, p. 85, grifos no original). .

Dessa forma, torna-se imprescindível apontar essa característica seminal constitutiva do MTST. De acordo com os coordenadores entrevistados, o Movimento se afirma numa perspectiva classista. Para Ana Paula, é possível fazer a afirmação de que o Movimento é classista na medida em que ele busca construir-se enquanto ferramenta política da classe trabalhadora e não se restringe à atuação reivindicativa:

É um movimento classista e compreende seu papel como classista, uma porque a gente compreende que o MTST é um instrumento da classe, não só um movimento focado na luta imediata pela moradia [...] É um movimento de massa que luta pela moradia, enfim, e uma organização política ao mesmo tempo. Então, a gente não escolheu só ser um movimento por moradia, [...] a gente pensa que consegue criar uma organicidade entre as divisões pólos e ser uma *organização classista que luta pela classe trabalhadora e tem como objetivo o socialismo*. (ANA PAULA, 2010, grifos nossos).

Segundo a coordenadora, o Movimento teria uma série de obrigações a cumprir, com base em sua estratégia, como: “[...] criar ocupações e nas ocupações criar um sentimento de pertença com os moradores, criar toda uma simbologia, para poder dar sentido entre um movimento de massa e organização política [...]” (ANA PAULA, 2010). Para ela, o MTST tenta articular a reivindicação imediata pela moradia com uma luta política de maior amplitude, que ponha em questionamento o próprio processo de formação da cidade e, por consequência, o próprio capitalismo: “A gente compreende o movimento como tendo seus pontos reivindicativos e também como uma organização política que constrói o socialismo, que contribui para a história da classe trabalhadora.” (ANA PAULA, 2010).

Na análise de Guilherme S., o caráter classista do Movimento advém de sua composição social, isto é, parcelas da classe trabalhadora, e dos objetivos políticos específicos que defende. Em suas palavras: “Se você luta por moradia popular num país como o Brasil, você já tem um corte de classe. Por outro lado, o Movimento é uma organização política também [...]” (GUILHERME S. entrevista, 2011). Para ele, o MTST não é somente um movimento popular que atua no âmbito econômico, restrito à reivindicação habitacional, mas sim, um movimento que se insere diretamente na luta política, com programa, estratégia e intenções políticas.

Jota também confirma o caráter de classe da organização e da atuação que o MTST desenvolve. Ele diz que as ações que o Movimento realiza são um claro confronto entre o capital e o trabalho. Assevera também que, a partir de uma luta social centrada no território, o Movimento afirma-se numa perspectiva revolucionária:

Lógico que é um movimento classista. Só pela razão de se pensar em uma ocupação em si já é um *enfrentamento entre capital e trabalho, não tem meio termo* [...]. Agora, pensar o movimento como uma alternativa de luta de esquerda acho que é um pouco mais profundo, faz um enfrentamento de classe se articulando dentro de um projeto político e tal, isso aí já é um

pouco mais complicado, mas, na minha opinião é, porque aqui no Brasil você tem o quê? Você tem vários movimentos sociais atuantes, especialmente movimentos que lutam por moradia [...] são movimentos que são ligados ao PT ou PC do B ou alguma organização ou instituição nacional enfim, mas são movimentos que não querem, que não tomaram um posicionamento nacional de fazer o enfrentamento com o capital [...]. Se você fala do governo Lula, fazer o enfrentamento ao capital nesse momento seria também fazer o enfrentamento ao governo Lula e eles optaram por não fazê-lo, então, não dá para dizer que são movimentos classistas, mesmo reconhecendo que são movimentos que fazem ocupação, aquela coisa toda. Aí você diz da autonomia, não só autonomia do MST, mas [...] enfim, do Estado essencialmente, porque tem uma autonomia ao Estado, e isso eles não têm, os movimentos convencionais, o que a gente contraria. Então, nesse sentido, eu acho que *o MTST é um movimento que se afirma numa perspectiva revolucionária [...]*. (JOTA, 2010).

Para o coordenador, o enfrentamento entre capital e trabalho que se instaura num processo de ocupação desenvolve-se através da disputa econômica referente ao território ocupado. Essa disputa coloca em questão o confronto entre a apropriação do espaço pelo seu valor de uso, feita pelos trabalhadores ocupantes, e sua utilização como valor de troca, ou seja, como mercadoria, pelo proprietário do terreno. Nesse sentido, o MTST afirma seu caráter classista à medida que em seus processos de ocupação evidencia a contradição existente e a confronta, buscando uma apropriação do espaço urbano pelo seu valor de uso.

Alguns autores que se debruçaram sobre a análise do MTST também afirmam seu caráter de classe. Lima (2005) aponta essa dimensão classista do Movimento asseverando que a apreensão de que base social deste é parte integrante da classe trabalhadora possibilita perceber quem são os sujeitos envolvidos no Movimento e a potencialidade de sua ação política, pondo em perspectiva a inserção dessa camada da classe trabalhadora no atual processo de acumulação e, a partir desse dado, compreender como se desenvolvem seus processos de luta pela habitação:

Na verdade, interpretamos esta luta e os métodos de ação do Movimento, especialmente a ocupação, a partir do entendimento de que a forma de inserção na classe tece distintas experiências sociais. Assim sendo, a crescente heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, decorrente da segmentação e da complexificação do trabalho faz com que as lutas adquiram cada vez mais um caráter multifacetado. Em se tratando dos segmentos mais pauperizados, a resistência, cada vez mais radicalizada, parece expressar a urgência de suas demandas, o descrédito nos poderes constituídos, além da profunda indignação dos que nada têm a perder. (LIMA, 2005, p. 3).

Goulart (2011) também afirma essa posição de classe do Movimento: “[...] consideramos que o MTST é um movimento social classista e deve ser estudado em seu contexto histórico que abrange os aspectos sociais, políticos e ideológicos [...]” (GOULART, 2011, p. 173). Explica a autora:

Porque podemos afirmar como classista este movimento? O MTST se autorrefere como um movimento de trabalhadores, cuja base social é formada, em sua maioria, por subproletários, e suas demandas são formadas a partir de uma confluência de necessidades e interesses que se opõe aos interesses da classe dominante. Trabalhemos um pouco mais estas questões. O fato do MTST se auto-intitular um movimento de trabalhadores, não dá nenhuma sustentação de que seja esta sua formação ou mesmo intenção (parábolas partidárias são desnecessárias). Mas se constatamos que sua base social é formada pelas classes trabalhadoras, podemos afirmar, então, que há uma finalidade de classe no ideário deste movimento, que se coloca numa posição de organização classista, em oposição à exploração e dominação capitalista. (GOULART, 2011, p. 173).

De acordo com Pinheiro (2006), o caráter de classe do movimento é evidenciado em sua prática, pois esta é experimentada através da mediação da condição de trabalhadores, isto é, da condição de seres humanos que tem de vender sua força de trabalho em uma relação determinada diante do capital (Pinheiro, 2006).

5.2) A perspectiva política do MTST a partir de sua condição classista: a construção do Poder Popular

Segundo os coordenadores do Movimento, a partir de seu posicionamento de classe, o MTST tenta adotar uma perspectiva de ação que visa contribuir para uma transformação social, ou seja, buscando confrontar a formação social capitalista. Para Jota, o Movimento atua no sentido de tentar contribuir na construção de condições que permitam uma transformação estrutural da sociedade e, dessa forma, caracteriza-se pela perspectiva revolucionária. Em outras palavras, o MTST objetivaria ajudar na constituição de possibilidades sócio-históricas de transformação que permitam a transição a um novo tipo de sociabilidade: “Ele se afirma numa *perspectiva* porque ele vive tentando *influenciar a conjuntura para que aconteça uma revolução.*” (JOTA, 2010). Para o coordenador, existem grandes dificuldades em trabalhar esse sentido de longo prazo da ação do Movimento com sua base social. No entanto, ele afirma que é justamente nesse aspecto que o MTST surge como

um diferencial, a partir dessa perspectiva de superação do *status quo*, pois, tenta desenvolver com os trabalhadores que estão integrando as ações essa difícil articulação entre a reivindicação imediata e a necessidade de ruptura com a sociedade capitalista: “Olha, eu acho que existe muita dificuldade em trazer a base para esse pensamento, o esforço é esse, *justamente daí a perspectiva revolucionária, o esforço dos militantes em trazer a base para essa perspectiva [...]*” (JOTA, 2010, grifos nossos).

Na avaliação de Guilherme S., na participação nos processos de luta os trabalhadores passam por um período de reflexão sobre sua condição dentro da sociedade capitalista. No entanto, ele também aponta que esse processo não é linear e contínuo, passando por avanços e retrocessos. Segundo o coordenador, existem momentos em que os trabalhadores que estão compondo uma determinada ação encontram-se inflamados pelos desdobramentos e pela construção da luta social e outros momentos em que uma derrota política ou mesmo a falta de conquistas significativas pode levar uma parcela desses trabalhadores à desmobilização e ao abandono da luta. Essa variação na própria integração aos processos de luta social pode ser responsável por mudanças no processo de reflexão e conscientização dos trabalhadores em relação à sua condição de classe, com avanços ou recuos.

De acordo com Jota, o MTST se afirma na perspectiva de criar uma consciência de classe a partir do território e das ações desenvolvidas nele, o que gera um novo conceito de organização da classe trabalhadora diante das grandes mudanças da sociedade capitalista dos últimos anos em função do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Assim, o Movimento surge como uma importante alternativa de organização para uma enorme massa de trabalhadores espalhados pelas periferias metropolitanas e, na maioria dos casos, marginalizados do acesso ao emprego formal. Diante da perversa condição urbana relativa a esses trabalhadores, o MTST emerge com a proposta de organizar-se e trabalhar a consciência da classe a partir do seu espaço cotidiano, a partir do seu território, de seu espaço de reprodução, buscando desenvolver, como no caso das ocupações, valores baseados no coletivismo. Em suas palavras:

Uma discussão muito interessante nossa [...] é sobre estratégia de *produção de consciência de classe e tal partindo da organização do território*. Por quê? Porque até então, você construir um instrumento de classe era pensar a produção de identidades coletivas partindo do chão da fábrica. O PT, ele surgiu aí nesse processo, esses caras surgiram da CUT, a CUT como processo organizativo do operariado no chão de fábrica. Mas no território, você teve a experiência das CEB's que é muito interessante, esses

movimentos não estimularam essa reflexão, não olharam para dentro de si mesmos para pensar como é esse processo de construção formativa do movimento, enfim, a formação política não tinha centralidade no processo estratégico, no MTST você tem isso, esse esforço de trazer a base para uma concepção é isso, *é pensar junto com a base soluções para os problemas da base, mas, ao mesmo tempo, produzindo consciência revolucionária* e, um grupo de estudos, dentro dos acampamentos tem grupos de estudos, estimula a reflexão. Você sabe que o território é um espaço de construção de identidades coletivas também, você pensar uma estratégia com base na construção de identidades coletivas no território não é a mesma coisa que pensar no chão de fábrica, você pensar em ações, por exemplo, que venham a ter impacto, você pensar, realizar; quando a gente, por exemplo, faz ocupações, fechamento de rodovias, é possível você prejudicar a produção, não parando a produção pela produção, mas sim pela circulação [...]. Você fazer ações em vários lugares diferentes, fechando rodovia e tal, isso tudo faz parte das ações do MTST. [...] o MTST não é um movimento de luta pela moradia, ele luta pela moradia, mas ele não é um movimento de luta por moradia essencialmente, ele nasceu como um movimento de luta pela moradia, aliás, ele nasceu como um movimento que luta pela reforma agrária na cidade, depois que foi se desenvolver a luta pela moradia e agora é um movimento que tem um outro caráter [...] (JOTA, 2010).

Para Pinheiro (2008), o MTST integra um conjunto de movimentos que utilizam o território como espaço estratégico de luta. A escolha dessa dimensão territorial como ponto estratégico a partir do qual se empreende um embate social se dá por alguns fatores determinados. Analisando o caso do MTST, o autor aponta os seguintes: 1) o fato de o espaço urbano constituir uma mercadoria, resultando disso que, os terrenos vazios existentes nas grandes cidades servem aos interesses financeiros e especulativos e não ao atendimento das demandas da classe trabalhadora; 2) a existência de uma enorme massa de desempregados e subempregados, expulsos da esfera da produção formal e que têm o espaço como ponto de referência para a sobrevivência e organização; 3) a partir do território pode-se realizar ações estratégicas que visam bloquear a circulação das mercadorias produzidas como método de pressão e enfrentamento direto dos imperativos do capital. Ainda segundo a análise de Pinheiro (2008): “Essas formulações do movimento repõem, a um só tempo, a unidade da esfera da produção e da reprodução, o caráter de classe das lutas sociais urbanas e a necessidade de articular o caráter comunitário do convívio no bairro à luta das classes trabalhadoras.” (PINHEIRO, 2008, p. 45).

Para o autor, a partir da reposição dessas questões, o MTST realiza um claro enfrentamento do Estado expresso nas críticas realizadas aos procedimentos eleitorais e na defesa da função social da propriedade. No que diz respeito ao primeiro ponto afirma ele que: “[...] a crítica do MTST ao processo eleitoral também está ligada à sua *visão de que o Estado*

é uma estrutura de poder capitalista, razão pela qual mesmo os governos formados por partidos de base popular *não podem resolver os problemas do povo pobre da periferia [...]*” (PINHEIRO, 2008, p. 48, grifos nossos). Essa constatação é confirmada pela fala de Jota: “[...] ao questionar o Estado, ao tentar superar o Estado, estamos tentando superar o *Estado capitalista*, porque sem o Estado capitalista o capitalismo não se sustenta.” (JOTA, 2010). No que diz respeito ao segundo ponto, o Movimento tomaria uma posição de ambivalência, pois, simultaneamente, reivindica um direito constitucional e contesta a própria legalidade instituída, por apreender o Estado como classista, e, por conseguinte, ele, por um lado “[...] se envolve no debate jurídico-político fazendo a defesa dos critérios que definem a função social da propriedade, mas, de outro, por considerar o Estado uma *estrutura de poder capitalista*, aposta na *luta direta como forma de pressionar para que esse princípio seja respeitado.*” (PINHEIRO, 2008, p. 46, grifos nossos). De posse desses pressupostos o Movimento opera uma crítica profunda, que termina por questionar e confrontar os fundamentos da ordem jurídico-política do Estado burguês:

Quanto à idéia de ordem, o movimento opõe à abstração jurídica a *concretude da experiência de explorados dos trabalhadores*; à retórica oficial da igualdade de direito a *desigualdade real* (inclusive quanto ao direito de manifestação); à proclamação do direito a *(in)efetividade parcial dele para os trabalhadores*, traduzida na impossibilidade empírica de satisfação das suas necessidades; à igualdade política do cidadão a *desigualdade de acesso ao governante segundo a classe a que pertence.* (PINHEIRO, 2008, p. 45, grifos nossos).

Na sequência, o autor avalia que, portanto, o MTST é capaz de colocar em debate aspectos como: a contradição entre a necessidade material real e os pressupostos igualitários abstratos do direito; o imperativo de se efetivar uma reforma urbana como condição para a superação da questão habitacional; e “[...] a contradição da ordem jurídica burguesa ao consagrar na prática uma hierarquia de direitos oposta à que proclama; contradição que o movimento não espera ver resolvida na corte jurídica porque é resultado da própria ordem social capitalista.” (PINHEIRO, 2008, p. 48).

A profunda crítica que o Movimento faz ao processo eleitoral é embasada principalmente pela percepção de que o Estado é classista, ou seja, voltado primordialmente ao atendimento dos interesses da classe dominante e, dessa forma, incapaz de solucionar os problemas vividos pela classe trabalhadora. Isso porque sua existência é diretamente atrelada à função de mediação das contradições de classe engendradas pelo modo de produção

capitalista e de manutenção dos pressupostos fundamentais dessa ordem, produtora constante de desigualdades e de potenciais rebeliões que devem ser reprimidas. Não se está afirmando que a via parlamentar e as eleições sejam processos que possam ser desprezados, pois eles podem adquirir determinada importância em uma conjuntura política específica. O que tenta-se demonstrar aqui é que a coordenação do MTST possui a percepção de que, pelo fato de o Estado ser *capitalista*, ele, *inevitavelmente*, deve zelar pela preservação dos fundamentos basilares dessa ordem produtiva, fato que, acaba por inviabilizar a possibilidade de solução do problema habitacional da classe trabalhadora, pois este é essencialmente ligado ao modo como o sistema capitalista funciona, como mostramos no primeiro capítulo. Isso não significa que a via política institucional não possa representar, em contextos determinados, uma das faces de extrema importância da luta política e social empreendida pela classe trabalhadora.

No texto do Movimento, intitulado “Nosso voto no poder popular” (2006c) pode-se perceber com clareza seu posicionamento profundamente crítico ante ao processo eleitoral e aos procedimentos parlamentares burgueses:

[...] nas eleições não estão em jogo as propostas A, B ou C, mas sim quem vai ganhar para ficar na vida mansa, a sugar dinheiro do povo. Por isso, as propostas não têm que ser possíveis, e sim convincentes. [...] O atendimento às nossas demandas vai sendo adiado. Paciência eterna, jogada no infinito. [...]. *A grande maioria dos políticos, candidatos ou não, ou são da elite ou obedientes a ela e, portanto, contra nós.* Nem todos são assim, existem os que são dignos, honestos e de luta (embora muito poucos). Partidos que acreditam em coisas parecidas com a gente, estão do nosso lado e por isso contam com nosso respeito. *O problema é que com as eleições os ricos não têm mais nenhuma preocupação, pois contam com o estado como organização. E quem manda de verdade são as elites, que não precisam ser eleitas.* Nós do MTST acreditamos que *as eleições não são capazes de resolver os problemas reais do povo.* O nosso caminho é a *luta*. Aprendemos que não basta trocar de político, *é o povo que deve mandar.* Sem pedir licença nem marcar horário, pois o estado deve ser, do povo, um grande funcionário. Por isso, não apoiamos nenhum candidato; independentemente de quem ganhar, a nossa luta será a mesma. Decidimos confiar em nossos irmãos da periferia, pois *em vez de pedir a algum governo para resolver o nosso problema, faremos mais acorrentamentos, greves de fome, marchas e acampamentos.* [...] Colocamos nossos sonhos em marcha, nossos destinos na luta e nosso voto de confiança no Poder Popular! Agora é Luta! Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2006c, p. 1, grifos nossos).

Esse texto sintetiza o posicionamento do Movimento pela atuação direta como forma de pressionar o Estado para alcançar seus objetivos, o que está atrelado à descrença em possibilidades de mudanças concretas através dos caminhos eleitorais e político-institucionais

da democracia burguesa. Alude-se à escolha de empreender uma luta social através de ações de mobilização direta como marchas e ocupações, revelando essa dimensão da luta direta como opção do Movimento. Em seu relato, Jota confirma essa opção: “O MTST tem uma posição pela luta direta [...] e que é o principal mecanismo para formar a consciência e para conseguir conquistas propriamente ditas porque [...] os governos não produzem políticas públicas sem o elemento de pressão, sem a luta social propriamente dita.” (JOTA, 2010). Essa opção pela ação direta pode ser claramente vislumbrada nas ações utilizadas pelo MTST, como tentamos demonstrar no capítulo anterior. Na análise de Pinheiro (2008), o que deve ser sublinhado:

[...] é que a crítica do movimento ao “*caráter de classe da representação política assentada sobre um modo de produção baseado na propriedade privada*” tem sustentação teórica, pois a eleição é um processo de abstração no qual todos os eleitores se tornam um número, mas falta (falta mesmo?) ao pensamento liberal a percepção de que este número que aperta a tecla na urna eletrônica, antes de chegar à seção eleitoral é um *proprietário de capital ou de força de trabalho a influir no processo de escolha com seus diferentes e incomparáveis poderes de classe*, conferidos por suas propriedades típicas, sobre os demais números e os candidatos. (PINHEIRO, 2008, p. 49, grifos nossos).

No texto “Cartilha do militante n.1” (2005c), coloca-se explicitamente que o MTST nasce com uma proposta diferente da maioria dos movimentos sociais urbanos existentes à época, isto é, o MTST nasce com a proposta de que a luta empreendida não deve limitar-se à esfera parlamentar, não deve se restringir a uma luta que se integre à institucionalidade política existente: “O MTST quer ser uma alternativa para aqueles que já perceberam que só o voto nada resolve [...]” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 7). A partir disso, o Movimento estabeleceu alguns princípios de conduta basilares, a saber: 1) a atuação do Movimento não pode submeter-se à política institucional; 2) Não se realiza nenhum tipo de cobrança financeira dos integrantes do Movimento; 3) As decisões sempre obedecem ao princípio da maioria, sendo que o individual sempre se submete ao coletivo. Uma passagem desse documento descreve esses princípios orientadores fundamentais da organização e ação coletiva do Movimento:

1) *Nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo e etc.) como parte principal do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca*

perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta. 2) *O MTST nunca cobrará nada de nenhum lutador sem-teto*. Sabemos muito bem como anda a situação daqueles que não tem nem casa para morar e não vamos nos aproveitar disso nunca. O movimento passa constantemente por situações financeiras difíceis mas prefere passar por elas que tirar daqueles que não tem. A colaboração maior que pedimos é o compromisso com a luta, a responsabilidade e a sinceridade. São as únicas coisas que cobramos. O MTST não acredita que uma pessoa apenas pode transformar a sociedade e é por isso que é um movimento de massas. Não é, no entanto, um movimento que acha que há um pequeno grupo mandando e um grande obedecendo: acha que todos podem e devem ter seu espaço político. Assim, tem setores, coletivos e grupos de trabalho onde todos podem ajudar e dar suas opiniões. [...] Nosso princípio é 3) *O coletivo fala sempre mais alto que o individual e deve ser respeitado como a decisão legítima do movimento* e todos aqueles que (com critério) desejarem e provarem ser capazes de contribuir nestes coletivos terão espaço político para isso. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 7-8, grifos nossos).

O caráter de coletividade e de solidariedade entre os integrantes do Movimento são valorizados como essenciais para que as lutas empreendidas possam obter resultados cada vez mais concretos. O potencial transformador do MTST reside, segundo o texto da “Cartilha” (2005c), na capacidade de articulação dos trabalhadores sem teto e na sua capacidade de organizar-se de maneira coletiva e de levarem a cabo uma cooperação de massa para executar as diversas e complexas tarefas do Movimento, como a montagem e a organização de uma ocupação e seu posterior desenvolvimento e manutenção. Dessa maneira, coloca-se em primeiro plano a importância da *unidade*: “Um reino dividido sempre perde a guerra. A *unidade das nossas forças nos garante condições de manter a luta firme*. Se brigarmos entre nós ficamos mais fracos e fáceis de ser derrubados pelos inimigos do povo. *A unidade é o 1 princípio*.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 10, grifos nossos). Dentro dessa ótica, o trabalho coletivo coloca-se como um dos alicerces fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do Movimento: “O trabalho coletivo é a melhor fonte de unidade, é também a melhor solução para que as decisões de um só não passem por cima das decisões da maioria. Devemos participar dos espaços políticos do movimento onde o trabalho é coletivizado.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 10).

Neste sentido, outro ponto colocado em primeiro plano, como um dos princípios organizadores fundamentais do MTST que visam garantir a democratização das decisões e dos procedimentos é a disciplina. Segundo o texto, para que o Movimento possa avançar nos fundamentos e na execução exitosa de sua luta é necessário que as decisões coletivas sejam

respeitadas e seguidas pelo conjunto dos integrantes, retomando mais uma vez o conceito de unidade e valorizando-o: “De nada vale que um grande coletivo decida pelo melhor e cada um faça o que pensa de sua cabeça sem respeitar o que foi definido. Por isso a disciplina é a parte que permite ao trabalho coletivo acontecer com responsabilidade.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 11). O caráter democrático das decisões surge como um princípio que não pode ser relegado, sendo que o Movimento deve ter uma postura severa em fazer valer as diretrizes decididas pela maioria dos integrantes: “O movimento deve ser rigoroso em cumprir aquilo que é o melhor interesse da maioria.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 11).

A exigência feita aos trabalhadores para que assumam o comando das reivindicações e transformações, tornando-se sujeito histórico em meio à luta social e política empreendida pelo Movimento, é outro princípio organizativo também ressaltado como de fundamental importância. As transformações estruturais almejadas, descritas pelos documentos do Movimento são designadas pela expressão “Construção do poder popular”, que seria a construção de uma sociedade sob o controle dos trabalhadores. Segundo a “Cartilha” (2005c), isso só efetivar-se-á na medida em que os princípios anteriores forem respeitados e seguidos, através de procedimentos, ações e decisões políticas coletivas que tenham como base a primazia da maioria e da união e coerência do conjunto do Movimento na realização das ações. No texto:

É para nós um importante desafio construir espaços de discussão e definição coletiva nas comunidades e nos acampamentos. *Precisamos nos acostumar com a experiência de discutir juntos e fazer nós mesmos*, sabemos que isto não é fácil, nem de uma hora para outra mas, precisamos construir assembleias, conselhos, núcleos e tudo o mais que, junto com formação política constante, prepare cada companheiro para assumir a direção do navio da luta por uma vida mais digna. Esta é a maneira que encontramos de fazer com que nossas discussões se transformem em ações, de fazer com que nossos sonhos de um mundo melhor se tornem realidade. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005c, p. 11, grifos nossos).

De acordo com Pinheiro (2008), o Movimento não despreza a dimensão relativa à comunidade existente no contexto das lutas urbanas. Ele parte dessa dimensão para articular uma organização de caráter popular, pois “[...] é no bairro que se estabelece laços de vizinhança e solidariedade que permitem aos moradores verem-se como membros da comunidade. Todavia, na perspectiva do movimento tais laços sofrem *determinações de classes* [...]” (PINHEIRO, 2008, p. 43).

Ou seja, além de colocar em discussão questões ligadas ao funcionamento da produção capitalista, o MTST visa conscientizar sua base social sobre as condições referentes à esfera da reprodução, buscando evidenciar que a lógica capitalista permeia a totalidade social, e não somente a esfera produtiva. Através desse processo de formação, o Movimento tenta demonstrar que somente a partir da luta social coletiva dos trabalhadores é possível a conquista habitacional. Segundo Ana Paula: “A gente questiona a produção, paralisa a pista, sim, mas, e o lugar que é da reprodução? Hoje *o capital tomou conta de todos os espaços [...] a casa é uma mercadoria que o trabalhador, dentro do meio urbano, quer ter acesso, mas que é inacessível [...]*” (ANA PAULA, 2010, grifos nossos).

Neste sentido, segundo a análise efetuada por Pinheiro (2005), o Movimento emerge como um antípoda do mercado imobiliário capitalista e, o confronto desenvolvido, demonstra a “[...] impossibilidade de prover habitação para um enorme e crescente contingente populacional através do mercado e, por isso mesmo, o enorme potencial de conflito da questão habitacional.” (PINHEIRO, 2005, p. 162). Para o autor, este conflito traz em seu bojo as seguintes consequências políticas: 1) a deterioração da legitimidade política e social dos processos utilizados pela incorporação imobiliária, uma vez que ela não é capaz (e nem poderia ser) de atender às diversas camadas da população; e 2) o surgimento da necessidade de o Estado ter de escolher entre duas formas de ação: a primeira uma atuação que coibisse e limitasse os processos de incorporação e especulação do mercado imobiliário e a segunda uma atuação que apele aos procedimentos jurídicos e policiais para efetivar uma repressão dos processos de contestação, reivindicação e rebeldia ligadas à questão. Diante de um quadro de dezenas de relatos de repressão e violência policial sofridos pelo Movimento e as várias tentativas de criminalização de sua atuação: “Parece não haver dúvida quanto à opção do governo, no que se refere ao MTST.” (PINHEIRO, 2005, p. 162). Este fato evidencia um importante aspecto da relação entre o Movimento e o Estado que, ante sua obrigação constitucional de garantir o acesso à habitação para as diversas camadas da população, procede de maneira a submeter o direito à moradia à prerrogativa mais fundamental da sociabilidade capitalista, o direito à propriedade privada. Continuando sua análise, explica o autor:

O Estado, no caso presente, sobretudo, sua esfera municipal, é o único agente que tem a prerrogativa institucional de intervir politicamente no mercado. Reside nesta prerrogativa o foco da pressão dos movimentos habitacionais e dos incorporadores, os primeiros com demandas cujo

atendimento entra em choque com os preços do mercado e, conforme a medida adotada, com os critérios de funcionamento do mercado, e o segundo, com a demanda oposta de racionalização desses critérios de mercado com vistas à valorização do seu produto, o imóvel urbano. Como os movimentos populares – e, de resto, qualquer outro movimento – podem assumir uma entre muitas perspectivas políticas possíveis, não têm passado despercebido às autoridades e setores políticos conservadores que o MTST coloca em perspectiva a explicitação desse conflito. Daí suas palavras de ordem serem freqüentemente desqualificadas como anacrônicas e suas ocupações reprovadas como tendo caráter político, como se fosse possível não tê-lo. Neste caso, a manobra ideológica consiste no surrado mas eficaz artifício de *despolitizar a política*, na medida que a restringe ao jogo partidário-parlamentar e dela exclui as formas de ação política engendradas pelas camadas populares. (PINHEIRO, 2005, p. 162-163).

Assim, como um dos pontos centrais da atuação do MTST é a apropriação do urbano pelo seu valor de uso e não pelo seu valor de troca, sua perspectiva confronta e põe em xeque de forma fundamental a sociabilidade do capital e as características específicas que compõem o urbano capitalista, uma vez que este tem suas relações baseadas centralmente no valor de troca. Pinheiro (2006), analisando o Movimento, mostra como sua atuação, de fato, põe em contestação os pilares da ordem vigente:

Ao eleger a utilidade social como critério de ocupação do espaço, rompe-se o elo (o valor de troca) da produção e circulação capitalista do solo urbano e sinaliza para a formulação de elementos para a construção da cidade socialista, na qual o enriquecimento das identidades individuais por suas múltiplas relações já não é uma consequência não prevista da troca mercantil que tem a acumulação como fim e pressuposto; que toma todo o tempo do indivíduo e o descarta como ser social quando sua força de trabalho já não encontra um capitalista que a queira comprar; mas, ao contrário, visa exatamente isto, o enriquecimento dessas identidades pela troca de experiência [...] porque o espaço não é mais mercadoria, mas espaço de vida. (PINHEIRO, 2006, p. 11, grifos nossos).

Sob as relações sociais que fundamentam a sociedade capitalista, o espaço urbano e sua utilização estão sob a ordem dos imperativos da acumulação e circulação de capital, ou seja, obedecem a regência das necessidades da produção de mercadorias, dessa forma, ficando ao sabor dos ditames do valor de troca, com todas as contradições geradas por esse processo. Sob a perspectiva proposta pelo MTST, o espaço urbano e sua utilização devem atender aos princípios fundamentais das necessidades sociais da população, ou seja, a função social deve obedecer ao valor de uso.

Na concepção de Jota, o MTST tem a tarefa de questionar a própria lógica constitutiva da cidade, uma vez que, esta, desenvolve-se de acordo com as necessidades do capital. Dessa forma, pensar uma reforma urbana inclui fazer o questionamento de como o urbano é articulado e desenvolver reflexões sobre outro tipo de cidade, que atenda aos interesses da classe trabalhadora, que se paute pelo valor de uso dos bens produzidos e não pelo seu valor de troca. Isso também é necessário, segundo o coordenador, porque não se pode pensar em habitação de qualidade sem que seja feita uma profunda reforma urbana, para que a infraestrutura necessária torne-se acessível aos trabalhadores que conquistem uma moradia. Nesse aspecto também, o confronto com o Estado é inevitável. Em suas palavras:

Agora pensar a reforma urbana, a verdade é que parece um pouco mais complicado, porque você está pensando uma série de outras medidas públicas e sociais, não é só a moradia, e aí o Estado tem um papel fundamental, daí o problema que a gente enfrenta [...] Toda a estrutura urbana, todo o funcionamento da cidade, como que é? O desenho da cidade também. Aqui, desse lado o parque industrial, abastado de infra-estrutura, daquele lado o centro comercial também infra-estrutura, e, especialmente, a estrutura para as pessoas transitarem por ali, comprarem, adquirirem as coisas que elas precisam e, depois, os locais de moradia, periferia, bairro pobre. Então, *esse jeito da cidade precisa ser questionado, o MTST também questiona isso*. A cidade ela é uma cidade que é produzida pelo capital, ela nasce do capitalismo. [...] Parece que as medidas que o Estado faz são medidas de contenção, você vai nas favelas, tem a urbanização das favelas, uns programazinhos assim, parece que vai no sentido de cooptar as pessoas que ali estão, mais do que propriamente de resolver o problema dali, da favela. Você dá o Cingapura, uma coisinha mais ou menos assim, mas, no geral, no grosso modo, a fisionomia da cidade é a mesma, os pobres ali, os ricos aqui, aqui a indústria, comércio, isso não muda, isso precisa mudar, reordenar e pensar a reforma urbana seria muito complicado, fazer uma reforma que mexesse nessa estrutura da cidade em si. (JOTA, 2010).

Outro aspecto de extrema importância da luta pela reforma urbana é sua funcionalidade na preservação da mobilização dos trabalhadores. Caso se conquiste um terreno e a construção das moradias após uma ocupação, a reivindicação de estrutura urbana e de melhorias relacionadas à condição do trabalhador na cidade é um elemento motivador para que esses trabalhadores componentes da base social mantenham-se mobilizados no processo de luta social. Isso é imprescindível para que o processo não feneça após a conquista da reivindicação imediata, ou seja, a moradia. Dessa maneira, pode-se tentar dar continuidade e desenvolver a novos patamares a luta empreendida pelo Movimento, buscando-se alcançar um salto qualitativo dessa luta, superando-se a visão de seu término diante da conquista da

necessidade mais imediata e colocando em pauta a transformação social mais ampla, contestadora da cidade do capital. Isso também é importante na medida em que o Movimento, em seu processo de formação política tenta deixar explícito que apenas a conquista da casa não soluciona o problema da habitação, que possui raízes mais profundas. Assim, a luta pela conquista da infra-estrutura urbana implica uma luta por uma reforma do urbano e de como ele está estruturado atualmente. Nas palavras de Jota: “[...] reforma urbana também é um elemento aglutinador [...] Agora a questão é que se não tiver o setor de formação capaz de articular e de organizar as pessoas, de fazer com que as pessoas se envolvam no processo reflexivo contínuo, esse setor parar de atuar, o Movimento acaba.” (JOTA, 2010).

Um esforço do Movimento para preservar essa organização e avançar na discussão para além da reivindicação de moradia é a manutenção dos núcleos de base nas periferias, que procuram manter o debate ativo, como visto acima. Nesses núcleos são colocados em pauta questões pertinentes à infra-estrutura urbana, como os problemas existentes nos bairros relativos ao transporte e à mobilidade, ao saneamento básico, ao acesso a energia elétrica, à coleta de lixo, entre outros. Com base nessas discussões, evidencia-se a ineficiência do Estado em resolver por si só as dificuldades que atingem a classe trabalhadora nas periferias e coloca em pauta a necessidade de reforma urbana.

A partir da organização das ocupações e da formação dos núcleos de base nas periferias metropolitanas, o MTST tenta, então, colocar em discussão com sua base social a necessidade de se pensar uma reforma urbana. Segundo Ana Paula, nos processos de debate sobre o assunto e na própria organização da ocupação o Movimento tenta articular um processo no qual o chamado poder popular prevaleça, ou seja, é preciso que as decisões sejam democratizadas entre os ocupantes. Em outras palavras, uma das faces do processo de construção do poder popular é a garantia aos integrantes do Movimento ao acesso a formas decisórias democráticas. Nessa concepção de poder popular existe o elemento de contestação do poder do Estado, um questionamento da legalidade burguesa instituída com vistas à formulação de um poder emanado dos trabalhadores organizados e, esse posicionamento, se processa nos procedimentos que dão ênfase à democracia dentro da organização do Movimento. Em suas palavras:

A construção do poder popular passa por muitas coisas. Desde o corte de classe que a gente tem até as questões subjetivas do trabalhador. Praticamente, o que a gente procura fazer é criar condições que ele possa decidir, que saia dessa lógica perversa de patrão e trabalhador, que ele possa

decidir no local onde ele está, que ele possa interferir no que é que vai ser construído no espaço que ele trabalha, que ele tenha cultura, que ele tenha lazer. [...] Isso é uma coisa que está em constante construção dentro do Movimento, então, para a gente as formas de decisão hoje é o que mais a gente consegue visualizar o poder popular, mas o poder popular passa por questões da produção, pelas questões de reprodução [...] A criação do poder popular é um trabalhador no poder, tomando as decisões, criando as condições de tomar as decisões e valorizando seus objetivos [...] Hoje, criar o poder popular é criar instrumentos para que o povo tenha a consciência, a condição de compreender a sua realidade e de questionar a forma onde ele está inserido e, é claro, nessa construção o objetivo maior é a superação dessa sociedade. (ANA PAULA, 2010).

E, segundo a explicação Jota:

Então a concepção do MTST é essa, *poder autônomo ao Estado e que questiona o poder do Estado o tempo todo* na periferia da cidade. Essa concepção ela pode, de uma maneira prática, se consolidar num conselho, num núcleo de base, numa assembléia e nas lutas concretas, a ação direta é o cerne da coisa, é através dela que a gente questiona, de fato, que mostra, o poder popular aparece ali. [...] Poder popular tem de ser um poder paralelo dos trabalhadores, operários, desempregados, no território, consolidado em núcleos, em conselhos, ou seja, em vários instrumentos façam com que o povo tenha vez e voz na sociedade que não seja através da eleição. (JOTA, 2010).

Na análise realizada por Goulart (2011), o poder popular “[...] se constitui de uma concepção e uma prática que visa fortalecer a democracia direta nas instâncias do movimento e permanece como exercício de organização anticapitalista [...]” e, sua construção se daria através da busca por “[...] superar a democracia apenas por representação, com suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sócio-políticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação.” (GOULART, 2011, p. 209-210). A autora mostra como o Movimento tenta constituir o poder popular através de uma atuação que valorize as diversas expressões da base social, reforçando sempre o aspecto coletivista e comunitário das lutas e da vivência das lutas:

A valorização das falas, dos gestos, das músicas, da cultura urbana, reconstitui-se como identidade de classe, ressignificada como positiva. Os trabalhadores e trabalhadoras se assumem como sujeitos culturais, portadores de significados que se compartilham nas atividades do MTST. Este forte sentido de comunidade, de coletividade que é exacerbado nas atividades político-culturais do movimento faz parte de como o movimento entende suas formas de organização. O poder popular é um elemento central no MTST, que aparece como forma de organização (decisões

horizontalizadas), objetivo (construção do poder popular nas áreas ocupadas, nos núcleos, etc., e como exercício de uma nova sociabilidade) e como formação política para a ação militante. Como forma de organização o poder popular se expressa na apropriação de todos os integrantes, tanto das decisões, quanto da execução de atividades dentro dos espaços coletivos, o que mostra a relevância que os espaços de discussão tem para o MTST. (GOULART, 2011, p. 208-209).

De acordo com Pinheiro (2007), um aspecto de importância fundamental quando se examina o poder popular são as assembléias e as decisões coletivas, que surgem como meios para se pôr em prática procedimentos democráticos que, de fato, levem em consideração as avaliações e as decisões conjuntas, tomadas pelo coletivo dos trabalhadores, objetivando a superação dos procedimentos padrões da democracia burguesa, baseada no indivíduo abstrato³⁵. Assim, a existência e o funcionamento de assembléias, com a valorização do coletivo e de suas discussões e das decisões tomadas realmente de forma a levar em consideração a vontade da maioria, surge como fator com potencialidade de minar e aos poucos levar à ruína os processos políticos democráticos burgueses.

Essa valorização do coletivismo e do sentido da identidade de classe na luta social pode ser encontrada em depoimentos de trabalhadores integrantes da base social das ações organizadas pelo Movimento. O trecho seguinte é um depoimento de um trabalhador que fez parte da ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra, e foi extraída do filme: “Direitos Esquecidos: moradia na periferia” (2005): “O trabalho coletivo é importante por isso, porque, uma pessoa só não consegue nada, é fraquinho, mas juntos é muita coisa, é muito fogo pela frente. Quando nós pequenos se unir, os grandes vão se intimidando. Além da forma coletiva de trabalho como também nas lutas.” (MTST, 2005). Pode-se ver, portanto, a valorização da luta coletiva e da percepção da necessidade da luta social para a consecução de direitos fundamentais à existência. Obviamente que esse processo não é homogêneo e não atinge todos os integrantes de uma ocupação, mas pode afetar muitos dos trabalhadores que passam pela processualidade dessa luta social direta. Isso fica claro em outro depoimento, retirado do filme “2 meses e 23 minutos” (2007), quando uma ocupante do João Candido afirma:

³⁵ “Os ritos democráticos da sociedade capitalista são processos de abstração social, das eleições às pendengas parlamentares, passando pela atuação da imprensa e do judiciário no que se refere à matéria política. Através desses processos, todas as diferenças sociais são diluídas na forma jurídica igualitária na qual o que subsiste como referência objetiva comum [...] aos indivíduos são regras procedimentais, de modo que, respeitadas essas regras, não interessa aos indivíduos as motivações de cada um nem mesmo a questão de se há uma necessidade subjacente a tais motivações.” (PINHEIRO, 2007, p. 134).

“Quando a gente chega aqui, a gente chega só, mas a partir do momento que você chega aqui você cria uma família [...] você nunca tá só.” (PIXOTE, 2007).

Dessa forma, é possível afirmar que, nesses processos de luta, muitos trabalhadores começam a perceber que somente através da luta que estão empreendendo será possível algum tipo de conquista com relação às suas necessidades. No depoimento de Gilda, outra ocupante do acampamento João Cândido, em Itapeverica da Serra: “Porque se não fosse ter invadido aqui eles não tinham olhado para nós, ele não ia saber que eu pago aluguel, ele não ia saber que os filhos da gente tá lá jogado, [...] eles não tem noção de nada, eles não vão saber que a gente existe.” (PIXOTE, 2007)

Segundo Pinheiro (2007):

A democratização operada pelos movimentos sociais classistas e no interior deles é portadora de uma potencialidade explosiva – talvez seja mais precisa a adjetivação implosiva – para a democracia liberal burguesa, pois, no limite, ela aponta para a substituição do indivíduo abstrato pelo concreto. Ou seja, sai de cena o indivíduo que se conta em número porque é a isso que ele é reduzido no principal rito político da democracia liberal burguesa, pressuposto das demais abstrações políticas, entra o indivíduo real partícipe da produção da vida social. [...] *O caráter central das assembleias de base está no fato de que nelas todos são produtores das condições gerais da vida social*, ou seja, o núcleo básico da idéia de cidadania presente em vários movimentos. Assim, cidadão deixa de ser um indivíduo abstrato portador de prerrogativas subjetivas, definidas apenas formalmente, para ganhar um conteúdo concreto (o de produtor direto), premissa das prerrogativas subjetivas que cada um tem em face dos demais e da coletividade e que podem ser definidas em termos precisos de necessidades individuais e coletivas e de ser membro *ativo* no debate político sobre os modos de satisfação dessas necessidades. (PINHEIRO, 2007, p. 137-138, grifos nossos).

Ainda segundo ele, a transformação social desejada pelos movimentos classistas, conjunto no qual o MTST está inserido, ultrapassa a esfera das reivindicações mais imediatas, pois “[...] impõe a necessidade de conceber formas institucionais que estenda esse princípio do poder popular do local e do setorial para o nacional e o geral.” (PINHEIRO, 2007, p. 138). A partir dessa vinculação de suas necessidades políticas com sua posição dentro da estrutura produtiva da sociedade de classes, os integrantes desses movimentos podem identificar as limitações existentes em uma luta social que fique atada à institucionalidade burguesa, em outras palavras, de uma luta que permaneça atrelada à legalidade capitalista, isto é, dentro de seus procedimentos político-jurídicos constitucionais que, inegavelmente, atendem, em última instância, os interesses e as necessidades da classe burguesa.

O autor ressalta ainda a importância da auto-identificação dos integrantes de um movimento a partir de sua posição de classe dentro do modo de produção capitalista e como esse posicionamento *possibilita* (não determina) a criação e o desenvolvimento de uma perspectiva de superação do capital como condição inevitável para a resolução dos problemas existentes na realidade desses trabalhadores, pois, a partir disso, é possível constatar a insolubilidade dos mesmos dentro das estruturas capitalistas. Em seus termos:

Enfim, para terminar, há uma dialética trabalhador/cidadão nas lutas populares mediada pelo repertório cultural dos atores. *Quando tais lutas tomam a condição de trabalhador para formular os direitos de cidadania elas tendem a ultrapassar os limites do sistema capitalista porque neste caso o produtor direto se posiciona como sujeito frente ao capital e, por conseguinte, projeta no e como horizonte da sua luta uma totalidade diferente da sociedade capitalista por que regida pelas necessidades do trabalhador.* Por outro lado, quando se parte da condição de cidadão para formular os direitos do trabalhador, por mais que se avance, aqueles limites nunca são ultrapassados porque o Estado ao qual o cidadão deve lealdade é estruturalmente capitalista, o que o faz posicionar-se de modo subordinado ao capital, apesar das conquistas que se pode obter, mas também perder, como testemunham as últimas décadas de políticas neoliberais. (PINHEIRO, 2010b, p. 17, grifos nossos).

Nesse sentido, ele avalia o MTST como um movimento que identifica o Estado capitalista como classista, colocando-se diante dele de forma contestadora: “[...] o MTST está de frente para o Estado, interpelando-o como estrutura de poder capitalista, e com um olhar desconfiado dirigido ao parlamento.” (PINHEIRO, 2008, p. 43). Segundo Pinheiro (2008), isto se explica por, ao menos, dois fatores, a saber: “[...] a) esse movimento resgata o lugar ocupado nas relações de produção como critério de classe, inclusive para a abordagem da questão urbana e b) identifica a forma institucional do Estado com os interesses capitalistas.” (PINHEIRO, 2008, p. 43).

Segundo Goulart (2011), a opção pela auto-organização autônoma e pelos processos de democratização das decisões junto à base é que permitiram ao MTST a superação da noção de cidadania como objetivo final da luta social. Segundo ela, portanto, esses dois traços diferenciam o MTST dos movimentos sociais da década de 1970 e 1980:

O primeiro é a finalidade expressa da adoção da auto-organização, auto-gestão, da democracia de base e da autonomia. Estas formas de organização incentivam a corresponsabilização individual pelas ações do movimento, que denota o envolvimento de seus ativistas como membros na coletividade. Como sujeitos dentro da organização do movimento, pensam, agem,

argumentam e decidem sobre o conjunto de dilemas práticos que se põe entre eles e a sociedade, permitindo que cada um se reconheça como parte integrante do processo de construção do MTST. No entanto, a vivência da igualdade não pode parar no formalismo do voto, do “levantar o braço” na assembléia do acampamento, mas deve alimentar a capacidade de cada um e de todos de compreensão e ação coletiva. A participação é um convite a pensar o poder popular exercitado nos acampamentos, nas manifestações, etc., poder este que não se encerra nas cercas do acampamento, mas que deve se espalhar para as disputas políticas e sociais na sociedade de classe, sendo assim, uma organização que propicia uma nova forma de ser, para pensar uma outra sociedade. (GOULART, 2011, p. 192).

Na sequência, continua a autora: “Desta forma de vivenciar a participação, deriva o segundo traço: a superação da noção de cidadania.” (GOULART, 2011, p. 192). Segundo ela, essa concepção do Movimento deriva do fato de ele atribuir a responsabilidade dos problemas que afligem seus integrantes à formação social contemporânea, que mercantiliza a tudo e a todos. Dessa maneira: “O centro das lutas não é o direito, o Estado, ou a cultura política, mas a existência da sociedade capitalista e da dominação de classe.”, isso porque, segundo a autora: “A cidadania é um conceito, uma noção, um objetivo, que não aparece no horizonte estratégico do MTST, pois é superado pela concepção de que o direito é um atributo formal, embora importante e que exista apenas por conquista e não por concessão.”, e, por conseguinte: “[...] a noção de direito aparece nos discursos e nas ações como um instrumento para desvendar a desigualdade entranhada no Estado [...] e como argumento para a unidade e ação na luta [...]” (GOULART, 2011, p. 192). Destarte: “A cidadania se desintegra, representando um conjunto de direitos não atendidos, por quem não os quer atender [...]” (GOULART, 2011, p. 193). Portanto: “A luta contínua dos movimentos sociais classistas no Brasil produziu um conjunto de formas de organização e um repertório de ações, aos quais são atribuídos sentido de instrumentos para a consecução de um objetivo mais amplo.” (GOULART, 2011, p.193).

Segundo a avaliação do coordenador Guilherme S., a relação do MTST com o Estado é uma relação permanente de conflito, na qual o MTST atua através da ação direta. Em suas palavras, o Movimento “[...] desafia a propriedade privada primeiro, você desafia diretamente o capital e, depois, você tenta negociar com o Estado. O Estado é protetor da propriedade privada [...]” (GUILHERME S., entrevista, 2011). Ainda segundo ele, apesar de o confronto ser permanente, é inevitável que ocorram momentos em que é preciso estabelecer uma negociação com o Estado.

A partir desse enfrentamento, dessa perspectiva de confronto contra o Estado capitalista, o MTST busca desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores envolvidos em sua organização e em suas ações. Segundo Ana Paula: “[...] quando a gente faz uma ocupação, a gente tem um processo muito intenso de luta e isso faz com que o povo consiga compreender e tenha um salto de consciência [...]” (ANA PAULA, 2010).

Jota afirma também que, atualmente, o MTST vem direcionando seus processos de formação política no sentido de capacitar novos militantes e coordenadores do Movimento a partir de sua base social, ou seja, busca-se desenvolver e fortalecer a consciência de classe através da participação dos trabalhadores nas ações concretas. Em outras palavras, almeja-se uma *construção da consciência de classe* a partir da *prática da luta social dos próprios trabalhadores mobilizados* pelas transformações que objetivam:

[...] o Movimento especializou uma forma de envolver o pessoal da base, de engajá-los a partir do próprio processo, então a consciência vem de fora, mas vem de dentro também, e é melhor quando vem de dentro do que quando vem de fora, porque quando vem de dentro você organiza o que é o intelectual orgânico, o MTST está formando o intelectual orgânico. (JOTA, 2010).

O coordenador afirma ainda que o MTST promove debates teóricos junto à base social sobre questões que dizem respeito ao funcionamento da sociedade capitalista. A discussão com os trabalhadores componentes da base social é pautada a partir do debate sobre a moradia, questão imediata que aglutinou aquela base em torno da luta social. Diz ele: “[...] você tem que, *partindo da moradia*, do problema da moradia, você criando mais ou menos uma *identidade de classe sobre um problema*, levar as pessoas ao entendimento de que é preciso *superar o Estado*, [...]” (JOTA, 2010).

O MTST busca, portanto, através da aglutinação de trabalhadores em torno da reivindicação habitacional, construir uma mobilização e uma organização da classe que extrapole essa primeira reivindicação, de caráter mais imediato. O Movimento objetiva desenvolver a consciência de classe no processo da própria luta social, enfatizando na construção de suas ações a *identidade coletiva* entre os trabalhadores e democratizando, com limites, as decisões políticas tomadas:

A gente tem a moradia como um ponto reivindicativo, imediato, que cria condições de a gente ter um diálogo com o povo, e é claro que é importante a gente ter a conquista econômica, a gente não entra também só como uma

expectativa falsa, é uma expectativa difícil de realizar. A gente está conseguindo muitos avanços de um tempo para cá, de 2005 para cá, muitos avanços em relação a isso, agora, de fato, a gente está se debruçando em conseguir constituir o passo a passo de poder construir o poder popular, de criar formas em que o povo não continue na lógica do “eu mando, você obedece”, mas de dar condições ao povo de poder tomar suas decisões, então, nesse sentido, a gente está conseguindo agora ter mais espaço dentro do acampamento, fazendo com que as brigadas e as quadras tomem decisões, que eles consigam construir o regimento interno de cada ocupação, dar uma autonomia um pouco maior para que, no momento que a gente se desgruda e vai fazer outra ocupação, aquele povo tenha a capacidade de se organizar dentro do bairro. Nesse sentido, a gente está avançando para construir espaços democráticos deliberativos. (ANA PAULA, 2010).

Dessa forma, é possível afirmar que o Movimento busca atuar no sentido de organizar uma parcela da classe trabalhadora com o escopo de contribuir na construção de um processo de transformação social, que questione a sociabilidade capitalista. No depoimento de um coordenador do Movimento, identificado como A., retirado de Cassab (2004), os objetivos do MTST surgem dentro de uma perspectiva de transformação social, única forma de se realizar uma reforma urbana ampla e democratizante, sendo que, a questão habitacional surge como uma reivindicação que visa aglutinar massivamente os trabalhadores para a luta social no cenário urbano:

O MTST surgiu com a perspectiva inicial, em primeiro lugar, de organizar os trabalhadores do meio urbano. Organiza os trabalhadores em torno das suas questões mais específicas, de seus direitos mais elementares, que são negados constantemente. Como por exemplo, a moradia, saúde, trabalho, educação. Mas não só se resumindo e se especificando nessa história. O Movimento tem um horizonte mais amplo, que é formar esses trabalhadores na perspectiva para que eles possam, de certa forma, colaborar para um processo de mudança a nível estadual e nacional. Que mudanças são essas? [...] O MTST almeja uma reforma urbana. Uma democratização efetiva do espaço urbano para os trabalhadores. E é esse tipo de horizonte que nós almejamos. E por fim, muito mais do que uma simples reforma urbana. Porque a gente sabe que uma reforma urbana jamais vai acontecer com uma desapropriação para um ou outro assentamento urbano. É necessário estabelecer novas formas de políticas, que construam uma outra dimensão num conjunto amplo que aí vai desembocar numa verdadeira reforma urbana. Isso não pode ser feito de um dia para outro. Talvez, de uma certa forma, trocando em miúdos para responder a sua pergunta, não só nós, mas também outros movimentos que tenham as nossas ideologias, nós ansiamos, na verdade, pela transformação dessa sociedade, em uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária, onde o povo viva com qualidade de vida e tenha o direito de viver com alegria e dignidade. (Depoimento de A. *apud* Cassab, 2004, p. 119-120)

Diversos textos produzidos e divulgados pelo Movimento explicitam sua postura crítica com relação à questão habitacional e urbana e sua insolubilidade dentro das estruturas do modo de produção capitalista. Em um breve escrito intitulado “Caos Urbano” (2005b), o MTST aponta como a desigualdade entre proprietários e não proprietários se desenvolve e como isso afeta a condição de moradia da classe trabalhadora. Também fica clara a dimensão da exploração a que o trabalhador está submetido e como esse fator está envolvido na questão da precariedade habitacional da classe trabalhadora. O Estado e sua ineficácia com relação ao efetivar, pôr de fato em prática, as diretrizes dos planejamentos urbanos, atuando de forma classista, ou seja, de maneira a beneficiar sempre os proprietários, também é identificado como um dos culpados pela atual situação. Diz o texto

Junto com a falta de um planejamento coerente com as demandas sociais estão outros problemas como a degradação ambiental e a própria degradação do ser humano. Para piorar o Estado não tem cumprido seu papel negligenciando a prestação de serviços públicos como água e esgoto e não garantindo o direito à moradia digna. A dimensão das necessidades habitacionais atinge diretamente as pessoas que não têm nenhum lugar para morar e se estende às pessoas que possuem um casebre sem condições de moradia. A cidade de São Paulo nunca teve um planejamento sério de distribuição de seus territórios e projetos habitacionais que atendessem às necessidades da população. A crise na indústria, nos pequenos comércios, nas microempresas, na construção civil, a especulação imobiliária acabou empurrando as pessoas para áreas de risco, periferias, mananciais, cortiços e favelas. O resultado é o atual aglomerado de seres humanos sem perspectivas que se vê nas cidades. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005b, p. 1)

Os aspectos da falta de acesso e qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado e a degradação ambiental concomitante à degradação social vivida pelas camadas de trabalhadores de menor renda são abordados. O tratamento dado a esses problemas vem concatenado à questão da existência de inúmeros terrenos e imóveis sem utilização social no espaço urbano servindo à especulação imobiliária, sendo propriedade de um número muito reduzido de pessoas, enquanto que a mais sórdida carência habitacional aflige a esmagadora maioria da população trabalhadora:

Falta de serviços públicos e sociais: Aqui se inclui a precariedade dos serviços públicos de saúde, saneamento e abastecimento, coleta de lixo, segurança pública, ensino, transporte e previdência. Além da degradação ambiental (é em meio as moradias pobres que se concentram o lixo industrial, rios poluídos) e da degradação social, uma vez que nesse

ambiente não há como preservar as ligações com a natureza, a terra e as tradições populares. Por outro lado, a grande quantidade de moradias e terrenos urbanos vazios – que há 10 anos já era de 10% de toda a estrutura da cidade – demonstra uma ociosidade que poderia suprir parte da demanda populacional. É impossível compreender trabalhadores desempregados dormindo nas calçadas em frente à grandes prédios vazios. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2005b, p. 2).

O texto “Seminários de Guerrilha Cultural do MTST”, também afirma que o Movimento objetiva ultrapassar os limites reivindicativos imediatos, ou seja, as demandas por melhorias na condição de vida urbana dos trabalhadores mais pauperizados e a requisição habitacional, para, a partir da organização de parte desses trabalhadores, buscar a construção de uma nova formação social, de uma novo conjunto de relações sociais: “O MTST pleiteia moradia, mas não só. Sabe que a moradia digna só se sustenta com uma ampla reforma urbana. Esta reforma é, no entanto, uma luta que antecede nossa *mais fundamental batalha*, a luta pela *transformação da sociedade*.” e, em sequência: “Para que ‘um outro mundo’ seja ‘possível’ uma verdade se faz urgente compreender. A de que esta ordem social e política é opressiva, genocida e que urge transformá-la. É através da *formação política* e da *luta direta* que se realiza este tão penoso e necessário aprendizado.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2004, p. 1, grifos nossos). De fato, fica evidenciada a enorme importância do posicionamento político crítico e contestador da ordem capitalista que o Movimento busca disseminar através de seus processos de formação política e em suas ações. A necessidade de transformar esse modo de produção multiplicador de desigualdades surge como um imperativo na prática do MTST. Sua coordenação tem clareza de que o problema habitacional da classe trabalhadora é insolúvel sob a égide do sistema produtor de mercadorias, já que, neste, a habitação é engendrada também como mercadoria. Fato este que não impede o Movimento de atuar na conjuntura imediata através da luta por moradia e melhorias nas condições urbanas para os trabalhadores. O texto também deixa clara a opção pela ação direta tanto como forma de pressionar o Estado para que tome medidas em relação ao problema e como forma de enfrentamento à propriedade privada. Esse posicionamento prático traz em seu bojo um forte conteúdo de confronto com a ordem social existente uma vez que objetiva sobrepor a necessidade dos trabalhadores ao direito mais sagrado do regime do capital, o da propriedade privada, seu pilar fundamental. Em outra passagem do texto a crítica ao sistema capitalista é colocada de forma severa:

O capitalismo se arma de todas as maneiras possíveis para que prevaleçam os interesses das classes dominantes nacionais e sobretudo da especulação financeira do oligopólio de mega-corporações internacionais. Com a indústria cultural se armam para, através do espetáculo, despolitizar e alienar a classe trabalhadora das contradições, econômicas, políticas e sociais de sua vida cotidiana, para "entretê-la" com apelos brutais e selvagens ao consumo e a subordinação, para anestesiá-la, isolar, descaracterizar, marginalizar e excluir qualquer faísca de consciência de classe que se apresente. O imaginário social televisivo ressoa como uma verdade inquestionável. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2004, p. 1).

Diante da perversidade social contemporânea, o Movimento oferece uma alternativa de enfrentamento onde a esfera cultural adquire enorme importância na formação de um novo pensamento: “A cultura cumpre um papel fundamental na formação política, na conscientização das massas, para que organizado, um povo se torne enfim ator e sujeito de sua própria história, protagonista de sua emancipação.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2004, p. 1). A esfera cultural busca revelar aos olhos dos trabalhadores as contradições insuperáveis do capitalismo e as crescentes e abismais desigualdades delas provenientes, assim como o protagonismo político que a classe deve ter para que possa ser sujeito de sua história, assumindo o controle das transformações necessárias. Na sequência do texto, o imperativo do confronto ideológico é exposto claramente:

A isso temos de opor uma contra-ofensiva ideológica evidenciando as contradições desse sistema vil e degenerado, evidenciando a barbárie. A isso vociferamos: a humanidade não é uma mercadoria! Será necessário organizar um amplo conjunto de lutas para descolonização cultural permitindo o direito ao povo a dispor da história de sua própria cultura e a construir o seu próprio imaginário social e sua identidade crítica, combativa e autônoma. Organizar uma rede de contra-informação para denunciar as injustiças cometidas pelos opressores e para permitir a interlocução entre Movimento Social e Sociedade. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2004, p. 1).

O texto continua apresentando a necessidade de uma contra-hegemonia cultural, da arte, para o processo de formação política:

É possível a arte com uma perspectiva *revolucionária*? É possível por que se faz necessária, por ser o pilar para identidade política, - uma arma - na construção de um discurso e de um imaginário baseado nas necessidades políticas concretas para *consciência de classe* nas lutas dos Movimentos Sociais. [...] Assim, nas vísceras da sociedade do consumo suscitamos o

debate, na perspectiva de uma arte que se faça para desmistificar e recolocar a função social e o lugar da cultura. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2004, p. 1, grifos nossos).

Essas passagens demonstram claramente o posicionamento classista da coordenação do MTST e a luta que o Movimento trava, através de diversas ferramentas políticas, contra a sociabilidade capitalista e sua condição habitacional. Pinheiro (2006) argumenta que a ruptura que o MTST traz, apesar de restringida por certos limites, é capaz de apresentar uma perspectiva de construção de uma cidade organizada sob princípios socialistas. Essa possibilidade passa a existir uma vez que: “[...] ao tomar o espaço urbano pelo seu valor de uso, o movimento rompe a partir da organização da vida urbana a circulação dos elementos necessários à vida sob a forma de valor de troca e [...] rompe também com a relação de estranhamento com esses elementos.” (PINHEIRO, 2006, p. 14). Segundo o autor:

Por ser a cidade o lócus próprio da sociedade moderna, isto é, da economia capitalista, são os elementos que a compõem, necessários à vida, que circulam como valor de troca que têm um movimento desenfreado e estranhado (o que dizer da intensa atividade de incorporação, construção e venda do mercado imobiliário, completamente *estranho* à necessidade social de habitação?). Esse estranhamento é quebrado pela organização espacial, segundo o critério de utilidade social, o que dá lugar à organização da vida em geral também como necessidade da comunidade. (PINHEIRO, 2006, p. 14-15, grifos no original, notas suprimidas).

Partindo do exame da atuação e da organização do MTST, o mesmo autor assevera que o Movimento é portador de uma prática política socialista. Em seu entendimento, esta experiência política socialista é constituída pelos seguintes aspectos: 1) divisão do trabalho político; 2) formação da base com o desenvolvimento de debates e diálogos abertos, de caráter público e igualitário, sendo que todos podem opinar e argumentar, tanto de forma oral quanto escrita; e 3) construção da discussão do problema habitacional concatenando-o às relações sociais que perpassam a questão urbana, e, em última instância, à questão da própria economia capitalista (Pinheiro, 2006).

Já a análise de Goulart (2011), afirma que a perspectiva política do MTST não ultrapassa a esfera do anticapitalismo e do antineoliberalismo. Seu principal elemento articulador seria a antimercantilização da vida. Em seus termos

Partimos da hipótese de que o MTST por se construir como um movimento autônomo a partir do MST, que já tinha concepções anticapitalistas

definidas, supera a concepção cidadã de luta dos movimentos sociais e se constrói como um movimento social classista com objetivos anticapitalistas e antineoliberais. (GOULART, 2011, p. 204).

A autora demonstra como o Movimento, busca organizar-se a partir da luta por moradia para estabelecer uma práxis que vá além dessa luta específica, constituindo uma prática política baseada na luta contra a sociedade capitalista:

Ao se apresentar como um movimento que não é de moradia, mas que se organiza a partir da moradia, o MTST afirma que a luta contra cada um dos problemas que desumaniza o trabalhador no capitalismo é uma “luta contra o conjunto”. Esse conjunto é o capitalismo, que aparece indiretamente em vários documentos, geralmente, pautado pela dominação e ausência de qualidade de vida dos trabalhadores. (GOULART, 2011, p. 72).

Ainda segundo ela, o MTST também identifica o papel desempenhado pelo Estado em meio à luta de classes: “Suas formas de ação mostram como o movimento se põe como mediador na construção da classe em relação ao capital e ao Estado.” e, isso se desenvolveria através de três fatores: “Distinguimos três elementos que consideramos centrais neste processo constitutivo da classe na luta política: a concepção de ação direta, as ocupações e a articulação entre ação de massa e formação política.” (GOULART, 2011, p. 206). Dessa forma:

Se por um lado o MTST vislumbra o capital como antagonista, não esquece o papel desempenhado pelo Estado na luta de classes e [...] o interpela, sem investir na institucionalização parlamentar ou na participação cidadã, mas como opositor na luta de classes, embora com ele dialogue, pois não há como prescindir da relação com o Estado burguês, uma vez que ele concentra a ilusão da representatividade e através dele se implementam políticas públicas, que diretamente atingem os movimentos sociais. (GOULART, 2011, p. 205).

Por fim, a autora advoga a hipótese de que o MTST é um movimento social pautado pela perspectiva anticapitalista, lutando contra o Estado e o capital baseado em princípios coletivistas:

O MTST é um movimento com um projeto político que se coloca no campo anticapitalista, cujas práticas internas buscam construir uma identidade coletiva dos trabalhadores que passe pela realização do poder popular em suas instâncias como exercício para sua prática social. No enfrentamento com o capital e o Estado, reconhecidos como agentes da sociedade capitalista, o movimento se põe em uma posição de ataque às práticas

mercadológicas e opressoras, compreendendo suas ações como parte de uma luta da classe trabalhadora, em parte representada no MTST. (GOULART, 2011, p. 218).

Na análise que realizamos da práxis do MTST acreditamos ser possível afirmar que este, por seus princípios organizativos e sua posição/perspectiva política, pode ser entendido como um movimento social classista que atua com um posicionamento estratégico que vai além do anticapitalismo e do antineoliberalismo, com uma articulação de sua organização e ação baseada em uma perspectiva política socialista. Podemos ver isso primeiramente no modo como o Movimento busca organizar suas ações sempre pautado pelo princípio da organização e decisão coletivas. Essa perspectiva socialista também fica clara na estratégia do MTST de colocar a primazia do valor de uso dos terrenos urbanos ante ao seu valor de troca, explorado, por meio da especulação, por seus proprietários. Essa contraposição chave da prática do Movimento evidencia, em nossa compreensão, uma perspectiva, um horizonte político de enfrentamento baseado em princípios socialistas, valorizando a supremacia da decisão e da ação coletiva da classe trabalhadora e a primazia do valor de uso das coisas ante seu valor de troca. Nesse sentido, concordamos com a análise efetuada por Pinheiro (2006), exposta acima, de que o MTST, claro que com muitos limites como tentamos demonstrar no capítulo anterior, traz em suas práticas de luta uma perspectiva política socialista de organização da cidade. Claro que isso não significa que o Movimento esteja imediatamente construindo o socialismo dentro de suas ocupações. O que estamos afirmando é que a práxis do MTST evidencia uma *perspectiva* de luta baseada em princípios socialistas, com a valorização do interesse coletivo e de classe dos trabalhadores organizados, em detrimento do interesse individual, dos proprietários de latifúndios urbanos sem função social.

No processo de luta que o Movimento desenvolve, ele reflete sobre as verdadeiras determinações dos problemas que seus integrantes enfrentam:

Esse desvendamento da questão urbana é feito a partir da reflexão sobre os nexos econômicos do processo de produção da cidade, isto é, da relação entre capital e trabalho como categorias essenciais e elementares sobre as quais se erigem as demais categorias econômicas (incluindo as da economia urbana, como bens de consumo coletivo e vias de circulação) como desdobramento necessário do movimento de acumulação. É no contexto dessa reflexão que o movimento coloca a necessidade de apropriação do espaço urbano pelo seu valor de uso [...]. (PINHEIRO, 2006, p. 12).

Assim, concordamos com Pinheiro (2006) quando afirma que “[...] o movimento desenvolve uma compreensão de que a luta pelo direito à moradia numa perspectiva socialista implica romper com a sociabilidade pelo valor de troca.” (PINHEIRO, 2006, p. 13), ou seja, “[...] implica substituir a mediação das relações sociais pelo valor de troca pela mediação da utilidade e da necessidade social.” (PINHEIRO, 2006, p. 13). Segundo Pinheiro (2005), é possível afirmar que a posição política do MTST ultrapassa o objetivo inicial de conseguir uma habitação, colocando em perspectiva a necessidade e a urgência de uma reforma urbana. Concomitantemente, o Movimento realiza uma contestação do caráter de mercadoria do solo urbano. O mesmo autor coloca em questão a importância desse Movimento como representante de uma parcela da classe trabalhadora que não consegue participar do mercado imobiliário formal, devido ao caráter da produção sob uma lógica mercantil com a qual esse último trabalha e devido também aos reduzidos níveis de renda de grande parte da população trabalhadora brasileira. Em seus termos: “Desse modo, a expressão ‘sem-teto’ tanto se refere ao movimento que leva esse nome como ao conjunto dos trabalhadores desempregados ou de baixa renda [...] que não pode prover por seus próprios meios a satisfação de sua necessidade habitacional [...]” (PINHEIRO, 2005, p. 164). Na sequência o autor conclui que justamente por esse fato os sem-teto se posicionam como antagonistas desse mercado imobiliário formal regido pelas normas de produção e circulação capitalistas.

Destarte, é possível afirmar que o MTST traz em sua atuação uma novidade, na medida em que ele é: “[...] um movimento habitacional cuja perspectiva destoa da dos demais movimentos habitacionais por *questionar a produção capitalista da casa e da cidade, a sociabilidade capitalista e se apresentar na cena política com identidade política classista.*” (PINHEIRO, 2005, p. 170, grifos nossos). Nesta diferença está contida a força do *potencial* revolucionário do Movimento, na contestação das bases fundamentais do funcionamento do modo de produção capitalista e de sua sociabilidade, já que, o MTST entende que a raiz do problema habitacional aí reside e este é insuperável enquanto permanecerem intocados os pilares que dão sustentação à ordem do capital. Como afirma Benoit (2000): “Apesar da moradia ser uma necessidade básica e mínima para a sobrevivência do ser humano, assim como o direito ao trabalho (ainda que alienado) e o direito a um salário (ainda que reduzido), mesmo essas necessidades mínimas, o capitalismo não é capaz de satisfazer.”, e, assim, a luta por melhorias na condição habitacional dos trabalhadores, no perverso contexto hodierno: “[...] ao mesmo tempo que é uma luta imediata e mínima da classe trabalhadora, é também uma reivindicação *transitória para além do capitalismo*, pois jamais será satisfeita nem

mesmo parcialmente pelo modo de produção capitalista.” (BENOIT, 2000, p. 151, grifos no original). A partir disso, segundo o autor, é possível afirmar que o MTST ultrapassa em muito os limites de sua reivindicação imediata. Analisando uma das ocupações realizadas pelo Movimento, diz ele: “O acampamento Anita Garibaldi e o MTST [...] vão muito além de um mero movimento de moradia.”, pois, “Trata-se, na verdade, da construção imediata de uma alternativa concreta de subsistência para milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, trata-se de uma ponte para uma nova sociedade, dirigida pelos trabalhadores.” (BENOIT, 2002, p. 139).

Nesse sentido, o Movimento representa um importante instrumento de ação da classe trabalhadora. Concomitantemente à luta imediata que trava pela habitação para milhares de trabalhadores, ele participa ativamente da luta de classes no urbano capitalista, buscando contribuir para a luta contra o sistema do capital a partir de uma perspectiva política socialista. De fato, essa perspectiva política, referente à coordenação do MTST, influencia diretamente a prática do Movimento, que se funda na sobreposição do valor de uso das coisas sobre seu valor de troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, pode-se afirmar que o MTST faz parte de um novo conjunto de organizações da classe trabalhadora de caráter contestatório do capitalismo, que nasceram no contexto neoliberal. Essas novas formas de organização contemporânea da classe vêm responder às diversas necessidades não atendidas pelo Estado, às quais, os trabalhadores são submetidos de forma cada vez mais intensa. A emergência de movimentos sociais, como o MTST, que se posicionam contra a total mercantilização do mundo, é representativa da luta de parcelas da classe trabalhadora que resistem à degradação colocada pelas reformas do capital impostas na tentativa de superar sua crise sistêmica. Em meio ao trágico contexto social desenhado pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva em um país da periferia do capitalismo, marcado historicamente pela abismal desigualdade social e pela concentração da riqueza, o Movimento emerge como uma ferramenta de luta da classe trabalhadora.

Enfrentando uma conjuntura de aprofundamento da crise habitacional, da disseminação da pobreza, do aumento da exploração do trabalho e da devastação de direitos e garantias sociais trabalhistas conquistadas historicamente, com o aumento do desemprego estrutural e das relações de trabalho informais, o MTST busca organizar trabalhadores sujeitos a precárias condições habitacionais e urbanas nas periferias metropolitanas, lócus privilegiados de concentração da pobreza, objetivando contribuir para a construção de uma transformação social, pois, entende que a solução da questão habitacional dentro da sociabilidade do capital é inatingível. Dessa forma, o Movimento tenta articular-se em torno de uma luta social que valorize os interesses da classe trabalhadora. De acordo com seus coordenadores, a perspectiva política do MTST é baseada em valores socialistas. A coordenação busca trabalhar essa perspectiva nas ações diretas que o Movimento realiza, confrontando a concentração de terras urbanas nas mãos de uma pequena parcela de proprietários, com o objetivo de coletivizá-las entre os trabalhadores. O MTST confronta o capital na medida em que, a partir das ocupações que realiza, reivindica a apropriação do espaço urbano pelo seu valor de uso, contestando seu caráter mercantil, isto é, seu uso como valor de troca, característica fundamental de sua utilização na sociedade capitalista.

Sua perspectiva fundada em princípios socialistas reside no fato de que ele se estrutura a partir de uma posição classista, com o objetivo lutar pelos interesses da classe trabalhadora, realizando o confronto contra o Estado e o capital a partir dessa perspectiva política. A atuação do Movimento confronta diretamente a ordem baseada na propriedade privada e na

apropriação da riqueza por uma parcela ínfima da sociedade, levando a reflexões sobre a formação social contemporânea. Esse processo reflexivo atinge parte da base social que compõe as ações do MTST, modificando a forma como alguns desses trabalhadores compreendem a realidade urbana e a precariedade habitacional em que vivem e, por conseguinte, a própria sociedade de classes. Como tentamos mostrar ao longo do texto, o processo reflexivo não atinge a todos os integrantes das ações da mesma maneira, variando de indivíduo para indivíduo. Contudo cremos ser inegável afirmar que as ações do Movimento são portadoras de uma enorme *potencialidade* de conscientização política, e que esta se concretiza em muitos casos.

Articulando luta social e luta política, a coordenação do Movimento avança na compreensão de que as possibilidades oferecidas dentro do âmbito parlamentar burguês são limitadas, entendendo que o Estado capitalista nunca poderá solucionar o problema habitacional da classe trabalhadora. Sua perspectiva política também se fundamenta tanto no esforço contínuo de coletivização das decisões, de forma a fazer com que os trabalhadores componentes da base social possam ser sujeitos das ações, quanto no esforço de realizar a formação política dos trabalhadores, desenvolvida, em parte, na própria prática dos processos de mobilização e ocupação. A inserção na prática mobilizatória acompanhada da formação política teórica, através de cursos oferecidos pelo setor de formação que contam com a presença do estudo de autores clássicos do pensamento marxista para se entender as questões que envolvem a luta, e pela formação política na prática da ação direta, apresenta um considerável potencial de conscientização de classe e de organização de uma luta social baseada nos interesses da classe trabalhadora.

Esse sentido da organização e da atuação do Movimento constitui, a nosso ver, uma perspectiva socialista, pois, ele se articula organizando milhares de trabalhadores numa luta social baseada em valores coletivistas, confrontando a lógica que subordina o valor de uso das coisas ao seu valor de troca, contrapondo-se, em sua prática de luta, aos interesses do capital, como, por exemplo, quando confronta a propriedade privada e sua concentração através das ocupações e quando impede a circulação de mercadorias através dos trancamentos de rodovias. Assim, o MTST pauta sua organização pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, tentando, nesses processos de luta, permitir que esses trabalhadores possam ser sujeitos das decisões.

Portanto, diante dessas práticas de ação do Movimento, que visam confrontar diretamente a sociedade capitalista através da contestação de seu pilar mais fundamental, a

propriedade privada, objetivando uma apropriação dos bens urbanos pelo seu valor de uso em contraposição à sua utilização como valor de troca, pode-se inferir que o MTST vem buscando construir um papel de protagonismo político e social nas periferias das grandes metrópoles do capital a partir de uma perspectiva política socialista, organizando uma massa de trabalhadores marginalizados de outros meios de organização trabalhista, como o sindical, devido à expansão da informalidade do emprego. A realização de ocupações de terrenos urbanos ociosos põe em debate a questão da concentração de riquezas, da desigualdade social e das próprias contradições inerentes ao capitalismo, insolúveis dentro das estruturas desse sistema. Ocupando esses espaços privados, o MTST coloca-se diante do nefasto quadro urbano neoliberal como um sujeito político que responde à severa precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Organizando uma parcela dessa classe em torno, primeiramente, da reivindicação habitacional, e utilizando-se da ação direta, esse Movimento insere-se no confronto de classes. Nesses processos de luta, constrói-se uma possibilidade de reconstituição da identidade coletiva da classe trabalhadora tão dilacerada nos tempos de neoliberalismo e crise estrutural do capital. Nessa conjuntura, a potencialidade de conscientização com relação a interesses coletivos classistas aumenta exponencialmente, ao tempo em que parte dos trabalhadores reunidos em torno de uma ação do Movimento começam a enxergar-se com problemas em comum, como indivíduos constituintes de uma massa sujeita ao mesmo conjunto de contradições, sofrendo a carestia dos recursos mais básicos à sua própria existência enquanto são os produtores da riqueza social. As ocupações são, a nosso ver, a principal ferramenta do Movimento na reconstrução dessa identidade de classe por ser um processo mais longo, que exige a cooperação e a organização coletiva dos envolvidos. Participando dos processos de decisão política sobre os rumos a serem seguidos, por meio da crescente, embora ainda limitada, democratização das instâncias decisórias promovida pelo Movimento, os trabalhadores que participam de uma ocupação têm a possibilidade de se entenderem como sujeitos de sua própria história.

Nesse sentido, cremos que o MTST apresenta-se como uma referência política com grande potencial de luta, por partir da reivindicação de uma necessidade fundamental referente à esfera da reprodução da força de trabalho, conseguindo com isso, a aglutinação de milhares de trabalhadores em torno de ações contestatórias do capitalismo. A coordenação do Movimento compreende que a luta por uma melhor condição urbana e habitacional para a classe trabalhadora está diretamente relacionada a uma luta social de maior amplitude, que traz em seu bojo o conflito de classes e o enfrentamento dos próprios pilares da ordem do

capital, uma vez que entende que somente a conquista habitacional não resolve os problemas ligados à condição urbana dos trabalhadores. Dessa forma, o MTST adota uma perspectiva política de superação da ordem do capital, buscando contribuir para uma transformação social de caráter estrutural como único meio possível de concretamente superar o rol de problemas concernentes à realidade urbana e tenta disseminar esse conjunto de reflexões para a sua base social, tanto nos processos de formação teórica quanto nos processos de luta direta que realiza.

O protagonismo sócio-político do MTST em meio à devastação social contemporânea desenvolve-se nesse sentido, isto é, a perspectiva política da coordenação do Movimento, pelo que pudemos apurar durante todo o processo da pesquisa, está baseada em contribuir na superação da sociabilidade do capital, pois, a lógica desta fundamenta-se na subordinação do valor de uso ao valor de troca, fato que impede aos trabalhadores o acesso à parte significativa dos mínimos recursos à sobrevivência. A ação de ocupar espaços privados e se apropriar deles como valor de uso, organizando um número muito considerável de trabalhadores, evidencia um claro confronto ao Estado e à propriedade privada e um enfrentamento do próprio capital. Outras ações do Movimento, como o trancamento de vias de circulação imprescindíveis ao fluxo permanente de mercadorias também contém um sentido claramente contestatório do capitalismo, uma vez que visa paralisar o funcionamento das engrenagens da reprodução constante de capital para realizar pressões que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores, explicitando-se, dessa forma, a participação e o protagonismo do Movimento no desenvolver da luta de classes no urbano capitalista.

Ademais, a própria organização e manutenção das ações do Movimento contribuem para alimentar um processo reflexivo nas consciências dos trabalhadores que participam das ações. A realização dessas práticas confronta o *status quo* e coloca em evidência as excruciantes desigualdades promovidas pelo modo de produção capitalista. Explicitando essas desigualdades que podem ser vistas a partir do próprio cotidiano dos trabalhadores, o Movimento objetiva contribuir no sentido de que esses possam construir o chamado “Poder Popular”, tomando em suas mãos os rumos decisórios sobre os caminhos que o coletivo deve seguir. Com isso, ocorre uma valorização dos procedimentos que dão prioridade ao coletivo e objetiva-se, embora com os limites que tentamos expor, democratizar ao máximo as decisões relativas ao o que deve ser realizado e de que forma deve realizar-se. Esse processo contribui para aflorar uma consciência que valorize a coletividade em contraposição aos valores

individualistas exacerbados na atual fase do capitalismo neoliberal que busca fragmentar crescentemente a subjetividade da classe trabalhadora.

Evidente que existem limites na prática do Movimento que precisam ser superados. No entanto, o intenso processo de democratização das decisões políticas referentes ao coletivo de cada ocupação, demonstra o compromisso do MTST na superação de limites que possam vir a criar limitações hierárquicas e/ou divisões do trabalho que reflitam as contradições de classe dentro das ações promovidas pelo Movimento. Como qualquer organização política, o MTST apresenta, portanto, problemas que tem de ser trabalhados no sentido de democratizar as decisões políticas sobre os rumos a serem tomados. Uma clara manifestação dessa democratização é o aumento do número de coordenadores que foram formados nas próprias ações do Movimento, ou seja, coordenadores vindos da base social das ocupações realizadas. Segundo pudemos constatar em entrevistas, trabalhadores provindos da base já somam cerca de 70% dos coordenadores. A continuidade da mobilização política após os despejos é outro desafio enfrentado pelo MTST. Como resposta ao problema recorrente do despejo que leva à desmobilização e ao arrefecimento da luta, o Movimento passou a constituir, nos últimos anos, núcleos dentro das próprias periferias que contam com a participação de ex-acampados, mantendo assim, uma presença constante nesses locais de intensas contradições sociais e de grande potencialidade de luta social e, com isso, vem tornando-se uma referência de luta política e social cada vez mais forte e consolidada nas metrópoles brasileiras.

Nesse sentido, o MTST representa um instrumento político e social fundamental na organização combativa de uma parcela da classe trabalhadora na contemporaneidade da luta de classes no urbano brasileiro. Articulando homens e mulheres marginalizados do seu direito ao trabalho e de seu direito à habitação e à infra-estrutura urbana, o Movimento, em seus processos de luta, confronta os imperativos da sociabilidade do capital buscando contribuir, dentro dos limites de sua força, para a construção de uma sociedade sob o comando da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, P. *Balanco do neoliberalismo*. 2008. Disponível em: <[http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/balanco-do-neoliberalismo/?searchterm=balanco do neoliberalismo](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/balanco-do-neoliberalismo/?searchterm=balanco%20do%20neoliberalismo)> Acesso em 01 mai. 2010.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil*. (Collor, FHC e Lula.). Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

_____. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. *Correio da Cidadania*, 2009. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=66&Itemid=171&bsb_midx=2> Acesso em: 27 jun. 2011.

BENOIT, H. Entrevista – A luta popular pela moradia: Introdução. *Crítica Marxista*. São Paulo, n.10, 2000, p. 149-152. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/ENTREVISTA.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2008.

_____. Entrevista – O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com o MTST - Introdução. *Crítica Marxista*. São Paulo, n.14, p. 139-140, 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/E1_MTST.pdf> Acesso em: 05 mai. 2008.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BÓGUS, L. M. M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: _____; WANDERLEY, L. E. W. (Orgs.). *A Luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*, São Paulo: FAPESP, 1998.

_____. Crise na Habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio. (Org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Lei n. 10.257 (Estatuto da Cidade). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, edição n. 133. Disponível em: <<http://mtst.info/estatutodacidade>> Acesso em: 12 dez. 2007

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit habitacional no Brasil* 2007. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit-habitacional-no-brasil>> Acesso em: 27 jan. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *A jornada de trabalho no Brasil*. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf> Acesso em 04 mai. 2011.

BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Revista Outubro*. São Paulo, n.3, 1999, p. 7-18. Disponível em <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf> Acesso em: 10 mar. 2011.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. da (Org). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNUCAMP, 2006.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros*. São Paulo: EDUSP: 34, 2000.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: a “anti-cidade”? In: SOUZA, M. A. A. et al (Org). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.

CARVALHO, E. *Crise urbana e habitação popular em Campinas: 1870-1956*. Campinas: [s.n.], 1991.

CASSAB, C. *Mudanças e permanências: novos desafios aos movimentos urbanos; uma aproximação ao movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://teses2.ufrj.br/42/teses/623585.pdf>> Acesso em 16 dez. 2011.

CRÍTICA marxista. Entrevista com Luís Gonzaga da Silva (GG) do Movimento de Moradia no Centro – MMC. *Crítica Marxista*. São Paulo, n.10, 2000, p. 153-166. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/ENTREVISTA.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2008.

_____. O assentamento Anita Garibaldi: Entrevista com o MTST. *Crítica Marxista*. São Paulo, n.14, 2002, p.140-157. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/E1_MTST.pdf> Acesso em: 05 mai. 2008.

CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E.; JIMÉNEZ, M. A.; TRAD. I. L. Expansão Metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNUCAMP, 2006.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F.; *Textos*, volume II. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRARI, T. *Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

FERREIRA, C. de S. O processo de verticalização na cidade de Campinas: da gênese à Lei 640 de 1951. In: SOUZA, M. A. A. (Org). *A metrópole e o futuro*: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008.

EFREM FILHO, R. “A” verdade jurídica é um monopólio. A transferência da política para o direito. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU - on line)* ed.266. 2008. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1161285771.11pdf.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2009.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informações. 2ed. Belo Horizonte: 2005. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit-habitacional-no-brasil>> Acesso em: 27 jan. 2011.

GENNARI, A. M. *Globalização, neoliberalismo e superpopulação relativa no Brasil nos anos 1990*. Disponível em: < <http://www.fclar.unesp.br/eco/amg-pesq.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2010.

GOHN, M. da G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

GOULART, D. C. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, p. 6 - 35, 1982.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Séries estatísticas e séries históricas*. Série POP122 – Taxa de urbanização. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122&t=taxa-de-urbanizacao>> Acesso em 09 jun. 2011.

IKUTA, F; JUNIOR, A. A questão da moradia para além da reprodução social. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (99). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-99.htm>> Acesso em 05 mai. 2008.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: 34, 2000.

_____; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio. (Org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999b.

LESSA, S. *O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade*. 1999. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em 23 out. 2009.

_____. *Contra-revolução, trabalho e classes sociais*. 2001. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em 23 out. 2009.

_____. *Trabalho, sociabilidade e individuação*. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em 23 out. 2009.

_____. *O Brasil de Lula*. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/brasil_lula_2003.pdf>. Acesso em 25 fev. 2011.

LIMA, S. L. R. de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/SoniaLucioRodriguesDeLima.pdf>. Acesso em 05 mai. 2008.

_____. Movimento dos Sem-Teto: expressão de metamorfoses na luta social. *Caderno Especial* n. 22. Edição 09 a 23 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial22.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2008.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de ciências humanas*, n. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília B. F. VAINER, C. e MARICATO, E. (Orgs.) *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. 2000.

_____. Posfácio. In: DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. O “minha casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. *Carta Maior*. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16004> Acesso em: 01 mai. 2010.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, liv. 1. tomo I, 1983.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, liv. 1. tomo II, 1984.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. *Revista Práxis*, n. 5, Belo Horizonte: 1995.

_____. ; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

_____. ; *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DÉAK, C; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O Desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de afirmação e negação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. A crise estrutural do capital. *Revista Outubro*. São Paulo, n. 4, 2000, p. 7-15. Disponível em: < http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf > Acesso em: 11 mar. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. *Seminários de guerrilha cultural do MTST*. 2004. Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=seminario_guerrilha_cultural>. Acesso em 23 mai. 2009.

_____. *Quem somos*. 2005a. Disponível em: <http://mtst.info/quem_somos> Acesso em: 12 dez. 2007.

_____. *Caos urbano*. 2005b. Disponível em: <http://mtst.info/caos_urbano>. Acesso em: 12 dez. 2007.

_____. *Cartilha do militante n.1*. São Paulo: 2005c. Disponível em: <<http://mtst.info/sites/mtst.info/files/CartilhadomilitanteMTST.pdf>> Acesso em: 12 dez 2007.

_____. *Breve história do movimento dos trabalhadores sem teto*. 2006a. Disponível em: <<http://mtst.info/historico>> Acesso em: 12 dez. 2007.

_____. Caminhos para uma estratégia territorial urbana. In: *Periferia do capital e poder popular*, 2006b, Ribeirão Preto. Texto produzido para a Conferência Política. 2006b.

_____. *Nosso voto no poder popular*. 2006c. Disponível em: <<http://www.mtst.info/voto>> Acesso em: 14 abr. 2011.

_____. *Painel de ocupação*. 2007a. Disponível em <<http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/36%2B35>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

_____. *Painel de ocupação nº 2*. 2007b. Disponível em: <<http://www.mtst.info/?q=blog&page=12>>. Acesso em: 23 de mai. 2009.

_____. *Manifesto da campanha nacional contra os despejos*. 2010. Disponível em: <<http://www.mtst.info/node/1023>> Acesso em: 19 abr. 2011.

_____. *Dificuldades e desafios do MTST*. S.d.

NETO, J. M. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. A. de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETO, M. L. da S. Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária em São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. (Org). *A metrópole e o futuro*: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008.

NETTO, J. P. *A crise do socialismo e a ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; BRAZ, M. *Economia Política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates* v. 6, São Paulo: 1982.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital*: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO, J. Da ideologia capitalista da cidade à perspectiva socialista. *Anais do Segundo Simpósio Lutas Sociais na América Latina* – crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições – GT 3: Movimentos sociais urbanos e o socialismo no século XXI. Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/jairpinheiro.pdf>> Acesso em: 04 out. 2010.

_____. Comunidade versus classes na luta pelo espaço urbano. *Lutas sociais* v. 8. 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_jair.pdf> Acesso em: 27 mai. 2009.

_____. Nem teto nem mãe gentil: luta dos sem-teto pelo solo urbano em São Paulo. *Lutas Sociais* v. 13-14. 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_jair.pdf> Acesso em: 27 mai. 2009.

_____. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. *Lutas Sociais* v. 17-18. 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_jair.pdf> Acesso em: 27 mai. 2009.

_____. De frente para o Estado. *Lutas Sociais* v. 19-20. 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/4.pdf> Acesso em: 01 mai. 2010.

_____. Novos movimentos sociais classistas. *Aurora*. Ano 4, n. 6. 2010a. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/PINHEIRO.pdf>> Acesso em 23 out. 2010.

_____. Uma análise estrutural dos movimentos populares urbanos. *Anais do Quarto Simpósio Lutas Sociais na América Latina*: imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI – GT 5: Lutas sociais urbanas. Londrina: UEL, 2010b. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt5/2_JairPinheiro.pdf> Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. Entre o bairro e a fábrica: os movimentos populares urbanos. In: Eduardo Rocha. (Org.). *100 Anos de Movimento Sindical no Brasil*: balanço histórico e desafios futuros. Brasília: Editorial Abaré, 2010c.

QUEIROGA, E. F. A metrópole de Campinas diante da megalópole do sudeste do Brasil: um olhar dialético-espacial. In: SOUZA, M. A. A. (Org). *A metrópole e o futuro*: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. M. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses In: _____. (Orgs.) *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1996.

RODRIGUES, C. M. L. *Daqui não saio, daqui ninguém me tira: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia*. Recife: UFPE, 2002. (dissertação de mestrado em Sociologia – PPGS, UFPE).

ROLNIK, R.; NAKANO, K. As armadilhas do pacote habitacional. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2009. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68> Acesso em: 01 mai. 2010.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHERER-WARREN, I. *Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e do MTST no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.npms.ufsc.br/lpublic/SWarren.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2010.

SCHMIDT, B.; FARRET, R. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

SEM Teto acampam na beirada de São Paulo. *Le Monde Diplomatique*. 2007. Disponível em: <<http://www.mtst.info/?q=taxonomy/term/66%2B67>>. Acesso em: 23 mai. de 2009.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa - ômega, 1979.

SOUZA, M. A. A. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1994.

_____. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: _____ et al (Org). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.

_____. A metrópole e o futuro: a dinâmica dos lugares e o período popular da história. In: _____ (Org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008.

TEIXEIRA, A.; POMAR, P. E. da R. Cidade dos sem-teto. *Revista Adusp*. São Paulo, n.20, 2000.

TONET, I. *Democracia ou liberdade*. 2004. Disponível em: <http://us.share.geocities.com/ivotonet/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2007.

TORRES, H. da G; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n.4, 2001.

TOZI, F. Usos corporativos e a impertinência do espaço de todos: a região metropolitana de Campinas e a privatização do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. A. (Org). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. et al (Org). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.

ZIBECHI, R. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, R; SETÚBAL, M. (Org). *Pensamento crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

FILMOGRAFIA:

COLETIVO DE COMUNICADORES POPULARES. *Campanha nacional contra os despejos – Campinas (22/setembro/2010)*. Duração: 04m08s. 2010. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

COLETIVO GARAPA. *MTST - Saque Simbólico 2008*. Duração: 03m52s. 2008. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

DANTAS, D. D. *Zumbi dos Palmares: o início da ocupação*. Duração: 07m39s. s.d. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Zumbi dos Palmares: hoje*. Duração: 05m28s. s.d. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Zumbi dos Palmares: lona e despejo*. Duração: 09m01s. s.d. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Zumbi dos Palmares: luta*. Duração: 10m42s. s.d. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. *Acorrentados do Brasil: fogo no pavio! (partes 1, 2 e 3)*. Duração: 21m45s. 2007. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Direitos esquecidos: moradia na periferia*. Duração: 16m43s. 2005. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. *Associação de comunidades – Periferia Ativa*. Duração: 22m16s. [DVD] s.d.

_____. *Periferia Ativa – O muro*. Duração: 17m04s. [DVD] s.d.

_____. *Ocupação João Cândido: passeata e manifestação*. Duração: 22m52s. [DVD] s.d.

_____. *Construindo o poder popular*. Duração: 09m43s. 2008. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

PIXOTE, R. *2 meses e 23 minutos!* (partes 1, 2 e 3). Duração: 23m33s. 2007. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

VOZES DA TRINCHEIRA. *MTST - Manifestação Casa de Paulo Colombo*. Duração: 15m06s. 2010. Disponível em: <<http://www.mtst.org/index.php/midia/videos.html>> Acesso em: 28 jun. 2011.

ANEXOS



Figura 1: Imagem da bandeira do MTST. [20..]. Disponível em:<<http://www.mtst.org>>. Acesso em 05 jan. 2012.



Figura 2: Biblioteca da ocupação Carlos Lamarca (Osasco, SP). [200-]. Foto: Autoria desconhecida.



Figura 3: Imagem da ocupação Rosa Luxemburgo (São Paulo, SP). [200-]. Foto: Autoria desconhecida.



Figura 4: Imagem de assembléia da ocupação Chico Mendes (Taboão da Serra, SP). [200-].
Foto: Autoria desconhecida.



Figura 5: Imagem da ocupação João Cândido (Itapecerica da Serra, SP). [200-]. Foto:
Autoria desconhecida.



Figura 6: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 7: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 8: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 9: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 10: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 11: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 14: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 15: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 16: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 17: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 18: Imagem da ocupação Zumbi dos Palmares (Sumaré, SP), 2011. Foto: Elton Rafael Lorena.



Figura 19: Ato na Prefeitura de Sumaré. [20..]. Disponível em
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/95-ato-prefeitura-de-sumare.html>> Acesso em
02 mar. 2012.



Figura 20: Ato na Prefeitura de Sumaré. [20..]. Disponível em
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/95-ato-prefeitura-de-sumare.html>> Acesso em
02 mar. 2012.



Figura 21: Ato na Prefeitura de Sumaré. [20..]. Disponível em
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/95-ato-prefeitura-de-sumare.html>> Acesso em
02 mar. 2012.



Figura 22: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.



Figura 23: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html> Acesso em 02 mar. 2012.



Figura 24: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html> Acesso em 02 mar. 2012.



Figura 25: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.



Figura 26: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.



Figura 27: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.



Figura 28: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar. 2012.



Figura 29: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.



Figura 30: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html> Acesso em 02 mar. 2012.



Figura 31: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html> Acesso em 02 mar. 2012.



Figura 32: Ocupação da Rodovia Santos Dumont. [20..]. Disponível em:
<<http://www.mtst.org/index.php/midia/fotos/93-ocupacao-rodovia.html>> Acesso em 02 mar.
2012.